



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

JAIME ALMEIDA DE SOUZA FILHO

**A BURGUESIA BRASILEIRA COMO UM LIMITE A POLÍTICAS INDUSTRIAIS
DE CARÁTER NACIONAL: ANÁLISE DE PERÍODOS HISTÓRICOS
SELECIONADOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO
HISTÓRICO**

SALVADOR

2017

JAIME ALMEIDA DE SOUZA FILHO

**A BURGUESIA BRASILEIRA COMO UM LIMITE A POLÍTICAS INDUSTRIAIS
DE CARÁTER NACIONAL: ANÁLISE DE PERÍODOS HISTÓRICOS
SELECIONADOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO
HISTÓRICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Uallace Moreira Lima.

SALVADOR

2017

Ficha catalográfica elaborada por Valdinea Veloso CRB 5/1092

S719 Souza Filho, Jaime Almeida de
A burguesia brasileira como um limite a políticas industriais de caráter nacional: análise de períodos históricos selecionados a partir da perspectiva do institucionalismo histórico / Jaime Almeida de Souza Filho. - Salvador, 2017

207f. il.; tab.; fig.; graf.

Dissertação (Mestrado em Economia) -
Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2018

Orientador: Prof. Dr. Uallace Moreira Lima

1. Desenvolvimento econômico 2. Política industrial - Brasil
3. Burguesia industrial - Brasil. I. Lima, Uallace Moreira II.
Título III. Universidade Federal da Bahia

CDD 338.981



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

JAIME ALMEIDA DE SOUZA FILHO

“A BURGUESIA BRASILEIRA COMO UM LIMITE A POLÍTICAS INDUSTRIAIS DE CARÁTER NACIONAL: ANÁLISE DE PERÍODOS HISTÓRICOS SELECIONADOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO”

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Uallace Moreira Lima
(Orientador - PPGE/ECO/UFBA)

Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco
(PPGE/ECO/UFBA)

Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto
(UFRJ)

Aprovada em 19 de dezembro de 2017.

Aos meus pais e à minha irmã sul-africana.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, pelo apoio e pelo sacrifício durante esse período. Me deram régua, compasso e tudo mais que eu pudesse precisar da alfabetização às decisões de vida, das escoriações no joelho às cirurgias, dos abraços receptivos aos empurrões para a vida.

Aos amigos, em especial os agora ex-colegas Renan Leal, Juliana Lago e Carolina Teixeira e Carolina Moreira, pelo suporte indispensável antes e durante o curso.

A Júlia, única mão que me alcançaria e alcançou no momento de maior dificuldade.

A todos que fazem a COAPL, em especial, às minhas chefes, por todo o apoio.

Ao meu orientador, Professor Uallace Moreira, pelas reflexões e aprendizado nas disciplinas que cursei com ele, pela paciência com as revisões e, sobretudo, por, mesmo sem saber, me ter feito acreditar neste trabalho quando me parecia impossível.

A todos aqueles que trabalham na Universidade Federal da Bahia, suporte indispensável para que eu pudesse desfrutar das ferramentas necessárias para reflexões e para a produção desse trabalho. Esse agradecimento àqueles que fazem da UFBA o seu dia-a-dia, como eu também pude fazer, é especialmente feito às equipes da Biblioteca de Economia e do Colegiado da Pós-Graduação, cujo apoio e compreensão foram imprescindíveis para esse trabalho.

Esse agradecimento especial aos servidores não pode deixar de fora todos os professores, pelos ensinamentos e pela disponibilidade para solucionar as mais diversas dúvidas ao longo desses anos. O que exemplifico com aqueles que provocaram alguma memória específica no processo de crescimento como pessoa e pesquisador, ao qual todos eles contribuíram: Damásio (pelas reflexões, conversas e inspiração), Renildo (pela introdução às mais variadas leituras e pelas demonstrações de combatividade nas diversas palestras), Gilca (por ainda na graduação sugerir: “por que você não faz uma pesquisa sobre o Estado?”), Guerra (por renovar a minha vontade pela docência), Caffé (por toda compreensão e por conferir espaço, liberdade e responsabilidade para estágio docente em uma das minhas áreas de predileção, a História Econômica) e Gisele (desde a entrada concomitante na Faculdade de Economia até a compreensão quanto à minha mudança de área).

À CAPES, por ter viabilizado essa pesquisa ao longo desses dois anos: sem esse financiamento este trabalho não seria possível.

“Não concebo outro lugar para a economia que não o de subdisciplina das ciências sociais, ao lado de história, sociologia, antropologia, ciências políticas e tantas outras. [...] Não gosto muito da expressão ‘ciência econômica’, que me parece terrivelmente arrogante e poderia fazer crer que a economia teria atingido uma cientificidade superior, específica, distinta de outras ciências sociais. Prefiro a expressão “economia política” [...] que tem o mérito de ilustrar o que me parece ser a única especificidade da economia dentro das ciências sociais, a saber, seu propósito político, normativo e moral”

Thomas Piketty

RESUMO

O presente trabalho busca demonstrar que existe um caráter e um comportamento específicos da burguesia industrial brasileira, os quais levariam esse extrato de classe a fomentar a interrupção de governos vistos como mais progressistas, e, conseqüentemente, políticas industriais com caráter mais nacionalista. Esse debate tem como fundamentação teórica o Institucionalismo Histórico, que contribui para a realização de uma análise a partir da conexão entre o econômico e o político. Nessa conexão, observa-se o papel fundamental do patrimonialismo no Brasil, lido como instituição informal que coloca em evidência a constituição histórica de uma relação preferencial entre os grupos de interesse advindos das classes dominantes e instituições formais como o Governo. Por um lado, essa relação preferencial tem o caráter genérico de guardar semelhança com as frações da classe dominante do bloco no poder de Poulantzas. Por outro lado, ela tem o caráter específico de enquadrar atores políticos, como o Governo, de acordo com interesses por ela privilegiados. Tal enquadramento do Governo se dá tanto pela possível oposição que possa ser feita a ele por agentes do mercado, como, em cenários mais extremos, pela interrupção de mandatos de presidentes eleitos. Esses foram os casos dos presidentes Vargas, Goulart e Rouseff, razão pela qual o trabalho foca nos mandatos dos mesmos. A investigação mira reconstituir de maneira simplificada os mandatos e observar a ocorrência de comportamento que manifeste o caráter da burguesia industrial: não nacional, autoritário, antipopular e conservador, promovendo rompimentos institucionais no Brasil sempre que seus interesses não são contemplados.

Palavras-chave: Institucionalismo Histórico. Burguesia industrial. Políticas industriais.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate that the Brazilian industrial bourgeoisie has a specific characteristic and behavior that would lead this class to foment the interruption of governments seen as more progressive or when industrial policies were seen as more nationalist. We addressed this problem using the theoretical foundation of Historical Institutionalism, which contributes to analyze the connection between economic and political spheres. In this connection, we observe that the fundamental role of patrimonialism in Brazil, seen as an informal institution that evidences the development of a historical and preferential relationship between the groups of interest coming from the dominant classes and formal institutions such as the Government. This preferential relation has as generic character the similarity with the fractions of the dominant class of the power block from the work of Poulantzas. On the other hand, it has the specific character of framing political actors according to their own interests, as the interest on the Government. Such a framework takes place in scenarios of a possible opposition being made by market agents, and, in more extreme scenarios, the opposition assumes the form of interruption of presidential terms, which was the case of Presidents Vargas, Goulart and Rouseff. Therefore, this work focuses on a simplified reconstitution of the terms and on observing the occurrence of behaviour that might manifest the character of the industrial bourgeoisie: non-national, authoritarian, antipopular and conservative.

Key-words: Historical Institutionalism. Industrial bourgeoisie. Industrial policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Charges do Voz Operária de 1 de maio de 1952 e do Tribuna Popular de 16 de janeiro de 1947 (da esquerda para a direita).....	138
Figura 2 - Charge do Voz Operária de 4 de setembro de 1954.....	139
Gráfico 1 - Brasil — Produção industrial (quantidade) - indústria geral - índice dessazonalizado (média 2012 = 100).....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor da importação de equipamento industrial (em libras esterlinas a preços de 1913).....	100
Tabela 2 - Economia agroexportadora, produção industrial e dívida externa nos anos de 1907 e 1919 (valores em mil contos de réis correntes).....	104
Tabela 3 - Número de estabelecimentos industriais instalados no país.....	106
Tabela 4 - Índices da produção industrial — 1914-1930 (1914 = 100).....	106
Tabela 5 - Brasil — Índice do produto real, por setor de atividade (índices-base = 1949)....	107
Tabela 6 - Brasil — Estrutura do valor adicionado para cálculo da ponderação do índice do produto real (1939-1949-1959).....	108
Tabela 7 - Brasil — Taxa de investimento (2000-2015).....	167

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CRT	Comissão Revisora da Tarifa
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIRJ	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
INOVAR-AUTO	Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBM	Plano Brasil Maior
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PT	Partido dos Trabalhadores
Sumoc	Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO	19
2.1	A INFLUÊNCIA DA RENOVAÇÃO DO ENFOQUE INSTITUCIONAL	19
2.2	ASPECTOS DA ABORDAGEM HISTÓRICO INSTITUCIONAL	24
2.2.1	Aspectos metodológicos e ontológicos	26
2.2.2	Aspectos conceituais	40
3	PATRIMONIALISMO COMO INSTITUIÇÃO E REVOLUÇÃO BURGUESA PELA VIA COLONIAL: A ASCENSÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL	51
3.1	PATRIMONIALISMO NO BRASIL: UMA INSTITUIÇÃO INFORMAL	52
3.1.1	Definindo instituições informais	54
3.1.2	Definindo patrimonialismo no Brasil	58
3.1.2.1	A crítica de Jessé Souza	76
3.1.2.2	Patrimonialismo no Brasil: a confusão entre o público e o privado	83
3.2	A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL BRASILEIRA E SUAS CARACTERÍSTICAS	89
3.2.1	Uma revolução burguesa às avessas	91
3.2.2	A ascensão da burguesia industrial como grupo de interesse	99
3.2.3	Indústria e política após a Revolução de 1930: desenha-se o caráter da burguesia industrial brasileira	112
3.2.3.1	Cardoso e leituras convergentes sobre a passividade da burguesia industrial: introduzindo o caráter desse extrato de classe	114
3.2.3.2	As interpretações da burguesia industrial ativa: conclusões sobre o caráter desse extrato de classe integrante do bloco no poder	122
4	POLÍTICAS INDUSTRIAIS NO BRASIL E O PAPEL DA BURGUESIA BRASILEIRA: AÇÃO DO ESTADO E REAÇÃO BURGUESA	135

EM GOVERNOS SELECIONADOS		
4.1	SEGUNDO GOVERNO GETÚLIO VARGAS	138
4.1.1	Política pró-indústria	142
4.1.2	Oposição da burguesia industrial	147
4.2	GOVERNO JOÃO GOULART	150
4.2.1	Política pró-indústria	151
4.2.2	Oposição da burguesia industrial	154
4.3	GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	158
4.3.1	Política pró-indústria	161
4.3.2	Oposição da burguesia industrial	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
	REFERÊNCIAS	187

1 INTRODUÇÃO

O rompimento institucional recente com a queda da Presidente Dilma Rousseff e a tomada do poder pelo seu vice-presidente, Michel Temer¹, esteve associado a um cenário em que vários setores da sociedade participaram posicionando-se a favor ou contra. Entre os setores da sociedade que se alinharam à posição favorável pelo rompimento institucional com a saída da Presidenta Dilma Rousseff, estava a burguesia industrial brasileira representada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A posição favorável da burguesia industrial brasileira coloca em evidência um comportamento que faz parte do seu perfil ao longo do processo de desenvolvimento do Brasil, qual seja: em diferentes momentos históricos, a burguesia industrial se aliou ao Estado para ser beneficiada com políticas de subsídios, protecionismo, crédito com taxas de juros subsidiadas, isenções, entre outras medidas de políticas industriais. Entretanto, em um determinado momento, ela rompe com o governo e contribui para a construção de um cenário que gera rompimentos institucionais.

A razão para já se iniciar com tal digressão é a de tornar melhor compreensíveis os termos da seguinte hipótese que norteia o trabalho: Por seu caráter específico, a burguesia industrial brasileira, frente a governos vistos como mais progressistas, contribui para a interrupção dos mesmos e, conseqüentemente, das políticas industriais de caráter mais nacional. Mas como identificar governos “vistos como mais progressistas”? Toma-se esses governos como sendo aqueles que adotam políticas que busquem a construção de políticas cuja implementação tenha caráter popular e nacionalista, particularmente implementando medidas que tenham como objetivo fortalecer a cadeia produtiva nacional. Porque “vistos como” e não apenas “mais progressistas”? Esse aspecto se refere a como governos tendem ao centro na política real dentro da democracia, de maneira que seus alinhamentos ideológicos são melhor depreendidos de acordo com a “caricatura” feita deles pela oposição de certos atores sociais. Essa oposição pode ser associada aos atores sociais componentes dos grupos dominantes, pois esses seriam os mais interessados pela manutenção do *status quo*.

¹ Um ano após o processo de retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República, o país ainda se divide entre aqueles que reconhecem o procedimento como um golpe parlamentar, aqueles que não se preocupam em tratar-se de golpe ou não e aqueles que negam tratar-se de um golpe. Essa divisão normalmente é feita colocando o primeiro grupo à esquerda e os outros dois grupos à direita do espectro político. Criam-se assim alcunhas para os que se entendem no primeiro ou no segundo grupo, dando-se um tom mais jocoso ou negativo de acordo com o meio, algo próprio da efervescência do momento. Mesmo reconhecendo como inútil o esforço de escapar de tal polarização, é feita aqui uma tentativa de defini-los de maneira mais sóbria: progressistas e conservadores.

Não é por acaso, que se seleciona dentro desses grupos dominantes o extrato de classe chamado burguesia industrial. Os processos de industrialização pelos quais grande número de países passou (das mais diversas maneiras) criaram uma divisão internacional do trabalho ou melhor uma relação centro-periferia. Em outras palavras, com o passar dos séculos após a expansão ultramarina europeia, um dos fatores mais relevantes para determinar o lugar de um país (no centro ou na periferia) foi a especificidade (ou inexistência) do seu processo de industrialização. A burguesia industrial e o Estado são os principais atores desse processo, e a maneira como eles se relacionam é um elemento fundamental para entender os avanços do processo de industrialização de uma nação e os câmbios que a indústria pode gerar para um país.

Caberia ainda outro questionamento acerca da construção da hipótese: porque um país como o Brasil? Primeiramente, pelas especificidades da burguesia brasileira. Ademais, para além da importância política que aqui se vê em lançar luz sobre a formação econômico-política do país, existem algumas especificidades que o Brasil reúne que chamam atenção para o seu caso: a forma de inserção na economia mundial, uma das maiores economias do mundo com um amplo mercado interno, um parque industrial que era significativo e no período recente tem sido fragilizado, além da impressionante desigualdade social que marcou toda trajetória de desenvolvimento do país.

Em sua principal obra², Amsden (1989), ao abordar a trajetória de desenvolvimento da Coreia do Sul, afirma que a compreensão de uma economia de industrialização tardia, como é o caso da economia brasileira, exige a percepção de que o Estado intervencionista é um agente fundamental como promotor do desenvolvimento econômico na medida em que, deliberadamente, distorce os preços relativos com o objetivo de estimular o crescimento econômico, assim como estimular grupos empresariais à diversificação em todos os setores da economia com expansão da produtividade, tornando o país competitivo. Nesse sentido, entender o comportamento e a relação entre a burguesia industrial de um país e o Estado é fundamental para a compreensão da trajetória do desenvolvimento industrial de um país, principalmente em economias de industrialização tardia. Aqui, parte-se da premissa de que

² “*Asia’s next giant: South Korea and late industrialization*”.

alcançar um estágio de desenvolvimento industrial mais nacionalista só é possível através de governos vistos como progressistas e mais vinculados aos interesses nacionais.

Dessa maneira, a relação entre Estado e burguesia industrial é, portanto, fundamental em um processo de industrialização. E um processo de industrialização seria fundamental para a reversão das deficiências estruturais do parque industrial nacional. Questiona-se então se a eleição de governos progressistas não faria com que a supracitada relação colocasse o país nos trilhos do desenvolvimento socioeconômico. Portanto, o objetivo geral do trabalho é: analisar como se construiu a relação entre governos brasileiros vistos como progressistas e a burguesia industrial, bem como o quadro institucional e histórico segundo o qual ela, pelo seu caráter, desempenha papel importante na interrupção de mandatos do Executivo nacional.

Nesse sentido, os objetivos específicos do trabalho são: determinar uma abordagem apropriada para uma institucionalidade histórica tão específica quanto a brasileira; analisar o patrimonialismo no Brasil como uma instituição que não diminui o papel dos agentes privados no processo histórico; observar a emergência da importância política da burguesia industrial brasileira enquanto ator econômico; analisar o caráter da burguesia e como isso define sua atuação política; avaliar a relação entre a burguesia industrial e os governos de Getúlio Vargas (segundo governo), João Goulart e do Partido dos Trabalhadores para efeito de análise da relação entre Estado e burguesia industrial em distintos momentos históricos, observando-se que o comportamento da burguesia industrial brasileira parece se repetir.

Para tanto, norteando-se pela hipótese, a metodologia utilizada fundamenta-se na análise interpretativa, a partir, sobretudo, da literatura econômica, política e sociológica, bem como de dados secundários. Mais especificamente, atende-se aos objetivos específicos através da utilização de uma abordagem chamada Institucionalismo Histórico, advinda da Ciência Política. Diferentemente de trabalhos baseados no Individualismo Metodológico, o presente trabalho, ao posicionar-se no campo da Economia Política, vale-se da transdisciplinaridade, resgatando para o estudo econômico conceitos e eventos que, numa concepção estanque das ciências, poderiam ser tomados como exclusivamente sociológicos ou políticos. Por essa razão, a segunda seção³ faz um breve tratamento da inserção da aproximação da abordagem utilizada com a Economia Política e com o presente trabalho.

³ No presente trabalho atribuiu-se as seguintes nomenclaturas para as seções primárias, secundárias, terciárias e quaternárias: seções, subseções, tópicos e subtópicos, respectivamente.

Além disso, a seção, ao tratar do Institucionalismo Histórico, discorre sobre seu posicionamento dentro da história das abordagens institucionalistas, sua conceituação, seus aspectos metodológicos e ontológicos, bem como seus aspectos conceituais. Lança-se essa abordagem por sobre a investigação, valendo-se do seu método abduutivo de nomear a hipótese mais razoável, da sua análise histórica e fundamentada em tipos ideais e da ideia de que a agenda política é determinada dentro de uma arena de grupos de interesse em que uns se sobrepõem aos outros.

Na terceira seção, discute-se o lugar da burguesia industrial. Contudo, antes de explanar sobre a mesma, expõe-se o lugar que ela ocupa como grupo de interesse na política do país. Esse lugar constitui-se em um dos polos de uma relação em que, de um lado, está o Estado brasileiro e, do outro, alguns poucos grupos de interesse, dentre os quais, a burguesia industrial. Essa persistente relação constitui-se em uma instituição informal e será aqui chamada de patrimonialismo no Brasil, como já expressa por diversos clássicos da literatura sobre a formação econômica brasileira, muito embora a utilização do tipo ideal weberiano não tenha aqui contornos idênticos aos daquelas obras.

Por essa razão, inicia-se a primeira subseção com o posicionamento que instituições informais, como o patrimonialismo no Brasil, assumem no quadro institucional para, após isso, retomar-se o tipo ideal patrimonialismo em termos weberianos e nos termos de autores clássicos como Raymundo Faoro, Nestor Duarte, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Avalia-se que as leituras de Nestor Duarte e Florestan Fernandes melhor fundamentam a concepção de um patrimonialismo no país. Isso porque trata-se aqui o patrimonialismo não como a subjugação do público ao pessoal, como é feito por muitos autores. Isso somente seria vislumbrado em sociedades pré-capitalistas — exemplos dos quais Weber se vale — e em leituras como a de Raimundo Faoro, segundo as quais haveria, no Brasil, subjugação do econômico à intimidade pessoal dos integrantes da classe política.

A concepção aqui trabalhada insere o uso do tipo ideal patrimonialismo em um país de contradições do velho e do novo, em que a evolução do capitalismo não necessariamente demanda que caia por terra o patrimonialismo — como visualizava Weber. No Brasil, o patrimonialismo seria uma herança da qual não se escapou do domínio que senhores de terra exerciam sobre os recantos da Colônia, como Nestor Duarte ensina. A partir da centralização

política, tendo os mesmos senhores no controle, estabelece-se um estamento senhorial, nos termos de Florestan Fernandes. É a transição para o patrimonialismo no Brasil na sua forma acabada à qual se somará a burguesia industrial. Antes de discorrer sobre ela, retoma-se a crítica de Jessé Souza sobre obras como a de Faoro, mas explica-se na seção a possibilidade da diversidade de conceituações. A partir da crítica de Jessé Souza, conclui-se por um conceito relacional de patrimonialismo, tomando-se o Estado e as elites⁴ na história do país para se ter em consideração as especificidades do patrimonialismo no caso do Brasil.

Na subseção seguinte, discorre-se sobre a adesão da burguesia industrial à elite econômica e, conseqüentemente, à relação patrimonialista com o Estado. Para tanto, expõe-se as especificidades da revolução burguesa (enquanto desenvolvimento da indústria) e a ascensão da mesma como grupo de interesse, culminando no papel mais preponderante que passa a exercer após a conjuntura crítica que foi a Revolução de 1930. Posteriormente, aborda-se a maneira como, dentro do específico quadro patrimonialista do país, a burguesia industrial exerce seu papel político — se de maneira passiva, como advoga Fernando Henrique Cardoso, ou se de maneira mais ativa, como autores como Octavio Ianni entendem.

Dessa leitura da maneira como a burguesia industrial brasileira age politicamente, subtrai-se o seu caráter: não nacionalista, antipopular, autoritária e conservadora, que limita a possibilidade de êxitos de implementação de uma política industrial de característica mais nacionalista. Associada ao caráter da burguesia industrial, está a sua natureza de fração de classe (definição de Nicos Poulantzas), como será visto ao final da terceira seção. Com isso, a quarta seção esboçará como essa natureza e em especial aquele caráter fazem da burguesia industrial brasileira um agente de oposição e limite aos governos vistos como progressistas, mesmo quando esses tentam construir com ela coalizões típicas de projetos nacionais que a tornariam prioritária dentro do bloco no poder. Faz-se essa análise a partir das políticas industriais que se inseririam em projetos tipicamente nacionais e como a burguesia industrial abre mão de aderir a tais projetos. Para transmitir a amplitude que tais políticas podem ter, prefere-se aqui utilizar a expressão "políticas pró-indústria" frente a política industrial por ela

⁴ No presente trabalho, termos como “elites” e “classes dominantes” são utilizados de maneira indistinta, referindo-se ao extrato social mais abastado, que exerce dominação. Não é feito o mesmo trabalho que na Ciência Política, como no campo da Teoria das Elites com Mosca, Pareto e Michels. Apesar de esses últimos sustentarem que “[...] todo exercício da política [...] está fadado à formação de pequenos grupos que subordinam a maior parte da população” (HOLLANDA, XXXX, p. 10), o que guarda alguma semelhança com esse trabalho, o emprego daqueles termos com menor rigor é uma das diferenças do presente trabalho para com escritos dentro do campo da Ciência Política.

carregar uma natureza exemplificativa em vez de exaustiva quanto as políticas das quais lançaram mão os governos aqui trabalhados. Isso é feito porque o propósito desta dissertação não se concentra na descrição pormenorizada de todo o incentivo à indústria, mas de observar que governos progressistas, imbuídos pela ideia desenvolvimentista, concebem projetos nacionais que passam em especial pelo estabelecimento de políticas industriais, tanto pela conciliação buscada por esses governos com um grupo politicamente importante, como pela necessidade de que a indústria assuma papel fulcral para o sucesso desse tipo de projeto. Mesmo com as políticas “pró-indústria”, a burguesia industrial brasileira, dadas as suas características, não aceita a conciliação e não assume esse papel que governos progressistas esperam dela.

2 INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO

Socioeconomic phenomena as interest groups and classes depends in significant measure on the structures and activities of the very states the social actors, in turn, seek to influence.

Theda Skocpol

Esta seção expõe a abordagem teórica desta dissertação, qual seja, o Institucionalismo Histórico. Tal objetivo está aliado à suposição, que também orienta este trabalho, de entender o patrimonialismo enquanto instituição (regra, fator estruturante) e sua especificidade no caso brasileiro, que traçam a relação entre a burguesia industrial e o Estado no Brasil. De maneira que, dado o caráter da burguesia industrial brasileira, tal relação é aqui enxergada como constituindo um dos principais obstáculos para a implementação de políticas de caráter nacional no país, em particular uma política industrial nacional.

Por essas razões, tendo o trabalho fulcro na economia política das relações patrimonialistas no Brasil para, a partir disso, ser feita a leitura dos momentos históricos do Brasil aqui selecionados, faz-se necessário, primeiramente, desenhar o quadro teórico utilizado para debruçar-se aqui sobre o patrimonialismo, a burguesia industrial e a história do país.

Assim, a seção é iniciada com o posicionamento teórico do Institucionalismo Histórico enquanto herdeiro do Institucionalismo (ou “Velho Institucionalismo”) dentro de uma “onda” chamada Neoinstitucionalismo, que influenciou as diversas ciências sociais, conforme será mostrado. Posteriormente, são discutidos aspectos metodológicos e, principalmente, ontológicos. Eles conferem a base sobre a qual, na próxima seção, trata-se da especificidade do patrimonialismo no Brasil como instituição e que, como tal, contribui para os contornos da burguesia industrial brasileira, como será visto.

2.1 A INFLUÊNCIA DA RENOVAÇÃO DO ENFOQUE INSTITUCIONAL

O Institucionalismo Histórico nasce dentro de um gênero de abordagens chamado Neoinstitucionalismo, cujo objetivo é explicar a relação entre instituições e questões

socioeconômicas, ou como aquelas afetam essas. Dentre essas abordagens, que renovam o Institucionalismo nas diversas ciências sociais a partir da década de 1970, se destaca justamente o Institucionalismo Histórico — junto ao Institucionalismo Sociológico e ao Institucionalismo da Escolha Racional. Nas Ciências Econômicas, o maior destaque coube ao Neoinstitucionalismo em Economia.

É dito que essas abordagens renovam o Institucionalismo porque, após anos de forte influência behaviorista (notadamente no período entre as décadas de 1950 e 1970), o movimento neoinstitucional colocou mais uma vez as instituições em um papel de preponderância. Adverte-se que esse resgate das instituições é visto por alguns autores como mera continuidade dos trabalhos institucionalistas outrora em voga (HIRSCH; LOUNSBURRY, 1997; SELZNICK, 1996); todavia, como apontam behavioristas e neoinstitucionalistas, a abordagem dos “velhos institucionalistas” diferencia-se, ou peca, ao focar nas instituições formais e estabelecer uma abordagem analítica, eurocêntrica, normativa e estática (MACRIDIS, 1955; ALMOND, 1960; PETERS, 1996; 1999; BELL, 2002; ISHIYAMA, 2011).

A abordagem dos “velhos institucionalistas”, ao focar nas instituições formais, sobretudo o Governo, ou seja, as instituições de Estado, dava ênfase ao Direito que conferia a ele o *status* de que talharia comportamentos e o bom funcionamento das demais instituições. Sem dúvida, isso contribuiu para o desenvolvimento de análises mais apuradas dos aspectos jurídico-normativos relacionados ao Governo. Por outro lado, não eram absorvidos elementos formadores do Direito ou de outras instituições formais. De maneira que a análise feita tinha caráter eminentemente legalista, deixando de fora, por exemplo, grupos de interesse, que têm papel central na organização de qualquer sociedade, inclusive das europeias (e estadunidense) modernas por eles estudadas.

Essas instituições, contudo, ao serem colocadas como centro das leituras desses autores pelo caráter formal exigido, tinham como referência o modelo do Estado-nação europeu. Assim, eram incapacitados os estudos políticos voltados para sociedades fora do sistema de Estados ou que não apresentassem o mesmo quadro de monopólio estatal da violência e organização republicana. Tal abordagem demonstra o etnocentrismo daquelas leituras e o tratamento de inferioridade para com organizações políticas díspares — às quais caberiam apenas observações antropológicas.

Ademais, a crítica aos “velhos institucionalistas” se estende ao fato deles se valerem de leituras muito mais descritivas que analíticas, focando em demonstrar como e se aquelas instituições funcionavam, e abstraindo aprofundamentos sobre suas origens e as consequências de seu funcionamento ou de sua existência na maneira como se apresentavam. Por outro lado, as análises comportavam aspectos estruturais, característica herdada pelo Neoinstitucionalismo Histórico.

Quanto a atribuir-se o caráter de estático a esses trabalhos, deve ser ressaltada nova similaridade para com o Neoinstitucionalismo Histórico ao buscar-se na historicidade (a contextualização histórica) traçar o cenário em que as instituições se desenvolvem. Contudo, e aqui reside mais uma crítica feita, diferentemente daquela abordagem Neoinstitucional, não se buscava explicar o processo da mudança política — apesar de buscar-se determinar como deveria ser um “bom governo”.

Esse patente caráter normativo ao, por exemplo, buscar determinar o que seria um “bom governo”, é criticado no que diz respeito à não admissão da existência de aspecto valorativo no cientista social. Essa crítica repousa na leitura positivista da necessidade de distanciamento do cientista. Todavia, o paradigma dessa neutralidade axiológica não é de todo defensável a partir do momento em que se reconhece o cientista enquanto ser social e, portanto, de leitura em alguma medida enviesada.

Um exemplo de que há, em alguma medida, continuidade do “Velho Institucionalismo” nos estudos pós-1970 dos “novos institucionalistas” reside na supramencionada abordagem do Neoinstitucionalismo em Economia. Isto porque essa abordagem é sobretudo uma renovação e simplificação dos escritos dos institucionalistas Thorstein Veblen, Wesley Mitchell e John Commons, porém focando-se em direitos de propriedade, rendas e mecanismos de seleção competitiva. Tal contribuição teve importância pela falta de conteúdo institucional na Teoria Neoclássica, acrescentando a essa escola concepções vistas como mais verossímeis para o estudo de políticas de (des)regulação — políticas bastante em voga a partir das últimas décadas do século XX (CAVALCANTE, 2014; RUTHERFORD, 2001).

Assim, trata-se o Neoinstitucionalismo em Economia de uma condensação, pois, ao contrário dos supracitados “velhos institucionalistas”, ele não rejeita a Teoria Neoclássica. Nesta

abordagem neoinstitucionalista são conservadas as preferências estáveis dos indivíduos, as estruturas de equilíbrio e o modelo da escolha racional (EGGERTSSON, 1990; HODGSON, 1998; NEE, 2005) — de maneira que se guarda grande semelhança com o Institucionalismo da Escolha Racional. Ambas as abordagens, no entanto, afastam-se do tipo de análise buscada neste trabalho, que se insere no campo da Economia Política, fundamentando-se na historicidade. O Neoinstitucionalismo em Economia, pela simplificação,

[...] nada tem a ver com o institucionalismo histórico da escola histórica alemã, ou do institucionalismo americano de John Commons e Thorstein Veblen, que foi tão importante nas primeiras décadas do século XX. É um institucionalismo hipotético dedutivo⁵, como também o foi a teoria política do contrato social de Thomas Hobbes e dos filósofos iluministas. Mas muito mais radical. Enquanto os filósofos contratualistas deduziram o Estado do estado de natureza e da necessidade de segurança ou de ordem [...], o novo institucionalismo vai deduzir dos custos de transação todas as organizações, entre as quais o Estado é apenas uma. [...] A sociedade é ignorada. Existem apenas os indivíduos e as "organizações" [...]. As organizações não nasceram da necessidade de divisão do trabalho e de cooperação — de um processo histórico complexo, portanto —, mas dos custos de transação. [...] O Estado moderno não surge da formação histórica das nações e dos Estados-nação, nem mesmo de um contrato, mas sempre da necessidade de reduzir custos de transação. [...] O ideal, a forma originária e "natural" de organizar a sociedade e a economia é a do mercado, o princípio de tudo. [...] Mesmo porque essa visão reducionista entende o Estado [...] apenas como organização com poderes especiais de legislar e tributar (BRESSER-PEREIRA, 2009a, p. 17-18).

Vale ainda dizer que, para além do Neoinstitucionalismo em Economia, a influência institucional engendrou outros campos nas Ciências Econômicas, tal qual a História Econômica Neoinstitucional, além de ter contribuído para os estudos voltados para o mencionado campo da Economia Política, caso deste trabalho. Sobre o primeiro campo, da História Econômica Neoinstitucional, ele é focado em destrinchar como instituições afetam o desenvolvimento econômico ou o mercado, ou como forças (de ordem política ou econômica) podem afetar a estrutura da economia. O que, por conseguinte, foge, ou melhor, opõe-se à relação que aqui trabalha-se: a intervenção da burguesia industrial na institucionalidade política.

Quanto à Economia Política, dada a natureza do presente trabalho, não pode deixar de ser mencionada a Abordagem das Variedades do Capitalismo, por essa fundamentar-se na associação entre instituições políticas e econômicas. Contudo, esta também se distancia do presente trabalho. Um de seus fundamentos é o de que o arcabouço de instituições

⁵ Para uma crítica do autor, em especial à falta de historicidade na utilização do método hipotético-dedutivo, ver “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica” (BRESSER-PEREIRA, 2009b).

econômicas é montado para aumentar a produtividade dos atores econômicos (HALL; SOSKICE, 2001; IVERSEN, 2006; JACKSON; WITT, 2016).

Por sua vez, este trabalho tem como cerne o imbricamento dos atores econômicos com o poder público no Brasil, ou seja, eles são aqui tomados como sujeitos ativos interessados não na performance que terão no mercado, mas puramente no desenvolvimento da servidão a eles prestada pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, a abordagem institucionalista corrobora para entendermos a lógica do patrimonialismo na economia capitalista — especificamente na relação entre Estado e a Burguesia Industrial —, em particular, diferenciando a singularidade do patrimonialismo brasileiro em sua perspectiva histórica, principalmente quando se considera a peculiaridade da revolução burguesa no Brasil.

Ainda no que diz respeito à Economia Política, essa constitui campo do estudo das Ciências Econômicas que se abre à transdisciplinaridade (CLEMENT, 2001; MOSCO, 2009). Assim, ao buscar-se analisar como governos que adotaram políticas mais progressistas sofreram (junto com o Estado) revezes de natureza institucional, particularmente promovidos pela burguesia (focando-se no extrato industrial brasileiro), o presente trabalho necessariamente imiscui-se na Ciência Política. É deste campo que se resgata o modelo analítico a ser utilizado e já mencionado: o Institucionalismo Histórico.

Essa abordagem comporta a análise de que a evolução na história promove e é promovida por mudanças históricas. Essa diferença é fundamental para traçar onde esse trabalho se localiza no estudo do mundo econômico. Enquanto a Teoria Econômica vale-se de análises focadas no indivíduo e estáticas por não comportarem o fenômeno da instabilidade estrutural, com agentes imersos num meio que tende à estabilidade (BUENO, 1997), esse trabalho baseia-se nas mudanças contínuas e na existência de uma totalidade social. É nesse sentido que ele se encaixa na Economia Política: a história é central não para serem feitas descrições, mas para demonstrar como diversos atores e estruturas se imiscuem em um *continuum* de instabilidade, identificando a especificidade histórica de cada momento, atores e lugares. Como nos trabalhos de abordagem histórico-institucional, não se discute aqui as estruturas e, portanto, a instabilidade estrutural inerente a elas, mas debruça-se sobre os efeitos dessa estrutura (do capitalismo) na formação de processos, como a história do Brasil, marcada pela sua posição dentro daquela estrutura.

Por essa mesma razão, a renovação no Institucionalismo se fez necessária, pois leituras descritivas não são suficientes para que se perceba o constante movimento da sociedade no curso da história e deixam de lado a maneira com a qual as especificidades da história geram constrações diferentes para os atores e percepções distintas para os mesmos ao tratar-se de tempos e lugares diversos. Esta dissertação está voltada para o fenômeno histórico e é por ele guiada. Nesse sentido, desconsiderar especificidades segundo as quais o processo histórico no Brasil se desenvolve de forma diversa daquele que se desenvolveu nos países centrais não faria sentido. Essas especificidades atuam de maneira a determinar a formação do país e de suas instituições com flagrantes peculiaridades, como ao dar espaço à formação singular e atuação da burguesia industrial brasileira, objeto de estudo desta dissertação.

Assim, rechaça-se aqui tanto a inobservância das mudanças estruturais subjacentes à história que se vê na Teoria Econômica e no “Velho Institucionalismo”, como o etnocentrismo desse último ao focar em um modelo de institucionalidade que diverge daquele apresentado no Brasil. Debruçar-se sobre a burguesia industrial no Brasil é divergir também da noção “velho institucionalista” de existência de um modelo padrão que deveria ser seguido, de acordo com uma normatividade centrada no padrão dos países do Norte; é ainda analisar um caminho histórico e observar que nele cria-se uma institucionalidade na qual as instituições informais têm grande relevância na história das formais (não focando apenas nessas últimas, como no “Velho Institucionalismo”). Por essas razões se entende, aqui, que a abordagem do Institucionalismo Histórico, através da centralidade nas relações de poder ao longo do tempo e das limitações e influências que instituições informais podem imprimir, consegue melhor capturar o transbordamento das ações da burguesia industrial brasileira para dentro do mundo político ao longo da história (dado o seu caráter e a ordem patrimonial em que se insere).

2.2 ASPECTOS DA ABORDAGEM HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O Institucionalismo Histórico, dentro da “onda” do Neoinstitucionalismo, versão adotada neste trabalho, tem influências e aspectos que o diferenciam de outras abordagens neoinstitucionais — o que o define tanto ontologicamente como metodologicamente e conceitualmente. Esta subseção dedica-se a destrinchar essas especificidades ontológicas, metodológicas e conceituais. No entanto, antes disso, percebe-se válido fazer um breve comentário sobre a inserção do Institucionalismo Histórico na dita “onda do

Neoinstitucionalismo” como uma das principais abordagens da mesma (para além do Institucionalismo da Escolha Racional e do Institucionalismo Sociológico, como supradito).

O Institucionalismo Histórico, segundo Hall e Taylor (2003), é derivado de uma reação às leituras predominantes da política nos anos 1960 e 1970: as abordagens dos grupos e a abordagem estrutural-funcionalista. Desta última, admite-se que a comunidade política é um sistema global composto de partes que interagem; contudo, ao contrário dessa abordagem, não se admite no Institucionalismo Histórico que características dos agentes moldem a estrutura. Pelo contrário: para o Institucionalismo Histórico, “a organização institucional da comunidade política era o principal fator a estruturar o comportamento coletivo e a estruturar resultados distintos” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 195). De modo que características são criadas ou moldadas ao longo do processo histórico a partir de uma estrutura.

Dessa maneira, assim como as características individuais, a ação individual em si, para os institucionalistas históricos, também não interfere nas instituições. Isso porque elas tanto são construções coletivas como convenções sociais (nesse sentido, o Institucionalismo Histórico bebe do Institucionalismo Sociológico), escapando à ação individual a capacidade de enfrentá-las.

Por outro lado, no espaço de escolha do indivíduo, há adesão aos constructos advindos das instituições em razão da análise, pelo próprio indivíduo, de que mais lhe vale aderir que adotar o comportamento de um pária — nesse sentido, o Institucionalismo Histórico bebe do Institucionalismo da Escolha Racional no que diz respeito ao cálculo feito pelo indivíduo⁶ (IMMERGUT, 2006; STEINMO, 2008, p. 126), mas esse dito cálculo, ou seja, essa racionalidade, está imersa no ambiente e não é absoluta (ou a-histórica).

Nesse ponto, faz-se mister observar que, mesmo afirmando-se a existência de aproximação com o Institucionalismo da Escolha Racional, por alguma leitura com relação ao indivíduo, o Institucionalismo Histórico guarda diferença fundamental com relação ao Institucionalismo da Escolha Racional: esse último identifica-se, de um lado, com modelos dedutivos, e, de outro,

⁶ Enquanto o Institucionalismo Sociológico e o Institucionalismo da Escolha Racional têm respostas bem definidas sobre os papéis do social e o lugar do indivíduo, o mesmo não ocorre com o Institucionalismo Histórico. O debate entre Hall e Taylor (1998) e Hay e Wincott (1998) aborda essa questão, contudo, ficou em aberto qual seria a resposta do Institucionalismo Histórico. Em ambos os trabalhos, afirma-se a necessidade de maior progresso nesse sentido, devendo ser ressaltado que para Hay e Wincott tal progresso deveria ocorrer dentro do problema agente-estrutura.

salvo raros trabalhos, com o Individualismo Metodológico (PETERS, 1999; THELEN, 1999; CÉSARIS, 2009).

2.2.1 Aspectos metodológicos e ontológicos

Já no que diz respeito ao Institucionalismo Histórico, mesmo que ele esteja ainda em construção, é patente sua distância do Institucionalismo da Escolha Racional, tanto numa perspectiva metodológica, quanto numa perspectiva ontológica, por mais que não seja simples a separação entre essas perspectivas. No que diz respeito à diferença metodológica entre essas abordagens, ela é afirmada por alguns autores (THELEN, 1999; CÉSARIS, 2009) através da oposição dedutivismo-indutivismo, como é o caso de Bell:

Em contraste com a abordagem da escolha racional, a metodologia do institucionalismo histórico é indutiva, e não dedutiva. [...] Assim, a busca por regularidades empíricas através de repetidas observações, divergindo dos princípios mais básicos do dedutivismo, é a estratégia preferida para a investigação (2002, p.369, tradução nossa⁷).

Contudo, apesar do Institucionalismo Histórico ser uma abordagem em construção, que, por assim dizer, acaba por comportar diferentes enfoques ou tipos de inferência de distintos autores, a avaliação de Hédoïn é mais acertada. Segundo a leitura de Hédoïn (2013), o Institucionalismo Histórico vale-se do método abduutivo (ao que se retorna mais à frente em breve comentário após ser explicitada a questão ontológica, pelo seu vínculo com o método) e não se encaixa no individualismo metodológico — ou tampouco no holismo metodológico, muitas vezes tido como o oposto daquele.

De acordo com a leitura desse autor, o Institucionalismo Histórico rejeita não só a dicotomia entre indutivismo e dedutivismo, como também a existente entre individualismo e holismo metodológicos, adotando, por sua parte, o Institucionalismo Metodológico e a metodologia dos tipos ideais. Esta leitura é parcialmente acompanhada por Césarís (2009), já que esse enxerga o Institucionalismo Histórico como fora da dicotomia individualismo-holismo, muito embora o foco desse autor seja o de estabelecer a abordagem institucionalista-histórica na categoria ontológica do Realismo Relacional.

⁷ Texto original: “*In contrast to the rational choice approach, the historical institutionalist methodology is inductive, not deductive [...]. Thus, the search for empirical regularities through repeated observations, not deductive first principles, is the preferred strategy for inquiry.*”

Vale ressaltar, neste ponto, que observações de caráter ontológico se sobrepõem àquelas que dizem respeito ao método, haja vista que a apreensão da realidade, a maneira como se afirma essa, é premente frente à avaliação do próprio objeto dentro de uma pesquisa. No dizer de Hall (2003), a “ontologia é crucial para a metodologia porque a apropriação de um dado conjunto de métodos depende da natureza das relações causais que eles buscam descobrir. Para serem válidas, as metodologias usadas em um campo devem ser congruentes com suas ontologias prevaletentes” (2003, p. 374, tradução nossa⁸).

Dessa maneira, trabalhos como os dos “velhos institucionalistas”, ao se resumirem à identificação da realidade como permeada de instituições de governança dentro da sociedade ocidental, tinham na metodologia da análise descritiva o encaixe perfeito para fazer o traçado histórico da instituição num dado país e descrever o grau da sua adequação a seu papel na governança. Patente, portanto, que a identificação da ontologia é o mais importante passo para debruçar-se sobre o caráter metodológico da pesquisa, devendo-se, assim, para melhor entendimento, ser explicitado o “Realismo Relacional” a que Césaris (2009) se refere.

Em verdade, esse autor resgata a análise do historiador Charles Tilly (2002; TILLY; GOODIN, 2006), que resume as ontologias existentes em quatro: Individualismo Fenomenológico, Individualismo Metodológico, Holismo Metodológico e o próprio Realismo Relacional. O primeiro, o Individualismo Fenomenológico, coloca na consciência individual a unidade basilar de análise, de modo que a soma de ideias e de conexões de indivíduos com vontades ou ideias similares criaria o tecido social.

Por sua vez, o Individualismo Metodológico parte da ideia de que o indivíduo (e o interesse individual) é a unidade básica da análise social, de maneira que se tem, através desse tipo de inferência, uma pretensa ideia de totalidade a partir da soma das unidades. Enquanto que, “no outro extremo”, o Holismo Metodológico, dedutivo por natureza, inverte para a sociedade a unidade de análise, que é exterior aos indivíduos e condiciona os padrões de comportamento dos mesmos.

⁸ Texto original: “*ontology is crucial to methodology because the appropriateness of a particular set of methods [...] turns on assumptions about the nature of the causal relations they are meant to discover. [...] To be valid, the methodologies used in a field must be congruent with its prevailing ontologies*” (HALL, 2003, p. 374).

Não é necessário um maior detalhamento dessas duas últimas ontologias para se entender que a dicotomia existente entre elas paira sobre a oposição entre indivíduo e sociedade, ou entre micro e macro. O problema dessa oposição é que ela parte de acepções superficiais tanto dos indivíduos quanto da sociedade. Crítica da qual tampouco escapa o Individualismo Fenomenológico.

Considerando-se, primeiramente, o indivíduo do Individualismo Metodológico, este é desprovido de seu sentido social, que escapa a essa ontologia. Como ser social, ele não pode ser atemporal (tem que ser tomado dentro de um contexto) e suas ditas preferências teriam que dizer respeito à sua relação concreta com o mundo, sua realidade material, dentro de um sistema de classes. Similarmente, é crítica a falta de reconhecimento da objetividade do mundo no Individualismo Fenomenológico, o que torna a acepção de indivíduo desta ontologia distante de um reconhecimento da realidade material, concreta, do mesmo.

Já o Holismo Metodológico, muito embora baseie-se na busca pela contemplação do social, reconhecendo que existe uma realidade que cerca o indivíduo, cria uma ideia de que o macro é homogêneo por impor valores aos indivíduos. Contudo, essa homogeneidade é inexistente. A sociedade ou totalidade é feita de conflitos e de violências entre os grupos e neste meio estão as relações do indivíduo que acabam por defini-lo. A totalidade,

[...] não é um modelo ao qual a realidade deva ser encaixada e sim um conjunto de proposições que sugerem a existência de determinadas relações em um ser (entendido [...] como ‘um todo’). Tal categoria foi extraída de situações reais e deve sempre ser confrontada com elas e quando não houver correspondência deve ser alterada (VIANA, 1999, p. 12-13).

Essa necessária contextualização quanto às inferências teóricas que são feitas acerca da realidade leva à quarta ontologia do esquema de Tilly (2002), o Realismo Relacional, que ele resume como:

[...] a doutrina de que as transações, as interações, os laços sociais e as conversas constituem o elemento central da vida social, uma vez predominante nas ciências sociais, senão na história. Economistas clássicos como Karl Marx, Max Weber e Georg Simmel enfatizavam as relações sociais, tomando tanto indivíduos como estruturas sociais complexas como produtos de regularidades nas relações sociais. [...] Na análise relacional, os problemas micro-macro lógicos e ontológicos tornam-se insignificantes se comparados com a natureza de difícil trato que têm no individualismo fenomenológico, no individualismo metodológico e no holismo. Isso acontece porque o realismo relacional concentra-se em conexões que concatenam, agregam e desagregam prontamente, formam estruturas organizacionais, ao mesmo

tempo em que moldam o comportamento individual. Os analistas relacionais perseguem [...] as relações de poder das de pequena escala às de grande escala e das de grande escala às de pequena escala (p. 72, tradução nossa⁹).

Dessa maneira, Tilly (2002) coloca que o Realismo Relacional comporta leituras quanto ao indivíduo, quanto à mecânica de pesquisa e quanto à teorização da história. A mecânica utilizada vale-se do entendimento dos conceitos enquanto relações, comportando em si a teorização da história e tomando o indivíduo dentro delas. Assim, a leitura das relações sociais complexas e do indivíduo está imersa na identificação desses dois como pertencentes a um conjunto de transações entre grupos e indivíduos, que são cambiantes.

Portanto, tomando exemplo utilizado por Césarís (2009), a identidade do indivíduo não é perene, ela é uma “posição que experimenta um símbolo em relação com o qual desenvolve laços de identificação, transformando-o, assim, também em um objeto” (p. 38). Assim, a identidade é relacional por variar de acordo com tempo e espaço e ser determinada pelas transações estabelecidas entre indivíduos e grupos. O mesmo vale para conceitos. Conceitos não têm definição indistinta no tempo e no espaço. Pelo contrário. Eles não são algo em si mesmos e consistem nas relações que acontecem em um dado lugar e em um dado momento da história. Nesse ponto vale resgatar como exemplo a definição marxiana de “capital”:

[...] **capital não é uma coisa, ele é uma relação social** de produção definida pertencente a uma determinada formação sócio-histórica, que simplesmente toma a forma de uma coisa e dá à coisa um caráter social específico. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, mas, por si mesmos, os meios de produção são tão pouco capital quanto ouro ou prata são dinheiro. Ele é os meios de produção monopolizados por uma determinada seção da sociedade, os produtos e condições da atividade da força de trabalho, que são tornados autônomos vis-à-vis esta força de trabalho viva e são personificados em capital através dessa antítese. Não são apenas os produtos dos trabalhadores que são transformados em forças independentes, os produtos como mestres e compradores dos seus produtores, mas as forças sociais e a forma interconectora desse trabalho também os confrontam como propriedades do seu produto. **Aqui nós, portanto, temos um fator de um processo de produção social historicamente produzido em uma determinada forma social**, e, à primeira

9 Texto original: “[...] *the doctrine that transactions, interactions, social ties, and conversations constitute the central stuff of social life, once predominated in social science, if not in history. Classical economists, Karl Marx, Max Weber, and Georg Simmel all emphasized social relations, regarding both individuals and complex social structures as products of regularities in social relations. [...] In relational analysis, logical and ontological micro-macro problems dwindle to insignificance as compared with their almost intractable nature in phenomenological individualism, methodological individualism, and holism. They dwindle because relational realism concentrates on connections that concatenate, aggregate and disaggregate readily, form organizational structures at the same time as they shape individual behavior. Relational analysts follow [...] power relations from the small scale to the large and back*” (TILLY, 2002, p. 72).

vista, uma forma muito misteriosa (MARX, 1981, p. 953-954, tradução nossa¹⁰, grifo nosso).

Valendo-se dessa conceituação como exemplo, chega-se a um ponto fulcral deste trabalho sobre o que é pensar relacionalmente: a investigação do objeto não pode valer-se do isolamento do mesmo frente às relações, pois é das relações que se extrai o que existe de fundamental no objeto, ou seja, um conceito não é uma coisa em si, mas o signo atribuído a um tipo de relação ou a um conjunto de relações. Assim, são as condições objetivas dentro das quais estão imersos conceitos como identidade, capital, classe (em si mesma) e, como será abordado adiante, patrimonialismo, que revelarão a essência e o funcionamento dos mesmos. As relações com outros elementos conferem aos conceitos e objetos existência “não-misteriosa” e consistência com o real. No dizer de Bourdieu: “é preciso pensar relacionalmente. [...] O real é relacional” (BOURDIEU, 1989, p. 27-28).

Em meio à sua crítica à rigidez na pesquisa científica, que limitaria dadas abordagens teóricas à utilização de certas abordagens metodológicas, Bourdieu (1989) lança o desafio de desobedecer a essa rigidez científica (que ele diz ser confundida com “rigor científico”) e o desafio de se pensar relacionalmente — em contraposição à concepção de mundo realista. Sobre este segundo ponto, de acordo com a leitura do autor, no que diz respeito à citação acima de Marx, por exemplo, seria mais fácil pensar o capital como ele aparece aos olhos, enquanto meios de produção materiais, ou seja, enquanto coisa, do que como forma reveladora ou conceito fundamentado em relações próprias do sistema capitalista.

Nesse mesmo sentido, seria mais fácil investigar a identidade de um indivíduo pela atribuição a ele de pertencimento a um grupo (étnico, etário, etc.), do que a partir da construção da identidade como dentro de um espaço de relações que geram diferenciações sociais. Seria mais fácil conceituar classe (em si mesma) por meio de faixas de renda, do que pelas relações

¹⁰ “[...] *capital is not a thing, it is a definite social relation of production pertaining to a particular historical social formation, which simply takes the form of a thing and gives this thing a specific social character. Capital is not the sum of the material and produced means of production. Capital is the means of production as transformed into capital, these being no more capital in themselves than gold or silver are money. It is the means of production monopolized by a particular section of society, the products and conditions of activity of labour-power, which are rendered autonomous vis-à-vis this living labour-power and are personified in capital through this antithesis. It is not only the workers’ products which are transformed into independent powers, the products as masters and buyers of their producers, but the social powers and interconnecting form of this labour also confront them as properties of their product. Here we therefore have one factor of a historically produced social production process in a definite social form, and at first sight a very mysterious form*” (MARX, 1981, p. 953-954, grifo nosso).

que os indivíduos têm com o sistema de produção e que os grupos têm de maneira conflituosa (ou não¹¹) entre si.

Portanto, mais fácil é tratar tipos ideais como dogmas inúteis, sacrificando o uso a que eles deveriam se prestar perante a realidade, encaixando a realidade na teoria, do que contextualizá-los e utilizá-los de maneira relacional para investigar tipos de relação — exercício este que aqui se empreende ao analisar o patrimonialismo no Brasil enquanto a relação entre a burguesia (industrial) brasileira e o Estado, em fases distintas da trajetória de desenvolvimento da economia brasileira. A partir do resgate do tipo ideal patrimonialismo, criado por Weber, faz-se uma leitura da formação do processo histórico brasileiro. Assim, utilizam-se aqui os conceitos (mais especificamente, o de patrimonialismo) enquanto relações. Isso dá suporte à investigação sobre como a burguesia industrial cooperou para que governantes com políticas progressistas tivessem seus mandatos interrompidos, buscando manter sua posição de grupo de interesse privilegiado perante o Estado.

Contudo, se tomada como referência a abordagem de Bourdieu (1989), que coloca o pensar relacional como sendo uma oposição ao pensar realista, como poderia sustentar-se o Institucionalismo Histórico em um Realismo Relacional? De acordo com Vandenberghe (2010), as críticas de Bourdieu faziam referência ao realismo empiricista; ademais, crítico de Bourdieu, ele vai afirmar que esse autor incorre em idealismos por estabelecer o mundo social como analogia e efeito das relações que a teoria descreve, quando são as relações teóricas que devem ser um reflexo do mundo social.

O que não leva esse trabalho a desconsiderar a supramencionada crítica de Bourdieu. Pelo contrário. O posicionamento daquela crítica no trabalho permanece, mas esclarecida como voltada contra a tomada de conceitos de forma substancial, ou seja, no que os coloca sob a perspectiva de que são pré-formados e as dinâmicas acontecem entre eles a partir dessa pré-formação (EMIRBAYER, 1997). Afinal, como propõe Donati (2015), a sociedade não é um espaço em que ocorrem relações, a sociedade consiste em relações; portanto, os conceitos estão em constante formação, são contextuais e relacionais, ou seja, eles estão inseridos no processo das transformações históricas e, por isso, devem ser redefinidos de acordo com cada momento histórico.

¹¹ Extratos como o lumpemproletariado e a pequena burguesia não necessariamente se vêm em conflito, mas isto já adentra na conceituação de classe por si mesma, ou seja, de consciência de classe.

Incorporando-se a crítica de Bourdieu (1989), vale ser feita aqui mais uma crítica à obra algumas vezes mencionada de Hédoin (2013). A obra desse autor busca aclarar os contornos metodológicos do Institucionalismo Histórico. Para tanto, ele os divide em dois grupos: os que se inserem dentro da historicização da teoria e os que se inserem dentro da teorização da história. Contudo, Hédoin reconhece que não foi muito acertada a opção pela expressão “teorização da história”.

Isso porque o próprio autor (acertadamente) invoca o Institucionalismo Histórico como um programa de pesquisa que versa sobre a dinâmica e a evolução das instituições e dos sistemas socioeconômicos dentro do tempo histórico, mas, dito daquela maneira (“teorização da história”), dá-se margem à ideia realista-substancialista criticada por Bourdieu (1989) de que a história (nesse caso, o objeto) é um dado preexistente, independente das representações feitas dela.

Essa crítica ao substancialismo aqui trazida através de Bourdieu (1989) não deve levar à confusão com a ideia de economia substancial de Karl Polanyi. Como visto, o substancialismo é aqui criticado enquanto posicionamento ontológico que dá ao objeto de estudo a capacidade de ter propriedades intrínsecas a ele; o que não deve ser confundido com a concepção substantivista adotada por Polanyi.

Segundo ele, a economia substantivista opõe-se à formalista, pelo etnocentrismo dessa. Polanyi (1977) afirma que a economia formalista iguala a economia humana à sua forma de mercado (encontrada no ocidente nas sociedades industriais), reduzindo o escopo à escassez e ao sistema de preços — e não pode ser tomada como única definição do econômico. Por outro lado, a economia substantiva consiste no reconhecimento da existência humana através da relação institucionalizada entre o homem, os homens e o ambiente.

Hédoin (2013) inclui a economia substancial de Polanyi como ontologicamente nuclear no Institucionalismo Histórico, mesmo que registrando que isto não é feito explicitamente por outros autores. No entanto, a utilização da economia substancial é um importante contraponto ao “economicismo extremado” presente tanto na literatura marxista como na ortodoxa ao colocar-se a Economia como em separado de outros campos (mesmo levando-se em conta que as definições dadas por Marx sejam comportadas dentro da ideia de que os conceitos devem

ser fundados em relações sociais). A contraposição a essa separação do econômico encontra guarida em Polanyi: “a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais” (2000, p. 65). Todavia, ele faz a ressalva de que dentro do sistema capitalista da sociedade de mercado não há uma autonomia do econômico, mas uma superposição desse sobre outras esferas no seio das relações sociais:

[...] o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 77).

Valendo-se da expressão “incrustadas” em vez de “embutidas” (da citação anterior feita da tradução de Polanyi utilizada), Machado (2010) argui que esse conceito foi, em verdade, modificado do sentido original de Polanyi. O “*embeddedness*” ou “incrustamento”, segundo Machado, referia-se em Polanyi à novidade introduzida pela sociedade de mercado, que seria o “desincrustamento” da Economia perante a sociedade, como visto acima. No entanto, ainda de acordo com o autor, as ciências sociais (em especial a Sociologia Econômica) modificaram o termo para identificar a economia como sempre desincrustada.

A questão é que Polanyi não nega a relação entre a Economia e o sistema social, contudo, o que ele ressalta é que, sob a égide do sistema capitalista, tudo está subjugado ao espectro econômico. Tal ideia é capturada, nesta dissertação, no sentido de admitir a pujança de determinados agentes econômicos (em verdade, uma fração de classe: a burguesia industrial brasileira). Deixa-se de lado, todavia, a crítica de Polanyi (1977) quanto à autonomização da economia frente a conscientes controles sociais.

Esse ponto é retomado porque o conceito de incrustamento é essencial dentro do Institucionalismo Histórico no sentido de que todos os processos causais estudados estão sob sua égide. Isto se explica pelo fato do Institucionalismo Histórico ser uma abordagem de alcance intermediário, no sentido de que as instituições, como regras, estariam acima dos agentes, mas abaixo das grandes forças estruturais. Assim, os processos causais estão incrustados na lógica das relações existentes num dado momento histórico e num dado contexto socioeconômico.

Isso tem grande relevância porque ao mesmo tempo em que a investigação histórico-institucionalista pauta-se no incrustamento, que é nada menos que o reconhecimento das relações de poder estruturantes, ela tem como fraqueza não possuir a busca pela explicação da própria realidade em que estão incrustados os processos causais que estuda¹². Neste sentido, tem-se a elucubração de Bell (2002):

Esses fatores estruturais mais amplos incluem, por exemplo, o impacto de forças de classe ou o impacto da economia doméstica ou internacional sobre a política. Isso levanta a questão de saber onde desenhar os limites dos fatores institucionais; especialmente uma vez que é claro que as estruturas de nível macro, como as relações de classe, também claramente impactam no comportamento [dos indivíduos]. Em última análise, as distinções aqui são de natureza analítica. É útil fazer a distinção entre fatores institucionais e estruturais mais amplos, particularmente porque os primeiros geralmente desempenham um papel importante na formação e na mediação do impacto desse último [...]. Por exemplo, forças de classe são importantes em todas as sociedades capitalistas, mas o impacto real de tais forças será mediado pela constituição institucional do Estado, pela natureza da organização sindical ou pela dinâmica da competição partidária (p. 365, tradução nossa¹³).

¹² Dentro dos limites das abordagens institucionais, faz-se um esforço neste trabalho para atender ao chamado de Pontusson (1995), admitindo-se, contudo, que o atendimento integral do que propõe esse autor foge ao escopo investigativo do Institucionalismo Histórico. Eis a proposição feita por ele: “[...] os economistas políticos devem [...] prestar mais atenção sistemática não apenas às instituições econômicas, mas também a uma série de variáveis econômico-estruturais que se situam além dos limites convencionais de análise institucional. Por que uma mudança tão dupla na atenção analítica (dos estados capitalistas para o capitalismo e das instituições para as estruturas) é necessária ou desejável? [...] Precisamos nos empenhar em um estudo comparativo do capitalismo avançado para avançar o estudo comparativo de estados capitalistas avançados (e relações industriais). A mudança analítica que eu proponho tem dois méritos maiores: Primeiro, serve para descobrir as relações de poder estruturais e, segundo, fornece a base para uma análise dos interesses econômicos e das forças que os moldam. [...] Essas considerações nos permitem ter uma melhor ideia sobre a política da mudança institucional, mas eu argumentaria que elas também lançam uma luz significativa sobre como as instituições existentes operam e por que seus efeitos as vezes mudam ao longo do tempo (p. 143, tradução nossa). Segue o texto original: “[...] *Political economists should [...] pay more systematic attention not only to economic institutions but also to a range of economic-structural variables that lie beyond the conventional confines of institutional analysis. Why is such a twofold shift in analytical attention (from capitalist states to capitalism and from institutions to structures) either necessary or desirable? [...] We need to engage in a comparative study of advanced capitalism to advance the comparative study of advanced capitalist states (and industrial relations). The analytical shift that I propose has two major merits: First it serves to uncover structural power relations and, second, it provides the basis for an analysis of economic interests and the forces that shape them. [...] These considerations enable us to get a better handle on the politics of institutional change, but I would argue that they also shed significant light on how existing institutions operate and why their effects sometimes change over time*” (p. 143).

¹³ Texto original: “*These broader structural factors include, for example, the impact of class forces or the impact of the domestic or international economy on politics. This raises the question of where to draw the boundaries of institutional factors; particularly since it is clear that macro-level structures, such as class relations, also clearly impact on [individuals’] behaviour. Ultimately, the distinctions here are analytical in nature. It is useful to distinguish between institutional and wider structural factors, particularly since the former often play an important role in shaping and mediating the impact of the latter [...]. For example, class forces are important in all capitalist societies, but the actual impact of such forces will be mediated by the institutional make up of the state, by the nature of trade union organisation or by the dynamics of party competition*” (BELL, 2002, p. 365).

O Institucionalismo Histórico toma como fundamental o tratamento do capitalismo enquanto sistema histórico específico, de maneira que se extrai do excerto acima que estudos a partir dessa abordagem são instrumentalizados de acordo com as particularidades capitalistas, destacando-se as diferenças desse sistema para a realidade anterior à sua formação, bem como as diferenças existentes nas etapas da sua conformação.

Contudo, admitir a existência de fatores estruturantes não faz com que a análise histórico-institucional vá para além das instituições. Assim, mesmo ao reconhecer-se que interesses advêm em primeiro plano do posicionamento de classe, na perspectiva do Institucionalismo Histórico isso se expressa por meio da visão de que indivíduos e grupos sociais possuem interesses e as instituições influenciarão a articulação e a expressão dos mesmos na política, situação essa fundamental para o desenvolvimento desta dissertação ao tentar analisar a relação entre a formação e atuação da burguesia industrial brasileira frente a políticas industriais de governos considerados mais progressistas.

Ademais, mesmo considerando-se a imersão no capitalismo, julga-se também que esse é um conceito, um tipo ideal, de modo que, como aqui antecipou-se através do anti-tietnocentrismo de Polanyi, ele não é universal, mas um constructo de um determinado momento histórico. Trata-se de uma ordem social institucionalizada específica passível de leitura nos moldes do tipo ideal weberiano. Um tipo ideal apresenta uma imagem simplificada e abstrata que captura o essencial de um complexo histórico. Isso repousa sobre o postulado neokantiano de que a realidade não é diretamente acessível, portanto a ideia é de que os conceitos devem funcionar como intermediários na busca ativa pelo conhecimento, entre a teoria e a história (HÉDOIN, 2013; STREECK, 2010).

Em artigo sobre a utilização de tipos ideais para a explicação histórica, Watkins (1952) afirma que existem dois entendimentos para a utilização dos tipos ideais weberianos. A tese daquele autor é a de que, num primeiro momento, Weber propôs a utilização de tipos ideais de maneira holística, mas, posteriormente, passou a tratá-la de maneira individualística. Ele explica isso a partir do entendimento (próprio da leitura behaviorista) de que qualquer explicação por um viés holístico cairia necessariamente em uma análise individualística, descartando-se os tipos ideais de construção holística, que enfatizam os traços ideais de uma situação considerada como um todo.

Para tanto, ele dá como exemplo a sentença “A economia britânica em 1850 era competitiva”, de forma que, em sua leitura, o único tipo ideal que poderia lançar luz sobre isso é o da “competição perfeita”. Com esse exemplo, ele pretende afirmar que o conhecimento de características gerais de uma situação social seria sempre derivado do conhecimento de situações individuais reunidas (no exemplo: “concorrência perfeita”, que só poderia ser definido em termos de preferências e informações individuais), não sendo possível a investigação a partir de tipos ideais que tratassem características gerais e essas possibilitassem a leitura de situações individuais.

Contudo, o mesmo exemplo utilizado pelo autor serve para utilização oposta dos tipos ideais. Se tomada aquela frase pelos pontos de vista histórico, comparativo ou institucional, um tipo ideal como aquele a que ele se refere de nada serviria, pois apenas tiraria uma foto, seria uma análise estática, e, portanto, reducionista. Se tomada a frase como ao longo do tempo (comparando-se com os períodos anteriores ou posteriores a 1850), se questionaria se as instituições propiciavam competição, assim, o tipo ideal seria visto pelo aspecto institucional que propiciaria a ação individual e não pela ação em si.

Além disso, a própria frase denota também uma análise comparativa. Dizer que a economia de um país numa época era competitiva implica em dizer que ela, como um todo, era competitiva e deixou de ser (ou passou a ser), sendo o tipo ideal o próprio conceito de “competitiva”. E esse só poderia ser tomado como relacional; ou seja, a Grã-Bretanha era competitiva frente aos outros ou pela sua relação com os outros países, ou simplesmente na comparação com os outros países.

Os tipos ideais weberianos têm propósito de auxílio heurístico, o que Watkins propõe no sentido de serem eles utilizados como parâmetros para identificação de desvios, do que é importante manifestar discordância. Em sua visão, o tipo ideal individualístico, por exemplo, auxiliaria na verificação de fatores que desviariam os indivíduos de um comportamento racional — essa leitura só é registrada por Weber (2000) no que diz respeito à Teoria Econômica. Nessa linha, existiria assim um comportamento racional moldado *a priori*. A abordagem histórico-institucional não comporta esse tipo de leitura. Para essa abordagem, a realidade institucional conforma as ações dos indivíduos que, mesmo que fossem entendidos como maximizadores, têm a concepção das suas decisões alterada pela institucionalidade.

De mais a mais, a ideia de Watkins de desvio de conduta individual ou de um grupo pode pressupor, pela análise a partir das situações deles em específico, ou seja, valendo-se de tipo ideal individualístico, um forte caráter normativo, o que também foge ao Institucionalismo Histórico. Como se inserem, então, os tipos ideais dentro da pesquisa histórico-institucional dada a impropriedade desse caráter normativo na abordagem?

A natureza teleológica subsumida em um tipo ideal não gera, necessariamente, o caráter de normativo, muito embora a aplicação dele, frente a problemas reais, ao revelar ou demonstrar a existência desses problemas, possa dar essa impressão. De fato, se um observador vê um problema, ele o enxerga de maneira simplificada relacional, ou seja, o “problema” é o desvio do “bom” ou do “normal”, mas isso é uma leitura que pode ensejar normativismo e não uma leitura inicialmente normativa. Até porque um tipo ideal não necessariamente é positivo¹⁴ e tampouco é alcançável (WEBER, 1949). Ele deve ser um parâmetro, não um modelo que se encaixa perfeitamente na realidade, tendo assim mais serventia para uma avaliação analítica do que a uma normativa.

Essa leitura behaviorista de Watkins demonstra como o Institucionalismo Histórico nasce da rejeição desse tipo de análise. A não utilização do que ele chama de tipos ideais holísticos na explicação histórica é, sobretudo, díspar da que insere o método dos tipos ideais no Institucionalismo Histórico. Esse segue o ditame de Weber de que “a pesquisa histórica encara a tarefa de determinar em cada caso individual, a extensão em que esse constructo-ideal se aproxima ou diverge da realidade” (1949, p. 90), ou seja, parte-se do geral para o caso individual.

Comentador de Weber, Aron (2000) pondera que no autor alemão percebe-se o uso de três formas de tipo ideal. Uma delas seria a utilizada pela teoria econômica (que, como visto anteriormente, diverge da Economia Política), constituída pelas reconstruções racionalizantes de condutas de um tipo particular (ARON, 2000, p. 467), estando ela de acordo com a espécie a que Watkins chamou individualística.

Sem descartar (como faz Watkins) essa ou qualquer forma de tipo ideal, Aron (2000) enxerga duas outras formas de tipo ideal: uma que trataria de conjuntos históricos reais e singulares e

¹⁴ Da oposição negativo-positivo.

outra que abordaria aspectos das instituições políticas que não cobrem todo um regime e que podem se repetir na história; o primeiro caso podendo ser exemplificado com o “capitalismo” e, o segundo, com a “burocracia”. Dessa forma, o que se conclui é que nessas três formas (ou nas duas espécies de Watkins) existem graus de abstração diferentes, mas o uso dos tipos ideais pode cumprir seu propósito nas três: ser meio para a investigação científica, para alcançar-se a compreensão, ou seja, a “[...] apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido” (WEBER, 2000, p. 6).

A construção de tipos ideais é feita a partir de conhecimento passado, mas objetiva a análise das relações entre eventos (que não necessariamente pertencem àquele passado). O conteúdo dos conceitos deve permanecer fluido (WEBER, 1949, p. 93). De resto, os tipos ideais não podem ser demasiadamente gerais por correrem o risco de perder a qualidade de comparação com eventos concretos, nem demasiadamente específicos, ou estarão presos a um determinado lugar ou momento histórico. Eles são conceitos em um nível intermediário de abstração aplicáveis a fenômenos históricos concretos e modificáveis por esses fenômenos históricos (PORTES, 2010). No dizer de Weber, o tipo ideal “não é nenhuma hipótese, mas ele oferece orientação para a construção de hipóteses” (1949, p. 90, tradução nossa¹⁵).

Feitas considerações de caráter ontológico (e já tendo inevitavelmente adentrado nas de caráter metodológico), retorna-se às questões que dizem respeito ao tipo de inferência lógica que se faz neste trabalho para lidar com sua hipótese. Seguindo a supramencionada linha de Hédoin (2003), que argui pautar-se o Institucionalismo Histórico no método da abdução, observa-se ser esse mais adequado frente ao da dedução e ao da indução puramente tomados.

O método pressupõe que, dado o estado em que se observa a realidade através de uma redescrição da mesma, não se parte para generalizações ou deduções, mas se faz valer da explicação mais plausível por meio de uma recontextualização (BACHE; BULMER; GUNAY, 2012) — podendo esta vir a ser falseada mediante nova investigação. Por intermédio da abdução, age-se na busca por um traço ou característica de um fenômeno e, a partir disso, sugere-se uma hipótese.

¹⁵ Texto original: “*it is no hypotheses but it offers guidance to the construction of hypotheses*” (WEBER, 1949, p. 90).

Quanto à indução e à dedução, em verdade, ambas não são independentes, são momentos do processo de apreensão da realidade (CORAZZA, 1996). A ideia subjacente à abdução é a de que, partindo-se da inferência abdutiva, formula-se uma hipótese, cabendo à dupla indução-dedução avanços seguintes¹⁶ (FURQUIM; GALA, 2004). Este tipo de inferência é, assim, uma legítima opção para este estudo, pois esse método dá espaço para explicações de caráter relacional a partir da recontextualização de conceitos, fazendo-se uso das hipóteses que melhor se aplicam à história.

Assim, tendo em mente a recontextualização de conceitos, tem-se a conexão entre métodos e ontologia. A recontextualização apresenta-se antes de tudo na retomada pelo trabalho do patrimonialismo no Brasil, mas enquanto conceito relacional, ou seja, a relação das elites, enfatizando-se aqui a burguesia industrial, com o Estado brasileiro. Faz-se abdutivamente a hipótese de que o tipo ideal patrimonialismo nas especificidades do Brasil reflete a causa para movimentos regressivos frente a certos governos na história do país.

O que parte do princípio visto aqui de que a história não é um dado preexistente, ou seja, o capitalismo é um processo em construção e que tem uma construção específica no solo brasileiro, mesmo que, como aqui visto, as relações econômicas tenham o condão de se sobrepor às relações sociais. Em outras palavras, por conta de o país estar sob a égide do mesmo sistema capitalista que os países centrais, não invalida-se a tese de que há no Brasil uma construção específica. Pelo contrário: o desenvolvimento no país das relações econômicas (ao que se chamou, como será visto na próxima seção, de Revolução Burguesa pela via colonial) fez apenas com que aqui surgisse uma ordem institucional peculiar, de modo que sua compreensão é fundamental para o entendimento dos limites do desenvolvimento de caráter nacional no Brasil.

Por fim, observa-se que, muito embora possa ser identificada na literatura a utilização dos termos método ou metodologia para se referir ao Institucionalismo Histórico, trata-se de impropriedade. O Institucionalismo Histórico não é uma teoria em particular ou um método, mas uma abordagem. Uma abordagem que pode valer-se de metodologias diversas nos

¹⁶ De acordo com Corazza (1996), essa interação na busca pelo conhecimento deve se dar de maneira dialética tanto na fase dedutiva, como na fase indutiva — que como aqui é explicitado, seria um momento posterior à fase abdutiva. Ademais, como visto anteriormente, a busca pelo todo que Corazza coloca em seu texto foge ao escopo do Institucionalismo Histórico. De maneira que é possível que essas limitações metodológicas levem a um distanciamento da apreensão do concreto.

diferentes trabalhos (STEINMO, 2008) ou da junção de metodologias (HÉDOIN, 2013), desde que não se abra mão dos seus traços distintivos, entre os quais, para além dos aqui já discutidos, devem ser ressaltados a historicidade e a importância dada às instituições, inclusive as informais, como será visto adiante.

2.2.2 Aspectos conceituais

Assim, a abordagem tanto é construída em torno desses traços distintivos, como pesa sobre ela críticas fundamentadas neles. De maneira que pode ser dito que a abordagem possui limitações, pois, ao ser dada centralidade às instituições (formais ou informais) e ideias, enfatiza-se a superestrutura em detrimento da infraestrutura. Deste modo, conflitos como o de classes, inerente a uma sociedade capitalista, deixam de ser explorados com maior profundidade.

Por outro lado, destacam-se as especificidades históricas, sendo o capitalismo tratado como um sistema histórico específico, dentro do qual as instituições são analisadas de acordo com suas evoluções (uma análise *ex post*, ou seja, sem vislumbrar trajetórias pré-determinadas) (HÉDOIN, 2013). De sorte que, ao discutir-se adiante como as instituições criam um acesso diferenciado ao Estado pelos diferentes grupos (e a evolução de tais relações), se, por um lado, não se enfatiza o conflito de classes que passa pela disputa pelo Estado no capitalismo, por outro, dá-se espaço para que os trabalhos histórico-institucionalistas vislumbrem tal disputa.

Da supramencionada análise em termos de grupos advém essa noção de disputa. Dela herdou-se que grupos rivais disputam recursos escassos, e que isso é central na vida política. Avançando nesse sentido, o Institucionalismo Histórico busca melhores explicações para situações políticas nacionais e para a distribuição desigual de poder entre os grupos. Avalia-se, assim, o modo como a organização institucional da comunidade política e das estruturas econômicas entram em conflito e como, dessa maneira, privilegiam-se interesses (HALL; TAYLOR, 2003; IMMERGUT, 1998).

Portanto, os institucionalistas históricos partem da ideia de que existem relações de poder assimétricas entre os atores. Nisto, essa abordagem diferencia-se de outras análises institucionalistas. Para os institucionalistas históricos, “[...] as instituições conferem a certos

grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão [...]. [E] tendem a insistir no fato de que certos grupos sociais revelam-se perdedores, enquanto outros são ganhadores” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 200) — muito embora, para esses neoinstitucionalistas, não apenas as instituições exerçam papel relevante no mundo político.

A representação dos interesses junto aos detentores do poder político é feita através de grupos de interesse e modelada pelas instituições. Segundo Thomas (2004), os grupos de interesse são associações cujos membros compartilham preocupações e buscam por isso influenciar as políticas públicas em seu favor. Alarga-se aqui essa definição por entender-se que os grupos de interesse operam para essa atividade de *lobbying* que Thomas descreve, mas também fora dessa atividade, influenciando, como será aqui visto, no fim dos mandatos de governantes. Assim, grupos de interesse têm integrantes que compartilham preocupações fundadas na natureza desses integrantes e buscam influenciar ou impedir dadas políticas públicas.

E as instituições que modelam a representação de interesses? Como são criadas? Fundamentalmente pela criação de regras de interação pelos próprios grupos poderosos a quem elas servem, determinando a distribuição de recursos e constringendo mudanças institucionais. Assim, as demandas por políticas e as próprias políticas são estruturadas por interações econômicas, sociais e políticas (IMMERGUT, 1998). A resposta ocorre dentro do quadro institucional que orienta o *modus operandi* da satisfação desses pleitos. E esse quadro tem, em si, a aproximação dos mandatários políticos a certos grupos, daí o acesso desproporcional ao processo de decisão.

Assim, como será feito ao introduzir-se a instituição patrimonialismo no Brasil, o Estado deve ser visto de maneira relacional (SKOCPOL, 1985a). Ou seja, o Estado deve ser visto de acordo com as relações que são estabelecidas entre o ambiente político e o econômico. Ao colocar em perspectiva qual seria a capacidade de um Estado de mudar estruturas ou o comportamento de atores econômicos, Skocpol (1985a) responde que isso depende das vantagens que o Estado possa ter frente a esses atores; por exemplo, quanto menores as vantagens, menor a margem para fazer irem à frente políticas de interesse nacional, se elas não atenderem a como aqueles atores econômicos enxergam a política estatal. Assim:

[...] objetivos de política como reorganização industrial podem ser implementados eficientemente porque uma administração estatal central controla o crédito e pode intervir em setores industriais. [...] Uma análise completa, resumindo, requer o

exame da organização e dos interesses do Estado, especificação da organização e interesses dos grupos socioeconômicos e investigações acerca das relações complementares, bem como conflitantes, entre o estado e atores outros da sociedade (SKOCPOL, 1985a, p. 20, tradução nossa¹⁷).

A análise em questão olvida, contudo, da interpenetração entre grupos de interesse e instâncias de Governo na produção de políticas públicas. O Institucionalismo Histórico leva vantagem sobre outras abordagens ao tratar como relações de poder (a desigual relação que grupos de interesse têm com o Estado) se desenrolam com o passar do tempo. Uma importância fundamental ao debruçar-se sobre esse assunto reside no fato de trazer à luz que a grande desigualdade no acesso às instituições formais de poder provavelmente não gera lutas políticas abertas, ou seja, dão a aparência de consenso para abordagens de escopo intermediário.

O Institucionalismo Histórico (mesmo sendo uma abordagem de escopo intermediário, como já visto), ao incorporar essa diferenciação, muito embora não faça referência direta às diferenças entre classes, acaba incorporando em alguma medida o conflito de classes ao referir-se a agentes (grupos de interesse) que têm acesso desigual ao poder. Esse conflito poderia ser mascarado de consenso pela falta de luta aberta entre agentes na busca pela representação política de seus interesses. Mas existem duas dimensões a partir da qual as assimetrias de poder também se revelam, quais sejam: a primeira é a que não há contestação justamente pelas assimetrias de poder; e a segunda, que diz respeito aos elementos ideacionais de poder (PIERSON, 2016).

A primeira dimensão pode ser observada sob dois aspectos. O primeiro é o simples controle da agenda política por parte dos grupos de interesse com maior acesso ao Estado, criando um ambiente em que não há arena política para que o conflito se manifeste. Esse cenário pode ocorrer através de processos legislativos normais que atendam à manutenção do *status quo* e não deem espaço para políticas dos grupos de interesse desfavorecidos, ou retirando do aparato institucional estatal poder de agência para fazer valer política que conteste interesses dos favorecidos (o que o caso brasileiro demonstra que pode se manifestar, inclusive, com o enfraquecimento ou com a derrubada de um governante).

¹⁷ Texto original: “[...] *policy objectives such as industrial reorganization might be effectively implemented because a central state administration controls credit and can intervene in industrial sectors. [...] A complete analysis, in short, requires examination of the organization and interests of the state, specification of the organization and interests of socioeconomic groups, and inquiries into the complementary as well as conflicting relationships of state and societal actors* (SKOCPOL, 1985a, p. 20).

O outro aspecto em que essa dimensão fica clara é o da reação antecipada aos custos de incorrer em contestação por parte dos grupos distantes do poder. Custos que podem ir do temor da perda de emprego por trabalhadores até a violência pela repressão pelo Estado ou por força paramilitar. Neste sentido, Pierson faz uma boa ilustração dessa reação por antecipação: “O ponto essencial é o de que a decisão de não contestar toma lugar na esfera obscura das relações de poder. Se um escravo escolhe não se rebelar, seria absurdo tratar a ausência de contestação aberta como um sinal de que não existe ali relação de poder” (PIERSON, 2016, p. 128, tradução nossa¹⁸).

Quanto aos elementos ideacionais de poder, Lukes (2005) argui existir essa outra dimensão segundo a qual se assegura o consentimento da dominação de um grupo por parte do outro. Como ele traz, o poder é, em sua raiz, poder de classe, e esse tem como manifestação de sua hegemonia a sujeição ideológica. O que envolve a marxiana falsa consciência (PIERSON, 2016), no sentido de incorporação por indivíduos e grupos da consciência social.

Assim, o controle da ideologia predominante, que se manifesta na academia, em *think tanks*, mídia, escolas e toda sorte de organização, consiste na promoção da crença de que o que é politicamente alcançável ou desejável é justamente o que serve aos grupos de interesse mais próximos das instâncias de poder. Assim, também por essa dimensão ideacional, disfarçam-se as relações entre os grupos de interesse.

Nesse sentido, como supradito, para os neoinstitucionalistas mencionados, não só as instituições exercem papel relevante. Existiria uma relação causal na qual as instituições sempre estariam envolvidas nos processos e mudanças, mas que poderia ter como motor tanto as próprias instituições como os desenvolvimentos socioeconômicos ou as ideias (HALL; TAYLOR, 2003; STEINMO, 2008).

Sobre essa relação entre as instituições e outros aspectos, como o ideacional, Daniel Béland (2005) coloca que, nos anos oitenta, acadêmicos como Theda Skocpol e Ann Shola Orloff fizeram do Institucionalismo Histórico uma abordagem menos centrada na tentativa de tratar

¹⁸ Texto original: “*The essential point is that the decision not to contest takes place in the shadow of power relationships. If a slave chooses not to rebel it would be absurd to treat the absence of open contestation as a sign that there is no power involved*” (PIERSON, 2016, p. 128).

o Estado como ente autônomo e mais focada nos impactos estruturantes das instituições na formulação de políticas — diminuindo-se a centralidade das instituições e, portanto, do Estado, mas sem retirar-lhe importância.

Tal entendimento leva a um alargamento do escopo. Assim, aquelas autoras, Orloff e Skocpol, dão, por exemplo, especial importância ao tema do *policy feedback* (que trataremos adiante) na formulação de políticas. Confere-se tal alargamento na relação que Béland (2005, p. 32) faz a partir de Skocpol sobre os quatro aspectos que estruturam o quadro institucional. Primeiro aspecto: a ordem por trás e a transformação do Estado. Segundo aspecto: os efeitos das instituições e procedimentos políticos sobre as identidades, metas e capacidades dos grupos sociais. Terceiro aspecto: o "encaixe" — ou a falta dele — entre objetivos e capacidades de vários grupos politicamente ativos, e os historicamente mutáveis pontos de acesso e vantagens permitidos pelas instituições políticas de uma nação. E o quarto aspecto: a forma como políticas sociais previamente estabelecidas afetam a política no tempo subsequente.

O primeiro aspecto traduz-se na historicidade e na busca por contextualização, inerentes à abordagem histórico institucionalista — sem deixar de registrar a importância do Estado. Assim, são levados em consideração a conjuntura atual da correlação de forças, o *establishment*, bem como os câmbios que deram forma ao Estado e os possíveis de serem feitos sobre ele.

Antecipando-se o terceiro aspecto, vale dizer que esse também trata da correlação de forças, mas esclarece a importância dos outros atores e dos interesses desses — ele diz respeito à força desigual dos atores na formulação de políticas e na conformação do Estado. Nesse sentido, Béland (2005) adverte que, no espectro institucional, os grandes interesses econômicos não têm impacto direto no mundo político, pois passariam pela mediação feita pelos atores políticos formais de uma democracia representativa.

Esta colocação do autor é bastante válida para períodos de normalidade democrática. Afinal, por maior que seja a importância de um projeto de lei para um dado grupo, ele entrará de alguma maneira no jogo de negociações políticas, próprio das instâncias legislativas. Todavia, quando se coloca em pauta a interrupção do mandato de um governante ou de um regime democrático, não continuam em voga as prerrogativas formais de negociação política.

Neste caso, acontecem de fato ações mais diretas advindas de poderosos interesses econômicos ou de outros grupos de interesse. A aventada rejeição de intervenção mais direta do meio econômico no meio político por parte do Institucionalismo Histórico pode ter origem na falta de experiência com quebras democráticas por parte de acadêmicos institucionalistas de países não-periféricos¹⁹, muito embora textos histórico-institucionalistas seminais, como “Estado e revoluções sociais” de Theda Skocpol (1985b), façam reflexões sobre períodos revolucionários — períodos em que se abrem exceções similares nos processos de negociação política padrão, o que coloca em questão a negação da variação da força com que grupos de interesse podem fazer valer-se sobre o mundo político em dados momentos.

Por outro lado, em momentos de normalidade democrática, de fato, os grupos de interesse atuam ativamente buscando propor políticas públicas, mas também buscando vetar outras. Immergut (1992) esclarece que tais vetos são feitos dentro de uma estrutura institucional formal, a partir das competências constitucionais (ou até mesmo regimentais) atribuídas a representantes dos poderes Executivo e Legislativo (ou ao eleitorado, com eleições que se avizinham ou com referendos) quando se formula uma política ou busca-se uma mudança na orientação das políticas públicas.

Dessa maneira, o desenho institucional quanto ao número de vetos possíveis e atores que possuem poder de veto (*veto players*) tem grande peso no sucesso ou insucesso na implementação de uma política. Então, os grupos de interesse, de acordo com o quadro institucional, pressionarão os atores pertinentes para que sejam vetadas medidas que não lhes sejam convenientes.

O segundo aspecto diz respeito justamente ao controle imposto pelos *veto players* ou, de maneira mais precisa, aos espaços e caminhos dentro do meio institucional para as ideias — das propostas ao estabelecimento de objetivos. Esse mundo ideacional é constituído pelas ideologias e paradigmas encampados por atores políticos formais e por grupos de interesse. De forma que, ao também moldarem a política, as maneiras de depreender o mundo, os problemas que são identificados, os objetivos que são propostos, o discurso, as ferramentas,

¹⁹ Crítica similar é feita por Kellee S. Tsai (2016). Ao versar sobre autores institucionalistas históricos e a ênfase dada a instituições formais, ela demonstra que muitas análises são centradas em democracias industriais avançadas, e que, por isso, existiria tal ênfase; de maneira que tal foco contrapõe-se à abordagem que deve ser dada, e é dada, a países periféricos — como se discorre adiante.

as técnicas e as propostas de alternativas constituem os “*policy paradigms*” (paradigmas de política) (HALL, 1993).

Muito embora a ação estatal (e dos diversos atores) esteja definida pelos limites institucionais, os *policy paradigms* — que também são afetados pela institucionalidade — definem as possibilidades existentes no imaginário dos atores. E é como subconjunto desse imaginário que se constrói o processo de *agenda setting*. Agenda que, por sua vez, trata-se da “[...] lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades” (KINGDON, 2006a, p. 219).

Ainda de acordo com aquele autor, essa agenda vai ser formada por problemas (pela falta de uma política específica ou por problemas decorrentes de uma política prévia), pela própria política (um novo governo, uma virada ideológica e a pressão de grupos de interesse são exemplos) e pelos atores “visíveis” (que definiriam a agenda e buscariam nos atores “invisíveis”, acadêmicos e burocratas, as alternativas) (KINGDON, 2006b). Contudo, deve ser ressaltado que a formação da agenda sofre restrições na sua concepção tanto dos mencionados *policy paradigms*, como das políticas já implementadas — e, assim, chega-se ao quarto aspecto apontado por Skocpol e Béland.

Essas políticas já implementadas introduzem o quarto aspecto, perfazendo uma trajetória que cria dois “moldes” para novas políticas. O primeiro molde diz respeito ao *policy feedback*, ou seja: “uma vez instituídas, políticas sociais, por sua vez, remodelam a organização do Estado em si mesma e afetam os objetivos e alianças de grupos sociais envolvidos nas lutas em curso” (WEIR; ORLOFF; SKOCPOL, 1988, p. 25, tradução nossa²⁰). Semelhante ao descrito por Skocpol e Béland como “segundo aspecto”, tem-se que, instituída uma política pública, a luta política passa a um outro estágio ao criar um corpo técnico-normativo ou compromissos relacionados àquela prévia opção política.

Obviamente, a adoção de uma política pode alterar a perspectiva acerca da matéria sobre a qual ela opera. Essa mudança de perspectiva (*social learning* ou aprendizado social) refere-se

²⁰ Texto original: “once instituted, social policies in turn reshape the organization of the state itself and affect the goals and alliances of social groups involved in ongoing struggle” (WEIR; ORLOFF; SKOCPOL, 1988, p. 25).

à resposta que se dá a uma política executada em tempo anterior pela “nova realidade” criada por ela. Contudo, políticas que alterem de maneira mais profunda — mudanças de terceira ordem, no dizer de Peter A. Hall²¹ — o ambiente político ou socioeconômico culminam em respostas políticas que necessariamente envolverão os mais diversos atores da sociedade, incluindo-se os não-estatais, o que afasta a pretensa autonomia do Estado (HALL, 1993). Exemplo disso está na ascensão política no Brasil da burguesia industrial, que passa a dispor de posição privilegiada na *agenda setting* após a Revolução de 1930.

O segundo molde está na linha desse condicionamento e é chamado “dependência da trajetória” (*path dependency*). Este conceito está fundamentado na ideia de que mudar a trajetória após a escolha de uma política é um processo mais dificultoso. Contudo, os institucionalistas históricos se dividem quanto a natureza de tal dificuldade.

Pierson (2004) parte do princípio de que retornos relativos crescentes dos atores envolvidos fazem com que, com o passar do tempo, uma nova trajetória seja cada vez mais difícil de ser tomada por eles (dado ser mais custoso retornar à escolha inicial). Outros autores (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016), por outro lado, atribuem a eventos exteriores, independente dos atores, a determinação ou não de novas trajetórias.

Mahoney (2000)²² dá importância a esses eventos, contudo, concentra sua leitura sobre a dependência da trajetória nas reações antitéticas disparadas por esses eventos que fazem com que a trajetória permaneça (a partir de *self-reinforcing sequences*), ou, por vezes, seja alterada (a partir de *reactive sequences*).

A dialética dos diversos processos históricos demonstra que, de fato, existem movimentos que tentam imprimir uma direção, e há direcionamentos conservadores que buscam reagir a eles. A isso é difícil somar o fato de que fatores externos aos atores tenham normalmente peso

²¹ O autor faz a distinção entre três tipos de mudança (semelhantes às categorias que Thomas Kuhn utiliza para o progresso científico): “*First and second order change can be seen as cases of ‘normal policy making’, namely of a process that adjusts policy without challenging the overall terms of a given policy paradigm, much like normal science. ‘Third order’ change, by contrast, is likely to reflect a very different process, marked by the radical changes in the overarching terms of policy discourse associated with a ‘paradigm shift’. If first and second order changes preserve the broad continuities usually found in patterns of policy, ‘third order’ change is often a more disjunctive process associated with periodic discontinuities in policy*” (HALL, 1993, p. 279).

²² Em “*Not Just What, but When: Timing and Sequence in Political Processes*”, Pierson (2000) apresentou leitura similar à de Mahoney, dando ênfase diferente à que deu em “*Politics in time: History, institutions, and social analysis*” (PIERSON, 2004), obra citada no parágrafo anterior.

preponderante nos processos. Faz mais sentido analisar como os interesses dos próprios atores envolvidos são intentados pelos mesmos, existindo ou não fatores externos — sem desprezar que os atores estão em permanente conflito, tomando posições antitéticas.

Aqui vale menção ao conceito de “conjunturas críticas”. Elas guardam relação com as janelas de oportunidade de Kingdon (2006b), dado que são caracterizadas por momentos de indeterminação em que diversas opções, tanto para reequilíbrio institucional, como para inovação institucional radical, estão disponíveis. A especificidade que termina por dar uma definição mais acabada de conjunturas críticas pode assim ser resumida: elas criam trajetórias que não podem ser facilmente revertidas, sendo as criações advindas das conjunturas críticas mais relevantes do que elas próprias (CAPOCCIA, 2016; MAHONEY, 2000, 2001; PIERSON, 2000). De modo que:

Em muitos casos, conjunturas críticas são momentos de relativo indeterminismo estrutural, quando atores envolvidos moldam os resultados de forma mais voluntarística do que as circunstâncias normais permitiriam. Independentemente do grau em que as escolhas do ator durante conjunturas críticas podem ser consideradas eventos verdadeiramente aleatórios, essas escolhas demonstram o poder da agência ao revelarem como padrões de desenvolvimento de longo prazo podem depender de distantes decisões de atores do passado (MAHONEY, 2001, p.7, tradução nossa²³).

Como ensina Mahoney (2001), as conjunturas críticas servem para que a análise histórica não acabe sendo uma avaliação *ad aeternum* de causas que precederam o objeto de estudo ao estabelecer um marco histórico: o início da trajetória - ou da dependência da trajetória. Isto em razão da conjuntura crítica ensejar momento em que as escolhas dos atores têm maior chance de alcançar impacto significativo nos resultados seguintes (CAPOCCIA; KELEMEN, 2007); ou seja, os atores disputam a posição de grupo de interesse que será privilegiado tanto pelas escolhas feitas, como no momento posterior ao da adoção de tais escolhas. Essa proposta se encaixa na hipótese deste trabalho de que a estruturação do Estado brasileiro no século XX, aliada à relação íntima do mesmo com a burguesia industrial após a Revolução de 1930, condiciona mudanças no próprio Estado.

²³ Texto original: “*In many cases, critical junctures are moments of relative structural indeterminism when willful actors shape outcomes in a more voluntaristic fashion than normal circumstances permit. Regardless of the degree to which actor choices during critical junctures can be considered truly random events, these choices demonstrate the power of agency by revealing how long-term development patterns can hinge on distant actor decisions of the past*” (MAHONEY, 2001, p. 7).

Uma qualificação importante é necessária nesse ponto. Conjunturas críticas podem levar à mudança política ao darem maior abertura a mudanças de trajetória, o que não é um processo ordinário. Contudo, deve ser feita aqui a ressalva de Fioretos, Falleti e Sheigate (2016). Segundo esses autores, as mudanças desse tipo podem ter relação muito maior (e assim serem melhor estudadas) com processos de longa duração do que com os mais curtos. Dessa maneira, um golpe de Estado, por exemplo, pode ser melhor entendido se investigada a trajetória que levou àquela ruptura na institucionalidade formal, tarefa que esta dissertação se propõe a fazer nos casos das rupturas ocorridas no Brasil nos Governos de Getúlio Vargas, João Goulart e Dilma Rousseff.

Eventos externos poderiam provocar esse tipo de mudança? Poderiam. Mas investigar como um evento aleatório pode mudar uma trajetória de maneira não incremental passaria muito mais pelo estudo de instituições que são alteradas e, portanto, pelos porquês das suas fragilidades ou forças para tanto, do que pelo evento em si. Esse ponto é aqui enfatizado porque o trabalho é proposto como uma investigação da relação entre burguesia industrial e Estado no Brasil (através do que aqui será chamado de Patrimonialismo no Brasil) em momentos de ruptura institucional formal da história recente do país. Até mesmo o número de rupturas já serve de alerta para o fato de que existe uma trajetória tendente a esses momentos pela fragilidade das instituições formais e pela força inercial da relação entre elites e Estado. E é sobre a construção desse quadro que se dedica esse trabalho.

Ou seja, não se nega no trabalho a importância da inserção periférica (como fator externo) do país na ordem capitalista desde o nascedouro da sua trajetória. No entanto, a ênfase dada aqui é nas condições endógenas do país e na evolução histórica das mesmas (como fator interno). Razão pela qual faz-se o exercício de isolar como objeto a relação entre a burguesia industrial e o Estado. É importante que seja entendido que os atores internos têm papel preponderante na construção da ordem institucional interna. Frisa-se esse ponto ao observar-se o movimento interno nos momentos de ruptura mais significativos na história do país no último século.

Como será visto, o primeiro desses momentos está na Revolução de 1930, que é concomitante ao ganho de maior importância da burguesia industrial na economia nacional. A ascensão de Getúlio Vargas com a Revolução de 1930 dá espaço para um Governo que prestigia a burguesia industrial enquanto grupo de interesse. A burguesia industrial, todavia, ao invés de suplantar a velha ordem patrimonialista, dá mais intensidade a ela ao ser inserida como grupo

de interesse com acesso diferenciado ao Estado. Assim, o Estado, ao tentar colocar em prática ou em pauta políticas públicas que atendam ao interesse mais geral do país, se verá limitado por mais esse grupo. Razão pela qual a conjuntura crítica que foi a Revolução de 1930 ter dado espaço para a criação de um modelo nacional-desenvolvimentista (mais intervencionista), mas que foi, durante a história, limitado pela trajetória criada. A dependência da trajetória no país é a dependência da relação de proximidade entre burguesia (industrial) brasileira e Estado.

O poder desse grupo, como visto aqui, se pautará na supressão da arena política, ou seja, criase a aparência de um espaço em que se discutiriam as pautas da agenda política, mas esse é rapidamente desfeito quando o supramencionado acesso diferenciado pela burguesia industrial ao Estado pode ser interrompido (aos olhos da mesma). Nessas supressões da arena política é importante notar que a burguesia industrial age dentro de um quadro em que é criada a imagem de que os governos estão em desacordo com o padrão ideacional vigente — isso fica particularmente claro com o patrocínio da ideia pelas associações de classe industriais de que o Estado é demasiadamente intervencionista durante o Governo Rouseff, uma vez que a preocupação industrial com o intervencionismo se faz e se desfaz ao longo da história.

Por fim, tem-se que, segundo os aspectos de Skocpol, o Estado (em especial, por meio do Governo) media interesses econômicos, mas a história do país e da sua revolução burguesa mostram que essa mediação atende a um limite institucional criado pelo patrimonialismo. De modo que as supressões da arena política, as quebras do processo democrático, constituem-se na normalidade institucional do país. Essas quebras são as *self-reinforcing sequences* inerentes à dependência da trajetória criada na institucionalidade do país.

3 PATRIMONIALISMO COMO INSTITUIÇÃO E REVOLUÇÃO BURGUESA PELA VIA COLONIAL: A ASCENSÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL

Para o observador menos atento, o conflito das forças se processou na esfera política, quando, na verdade, os entreveros da órbita política foram muito menos importantes do que as transformações nítidas e frisantes, que se processaram na intimidade econômica.

Nelson Werneck Sodré

A Revolução Burguesa no Brasil não foi um momento claro de ruptura. Trata-se ela de um *continuum* de transformações pontuais que fizeram com que a indústria passasse a integrar a estrutura socioeconômica do país e, os industriais, a ocupar lugar de destaque enquanto grupo de interesse. Mas como se opera essa mudança estrutural no plano econômico que acaba por dar espaço aos interesses da burguesia brasileira no cenário político? Como se configura esse espaço de interação entre o econômico e o político no Brasil? À primeira pergunta, responde-se pela chamada teoria da via colonial²⁴ de interpretação do processo de formação econômica do Brasil. À segunda, cabe descrever a existência de relações patrimoniais entre Estado e grupos dominantes no país, focando-se este trabalho no comportamento de um dos grupos dominantes, a burguesia industrial brasileira, a partir da concepção teórica apresentada na primeira seção sobre o Institucionalismo Histórico.

Esta seção busca explicitar primeiramente esse viés patrimonialista nas especificidades em que ele se manifesta no país, de maneira que restem claras a força e a natureza que essa relação entre elites e Estado (mais especificamente entre elites industriais e Estado) tem para ditar os rumos da democracia brasileira. Frisa-se que as especificidades brasileiras criam uma aproximação própria do país ao tipo ideal patrimonialismo, não sendo, portanto, o patrimonialismo em si uma característica do país. Tampouco a noção aqui adotada é “privilégio” brasileiro: ela é uma manifestação, no país, de um tipo de organização social em que se confunde o público e o privado, que é própria do capitalismo, mas que no Brasil tem especificidades, dada a peculiaridade da sua revolução burguesa. Assim, a seção inicia-se com uma elucidação sobre o patrimonialismo no Brasil. Primeiro, estabelecendo-o enquanto instituição, para, em seguida, esclarecer a aplicação do tipo ideal patrimonialismo enquanto

²⁴ Para um resumo dessa e das outras vias (a tradicional — baseada na história dos países europeus de industrialização não tardia — e a prussiana — baseada na industrialização tardia da Alemanha), ver Borges (1999).

instituição informal, com especificidades do país, a partir da reinterpretação dos autores clássicos brasileiros normalmente chamados a debater o assunto.

Bem estabelecido o entendimento do patrimonialismo no Brasil, parte-se nessa seção para subseção de extrema importância, na qual é destrinchada a maturação do processo econômico que levou à formação de uma burguesia industrial interna como grupo de interesse relevante na política nacional. Em sequência, foca-se nos anos posteriores à Revolução de 1930: com a burguesia industrial sendo grupo a partir daí bastante relevante, busca-se então explicitar como se organiza a relação do Estado com a indústria a partir daquele momento, revelando-se o caráter da burguesia industrial brasileira. Essa análise aponta para o fato de que a indústria não destrói a ordem antiga herdada do processo colonizador, mas a Revolução Burguesa constitui-se como o processo que a coloca como grupo de interesse mais relevante na discussão dos rumos nacionais até a década de 1980. O que em si não seria um problema novo dentro de uma ordem capitalista, afinal, a preponderância de um extrato da burguesia na política não é uma novidade. Contudo, a novidade é inserida pela ordem da especificidade patrimonialista brasileira, a partir da qual a burguesia industrial, dado seu caráter e em nome dos seus interesses em detrimento dos interesses nacionais, fará ingerências nocivas na democracia pátria, o que será visto na seção seguinte.

3.1 PATRIMONIALISMO NO BRASIL: UMA INSTITUIÇÃO INFORMAL

O patrimonialismo no Brasil é a relação construída entre Estado e elites a partir da confusão entre o público e o privado em que essas elites atuam pela persecução dos seus interesses, desprovidas de interesse nacional. Os momentos em que essas elites, a exemplo da burguesia industrial, agem no sentido de enfraquecer as instituições formais (as instituições do Estado), como o Governo, demonstram tal falta de interesse nacional e aqui reside a sua especificidade. Ou seja, em várias experiências de outras nações em sua trajetória de desenvolvimento capitalista de produção, existe uma relação patrimonialista entre Estado e Burguesia, principalmente através de políticas implementadas pelo Estado para atender aos interesses dessa classe. Entretanto, em muitas dessas experiências, essa relação acontece sustentada em princípios nacionais, onde a Burguesia tem um mínimo de compromisso com os interesses da sua nação, de modo que as políticas industriais de fortalecimento das cadeias produtivas nacionais são amplamente aceitas e defendidas pela própria burguesia. No caso específico da experiência brasileira, a relação patrimonialista entre Estado e Burguesia

industrial abarca situação em que o princípio dos interesses nacionais não é assimilado pela burguesia industrial brasileira, mas sim seus interesses individuais enquanto classe, que ficam acima de qualquer objetivo mais de caráter nacional, de modo que, mesmo sendo beneficiada pelas políticas públicas, ela promove enfraquecimentos institucionais quando não é mais do seu interesse a permanência de um governante no poder. Esse enfraquecimento traduziu-se algumas vezes em rompimentos na ordem democrática por meio da deposição de governos eleitos, como veremos na próxima seção. Nesta subseção, inicia-se esse raciocínio, elucidando-se a caracterização do patrimonialismo enquanto instituição (informal) através do espectro do Institucionalismo Histórico, cujo objetivo é dar uma sustentação teórica e histórica a hipótese desta dissertação.

A abordagem histórico institucionalista é utilizada em diversos trabalhos na busca de um melhor entendimento acerca dos processos políticos ocorridos na América Latina durante o último século. Voltando-se para o Brasil e para a questão das instituições, é interessante utilizar, como contraexemplo, a advertência de Scott Mainwaring sobre o período anterior a 1945 no país, e traçar a partir daí o enfoque a ser utilizado para o conceito de instituições. Para esse autor (MAINWARING, 1999, p. 8), haveria pouco sentido em utilizar abordagens institucionalistas para os anos anteriores a 1945, visto que naquele período as instituições formais não teriam autonomia suficiente frente às elites locais. Para ilustrar tal argumentação, Mainwaring vale-se do exemplo do seu objeto de estudo, os partidos políticos:

Por exemplo, partidos eram organizados e controlados por elites locais para defender os interesses dessas [...]. Por esse longo período da história brasileira [antes de 1945], estudar essas elites tradicionais, ao invés dos partidos que elas forjaram e de perto controlaram, é mais significativo. Além disso, antes de 1945, instituições políticas formais não tinham grande importância política (1999, p. 8, tradução nossa²⁵).

Reduzir o rol de instituições passíveis de análise às do tipo formal pode levar a um escopo desse tipo, que mitiga a capacidade de investigação histórica inerente ao próprio Institucionalismo Histórico. Reconhecer outras instituições, que não as formais, é, nesse sentido, portanto, fundamental para a compreensão (através dos aspectos supramencionados

²⁵ Texto original: “*For example, parties were organized and controlled by local elites to defend their own interests [...]. For this lengthy period of Brazilian history [before 1945], studying these traditional elites, rather than the parties they forged and closely controlled, is more meaningful. Moreover, before 1945, formal political institutions did not have great political import*” (1999, p. 8).

da abordagem) do poder estruturante que instituições possuem, que é o que esta dissertação realiza.

Ademais, partir-se da oposição que Mainwaring faz entre elites e instituições políticas formais é afastar essas últimas de fatores sociais, econômicos e culturais, focando-se na autonomização das instituições frente à realidade contextual. Todavia, como esse mesmo autor coloca (1999, p. 7), nas abordagens institucionalistas, tal autonomia é sempre relativa. Assim, não isolar as instituições para avaliar suas origens e seus impactos acaba por ser a palavra de ordem.

Igualmente, revela-se importante admitir instituições não formais, pois elas são, por excelência, a conexão entre as instituições formais e os tais fatores sociais, econômicos e culturais. Razão na qual fundamenta-se a notória importância do estudo do patrimonialismo no Brasil enquanto instituição não formal; afinal, esse nada mais é que a precisa instituição informal que conecta os atores que Mainwaring opõe: instituições formais e elites.

3.1.1 Definindo instituições informais

O patrimonialismo no Brasil, e no mundo, consiste numa instituição por tratar-se de uma regra social. No dizer de Sven Steinmo: “O que são instituições? A definição mais comum de instituições é: regras” (2008, p. 159, tradução nossa²⁶). Nessa mesma linha, Hodgson (2006) define instituições como os sistemas de regras estabelecidas ou prevalecentes que estruturam as interações sociais. Segundo esse autor, o reconhecimento do papel dessas instituições na vida social passa primeiro pelo reconhecimento de que muito da interação humana é estruturado em regras explícitas e implícitas. Assim,

[...] como Max Weber apontou em 1907, algumas regras são seguidas "sem qualquer formulação subjetiva pensando-se na" "regra" [...]. Por exemplo, poucos de nós poderiam especificar completamente as regras gramaticais do idioma [...]. Ainda assim, as regras institucionais são, em princípio, codificáveis, de modo que as violações dessas regras podem se tornar sujeitas do discurso. Mesmo com este critério de potencial codificabilidade, surge um problema sobre em que medida podemos esticar o significado do termo "regra" na definição de uma instituição. [...] Hayek [...], por exemplo, enfatizou que "o homem é tanto quanto um animal que segue a regra, quanto um animal que busca um propósito". Contudo, a noção dele de "regra" era demasiadamente ampla. Para Hayek [...], o termo "regra" é "usado para uma declaração pela qual uma regularidade da conduta dos indivíduos pode ser

²⁶ Texto original: “*What are institutions? The most common definition for institutions is: rules*” (2008, p. 159).

descrita, independentemente dessa regra ser 'conhecida' pelos indivíduos em qualquer outro sentido diverso daquele segundo o qual eles normalmente agem". Essa definição excessivamente ampla acabaria por incluir regularidades comportamentais como a respiração ou a pulsação do coração. Isso estica a noção de regra, levando a extremos inaceitáveis [...]. Hayek terminou com uma definição de regra que depende exclusivamente de regularidades comportamentais, negligenciando nesse ponto a ontologia das regras e os mecanismos envolvidos na criação e replicação das mesmas. Essencialmente, regras sociais são replicadas através de mecanismos diversos dos genes. No entanto, [...] seria um erro ir ao outro extremo e tomar como inteiramente deliberativo, o comportamento de seguir a regra. [...] Polanyi [...] argumentou de forma convincente que sempre há um substrato tácito de conhecimento que nunca pode ser completamente articulado, mesmo com os atos mais deliberativos. Regras, para serem efetivas no contexto social, nunca podem ser puramente ou completamente assuntos de deliberação consciente (HODGSON, 2006, p.4, tradução nossa²⁷).

Contudo, deve-se complementar que o nexos da ideia de consequência entre os indivíduos com relação às regras, conforme a coerção existente no pensamento weberiano, deve ser colocado frente à lógica de adequação ("*logic of appropriateness*") e em oposição ao comportamento (ação) como abordado pela Teoria Econômica, como propõe Peters (1999). De maneira que a conduta dos indivíduos é moldada, obedecendo-se à incorporação de um sentido de identidade frente aos símbolos criados ou existentes.

O indivíduo ou grupo não se comporta perante o quadro institucional como maximizador, mas responde de acordo com a posição em que está colocado ou segundo a responsabilidade ou papel em que se entende investido. Assim, ele não é capaz de mensurar suas reais possibilidades enquanto maximizador, mas tem incorporado através do mundo das convenções, dos costumes e das rotinas o que ele pode fazer ou o que se espera que ele faça, e tenta discernir sobre o que deve fazer a partir disso. Assim, por exemplo, uma associação de

²⁷ Texto original: "[...] as Max Weber pointed out in 1907, some rules are followed 'without any subjective formulation in thought of the 'rule'' [...]. For example, few of us could specify fully the grammatical rules of the language [...]. Nevertheless, institutional rules are in principle codifiable, so that breaches of these rules can become subjects of discourse. Even with this criterion of potential codifiability, a problem arises as to how far we can stretch the meaning of the term rule in the definition of an institution. [...] Hayek [...], for example, emphasized that '[m]an is as much a rule-following animal as a purpose-seeking one.' However, his notion of a rule was extremely broad. For Hayek [...] the term rule is 'used for a statement by which a regularity of the conduct of individuals can be described, irrespective of whether such a rule is 'known' to the individuals in any other sense than they normally act in accordance with it'. This excessively broad definition would include such behavioral regularities as breathing or the pulsation of the heart. This stretches the notion of rule following to unacceptable extremes [...]. Hayek ended up with a definition of rule that hinges solely on behavioral regularities, here neglecting the ontology of rules and the mechanisms involved in their creation and replication. Essentially, social rules are replicated through mechanisms other than the genes. However, [...] it would be a mistake to go to the other extreme and regard rule following as something entirely deliberative. [...] Polanyi [...] argued convincingly that there is always [...] a tacit substratum of knowledge that can never be fully articulated, even with the most deliberative of acts. Rules, to be effective in the social context, can never be purely or fully matters of conscious deliberation" (HODGSON, 2006, p.4).

classe²⁸ pode se colocar contra um dado governo por ter incorporado que este não defende seus interesses, sem que necessariamente aquilo se espelhe na realidade das ações governamentais em questão.

Peters traz o exemplo extremo do “comportamento de soldados que, encarando a morte praticamente certa, [...] ainda se comportam ‘apropriadamente’ [...], ou bombeiros que, por vontade própria, adentram prédios em chamas porque esse é o papel que eles aceitaram em função da escolha profissional e do treinamento [...]” (1999, p. 29, tradução nossa²⁹). O exemplo não deve levar a crer que grupos e indivíduos nascem com propósitos específicos, mas que podem tê-los de acordo com o quadro institucional em que se situam. Assim, uma instituição tanto pode criar para os indivíduos uma dada organização concreta dentro da vida material, como também criar padrões ideacionais para a interpretação dessa vida material. De maneira que esses aspectos são mais válidos não pelos aparentes ditames para a subjetividade de um indivíduo, mas pela capacidade estruturante que possuem.

Tsai (2016) chama atenção para como instituições informais competem com instituições oficiais de Estado em países do sul geopolítico. De fato, isto pode ser uma realidade, mas o papel de instituições informais não se resume a isso. Um olhar mais próximo sobre as referências do artigo de Tsai leva à leitura dos textos de Bratton (2007) e de Bratton e Walle (1994). Esses autores buscaram demonstrar como, em certos países do continente africano, as instituições formais competem de fato com as instituições de Estado. Mas o que Tsai não percebe, ao citar os textos acima, é a sutil diferença feita por eles entre as instituições informais apresentadas neles. De fato, existem instituições informais que competem, ou seja, cuja existência substitui instituições de Estado. Por outro lado, há instituições que não competem explicitamente, mas que dão forma às relações com as instituições do Estado.

Nesse último caso, poderia arguir-se que a competição existe e se dá entre instituições informais e regras republicanas, ou, de maneira ainda mais forçosa, que a disputa seria com a própria República. Entende-se aqui, no entanto, que esses casos de instituições informais dão forma à relação dos indivíduos e grupos com as instituições formais, sendo que as instituições

²⁸ Importante que não sejam confundidas as associações ou outros tipos de organização com as instituições. Por exemplo, instituições econômicas criam o quadro dentro do qual as diversas organizações operam, obedecendo, implícita ou explicitamente àquele quadro, bem como aproveitando as oportunidades por ele apresentadas.

²⁹ Texto original: “*behavior of soldiers who face almost certain death but still behave 'appropriately' [...], or firemen who willingly enter blazing buildings because that is the role they have accepted as a function of their occupational choice and their training [...]*” (1999, p. 29).

formais passam a fazer parte de uma lógica já existente ou já em formação de hegemonia das instituições informais. Entender noutra sentido seria dizer que as instituições informais foram precedidas pelas formais e tentam substituir essas.

Retornando aos textos a que Tsai se refere, a questão pode ser melhor ilustrada tomando-se um dos exemplos presentes neles: corrupção. A corrupção em si não compete com instituições de Estado. Em verdade, por definição, ela necessita da presença de instituições de Estado. Como dito acima, o avanço dessa instituição informal se dá sobre as instituições de Estado e manifesta-se na criação de uma relação de indivíduos e grupos com o Estado de natureza diversa da teoricamente esperada. “Teoricamente” porque as instituições já seriam criadas dentro de um quadro em que a corrupção seria vislumbrada, portanto o Estado sem ela seria mera abstração teórica. Os autores citados registram inclusive que as instituições informais mencionadas por ele (sejam as que poderiam ser vistas como competidoras com as formais ou as demais) são dimensões da instituição informal “neopatrimonialismo”³⁰.

Ademais, existem instituições informais em que não se observa a ideia de competição, mas que claramente ditam as relações entre indivíduos e grupos, e desses com as instituições formais - para o que se pode citar o caso de uma política nacional de desenvolvimento industrial, elemento fundamental nesta dissertação. Essa seria vista enquanto instituição ao dar forma diferenciada para a atuação dos diversos atores sociais entre eles e com o Estado, sendo avaliada pelo espectro dos seus êxitos (e das suas falhas) em estabelecer pactos sociais para a consecução dos seus fins, ou seja, seus sucessos em funcionar como constrangimento institucional para que as ações dos atores sejam tomadas em um dado sentido. Essa definição é primordial para analisar a trajetória histórica da relação entre Estado e Burguesia industrial em diferentes experiências de desenvolvimento das nações, identificando com isso a relevância da atuação da burguesia no sucesso ou não dos objetivos de uma política industrial mais de caráter nacional.

³⁰ “Neopatrimonialismo” diferencia-se da abordagem aqui adotada para patrimonialismo, o que fica claro pela acepção utilizada para aquele termo. Esta acepção consiste em dizer que ele se trata de uma forma de organização em que relações de tipo patrimonial penetram um sistema político-administrativo, dando àqueles que representam o Estado a percepção de que o Estado faz parte do seu patrimônio pessoal, devendo servi-lo, devendo esse preço ser pago por o poder daquele que representa o Estado advir do seu poder já existente anteriormente frente à comunidade, ou seja, o poder não advem do cargo, mas previamente da pessoa (BRATTON; WALLE, 1994). Essa acepção não inclui grupos ou indivíduos que não sejam servidores ou não tenham mandato político como condutores das situações que serviriam de exemplo de existência de cenário neopatrimonialista.

Essa natureza de causalidade das instituições é trazida para a observação da instituição informal em questão nesse trabalho na medida em que ela é uma relação que precede e acompanha o objeto da pesquisa. A relação em questão é a existente entre a burguesia industrial e o Estado, que se adequou (aqui a “*logic of appropriateness*”) a um quadro de formação das relações com o Estado, se consubstanciando numa regra de relação com o Estado. Conhecida como patrimonialismo no Brasil, essa relação é uma das causas fundamentais para a interrupção de Governos vistos como mais progressista, mesmo quando tentavam colocar na ordem do dia políticas nacionais de desenvolvimento. O que revela um caráter específico do patrimonialismo no Brasil como uma instituição informal, por competir com políticas democráticas de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, como uma instituição informal que enfraquece o conjunto de instituições formais.

3.1.2 Definindo patrimonialismo no Brasil

A histórico-institucionalista Theda Skocpol apreendeu que as estruturas institucionais existentes nos períodos anteriores às revoluções por ela estudadas (francesa, russa e chinesa) tinham significantes consequências para os resultados que acabavam por ser alcançados pelos movimentos revolucionários, o que leva antes de tudo a uma conclusão bastante simples: as instituições importam e o Estado importa (SKOCPOL, 1985a; SKOCPOL, 1985b; STEINMO, 2008). Neste sentido, voltando-se para o Brasil, busca-se, neste trabalho, situar, dentro da estrutura institucional, a instituição informal patrimonialismo no Brasil quando da revolução burguesa no país. O patrimonialismo enquanto confusão entre o público e o privado não é uma característica especificamente brasileira, mas é uma característica da relação entre Estado e grupos dominantes em diversas experiências do desenvolvimento capitalista de outras nações. Entretanto, podem ser observadas no Brasil especificidades históricas próprias do país.

Para tanto, recordam-se aqui as construções de autores clássicos³¹ — sobretudo Raymundo Faoro (por ser colocado como referência no tema do patrimonialismo no Brasil pela literatura, mas que aqui terá sua tese questionada), Florestan Fernandes (por desenvolver um conceito

³¹ Tentou-se reunir aqui as principais expressões do uso do patrimonialismo na leitura da história do país; exceções foram feitas por um enfoque ser demasiado díspar do aqui trabalhado, como no caso de Sérgio Buarque de Holanda (cujas razões da exclusão serão expostas no subtópico sobre a crítica de Jessé Souza). Infelizmente, é certo que alguns outros autores ficaram de fora desta dissertação, dado que reunir toda a literatura sobre esse tema seria tarefa árdua e talvez infundável (como também impertinente, pois o patrimonialismo não é a questão central do trabalho).

mais próximo do aqui utilizado de patrimonialismo no Brasil ao substituir a ideia de hegemonia de um patronato político de Faoro pela ideia de hegemonia de um estamento senhorial) e Fernando Henrique Cardoso (que aproxima o tema à contemporaneidade) — para posteriormente submeter o uso do tipo ideal patrimonialismo à crítica de Jessé Souza, e chegar-se a uma conclusão sobre a confusão entre o público e o privado no Brasil. Ao passo que, a medida em que se faz menção a esses autores, demonstra-se aqui a necessidade e a possibilidade de recontextualização daquele tipo ideal, pressuposto metodológico aqui adotado (como visto na segunda seção desta dissertação); com o que se conclui a subseção, sustentando-se a especificidade do patrimonialismo no Brasil como relação entre o Estado e a elite econômica sem interesse nacional do país, que toma contornos finais com a revolução burguesa, conforme será visto na subseção seguinte.

Observa-se que o patrimonialismo enquanto conceito é, muitas vezes, tratado de maneira dogmática, tomado como realidade irrefutável ou como lugar comum, apenas servindo para adjetivar o Estado brasileiro para um sem número de críticas. Jessé Souza (2015) chama atenção para essa generalizada falta de cuidado para com o uso do mesmo (crítica que será vista mais à frente), ao que se acrescenta, com esta dissertação, que a recontextualização e melhor explicitação do mesmo demonstram sua real utilidade. O resgate aqui de autores que se debruçaram sobre a história do Brasil e utilizaram do tipo ideal patrimonialismo (de maneiras diversas) serve para explicitar a aplicação do tipo ideal como patrimonialismo no Brasil.

Não obstante, faz-se necessário, antes de explorar a utilização do tipo ideal para investigar processos no Brasil, localizar a conceituação original de Weber dentro da obra desse autor. De maneira resumida, o patrimonialismo está inserido como tipo ideal na Sociologia da Dominação de Weber como tendência natural de toda dominação do tipo puro denominado tradicional — diferente dos tipos carismático e, em especial, racional, como será visto com Faoro. Ele resume que é “[...] patrimonial toda dominação que, originariamente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal” (WEBER, 2000, p. 152). Segundo ele, o preço é o do sacrifício de normas objetivas, impessoais e racionais (dominação racional), por “considerações pessoais”, que determinam de maneira subjetiva a ação do senhor e do corpo de funcionários de acordo com interesses próprios — essa inibição da administração racional, em sua visão, inibe também a economia. **O ponto fulcral (inclusive na utilização**

do tipo ideal no Brasil) é o da confusão entre o que é público e o que é privado. De maneira resumida:

A dominação patrimonial [...] trata, no caso do tipo puro, igualmente todos os poderes de mando e direitos senhoriais econômicos e as oportunidades econômicas privadas apropriadas. [...] Para nossa terminologia, **o decisivo é o fato de que os direitos senhoriais** e as correspondentes oportunidades, de todas as espécies, **são em princípio tratados da mesma maneira que as oportunidades privadas** (WEBER, 2000, p. 155, grifo nosso).

Weber (1999) coloca ainda que as regras como colocadas em prática no espectro do patrimonialismo têm vínculo absoluto com a tradição e com o que ele chama de “justiça de gabinete” do senhor e do seu corpo de funcionários. Ou seja, na dominação patrimonial “[...] falta a ordem objetiva e a objetividade encaminhada a fins impessoais da vida estatal burocrática. O cargo e o exercício do poder público estão a serviço da pessoa do senhor, por um lado, e do funcionário agraciado com o cargo, por outro, e não de tarefas ‘objetivas’” (WEBER, 1999, p. 255). **É a oposição com a dominação racional-legal que seria pautada em regras objetivas.** Regras que, por sua universalidade, não dariam espaço para a instituição de privilégios.

Ainda de acordo com Weber, o patrimonialismo nasce do tipo mais puro da dominação patrimonial: o patriarcalismo. O caminho tomado de um tipo de dominação para o outro é o da expansão do domínio. Essa expansão pressupõe a concomitante ampliação (ou criação) de um quadro administrativo que possibilite o exercício da dominação pelo senhor para além, por exemplo, do seu feudo ou do seu latifúndio (para aproximar-se do caso brasileiro). Nesse caso, a transição se deu quando, frente aos descentralizados núcleos de poder dos grandes proprietários de terra, se somou a edificação de um Governo central como arena de disputa e de representação dos interesses desses.

Assim, buscando adotar o tipo ideal da dominação tradicional patrimonialista para debruçar-se sobre a formação do Estado brasileiro, Faoro (2012), ao descrever Portugal como Estado patrimonial do qual o Brasil herda, na visão do autor, o patrimonialismo em uma viagem histórica que ele faz do território português no século XIV até o Brasil de 1945, afirma que:

Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos [...] — **o reino tem um dominus, um titular da riqueza** eminente e perpétua, **capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua.** O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e

obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. Mais um passo, e a categoria dos auxiliares do príncipe comporá uma nobreza própria, ao lado e, muitas vezes, superior à nobreza territorial. Outro passo ainda e os leigos, doutores e letrados, conservando os fumos aristocráticos, serão sepultados na vala comum dos funcionários, onde a vontade do soberano os ressuscita para as grandezas ou lhes vota o esquecimento aniquilador. **A economia e a administração se conjugam para a conservação da estrutura, velando contra as forças desagregadoras, situadas na propriedade territorial, ansiosas de se emanciparem das rédeas tirânicas que lhes impedem a marcha desenvolva** (FAORO, 2012, p. 40, grifo nosso).

Faoro, como Cardoso (2003), parte do pressuposto de que o Estado-nação chamado Brasil nasceu com a transferência do Estado imperial português para ele, levando toda a burocracia consigo, o que se conclui com a Independência, herdando-se todo aquele aparelho estatal. Para Faoro, o padrão da metrópole lusitana ligado ao patrimonialismo foi transferido para o Brasil Colônia, e, tendo resistido ao longo da história do país, criou a figura do patronato político (subtítulo da sua *magnum opus*) que domestica o liberalismo: dando espaço para ele até o ponto em que não ameaçasse as posições de poder.

Ademais, a citação acima resume bem o propósito da obra: identificar o patrimonialismo como singular cultura política brasileira que deve ser expurgada por subjugar os atores econômicos e a dinâmica inerente aos mesmos aos interesses da classe política. Tese que, contudo, tira daqueles agentes o ativo poder de agência que, como grupo de interesse, esses atores econômicos adotaram. Eles são colocados num papel passivo de subjugação a uma ordem institucional — quando, na verdade, eles cooperaram na formação da mesma. No entanto, para Faoro:

De dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado — o capitalismo político, ou o pré-capitalismo —, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo — liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente (2012, p. 633).

Resgatando Weber, essa apropriação pelos agentes públicos do privado contrariaria a lógica de direitos objetivos, universais (encontrada na dominação racional-legal), em prol de uma ordem política pautada em privilégios para o patronato político. Ao se referir às elites, Faoro identifica-as muito mais com as elites que compõem e lideram o patronato político. Essa

liderança seria substituída numa outra estrutura pela “burguesia externa com ramificações nacionais ou [pela] burguesia nacionalmente emergente” (p. 644, 2012). Numa outra estrutura porque, na visão desse autor, a estrutura patrimonial é sinônimo de uma estrutura pré-capitalista e, no caso do Brasil, estamental — o que ele faz por incorporar o posicionamento utilizado por Weber das estruturas patrimoniais no tratamento de sistemas econômicos pregressos ao capitalismo e também por atribuir à sociedade de classes o potencial para criar um sistema mais igualitário (CAMPANTE, 2003).

Nesse ponto vale destacar discordância quanto à ideia de não inclusão do Brasil no sistema capitalista, seja do século XX, aqui trabalhado, seja dos séculos anteriores. Isso porque, o que se tem hoje como Brasil surge, desde a colonização, como parte integrante da ordem capitalista mundial. Celso Furtado (2007), Caio Prado Jr. (2004) e Fernando Novais (1989) não deixaram espaço para dúvida quanto ao papel do Brasil na expansão do capitalismo na Europa: era o sentido da colonização. Portanto, a institucionalidade aqui existente faz parte do desenvolvimento em paralelo da institucionalidade europeia. Não podendo ser afirmado que o quadro brasileiro é uma fase anterior e o europeu um posterior. Eles são concomitantes e atendem às organizações econômicas próprias de cada um desses territórios (e entre eles, através de uma estrutura de dependência), ou seja, faz parte da própria dinâmica do desenvolvimento do capitalismo e o Brasil é um capítulo desse processo, como afirmam Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais.

Isso ocorre porque Faoro dá à coroa lusitana tratamento diferenciado frente às outras coroas europeias, estendendo esse tratamento ao Brasil, numa análise não sistêmica, mas etapista. Enquanto a coroa lusitana exerceria sua dominação de maneira patrimonial, nas outras subsistiu a dominação feudal. Assim, ele enxerga que com o brotar do capitalismo, o patrimonialismo não dava condições para o desenvolvimento capitalista, mas o feudalismo sim. A atividade industrial surge em Portugal a partir de privilégios legados pelo Estado. Por outro lado, a ideia de base contratual que subsistiria nas relações feudais daria nos outros países europeus espaço para a indústria racional e autônoma. Faoro reconhece que a organização estatal lusitana deu força apenas ao capitalismo comercial (ou capitalismo politicamente orientado, que ele coloca como período pré-capitalista), mas não ao capitalismo industrial (ou capitalismo). Para ele,

os países revolvidos pelo feudalismo, só eles, na Europa e na Ásia, expandiram uma economia capitalista, de molde industrial. A [exemplo da] Inglaterra, com seus prolongamentos dos Estados Unidos, Canadá e Austrália, a França, a Alemanha e o Japão lograram, por caminhos diferentes, mas sob o mesmo fundamento, desenvolver e adotar o sistema capitalista, integrando nele a sociedade e o Estado (FAORO, 2012, p. 42).

Faoro vê como subsistindo uma relação de causalidade que fez com que esses países conhecessem as relações capitalistas e outros não, simplesmente por serem desprovidos de raízes feudais. Ora, a inclusão da Alemanha naquela lista demonstra justamente que a expansão do capitalismo industrial não se trata de um processo automático, mas de um projeto dirigido pelo Estado. Como observa Tilly, “[...] os Estados que se industrializaram tarde dedicaram uma parte maior de seu aparelho governamental — bancos, tribunais, e administrações públicas — à promoção da indústria do que aqueles que saíram à frente” (1996, p. 187).

Para Faoro, contudo, o caminho é o contrário: a organização estatal em si é responsável pelo não desenvolvimento capitalista, recaindo sua crítica sobre o estamento político, mesmo reconhecendo que há também naquela organização o elemento de poder de grupos de interesses e, portanto, ela não seria monolítica — contudo, ele não estende esse raciocínio a ponto de incluir os grupos de interesse como razão para o atraso. Para ele, a sociedade está verdadeiramente à mercê de uma patente imutabilidade provocada pelo patrimonialismo, e essa é mantida em favor do estamento político. A imutabilidade, mesmo que capaz de assimilar a existência do “gestor de negócios” (expressão similar à utilizada por Florestan Fernandes: “homem de negócios”), existe por conta do estamento político e pelo estamento político:

O patriciado [...] governa e impera, tutela e curatela. O poder — a soberania nominalmente popular — tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios, gestor de negócios e não mandatário. O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos [...] Em lugar da renovação, o abraço lusitano produziu uma social *enormity*, segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem. Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse (FAORO, 2012, p. 647).

Schwartzman (2007), como Faoro, acredita na manutenção em oposição à mutabilidade, mas, tem uma tese mais extremada, pois para ele as elites dentro do patrimonialismo são adstritas à classe política. Assim, por um lado, para Faoro, “[...] elite e estamento são realidades

diversas, articulada a primeira no serviço da segunda, que a define, caracteriza e lhe infunde a energia” (FAORO, 2012, p. 95) — ou seja, Faoro prega a grande importância do estamento político, mas coloca que ao lado dele existe uma faixa mais alta da sociedade que busca aproveitar-se do Estado (numa conjunção de esforços concorrentes entre elites agrárias e industriais, uma sobrevivência do velho e do novo com as mudanças passadas pelo país no início do século XX) —. Por outro lado, para Schwartzman:

[...] não é simplesmente uma forma de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bastante atual de dominação política por um ‘estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio’, ou seja, pela burocracia e a chamada classe política^{32 33} (2007, p. 97).

Assim, em linha similar à de Faoro, Schwartzman (2007) vê o estamento político ter um poder autônomo. Com isso, a partir do entendimento de que a sobreposição do Estado sobre uma economia que não teve uma revolução capitalista, se teria uma diferenciação entre essa economia e as europeias — que passaram pelas revoluções liberais —, tendo-se uma sociedade cuja pujança do patrimonialismo impediria modificações estruturais, motivando o seu atraso, dando apenas a aparência de transformações e subjugando até regiões mais dinâmicas, como o estado de São Paulo. O estamento político, na sua autonomia, não atende a anseios e demandas de grupos de interesse, mas coopta-os. A isso, Schwartzman chama Neopatrimonialismo. Quadro no qual entende se encaixar o Estado brasileiro:

³² Deve ser admitida a repetição desse fenômeno no estamento político e a revolta nesses mesmos termos de Schwartzman, muito embora não possa ser visto como uma questão cultural, como discutido à frente; de todo modo, subsiste atualidade na sua tese patrimonialista, como pode ser visto no comentário de Francisco de Oliveira: “A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda tem um enorme significado: A estrutura de classes [...] foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de “analistas simbólicos”: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal; fazem parte dos conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. [...] Ironicamente, foi assim que a Força Sindical conquistou o sindicato da então Siderúrgica Nacional, que era ligado à CUT, formando um ‘clube de investimento’ para financiar a privatização da empresa; ninguém perguntou depois o que aconteceu com as ações dos trabalhadores, que ou viraram pó ou foram açambarcadas pelo grupo Vicunha, que controla a Siderúrgica. É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB e trabalhadores transformados em operadores de fundo de previdência, núcleo duro do PT” (OLIVEIRA, 2003, p. 146-147).

³³ Schwartzman critica a expressão “estamento político” utilizada por Faoro por tratar-se para ele de uma classe “sem honra própria”, não dando maiores explicações, mas dando a entender tratar-se da falta da neutralidade vista por Faoro nesse grupo. Inclusive, ele prefere a alcunha “Neopatrimonialismo” a “Patrimonialismo” (2007, p. 97).

No caso brasileiro, a coexistência de um Estado com fortes características neopatrimoniais levou, no passado, à tentativa de organização da sociedade em termos corporativos tradicionais, criando uma estrutura legal de enquadramento e representação de classes que perdura até hoje. Ao mesmo tempo, no entanto, o mercado se expandia, a sociedade se tornava mais complexa, e formas autônomas de organização e participação política eram criadas. O termo “cooptação política” [...] busca captar o tipo de relacionamento entre estes dois sistemas de participação, ou seja, o processo pelo qual o Estado tratava, e ainda trata, de submeter a sua tutela formas autônomas de participação (SCHWARTZMAN, 2007, p. 110).

Assim, para Schwartzman (2007), bem como para Faoro (2012), as tentativas de criarem-se novas formas baseadas na legalidade são submissas à ordem neopatrimonial do estamento político; esse estamento exerce seu poder alheio à legalidade, sendo a lei para ele mera retórica que não se importa em descartar. Esse entendimento de que há desprezo pela lei por parte de grupo de interesse é esposado neste trabalho, contudo, entende-se aqui que Schwartzman captura de maneira inversa o fenômeno: para ele, o Estado sobrepõe-se às elites econômicas, quando o que se passa é o contrário, e, assim, como será visto, aqueles entes privados, enquanto grupos de interesse, vão sobrepor suas demandas à república de tal maneira que serão eles que farão com que a lei seja descartada, como será visto na próxima seção com as rupturas na ordem democrática.

Nesse ponto, relembra-se a importância do privado, que Schwartzman mitiga, ao que vale o resgate do pensamento privatista de Nestor Duarte (1966). A obra desse autor é bastante válida quanto à avaliação da importância do privado na formação histórica do país. O patrimonialismo enquanto relação tem dois polos; como visto, Faoro e Schwartzman focam no polo estatal, naqueles que comandam e que gerem o Estado, em detrimento do polo ocupado pelos agentes privados; Duarte (1966) faz o caminho inverso.

Como os outros autores aqui comentados, Duarte (1966) vê no Brasil uma continuação da experiência estatal portuguesa. Contudo, para esse autor, o Estado português era fraco e uma das principais razões para isso seria porque ele entende a sociedade portuguesa como reflexo de um particularismo português, que viria a ser um antecedente importante na organização do jogo de forças da sociedade brasileira. Essa inadequação do Estado vista por ele, mesmo que privatista, é bastante similar à inadequação à organização racional-legal vista por Faoro e Schwartzman, talvez até mais extremada.

A organização extraestatal a partir dos latifúndios é comentada por esse autor como sendo devida ao fato de que o Estado seria dispensável para ela. O que por um lado significa

diminuir a dimensão da presença que o Estado português teve na Colônia, por outro tem pertinência, pois, como afirma Vianna (2005), em síntese: nem classe comercial, nem classe industrial, nem corporações urbanas. Na amplíssima área de latifúndios agrícolas, só os grandes senhorios rurais existem” (VIANNA, 2005, p. 193). Assim, se teria nesse caso um modo de pensar particularista e uma realidade em que “[...] tão poderosa é essa ordem privada que o Estado há de resignar-se a viver dela e apoiá-la por isso mesmo, até depois da transformação política da Colônia em Império brasileiro” (DUARTE, 1966, p. 71).

Portugal (e, posteriormente, o Brasil), por não possuir recursos suficientes com os quais poderia administrar o território brasileiro, acabava por precisar contar com o poder privado. Esta visão é compartilhada por Duarte (1966) e por Uricoechea (1978); todavia, Carvalho (1997) anota que Uricoechea faz o contraponto de que “[...] o senhoriato não conseguiu desenvolver formas de solidariedade corporativa capazes de possibilitar o enfrentamento do monarca, enquanto a economia escravista não lhes permitia a consolidação estamental que caracterizou o feudalismo ocidental. A ideia de compromisso foge ao dualismo de Faoro e também ao reducionismo de Nestor Duarte [...]”. Para Uricoechea, o período do Império brasileiro acabou por ser pautado então por “uma dialética com momentos mais ou menos centralizados que caracterizaram a organização do poder” (1978, fl. 109).

Nesse ponto, é fundamental acrescentar a contribuição de Graham (1990). A partir da leitura desse autor brasilianista, se tem que para ele não se pode nem diminuir o papel do Estado central, como Duarte (1966) o concebe, nem reduzir o dos atores econômicos no centro decisório do país, como faz Faoro (e Schwartzman). Isso porque ele vai além de Duarte (1966) e Uricoechea ao reconhecer a dinâmica dos agentes privados, o que é fundamental para se entender que há uma dinâmica histórica própria da maturação do capitalismo no país.

Não basta, como em Duarte (1966), apenas reconhecer a simbiose entre um Estado que tenta se fazer presente e negócios privados, mesmo que falando de fazendeiros instalados em locais distantes dos maiores centros de decisão do território. É necessário observar o crescimento dos negócios privados e seus transbordamentos para a política. De modo que o patrimonialismo não tem como ocorrer em uma via que parta dos agentes públicos para os agentes privados. A via em que ele se revela é a partir do desenvolvimento das relações entre os agentes econômicos para a subsequente ocupação de uma arena política (cada vez mais centralizada) na defesa dos seus interesses privados. E, assim, se analisa na próxima subseção

a particularidade da burguesia brasileira e sua atuação no processo de desenvolvimento econômico brasileiro e frente a políticas industriais

Nas palavras de Graham (manifestando concordância com Caio Prado Jr. (2007) quanto ao desejo da classe fundiária de romper com Portugal e conseqüentemente com os comerciantes intermediários do comércio internacional (como razão principal inclusive para a Independência): “Eu também vejo os ricos utilizando estruturas de um governo que criaram para fazerem progredir seus interesses. Mas eu não vejo esses interesses fazendo um direcionamento de uma maneira tão direta como na adoção de políticas, taxas, regulação de tarifas ou leis trabalhistas” (1990, p. 4-5, tradução nossa³⁴). Nisso concorda-se aqui parcialmente com a afirmação do autor, pois defende-se justamente a tese de que os agentes econômicos mais privilegiados fazem uso das estruturas políticas em prol dos seus interesses; contudo, deve ser feita a ressalva de que é possível dizer que essa maneira de fazer valer interesses pode ir para além da influência genérica e avançar, sim, sobre políticas específicas. Um bom exemplo disso, no período estudado por aquele autor, é a mudança de uma política específica: a Tarifa Alves Branco, no século XIX, que fora revisada em atendimento à pressão de grupos de interesse agrícolas (exemplo que é revisto no tópico 3.2.2).

Graham (1990) entende que a influência das classes econômicas abastadas se opera de maneira genérica no meio político porque, para ele, aquelas classes exercem sua influência pelos elementos ideológicos que invocam. Assim, muito embora ele reconheça a importância das relações de classe no país, ele dissocia a rede do patrimonialismo da rede de produção e trocas (dissocia o político do econômico), abordagem da qual esse trabalho discorda, pois a dominação patrimonialista no Brasil é exercida a partir de um poder que tem fundamento no plano econômico sobre a operação do meio político. Assim, o autor peca ao diminuir a influência que as reorganizações no plano econômico terão na vida e na história política do país; entretanto, é bastante valoroso o seu argumento de que o elemento ideológico das classes privilegiadas tem grande peso nos processos políticos.

Como percebe-se, essas leituras, mesmo se valendo do tipo ideal patrimonialismo, não apontam de maneira satisfatória como conceber a influência das mudanças promovidas pelo

³⁴ Texto original: “*I too see the wealthy as using the structures of a government that they themselves created to advance their interests. But I do not see those interests as leading so directly to adopting this or that policy, tax law, tariff regulation, or labor act*” (GRAHAM, 1990, p. 4-5).

capitalismo nos processos políticos do país. Essa observação se dá por diversas razões a partir dos autores trabalhados acima: ou por colocar-se a ênfase no estamento burocrático, como Faoro e Schwartzman; ou por se conceder pouca relevância ao Estado, como Duarte; ou por não se perceber a maneira como as elites agrárias se aglutinam pouco a pouco para fazer intervenções no poder político central, como Uricoechea; ou por não reconhecer os nascentes conflitos de uma sociedade industrial em formação e por diminuir a extensão do poder das elites econômicas sobre o Estado, como Graham.

A ênfase de Faoro e Schwartzman no estamento burocrático superdimensiona-o, dando a ideia de que ele plana sobre as classes sociais e sobre conflitos políticos advindos da interação entre elas, como se houvesse a manutenção no país do regime monárquico e esse tivesse sido alheio àquelas questões. Também problemático é não reconhecer o efetivo papel do Estado, como Duarte, pois minimizar o papel do mesmo em uma realidade colonial de vastas extensões e predomínio da realidade agrária fazia sentido, mas a formação do país passa pela centralização cada vez maior dos poderes (mesmo que primeiramente advindos da ordem agrária) no Estado, razão pela qual a leitura de Uricoechea sobre o patrimonialismo no Brasil também deixa a desejar. Por fim, assim como não se pode subestimar o papel do Estado, tampouco pode ser desprezado o papel das organizações econômicas, sejam classes, sejam elites, por sobre o Estado, como faz Graham, pois as classes que nascem com a industrialização estão em permanente disputa, mesmo que a desprivilegiada possa se aperceber disso, ao tempo em que as elites valem-se do Estado para dar forma a seus privilégios direta e ideologicamente, por vezes falseando-os sob a imagem de interesse nacional.

Por outro lado, é importante extrair dos mesmos algumas questões para uma análise da especificidade do patrimonialismo no Brasil: a existência de um histórico despreço pela legalidade (o que será revisitado na próxima subseção como um traço do caráter da burguesia industrial); a importância do poder inicialmente descentralizado e na pessoa dos latifundiários como marca histórica da concepção da política do país (cuja centralização é o berço de um Estado servo dos interesses privados dos privilegiados); e a importância que a ideologia dos dominadores e a formação das classes terão na história política do país (dando espaço para que também a burguesia industrial intervenha nos processos políticos em causa própria). Por essas razões, não se deve negligenciar tais leituras, mas é fundamental somar a elas a que é feita por Florestan Fernandes acerca de como se opera o patrimonialismo no Brasil.

Segundo esse autor, o panorama deve ser feito avaliando-se como, a partir da estrutura herdada dos portugueses, é exercido o poder pelo do estamento rural. Esse viria assim constituir-se como parte da elite que faz uso do Estado. Ou seja, essa elite (homens de negócios e fazendeiros) é fruto de uma ordem colonial patrimonial que atendia a esse estamento (que ele chama de “senhorial”), de maneira que, após a Independência, as relações que anteriormente tinham como condão o trato dos latifundiários para com aqueles que viviam nas cercanias do latifúndio ganham outras proporções na medida em que se fortalece o poder político central. A confusão entre o público e o privado, em Florestan Fernandes, em especial após a Independência, pode ser entendida como “a propensão das elites dominantes a interpretar todo processo de mudança social como ‘assunto privado’” (FERNANDES, 2005, p. 88). É a privatização do espaço público não por uma elite política, mas por uma elite econômica. Ele explica que, com a emergência do Estado nacional brasileiro:

As elites dos estamentos senhoriais precisavam [do Estado —] [...] 1º) para manter as estruturas sociais que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio social do poder político; 2º) para expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional (FERNANDES, 2005, p. 66-67).

Para Florestan Fernandes, a estrutura patrimonial do país, baseada no patronato senhorial e não no político de Faoro, fez com que o processo da Independência girasse muito mais em torno do espectro político, ou seja, houve a falta de um processo concomitante ou anterior, no âmbito econômico, que fosse o motor das mudanças, o que só será visto com a emergência das indústrias e o crescimento dos centros urbanos em volta da economia cafeeira. Por outro lado, a Independência, na visão do autor, se dá no âmbito político, mas em razão de forças econômicas, pois aqueles senhores de terras se viam impossibilitados de:

[...] realizar, politicamente, sua condição econômica e social de estamentos dominantes. O estatuto colonial suprimia essa possibilidade, que era partilhada, indireta e precariamente, através da Coroa, de seus representantes legais e da condição de vassalo (portanto, leal à Coroa e com requisitos para se converter em seu representante legal). A implantação de um Estado nacional independente constituía a única via pela qual se poderia romper o bloqueio à autonomia e à plena auto-realização dos estamentos senhoriais; e fornecia-lhes, ao mesmo tempo, o caminho mais fácil e rápido para a extensão do patrimonialismo do nível doméstico, da unidade de produção e da localidade para o da “comunidade estamental” da sociedade global e do comportamento político. Assim, o patrimonialismo se converteria em dominação estamental propriamente dita e ofereceria aos estamentos senhoriais a oportunidade histórica para o privilegiamento político do prestígio social exclusivo que eles desfrutavam, material e moralmente, na estratificação da sociedade. [...] Para que o prestígio social dos estamentos senhoriais pudesse ser

privilegiado politicamente, era necessário que surgisse um fator de solidariedade que repousasse na comunidade de interesses dos senhores, mas transcendesse à organização interna do domínio. Esse fator vem a ser a criação de um Estado nacional independente. Os estamentos senhoriais ganhavam uma causa, a Independência e, principalmente, a transformação do Brasil em nação; e adquiriam meios para dar validade e eficácia à comunidade de interesses econômicos, sociais e políticos, isto é, para estender sua dominação do domínio para o plano da coletividade (o que se operou gradualmente, mediante a absorção dos papéis administrativos, jurídicos e políticos configurados em torno da ordem legal emergente, ou seja, da burocratização da dominação estamental) (FERNANDES, 2005, p. 77-79).

Razão pela qual, segundo Florestan Fernandes (2005), operam-se duas mudanças significativas: a primeira, a partir da transplantação do sistema português e da Independência, em que se cria uma confusão entre o público e o privado que é subjugada pelo estamento senhorial, fazendo com que essa confusão traduza-se no atendimento aos seus interesses descentralizados; a segunda, a partir da emergência de novos polos dinâmicos na economia que criam grupos de interesse associados às camadas urbanas, dando à burguesia industrial, que se forma, o *status* privilegiado de grupo de interesse junto ao Estado, do qual gozava o estamento senhorial. Ademais, durante o período de pouco mais de um século em que se operam essas mudanças após a Independência, há um constante processo de centralização do poder político no nível nacional, no meio do qual aqueles grupos de interesse se fazem privilegiados, junto ao Estado, pela força econômica que têm.

Assim, Florestan Fernandes (2005) passa o foco do Estado para os interesses de ordem econômica e entende, de um lado, que a elite se constitui junto com o Estado e utiliza-se dele, e, de outro, que tanto subsiste à imutabilidade quanto à mudança. Ou seja, permanece a lógica de formação de relação de privilégio com o Estado, mas o estamento representado pelo grupo de interesse que tem maior acesso ao poder seria mutável.

Essa possibilidade de mudanças pode ser identificada com a quebra de continuidade com a tradição senhorial, que se opera quando fazendeiros de café são dotados de nova mentalidade econômica, o que acabaria por atingir diferentes níveis de “organização da personalidade, da economia e da sociedade” (FERNANDES, 2005, p. 118). De maneira que, mesmo os controles reativos da ordem tradicional sendo prevaletentes sobre as normas objetivas, não se conseguia fazer frente à influência do liberalismo que ganhava força junto com novos atores econômicos, estabelecendo-se no país “uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal” (FERNANDES, 2005, p. 56).

Assim, traçar o patrimonialismo no Brasil a partir de Florestan Fernandes passa por admitir que aspectos da dominação racional-legal são incorporados na formação do Estado patrimonial brasileiro. Para ele, o Estado integrava o racional-legal ao país, dando um renovado aspecto à dominação patrimonial, mas sem perder de vista a servidão “aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais” (2005, p. 90), a manutenção das estruturas advindas do período colonial (FERNANDES, 2013, p. 43). Assim, os grupos de interesse dominantes³⁵, para fazerem valer seus interesses, utilizam-se de todo o corpo legal: aparato administrativo, militar, jurídico e político. Na visão acertada de Florestan Fernandes, essa adaptação do Estado patrimonial herdado da colônia é conduzida justamente por aqueles estamentos senhoriais, pois

[...] se as camadas senhoriais não se apoiassem em ajustamentos políticos altamente egoísticos e autoritários, correriam o risco de uma regressão econômica, da perda do controle do poder e da inviabilidade do Estado nacional. Se elas não aceitassem certas condições ideais do modelo absorvido de organização do Estado nacional, este não abriria perspectivas à formação e ao fortalecimento progressivo do substrato material e moral de uma sociedade nacional, ou seja, estaria condenado como realidade histórica (2005, p. 90).

Florestan Fernandes vê o patrimonialismo como pertencente a uma ordem que deveria ficar no passado, mas que coexiste, que dá sobrevida à dominação das elites econômicas tradicionais, que, por sua vez, ao exercerem tal dominação criam um modelo de relação com o Estado no qual a burguesia industrial viria a se incluir ao invés de desfazer. O tipo ideal que auxilia na leitura das relações que tradicionalmente se instalaram no país, também o faz para que não se perca de vista a sobrevivência daquelas relações. O patrimonialismo no Brasil, visto a partir do tipo ideal patrimonialismo, consiste nessas relações ou nesse tipo de relação herdeira da dominação tradicional patrimonial e travestida de dominação racional legal. Martins (1994) pode ser utilizado para resumir essa acepção de Florestan Fernandes ao dizer que: “[...] a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica do poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina” (p. 20).

O patrimonialismo no Brasil possui também um aspecto que diz respeito à relação com o externo ao país. Nesse ponto, Florestan Fernandes (2005, p. 105) apresenta importante

³⁵ Schwartzman, por sua parte, afirma que para o político brasileiro a representação de grupos de interesse não faria qualquer sentido (1975).

convergência com Cardoso (1975); segundo eles, o Estado patrimonial se encontra dentro de uma lógica dependentista e atende a ela, sendo assim construído de acordo com ela. O Brasil não seria atrasado por conta do estamento político que não deixa as forças econômicas do país fazerem com que ele galgue outro patamar (visão etapista de Faoro), mas seria produto de uma lógica segundo a qual cabe ao Brasil ocupar o papel de atrasado. Essa lógica internacional existe desde a concepção do país enquanto colônia de extração para o processo de acumulação originária de capital até a situação de economia periférica com industrialização em trânsito, por essa razão observa-se que:

O exemplo inglês evidencia que a apropriação colonial foi um dos fatores básicos da chamada acumulação originária de capital, ou, como se diria hoje, do desencadeamento e aceleração do “arranco econômico”. O exemplo quase total do “mundo subdesenvolvido” revela que os países a ele pertencentes se veem compelidos a realizar a revolução capitalista sob o impacto da perda constante (e por vezes crescente) de parte substancial do próprio excedente econômico, dinamizada além do mais como fator de intensificação da heteronomia econômica. Em um extremo, temos uma economia de mercado capitalista que cresce com o excedente econômico transferido ou pilhado de economias coloniais. No outro, deparamos com uma economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente (FERNANDES, 2008, p. 37).

Contudo, essa relação com o externo não deve fazer com que sejam negligenciadas as determinações internas, pois, ligada aos interesses da expansão capitalista, está “[...] uma burguesia local que nem por ser caudatária e dependente deixa de ser importante como força econômica e social” (CARDOSO, 1975, p. 226). É por essa razão que se foca, aqui, na relação patrimonialista da burguesia industrial brasileira com o Estado, pois ela conjuga esforços para manter seus privilégios alheia a questões de interesse nacional que ajudem o país a romper com aquela lógica externa em que ele está inserido.

Por fim, ainda sobre o aspecto externo, a supramencionada convergência entre Florestan Fernandes (2005) e Cardoso (1975; 1990) pode ser exemplificada na definição dada por esse último de “anéis burocráticos”, o que revela também a visão de Cardoso sobre o papel das instituições formais dentro do patrimonialismo. Os anéis burocráticos eram, durante a Ditadura Militar, os centros formados por grupos de interesse e funcionários do Estado, dos quais saíam as políticas públicas alinhadas aos seus interesses. Os grupos tinham na sua formação tanto representantes de empresas públicas como privadas nacionais e estrangeiras, com o que a Ditadura visava arrefecer oposições ao regime, ao passo em que lidava com interesses privados como se interesse nacional fossem (a velha confusão entre o público e o privado).

Ao passo em que Cardoso (1975; 1977) dá importância ao grupo que opera dentro da burocracia do país, como Faoro e Schwartzman, a sua aceção de cooptação é mais realista. A razão disso é que através dos anéis burocráticos a cooptação tinha muito mais conteúdo de pactuação. Os anéis eram um pacto por meio do qual empresas estatais e conglomerados transnacionais, bem como a burguesia nacional associada, faziam valer seus interesses. Esse tipo de pacto, contudo, é revisitado por Cardoso, que passa a vê-lo como uma indevida “privatização” do Estado:

Inaceitável é a "privatização" do Estado, que na América Latina ocorre em grandes proporções. Isto é, através de alianças — que em outras circunstâncias eu chamei de "anéis burocráticos" — partes da burocracia estatal, tanto do setor produtivo como da própria administração direta, são "enfeudadas" a interesses privados. Muitas das empresas estatais são deficitárias porque obedecem a uma política de preços (no caso do aço, por exemplo) que beneficia o setor privado que consome seus produtos. As interligações entre a burocracia estatal e o interesse privado são enormes e freqüentemente fazem-se em detrimento do interesse público (CARDOSO, 1990, p. 44).

Assim, tanto em Florestan Fernandes como em Fernando Henrique Cardoso, o patrimonialismo assume papel fundamental, concluindo-se, em ambos, que o projeto estatal brasileiro partiria de uma relação patrimonialista, que atende aos interesses das classes dominantes locais. No dizer de crítico de Cardoso (COTRIM, 2001), o patrimonialismo foi a manifestação política dominante durante o período colonial, passando em seguida pela República Velha e não sendo abandonado nem mesmo com a Revolução Burguesa, pois teria sido a base de sustentação dos sistemas de poder do capitalismo escravista ao capitalismo dependente. Contudo, como visto, Cardoso (1975; 1977) inclui espaço na sua obra para a organização burocrática (ou estamento político ou tecnocratas).

Exemplo daquilo é que Cardoso não negligencia o papel dos tecnocratas, como nos casos dos governos autoritários de Vargas e da Ditadura Militar que se instalou em 1964. Ele propõe que a ação política das camadas burocráticas não podem ser vistas como cumprindo meramente a função de Comitê Executivo da burguesia, destacando que elas têm interesse próprio; todavia, argui ele que essas camadas precisam legitimar sua ação dentro do bloco no poder, o que é feito justamente por meio da “capacidade que tenha demonstrado e venha a demonstrar para definir e manter regras de exclusão social e política capazes de garantir retribuições [...] para as classes dominantes [...]” (CARDOSO, 1975, p. 195). Assim, Cardoso (1981; 2003) parte da montagem de estruturas patrimonialistas no seio do Brasil Colônia até

chegar à participação da burguesia nacional dentro do supramencionados bloco no poder; mas não é deixada de lado a prática patrimonialista, como se vê na citação abaixo:

A única forma possível de ação política que se apresenta empiricamente aos industriais (dado que, no conjunto, pretendem ser apolíticos, norteando-se por valores das camadas médias, e, portanto, não podem aspirar a um domínio eficaz de classe) **consiste na participação pessoal do jogo de compromissos que a política de tipo patrimonialista ainda dominante oferece** aos que têm recursos para arcar com os ônus do clientelismo político. Esta participação é altamente compensadora para os industriais, pois quando têm acesso às Câmaras e aos Executivos podem tirar vantagens econômicas para seus grupos empresariais, mas não leva a qualquer redefinição do estilo político tradicional, nem mesmo no que diz respeito à possibilidade de serem tomadas medidas mínimas que, em tese, poderiam favorecer o conjunto da burguesia industrial, como, por exemplo, reformas fiscais ou administrativas. [...] As condições sociais de formação da burguesia industrial exercem um “efeito de amortecimento” na concretização das possibilidades de consciência dos interesses de classe que a camada industrial virtualmente possui e dificultam o desenvolvimento de formas de comportamento social compatíveis com sua “situação de classe”. Dá-se, pois, com a burguesia industrial, por motivos análogos, a réplica do que ocorre com o proletariado (CARDOSO, 1964, 165-166, grifo nosso).

Com relação a essa ação política de acordo com os interesses de classe, retorna-se a ela na próxima subseção para explicitar-se o caráter da burguesia industrial brasileira. No entanto, Cardoso também introduz no excerto acima a situação política da classe proletária. Essa não passa intocada por ele quando do tratamento do patrimonialismo. Segundo registra Cardoso (1964), com o processo de urbanização, os operários não ficaram alheios à lógica patrimonialista. Todavia, da parte deles, em vez de tratarem o Estado como matéria privada deles, como as elites dominantes, eles o fazem pelo aspecto puro da pessoalidade. A razão para afirmar-se isso está no fato de esses operários reconhecerem-se, através de uma notável autopercepção pouco elaborada de direitos e deveres (CARVALHO, 2008), como historicamente alheios ao poder, não podendo compor grupo de interesse que pudesse se manifestar junto ao Estado.

O liberalismo político que os alcançaria cessava (ou alterava-se) frente a uma cidadania diminuída ou a coronéis que faziam com que todos, dentro de um dado domínio, estivessem sob o seu jugo político. Os coronéis acabavam por ser representantes, tanto do estamento político de Faoro, na intermediação com os governadores, quanto do estamento senhorial de Florestan Fernandes, na adequação à estrutura econômica e social do regime representativo (FERNANDES, 2005; FAORO, 2012; LEAL, 2012).

Por fim, como dito, buscará se privilegiar aqui o movimento interno feito pela parte majoritária da burguesia industrial (os “capitães de indústria”, que serão retomados na próxima subseção) no que diz respeito ao espectro ideológico nos quadros do patrimonialismo no Brasil. Nesse sentido, Cardoso (1964) aborda o patrimonialismo pela oposição feita por industriais ao conceber o Estado e seu papel de acordo com a mentalidade econômica deles caracterizada pela “[...] preocupação está com tirar proveito das facilidades oficiais [...]” (p. 134). Assim, o “[...] Estado-patrimonialista, desde que possa ser manipulado, passa a ser o ideal de organização governamental para êstes defensores da ‘iniciativa privada’. Como, entretanto, esta condição não é facilmente preenchida [...], desenvolvem um julgamento moral maniqueísta do Estado, vendo nêle tanto o Bem quanto o Mal” (CARDOSO, 1964, p. 134). Segundo o autor, o Estado-protetor, que protegeria os industriais através de uma função que desse a eles maiores possibilidades de êxito econômico, seria a representação do “Bem”. Por outro lado, a representação do “Mal”, que eles fazem questão de disseminar, estaria no Estado-intervencionista:

Apesar de que objetivamente as mesmas condições que fazem do Estado um instrumento de distribuição de benesses aos industriais permitem-lhe, quando não o obrigam, agir como elemento controlador da “livre empresa”, para êstes industriais as intervenções do Estado se apresentam como desastrosas [...] (CARDOSO, 1964, p. 135).

Para além dessa parte majoritária dos industriais, Cardoso afirma existir uma fração imbuída pelo desenvolvimento da indústria como um todo (os “homens de empresa”, aos quais se retorna na próxima subseção). Mas essa não é despida de prática que faça uso do patrimonialismo, pelo contrário:

Os grandes industriais [...] sempre tentam influir politicamente, para obter vantagens que permitam a expansão das suas empresas. Alguns elegem “seus deputados”, ou têm representantes diretos de seus grupos nas Câmaras. Quando possível, fazem com que os Sindicatos e Federações patronais interfiram junto aos meios oficiais para aprovar medidas administrativas, legislativas e judiciárias que os beneficiem. **Tradicionalmente a pressão é exercida através do contato pessoal, da amizade, da subserviência ou do suborno, dependendo do industrial e do representante legal em jogo** (CARDOSO, 1964, p. 148, grifo nosso).

O objetivo deles, contudo, ao influenciar as decisões de Estado, iria muito mais para além de questões específicas; enxergando-se em defesa da indústria como um todo, eles buscam impor o ponto de vista da indústria à sociedade através da comunicação em massa e da programação de “[...] campanhas que convençam a Nação das vantagens do capitalismo e façam do

‘homem comum’ um defensor da democracia e da propriedade privada” (CARDOSO, 1964, p. 148-149). Trata-se de uma ampliação da leitura de Graham (1990) (vista acima), pois busca-se fazer valer os interesses da indústria junto ao Estado por intermédio de orientações tanto mais como menos diretas de políticas. A ideia subjacente é de colocar as demandas dos industriais como se necessariamente fossem interesses nacionais (CARDOSO, 1964), ainda que não venham a ser, o que faria a ação do Estado em seu favor aceitável no plano ideacional.

Portanto, as práticas de ambos os tipos de industrial se inserem na lógica de favorecimentos própria do patrimonialismo no Brasil aqui tratada, onde os interesses nacionais são negligenciados pela burguesia industrial. Ao mesmo tempo, nada leva a crer que o maniqueísmo utilizado para conceber a ação do Estado não seja marca de ambos os extratos da indústria supramencionados (CARDOSO, 1971, p. 152). Essa oposição é o falso liberalismo, ou a falsa defesa da iniciativa privada, conforme visto; demonizando-se a participação do Estado na economia, mas não totalmente. Tal demonização, inclusive, é, segundo Jessé Souza, o objetivo da utilização da concepção de Faoro de patrimonialismo, através da mesma oposição entre Estado e mercado, como é visto no subtópico seguinte.

3.1.2.1 A crítica de Jessé Souza

Jessé Souza³⁶ tece importante crítica quanto aos chamados “intérpretes do Brasil”, dentre os quais, estão os autores supramencionados, por duas razões principais. Uma é a crítica ao culturalismo, que ele de maneira bastante sensata chama de racismo. Essa crítica foca-se em Sérgio Buarque de Holanda e no “homem cordial”. Razão, inclusive, pela qual, Holanda, muito embora seja das maiores referências sobre patrimonialismo no Brasil, fica de fora do presente trabalho. Enquanto autores como Faoro (2012) e Schwartzman (1975; 2007) fazem uma leitura focada em especial na organização política, a qual merece debate, Holanda (1995), a que pesem méritos outros da sua obra, incorre em linha de entendimento que causa prejuízo à investigação sobre os processos econômico-políticos do país ao atribuir centralidade à criação de uma figura (o homem cordial) cuja sociabilidade explicaria a confusão entre o público e o privado — essa figura estaria na formação do país enquanto povo. A partir dela, disfunções do Estado residiriam na intimidade do brasileiro que não seria

³⁶ Essa bem fundamentada crítica é encontrada em diversas obras de Jessé Souza (1998; 2000; 2004; 2009; 2015; 2016; 2017), sendo a linha mestra das mesmas.

afeito à ordem patrimonial-legal; contudo, como já visto, a ordem patrimonial-legal é subsumida ao patrimonialismo no Brasil e esse subsiste tendo como fundamento não a formação cultural, mas a formação econômica do país.

Atenta-se aqui, então, à segunda crítica de Jessé Souza, que é mais geral, ou seja, contra o uso do tipo ideal patrimonialismo em si³⁷. A crítica concentra-se na ideia de patrimonialismo enquanto patronato político, como na obra de Faoro e de Schwartzman (e a crítica passa por também entender nela um atributo cultural, como em Sérgio Buarque de Holanda). Em suma, a coação pelo Estado aos agentes econômicos impossibilitaria a liberdade econômica weberiana, assim, o problema estaria no Estado. Não é o sentido aqui adotado quando se recorre ao patrimonialismo, mas essa crítica merece mais considerações por guardar pertinência com a interpretação feita neste trabalho, ajudando a explicar a intencionalidade de introduzir nesta obra, não uma ideia de “patrimonialismo” em si, mas de “patrimonialismo no Brasil”.

A mola da crítica a esses autores está na utilização a-histórica do conceito de patrimonialismo e nas comparações que eles traçam entre o moderno e o atrasado, atribuindo, aos Estados Unidos da América do Norte, o primeiro adjetivo e, ao Brasil, o segundo. No que diz respeito ao trabalho de Schwartzman, que se entende como aprofundador da utilização do conceito de patrimonialismo como razão do nosso atraso, Souza (2004; 2009) aborda a tese daquele autor de que o fato de São Paulo ter sido marginalizado foi o que fez com que a antiga Capitania de São Vicente pudesse constituir o propulsor de um sistema de livre iniciativa econômica e de política do tipo anglo-saxão (com bases racionais, como aqui abordado anteriormente), processo que teria sido abafado pelo estamento político do Estado patrimonial.

Ora, como Jessé Souza (2004) coloca, a província de São Paulo para Schwartzman reuniria as mesmas características que províncias dos Estados Unidos, por qual razão não teria ela então alimentado o mesmo tipo de desenvolvimento no país? É bastante claro que São Paulo tem papel preponderante na introdução do moderno no país, mas essa introdução ocorre dentro das lógicas do quadro de “atraso”, como será visto na próxima subseção. O problema em Schwartzman (2007) está no fato de se traçar comparações para criar uma narrativa, em detrimento do rigor da análise, comparando tradições coloniais bastante diversas, mas

³⁷ Para uma crítica similar sobre o uso indiscriminado para países africanos do tipo patrimonialismo (ou neopatrimonialismo), ver Pitcher (2009).

aproximando-as para poder definir em que ponto os brasileiros erraram no meio do caminho para terem saído do “mesmo” lugar, mas chegando a uma situação de “atraso”. Ademais, segundo Souza (2009; 2015), para esses autores e até mesmo para Florestan Fernandes, a explicação seria de que São Paulo é como uma ilha em um oceano culturalista do atraso que seria o Brasil:

É que, apesar de Florestan ter consciência clara da efetividade do processo de modernização periférico brasileiro, ele o interpreta segundo o registro teórico da “escola do patrimonialismo”, que enfatiza a “excepcionalidade paulista”. Segundo esse tipo de interpretação, o processo modernizador brasileiro é endógeno e se localiza em São Paulo, percebido como uma espécie de “Nova Inglaterra tropical”, que se contraporia ao resto do país atrasado, personalista e corrupto. A obra do Sérgio Buarque de Holanda, a interpretação de Raymundo Faoro em *Os donos do poder* e, muito especialmente, o elegante *São Paulo e o Estado nacional*, de Simon Schwartzman, são todos exemplos dessa influente corrente interpretativa (SOUZA, 2015, p. 99).

Nesse ponto, concorda-se que há, especialmente em Schwartzman, uma ênfase nas qualidades de São Paulo que o colocam como se exceção fosse numa realidade patrimonialista. Por outro lado, não há dúvida de que naquela região se desenvolveu dinâmica diferente do resto do país, de maneira que Florestan Fernandes não ignora a maior pujança da indústria paulista ou como essa tanto imprimiu transformações socioeconômicas expressivas, como por conta disso galgou ganho político expressivo, mas tampouco ele diminuiu a dinâmica de outros centros industriais. Nas palavras desse autor:

As conexões da dominação burguesa com a transformação capitalista se alteram de maneira mais ou menos rápida, na medida em que se consolida, se diferencia e se irradia o capitalismo competitivo no Brasil [...]. As mudanças espraiam-se por um longo período de tempo, determinando um padrão de industrialização que sofre oscilações conjunturais, intermitências estruturais e inconsistências institucionais [...]. Em consequência, seu impacto histórico torna-se mais evidente pela superfície, em termos morfológicos, graças à concentração de massas humanas, de riquezas e de tecnologias modernas em um número reduzido de metrópoles-chave. De fato, somente São Paulo capitalizou as transformações essenciais, de longa duração; e a mudança mais fundamental do cenário reflete-se, de modo geral, mais no tope do sistema de classes, pois **só os grupos com posições estratégicas** (centrais ou mediadoras e intermediárias) **no ciclo econômico da industrialização intensiva tiveram um aumento real (na verdade desproporcional) do poder socioeconômico e político** (FERNANDES, 2005, p. 347, grifo nosso).

A ênfase em São Paulo, na obra de Florestan Fernandes (2005), está no fato de a industrialização e seus efeitos terem sido concentrados em poucos lugares (como São Paulo), e o destaque no patrimonialismo está no fato de que a burguesia industrial se adapta a ele. E essa adaptação (ou falta de promoção de maiores rupturas) está no fato de que a burguesia

industrial é conservadora (como será visto na próxima subseção). Entende-se assim que Jessé Souza exagera ao atribuir a Florestan Fernandes uma visão contraditória ou meramente culturalista das transformações ocorridas no seio do Estado de São Paulo.

Ademais, segundo Jessé Souza (2009), soma-se à questão cultural o fato de que esses autores, inclusive Florestan Fernandes, ignoram que a indústria paulista tenha florescido à sombra do Estado ou “[...] que os saltos econômicos do país tenham se dado por intervenção direta do Estado [...] e nunca nos contextos de ‘livre ação’ do mercado como, por exemplo, na República Velha” (SOUZA, 2009, p. 67). Essa crítica é cabível a Faoro, mas não faria tanto sentido quanto a Florestan Fernandes, pois para esse o problema não está no Estado em si nem na burocracia, não existindo um controle integral do estamento político sobre si mesmo e sobre as elites; o problema seria inverso, ou seja, estaria na apropriação do Estado pelas “[...] classes que o constituem e o controlam. [Pois] o Estado nacional brasileiro sucumbiu aos interesses de classe que ele representa” (FERNANDES, 2005, p. 306).

Retornando à questão do atraso segundo a ótica dos patrimonialistas, em Jessé Souza (2015) se verifica uma questão de fulcral importância: qualificar o atraso como relativo. Se o país é atrasado, qual a referência adotada para se afirmar isso? Essa seria a pergunta norteadora. Para ele, a resposta seria que os modelos utilizados não são absolutos como Faoro e Schwartzman fazem parecer, isso porque as comparações com os Estados Unidos são acrílicas e deixam de lado os diversos problemas daquela sociedade para estabelecer, por exemplo, o mito de que a corrupção é endêmica no Brasil, mas, nos Estados Unidos, excepcional e passageira. Lá não seria um problema político, aqui seria mais do que um problema político, mas um problema do tamanho do Estado (retorna-se à frente a essa demonização do Estado). Ademais, a resposta, no âmbito desse trabalho, está também em outro sentido do aspecto relacional, ou seja, o de tratar o conceito em si como relação, o que levaria à assunção de que o “atraso” é produzido historicamente por meio dos laços dentro dos países “atrasados” e entre os países “atrasados” e os “não-atrasados”.

Quanto à a-historicidade, Jessé Souza (2009; 2015) critica autores que se valem do tipo ideal patrimonialismo para o estudo do Brasil porque eles entenderiam que se criaria em Portugal uma identidade cultural que não sofreria quaisquer mudanças, nem mesmo após séculos de história brasileira. Além disso, tomando um aspecto da obra de Faoro (2012) como exemplo, Jessé Souza observa como ele faz uma estranha transplantação de características modernas de

leitura do Estado ao território português do século XV, forçando o entendimento de que existiria ali a confusão entre privado (privilégios pessoais) e público (coisa pública), quando a ideia desse último nem mesmo existia:

Historicamente, na visão de Faoro, existiria patrimonialismo desde Portugal medieval, onde não havia sequer a noção de “soberania popular” — e, portanto, se não havia a ideia da separação entre bem privado (do rei) e bem público, o rei e seus prepostos não podiam “roubar” o que já era deles de direito (SOUZA, 2015, p. 48).

Assim, no que diz respeito ao atraso, Jessé Souza sustenta que Faoro vale-se da origem do Estado português para determinar uma noção de atraso, afirmando-a como não alterável com o passar dos séculos. Motivo pelo qual ressaltam-se, aqui, duas questões: a utilização por Weber do termo patrimonialismo e o compromisso com a historicidade. Ambos, na verdade, se interpenetram, como veremos mais à frente. Afinal, Weber utiliza patrimonialismo dentro da sua Sociologia da Dominação valendo-se da avaliação de sociedades pré-capitalistas (pois para Weber, com a formação do capitalismo dentro das nações, não haveria espaço para dominação que não a racional-legal, contudo, como será visto na próxima subseção, impera no Brasil a continuidade de um modelo tradicional mesmo com a revolução burguesa no país). Portanto, recuperar esse tipo ideal para torná-lo válido para sociedades com outro tipo de organização é uma iniciativa que deve passar por repensar o que seus elementos constitutivos representariam nessas novas organizações.

O que é a confusão entre público e privado em uma ordem social que não possui necessariamente um senhor, sultões ou monarca? Para Faoro, no Brasil, tem-se uma continuidade através dos antigos súditos do Império Português, hoje servidores públicos ou elite política, que se travestem de monarcas compondo um estamento político. Uma impropriedade, haja vista que eles carregam o caráter de possuir privilégios dos súditos do passado, mas não têm a mesma relação com o domínio que os senhores, sultões ou monarcas detinham.

E em que ponto estaria a relação desigual entre senhor e súdito que dentro do domínio somente os privilégios concedidos de um para o outro poderiam fazer a ordem se manter? Para tanto, o exercício empreendido por Faoro está em transferir para o patronato político a figura de senhor e, para grupos de interesse relevantes (elites econômicas e burocracias), o papel de súditos. Vê-se nesse trabalho uma heurística inversão liberal por parte de Faoro. O

propósito seria o de através de um modelo único de desenvolvimento de país dentro do sistema capitalista conceber que, onde há “atraso”, o Estado é o responsável por esse *status*.

Essa ideologia do atraso coloca no outro extremo o mercado. Demoniza-se o Estado e santifica-se o mercado. Como visto acima, essa oposição é enxergada por Cardoso. Em uma defesa da social-democracia, buscando estabelecer o mercado competitivo como uma bandeira da mesma, Cardoso (1990) afirma que o patrimonialismo e a corrupção podem existir tanto no setor estatal quanto no privado, assim, mesmo com um texto de caráter privatizante, Cardoso falseia aquela oposição, arguindo que ela deixa de lado problemas reais inerentes ao Estado e ao mercado. Jessé Souza captura de maneira idêntica a questão:

Mercado e Estado são instituições ambivalentes. Ambos possuem aspectos positivos e negativos. Se é inofensível que o mercado capitalista é a maneira mais eficiente de produção de riqueza material já descoberta pelo homem, ele é também causador de desigualdades de todos os tipos, de sofrimentos causados por trabalhos repetitivos e desinteressantes, e pela imposição de uma forma de vida baseada na aparência, e do consumo banal com intuito de distinção. O Estado também é ambíguo. Ao mesmo tempo que é um poderoso elemento de concentração de riqueza e poder propiciando um espaço de correção de injustiças aos perdedores e inadaptados ao mercado, pode ser usado também para concentrar renda e privilégios. Mercado e Estado não são “bons” ou “maus” em si. Seu uso refletido implica a consciência de suas ambiguidades constitutivas (2009, p. 69-70).

Com isso, Jessé Souza propõe que o liberalismo no Brasil faz uso das ideias por trás do patrimonialismo, pois essas tratariam de maneira confusa privilégios de classes, dando a entender tratar-se da busca por vantagens de uma “enfermidade” da qual toda a sociedade padece, o que inviabilizaria a ideia de ação do Estado; devendo-se, portanto, diminuir o espaço da coisa pública e deixá-lo apenas para a iniciativa das pessoas comuns e trabalhadoras — o que é contraditório, afinal, elas teriam que partilhar da enfermidade supracitada.

Em verdade, escondem-se a dominação social imprimida pelas elites e o conflito de classes, deixando transparecer na superfície que o Estado seria retrógrado e distribuiria privilégios por si mesmo. Assim, como coloca Jessé Souza (2009), dá-se a ideia de crítica social ao transferir-se ao Estado o adjetivo de patrimonial, chamando-o de servo de um estamento político preguiçoso, mas isso em verdade só serviria ao propósito liberal de desmanche do Estado. Por essa razão que aquela distribuição de privilégios deve ser vista dentro da luta política existente pela coisa pública, na qual elites econômicas, e não políticas, fazem valer seu lugar de dominadoras, de sorte que: “Como Florestan Fernandes explica, talvez melhor

que qualquer outro, o liberalismo sempre foi no Brasil o ideário do mercado em expansão e das classes que ganham com essa mesma expansão” (SOUZA, 2009, p. 69). Portanto, conforme será visto no próximo subtópico, persiste a confusão entre o público e o privado pela ótica de que a ideia de patrimonialismo não deve ser inviabilizada, mas reposicionada de acordo com essa crítica de Jessé Souza, de modo que fique em evidência o fato de que patrimonialismo não é algo particular e unicamente existente do Brasil, mas sim da própria lógica do desenvolvimento do capitalismo mundial, onde o Brasil tem uma experiência peculiar em seu patrimonialismo, dado o caráter da formação da burguesia brasileira.

Isso não é contraditório porque, apesar das críticas bem fundadas de Jessé Souza às referências à existência de patrimonialismo no Brasil, o patrimonialismo não é um conceito estanque. É nesse sentido que Ilyin (2015) e Sell (2016) recuperam uma questão de suma importância para a utilização do termo patrimonialismo: ele deve ser histórico não só na sua aplicação, mas também na sua concepção. Ou seja, patrimonialismo não é um tipo-ideal fixo. Em verdade, se ele o fosse, sua utilidade estaria fadada tão somente a eventos históricos pré-capitalistas (contemporâneos ao feudalismo e anteriores do capitalismo, no qual só poderia existir a dominação racional-legal). Nesse sentido, sobre o emprego do tipo “patrimonialismo no Brasil” nessa dissertação, deve ser feita menção à seguinte resposta de Sell (2016) a críticas como a de Jessé Souza:

Não se pode limitar o estudo do patrimonialismo na obra de Weber à sua semântica interna, esquecendo sua função pragmático-analítica. O esquema de Weber não permanece apenas no nível da abstração, tendo em vista que ele é um instrumento pelo qual ele deseja captar, concretamente, a dinâmica de construção das formas de dominação racional que caracterizam a modernidade ocidental. Embora formais, tipos ideais servem como instrumentos de apreensão de processo histórico-sociais reais. Eles não são retratos de uma realidade externamente dada e muito menos devem ser simplesmente aplicados de forma mecânica. [...] **Essa regra também vale para o caso do subtipo patrimonialismo,** como podemos perceber nas diversas nuances combinadas pelas quais Weber emprega o termo [...]. **[Assim,] novos enquadramentos hermenêuticos [...] não são ilegítimos. Antes, eles representam apropriações e releituras conceituais que respondem a demandas e problemas teóricos e políticos de nosso tempo e de nossa realidade e, sob pena de uma ortodoxia infrutífera, são construções teóricas válidas** (p. 15-22, grifo nosso).

3.1.2.2 Patrimonialismo no Brasil: a confusão entre o público e o privado

Como visto anteriormente, a abordagem histórico-institucional confere papel de destaque aos grupos de interesse, bem como também ao quadro institucional em que eles operam, sendo

fundamental compreender a formação desse quadro institucional, que toma contornos finais com a integração a ele do grupo de interesse burguesia industrial, como será visto na próxima subseção. Primeiramente, porém, ocupando o patrimonialismo no Brasil caráter especial nessa institucionalidade, faz-se mister, à guisa de conclusão dessa subseção, esclarecer o seu uso enquanto tipo ideal e enquanto tipo ideal voltado à leitura dos processos do país (de acordo com a discussão sobre o público e o privado iniciada no subtópico anterior).

Essa ressalva se deve porque, se de um lado isso é perdido de vista em autores como Faoro (esquecendo-se o caráter fundamentalmente heurístico de um tipo ideal, ou seja, distanciando-se o uso dele do caráter de prestar auxílio na investigação científica, transformando-se uma concepção de patrimonialismo em um fim em si mesmo, sendo toda a história do país subsumida a ela, em vez de o patrimonialismo auxiliar no entendimento de questões outras daquela história que não ele mesmo), a utilização do Institucionalismo Histórico força o resgate do uso apropriado daquela metodologia. Assim, se estabelece aqui que o patrimonialismo no Brasil é o tipo ideal, porém visualizado na realidade como não sendo puro, pela assimilação contínua de aspectos do tipo racional-legal, e não estanque historicamente; portanto, fluido, por entender-se como uma tradição que lega uma maneira particular de se relacionar com o Estado.

A essa maneira de se relacionar com o Estado, Nestor Duarte, Florestan Fernandes e Jessé Souza, como visto, deixam clara a necessidade de uma qualificação. Isso porque, ao discorrerem sobre a dominância do privado sobre o público, alguns dos autores mencionados (em especial Faoro e Schwartzman) superdimensionam o papel dos servidores públicos e dos governantes, em detrimento da arena política e da ação estatal — objetos de maior relevância que os primeiros. Em verdade, para demonstrar a mistura entre público e privado, ao explicitar um e outro, eles acabam por separá-los, em vez de demonstrar como se unem. Essa exposição fica clara ao tratarem os ocupantes de cargos públicos como possuidores de prerrogativas de poder que pudessem ser separadas das suas vontades particulares (numa realidade racional-legal), mas que eles acabam misturando, decidindo impor aquelas vontades próprias à coisa pública, e essa, por conseguinte, impeliria aqueles interesses aos diversos atores sociais, cooptando, por exemplo, atores econômicos.

Quando, em verdade, o público e o privado são misturados pela subjugação de todos os quadros do público pelo privado. O privado não pode ser tomado como os privilégios

buscados por indivíduos ocupantes de cargos políticos porque as prerrogativas de poder têm dimensão bastante diminuta frente ao poderio de grupos econômicos, que, muitas vezes, os corrompem ou financiam suas campanhas. Essa ênfase tem um aspecto culturalista muito forte, pois atribui aos ocupantes de cargos públicos a incapacidade de agir no modo racional-legal por serem brasileiros; assim, por exemplo, seria dar à corrupção identidade com o brasileiro, o que seria o mesmo que dizer que ao menos em algum país (não patrimonialista) a cultura criou uma sociedade sem corrupção. Mascara-se perigosamente, assim, a verdadeira maneira como o privado se imiscui no público não só no Brasil, mas no modo capitalista de produção: através dos grupos de interesse que fazem a política de refém ou a relação que cria oportunidades para os agentes políticos e econômicos a partir do papel do Estado. No caso específico do Brasil, como já apontado antes e é o elemento fundamental para a defesa da hipótese desta dissertação, o patrimonialismo no Brasil se diferencia pelo comportamento da burguesia do país, a qual não tem vínculos com os interesses nacionais e, portanto, a sua relação com o Estado sempre acontece em busca dos seus benefícios individuais em detrimento de qualquer elemento de interesse da nação.

Retomando os supramencionados autores, observa-se que Nestor Duarte (1966) captura a importância do privado de acordo com a essência patrimonialista weberiana ao descrever como operava-se sobre um domínio uma lógica bastante similar à de um monarca absoluto e opulento: o domínio existe quando um senhor e aqueles a quem ele delega funções usam do público em favor dos seus interesses privados, a seu serviço. Todavia, isso é possível, e correlato àquele tipo de monarca, porque o senhor acumula poderes econômicos e políticos. Faoro perde essa essência ao prender-se exclusivamente à trajetória de um suposto grupo (estamento político) que teria herdado o aparelho estatal português. O aparelho estatal instalado pelos lusos não deve ser negligenciado, já que nasce dele a burocracia estatal do país. Contudo, perde-se a linha da história.

Essa linha é recuperada por Florestan Fernandes (2005), pois esse admite os poderes daqueles senhores locais, similarmente a Duarte, e demonstra como caminharam ao longo da história: centralizando-se, assumindo o controle da política central enquanto grupo privilegiado (estamento senhorial) que passaria, graças a isso, a ter seus interesses de classe atendidos pelo Estado recém-nascido. O patrimonialismo no Brasil se conforma como essa instituição, segundo a qual existe uma relação de servidão do Estado às classes privilegiadas, servidão do

público ao privado desde o nascimento do público, sem qualquer vínculo com a possibilidade de dar um retorno para o desenvolvimento econômico de caráter mais nacional.

Com Jessé Souza, como visto, fica claro que só se pode falar em confusão entre o público e o privado a partir do momento em que o público existe, o que ele fundamenta na ideia de "soberania popular". Segundo o autor (SOUZA, 2015), é a partir dessa ideia que nasce aquilo que é público, e só a partir daí se poderia falar em um monarca usar algo público para satisfazer seus próprios interesses. Nas comunidades em que os latifundiários faziam valer o seu poder não lhes escapava a existência do Império português e as representações locais do mesmo enquanto "a coisa pública". Contudo, como assevera Duarte (1966), esse tipo de representação necessitava dos poderes locais para se fazer valer, e esses poderes locais tomavam para si essa representação, como se lhes pertencesse. Assim, o senhor de terras, por exemplo, acumulava os poderes político e econômico, fazendo o público existir, mas, por ser ele mesmo quem o fazia valer, o fazia valer em seu serviço. Aí está a gênese da confusão entre o público e o privado e, por conseguinte, do patrimonialismo no Brasil: na tomada do público por interesses privados das elites econômicas nas comunidades que foram estabelecidas durante o processo colonial e, posteriormente, na tomada do público por interesses privados na constituição do poder central independente (o Estado brasileiro) — mas não por parte de senhores locais tomados individualmente, e sim por parte de um grupo de interesses distinguível sem vínculos com compromissos com os interesses nacionais, ao qual Florestan Fernandes alçou a alcunha de estamento senhorial.

A diferença fundamental, aqui, entre os tipos racional-legal e patrimonialista, é a de como a relação entre poder político e grupos de interesse se organiza. No Brasil, ela foi organizada como uma relação que abre espaço para a participação cidadã (na acepção grego-antiga) de grupos econômicos (primeiramente, na pessoa do estamento senhorial), mas fecha-o a outros grupos (de caráter popular) e a processos de desenvolvimento de caráter nacional. Ela é a manifestação do conflito de classes dentro de um processo histórico de uma economia periférica no sistema capitalista, através de um sistema de dominação e subordinação aos interesses externos, desde que atenda-se aos interesses da burguesia interna. O Estado importa na medida em que ele é o espaço em que se manifesta (ou se mascara) aquele conflito. O patrimonialismo importa na medida em que ele é a regra (instituição) que dita a relação entre Estado e grupos de interesse (ou seja, é a própria relação).

Não se trata de julgamento valorativo sobre a relação de grupos de interesse com o Estado, mas uma relação tipicamente patrimonialista é aquela entendida tradicionalmente como confundindo público e privado. Veja que os panoramas ou parâmetros históricos sobre os quais se vale Weber são os de relações feudais, sultanatos e monarquias. O elemento tradicional nelas é bastante claro: a tradição, um dos traços desse tipo ideal (patrimonialismo). Por tratar-se de tipo ideal, o que se deve observar é a existência da tradição e não uma perfeita identidade com a maneira com que Weber exemplifica a ideia de tradição.

A retomada da monarquia por Faoro (2012) não desqualifica a sua tese, tampouco ela deva ser desqualificada pela ausência de monarquia séculos depois no Brasil, ou seja, esses elementos não desqualificariam nem mesmo a tese patrimonialista faoriana. Até porque a validade da retomada da monarquia está na criação de uma tradição, essa sendo a da predominância de interesses privados sobre os públicos para dentro da coisa pública, o que não implica dizer, como Faoro faz, que se cria um estamento político que substituiria a Corte portuguesa no Brasil, e que o foco deva estar no proveito por parte dos burocratas dos cargos que ocupam. A tradição institui apenas uma lógica de que os espaços públicos devem se ater à defesa de interesses privados de um determinado grupo, criando nesse grupo a autoimagem de “estamento senhorial”.

Nesse ponto, enquanto naqueles panoramas dos sultanatos e das monarquias em que aqueles que representam o poder político eram também as figuras econômicas centrais, com as revoluções liberais na Europa e a importação de estruturas de Estado³⁸, ganha espaço a distinção da arena política como espaço dinâmico. Contudo, onde arraigada a tradição patrimonialista, ela dará àquela arena política a qualidade de *locus* servo dos grupos de interesse que tinham ou que passam a ter poder econômico.

³⁸ Sobre essa importação de estruturas, é relevante o comentário de Tilly (1996): “Durante os últimos quinhentos anos, [...] os estados líderes da Europa difundiram o [seu] sistema por intermédio da colonização, da conquista e da penetração dos estados não-europeus. [...] [Assim] quando uma potência europeia instalava numa de suas colônias tribunais, sistemas fiscais, polícia, exércitos, ou escolas, seguia usualmente os preceitos europeus. Quando os estados independentes do Terceiro Mundo procuraram junto às grandes potências algum tipo de ajuda na organização de mercados, manufaturas ou poder militar, as grandes potências usualmente persuadiram-nos a organizar segundo a maneira europeia. Quando instituições internacionais como o Banco Mundial emprestaram dinheiro a estados não-europeus beligerantes, estipularam regularmente que esses estados empreendessem ‘reformas’ que estivessem em harmonia com as práticas europeias e americanas. Quando, finalmente, os países pobres procuraram lugares para educar os seus burocratas, técnicos e oficiais militares, muitas vezes os enviaram para treinamento na Europa ou numa de suas extensões. Tão logo dominou a Europa e partes do mundo povoadas principalmente por europeus, o estado nacional serviu de modelo para a formação do estado em toda a parte” (p. 260-262).

A ideia de supressão do *locus*, ou seja, de que o problema está nele, no Estado, e a diminuição dele, todavia, não têm como substância a busca pelo fim dessa servidão. Pelo contrário: a diminuição do Estado não tem como objetivo último o fim de privilégios para os integrantes do estamento político faoriano. A diminuição não é a retirada do *locus*, mas a empreitada pelo domínio sobre ele a partir da ideologia neoliberal, subtraindo-se cada vez mais o “risco democrático”, ou seja, o risco de que governos que abalem (ou possam vir a abalar) o patrimonialismo no Brasil tenham espaço para políticas de caráter popular e nacional.

Através do discurso de que o Estado grande cria espaço para corrupção ou privilégios, sustentado por argumentos meramente moralistas, defende-se a retirada da participação dele na regulação de atividades e a capacidade de, a partir da ascensão de grupo de interesse economicamente frágil, dar guinada para relação com os grupos de interesse que difira da relação patrimonial existente. Ou seja, virada para outro tipo de relação com o Estado³⁹ que exija das elites, no mínimo, compromisso nacional, em vez de continuarem atendo-se a seus interesses imediatos. Assim, a negação da importância do Estado e a diminuição do seu poder de ação não é a redução do patrimonialismo no Brasil, mas sim a forma mais acabada de encolhimento do espaço para políticas progressistas e nacionalistas, o que atende justamente a uma ideologia liberal que a burguesia industrial tenta pôr em prática sem ter que abrir mão do patrimonialismo⁴⁰, e, por essa razão, minimizando-se os efeitos sobre seus interesses.

Essa discussão será retomada na figura da ambiguidade liberal da burguesia industrial brasileira. Contudo, antes disso, considerando o aspecto tradicional sob o qual nasce a ordem patrimonial, faz-se mister reconhecer o poder descentralizadamente estabelecido por senhores de terra nas mais diversas localidades do país durante os períodos colonial e imperial, e a comunicação inerente ao fortalecimento de um poder central nacional. No primeiro momento, em que a descentralização é mais forte, teria-se a dominação patrimonial patriarcal weberiana. Já a transição para a dominação patrimonial estamental (dos senhores de terra) passaria não pela expansão do domínio de um senhor em específico, por meio de vínculos de personalidade, mas pela expansão conjunta, constituindo-se, incontornavelmente, os senhores em grupo de interesses e o Estado central em arena política.

³⁹ Exemplo disso é o panfletário livro de Penna (1988) sobre patrimonialismo, segundo o qual, o patrimonialismo consiste no Estado que historicamente ataca a todos, carregado de ideologias ultrapassadas. Razão pela qual ele descreve o Estado brasileiro como um dinossauro e o identifica já na capa de maneira agressiva e com bandeiras socialistas ao seu lado.

⁴⁰ Como será visto na próxima subseção, a burguesia industrial tem uma relação ambígua ao adotar uma postura liberal, advogando por um Estado que a proteja e que seja menos interventor ao mesmo tempo.

Isso quer dizer que políticas públicas em geral que atendam a relações clientelistas (como o exemplo histórico da socialização das perdas do negócio agroexportador⁴¹) são a expressão de um patrimonialismo herdado daquele que se manifestava nas relações de grupos de interesse que acumulavam explicitamente poder político e econômico no território do país. O surgimento nas sociedades modernas de um estamento político não se desprenderia desse processo. Esse estamento só ganha real importância com a centralização do poder político (no Brasil, sobretudo após a Independência) e atende aos grupos de interesses que o colocam à frente do processo político como preposto deles, posição que é conservada (e, por vezes, retirada) em atendimento à relação entre elites e Estado: o patrimonialismo no Brasil.

Assim, para além do modo de constituição de dominação, o patrimonialismo no Brasil é definido pela relação historicamente construída entre Estado e elites que tem o condão de manter os processos e mudanças políticos do país reféns aos interesses daquelas elites, de sorte que o interesse nacional, coletivo ou público representado pelo Estado tende a ser a representação da dominação exercida por aquelas elites, pois elas se organizam em grupos de interesse para fazerem passar suas demandas privadas através da máquina pública, desconsiderando os interesses nacionais. Quando se instalam, no Estado, governos que possam vir a colocar em questão essa mistura entre políticas públicas e interesses privados dos privilegiados, associadas a exigências de contrapartidas mais vinculadas a um programa de governo mais nacional, a burguesia sempre privilegiada contribui decisivamente para o término desses governos, como será visto na próxima seção. O que revela o desprezo pela legalidade que esse patrimonialismo levado à frente pelos grupos dominantes consegue impor, ao tempo em que também é feito com a aparência de defesa da coletividade, pela anuência dos dominados, de sorte que a dominação perpassa pela esfera ideológica, do convencimento, demonstrando uma relação de dominantes e dominados. Essas são as particularidades do patrimonialismo no Brasil, ou seja, uma burguesia industrial que consegue imprimir à coletividade por meio do Estado a sua não aceitação ao desenvolvimento de caráter nacional e progressista.

⁴¹ Na defesa dos cafeicultores no início do século XX, observava-se uma política de desvalorização da moeda nacional, de maneira que: “A contração cíclica que nos países industriais impõe a eliminação das empresas menos qualificadas, **encontrava no Brasil um mecanismo de socialização de perdas, ou seja de transferência para a massa dos prejuízos impostos às empresas agro-exportadoras pela contração do mercado externo**” (FURTADO, 1950, p. 10, grifo nosso). Essa tese é retomada de maneira resumida na próxima subseção.

Além do que, vale dizer que o patrimonialismo no Brasil não se confunde com uma simplista plutocracia, pois ele é uma instituição informal cuja contribuição é fulcral, mas não se deixa de reconhecer que existem outros elementos que influenciam o fenômeno político nacional. Ainda assim, é decisiva a força do institucionalismo no Brasil em favor das classes abastadas, conservando antigas estruturas de representação dos seus interesses mesmo frente a mudanças políticas no país. O institucionalismo no Brasil faz com que a incorporação de elementos da dominação racional-legal seja fragmentada, de maneira que não se rompa com a estrutura desigual de acesso ao poder, com fundamento na manutenção de uma ordem iniciada no século XIX, com a centralização do poder. O supramencionado estamento político não detém o poder como Faoro coloca, mas seus representantes atuam em defesa dos grupos de interesse que detêm real poder.

Assim, a Revolução Burguesa pela qual o país passa introduz mais um grupo de interesse para o qual esse estamento estará a serviço, a burguesia industrial. Essa assume importância tal na história do país, sobretudo durante a década de 1930, que, de acordo com seus interesses, e na sua falta de interesse nacional, ela provocará rupturas no Estado republicano, ou seja, na legalidade em que operariam os ditos estamentos políticos. Esse ponto será discutido na próxima seção; contudo, para tanto, é necessário debruçar-se primeiramente sobre o caminho e caráter daquela que é central nesse trabalho, a burguesia industrial, o que é feito na próxima subseção.

3.2 A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL BRASILEIRA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Os eventos que iniciam a década de 1930 e dão especial importância à Revolução de 1930 vão muito além do impedimento de que Júlio Prestes (candidato eleito) tomasse posse para que Getúlio Vargas o fizesse. Como bem coloca Ianni (1968), há ali a virada do Estado senhorial, diga-se, aqui, o Estado do estamento senhorial de Florestan Fernandes (2005), para o Estado sustentado na aliança industrial-agrária, representada tanto pela força dos cafeicultores, como pela da indústria de bens de consumo. Razão pela qual dá-se aqui ênfase à Revolução de 1930 como conjuntura crítica (conforme introduzido na seção 2), pois, muito embora autores como Mello (1991)⁴² demonstrem que o capital industrial começa a ganhar expressão econômica

⁴² Acompanha-se aqui a qualificação feita por Suzigan (2000) à argumentação de Mello (1991). Esse autor argui que o capital industrial começa a se formar a partir da década de 1880 com a expansão das exportações de café.

anteriormente a ela⁴³, sua expressão econômica e política passa a ser inegável com a virada para a década de 1930.

Isso, aqui, ganha maior importância, pois se dá especial atenção à ascensão da burguesia industrial enquanto grupo de interesse (nos termos do tópico 2.2.2). Por essa razão, talvez uma explicação preliminar seja necessária. Tomando a aceção de Fernandes (2005) e, portanto, rejeitando a de Sodré (1944) — segundo o qual os produtores da lavoura açucareira representavam a burguesia rural —, tem-se que o burguês, no Brasil, são tanto o negociante e o comerciante, como o agente artesanal da rede de produção interna, assim como o importador. Ou seja, o senhor de engenho (burguês rural, segundo Sodré) não seria um burguês, mas aquele que fazia a intermediação do açúcar com a Europa e o comercializava, esse era um burguês.

Por outro lado, ele também era o industrial, na figura do “capitão de indústria”, e, por vezes, o “homem de empresa”, para usar a terminologia adotada por Florestan Fernandes e por Cardoso. Essas figuras resumem em grande parte a Revolução Burguesa: tratam elas do indivíduo, mais um burguês frente à burguesia comercial, que estabelecia iniciativas fabris, mas que não se via como representante de uma nova ordem que deveria romper com o Estado agroexportador e reinventá-lo. O dito burguês industrial brasileiro ganha espaço, mas isso se dá apenas com sua inclusão no mesmo tipo de relação patrimonialista-periférica que já vinha em construção. Assim sendo, o que poderia sobrar para defender uma revolução burguesa clássica, no país, a partir dessas figuras?

Revoluções como a Revolução Industrial não foram momentos de ruptura. O mesmo se passou com a Revolução Burguesa no Brasil. Transformações pontuais fizeram com que a indústria passasse a integrar a economia do país e a definir seu lugar no tecido social, fazendo com que pouco a pouco os industriais passassem a compor específico grupo de interesse. Como se opera essa mudança estrutural que acaba por dar espaço aos interesses da burguesia

Acertadamente, Suzigan observa que seria mais prudente afirmar que, nas duas últimas décadas do século XIX, houve aceleração do capital industrial, o que admite as iniciativas fabris anteriores, bem como a expressão das mesmas. Tal expressão, inclusive, encontrará eco na questão da Tarifa Alves Branco vista (no que tange esta dissertação) no início do tópico 3.2.2.

Ademais, **observa-se que Mello (1991) traz que a partir de 1933: “O setor industrial [...] se liberta da dependência que o atrelava, direta ou indiretamente, pelo lado da realização dos lucros, à economia cafeeira”** (p. 111, grifo nosso).

⁴³ Segundo Perissinotto (1994), também importância política. Essa questão é qualificada no tópico 3.2.3.

brasileira no Estado patrimonialista vigente? Para muitos teóricos, pela chamada via colonial⁴⁴.

Esta subseção busca explicitar como, nos quadros do patrimonialismo no Brasil, se desenvolveu uma revolução burguesa que levou a burguesia industrial ao primeiro plano da política nacional. Isso porque, enquanto o patrimonialismo no Brasil seria uma regra social de manutenção da proximidade entre Estado e grupos de interesse da economia tradicional, uma revolução burguesa deveria ir na contramão. Para tecer tal explicação, recorre-se primeiramente à definição do que seria essa revolução burguesa. Tal tarefa é feita advogando-se ter sido o Brasil exemplo de via colonial de desenvolvimento capitalista. No segundo tópico dessa subseção, discute-se como a burguesia industrial brasileira ascende ao lugar de poder, reivindica assento preferencial nos quadros do patrimonialismo e manifesta-se dessa maneira junto ao Estado. Por fim, no último tópico, faz-se um importante debate sobre a natureza dessa manifestação junto ao Estado. Para tanto, reúne-se a leitura de alguns autores, com ênfase em Cardoso (1964; 1971; 1979).

O objetivo dessa subseção é subtrair conclusões sobre o caráter da burguesia industrial brasileira. Isso é importante porque se já foi exposto que há, na sociedade brasileira, uma espécie de patrimonialismo, é importante notar o papel exercido por um dos principais grupos dominantes no século XX, a burguesia industrial. Esse papel é exercido de acordo com características próprias desse extrato de classe. A principal delas é a falta de interesse nacional, o que revela que a burguesia industrial brasileira não é uma burguesia nacional, ou seja, vinculada a princípios nacionais (mas uma burguesia interna, ou interna e associada, na acepção poulantziana), o que contribui para o entendimento de que no país teve lugar uma revolução burguesa que pode ser considerada às avessas.

3.2.1 Uma revolução burguesa às avessas

Um processo revolucionário registra necessariamente mudanças nas diversas áreas sociais que levam à maior satisfação de alguma elite que o processo gestava. Esse processo não é feito de

⁴⁴ Para um resumo dessa e das outras vias (a tradicional, também chamada de clássica, — baseada na história dos países europeus de industrialização não tardia — e a prussiana — baseada na industrialização tardia da Alemanha), ver Borges (1999).

fases estanques, mas constituído por interpenetrações em uma contínua formação do novo dentro do velho (LAZAGNA, 2005); e, como veremos adiante, o Brasil é exemplo disso. Esses processos revolucionários, de acordo com a leitura marxista mais “vulgarizada” (PANSARDI, 2009), atendem a um etapismo evolucionário de passagem das sociedades de um modo de produção para outro — do escravocrata para o feudalista, do feudalista para o capitalista, do capitalista para o socialista e, em seguida, para o comunista —, contudo, a análise mais apurada demonstra que tal etapismo não se encaixa tão bem, por exemplo, na realidade pátria.

Essa leitura leva ao problema que evoca, aqui, a expressão “Revolução Burguesa às avessas”: a dissonância para com revoluções burguesas vistas como rupturas de sistemas feudais para o sistema capitalista, guiadas por uma burguesia em detrimento de uma aristocracia rural, ou seja, através da chamada via clássica. Essa dissonância demonstra a referida (seção 2) falta de lutas políticas abertas — que é própria de agentes condicionados pelo quadro de poder patrimonialista. É naquela mesma linha que Sodré (1963) entende ser apropriado dar ao processo de modernização brasileiro a alcunha de “Revolução Brasileira”. Isso porque, seguindo aqueles termos etapistas, não houve no país uma revolução burguesa, mas um processo de transformação pelo qual passa o país a partir do quadro herdado da fase colonial. Prefere-se aqui, contudo, a linha de Florestan Fernandes, que resume tratar-se o caso brasileiro de um “estilo especial de Revolução burguesa” (2005, p. 182) que se deu através da via colonial — em contraposição à via clássica e à via prussiana, como será visto adiante.

Ademais, ainda sobre a aludida leitura marxista, deve-se antecipar que não se ignora, aqui, o debate entre Dobb e Sweezy⁴⁵ sobre a transição entre feudalismo e capitalismo; todavia, entende-se que a matéria possa ser tratada de maneira sucinta, como acima, não sendo relevantes esquadrinhamentos extensos sobre como aquela transição se operou em outros países. Ainda assim, deve ser ressaltado que, muito embora não se entenda que houve feudalismo no Brasil (mas uma manifestação específica do capitalismo comercial), as mudanças no país aqui entendidas como representantes da Revolução Burguesa se assemelham parcialmente às mudanças descritas por esses autores. Assemelham-se como processos de transição em que é difícil determinar onde se encerra o velho e se inicia o novo, mas as semelhanças se encerram por aí.

⁴⁵ Para um resumo do debate, ver Lazagna (2005).

Assim, tomando-se rapidamente os casos de outros países — pois não é o objetivo desta dissertação discutir a experiência de outras nações —, como já foi feito em menção prévia ao trabalho de Faoro, deve ser lembrado que, no atual território da Alemanha, foi tomado caminho diferente do “clássico”. Na Alemanha, não se rompeu com a ordem absolutista instalada. O novo que surgiu passou a conviver com o velho, em lugar de derrubá-lo. Aliás, sobre isso, deve ser lembrado que Faoro também menciona o caso da França, do qual vale ressaltar que a própria Revolução Francesa não se deu como uma oposição clara entre burguesia e aristocracia, como resume Pansardi:

a interpretação dita “marxista” seria um produto da combinação das interpretações neojacobinas com as leituras leninistas. [...] Criaram a ortodoxia da Revolução Francesa. Essa leitura foi construída incorporando-se como a “verdade dos fatos” a interpretação “grandiosa” pela qual os jacobinos auto-justificaram seus atos e complementou-se numa confusa justaposição das interpretações da Revolução Russa com as leituras sobre a Revolução Francesa. Todas essas apontando uma concepção da revolução como a criação do novo, como a destruição da velha sociedade, a Revolução como demiurgo. [...] Furet nos lembraria que, chamar a Revolução de “burguesa” pareceria sem sentido, já que entre os grupos de revolucionários mais ativos não se encontravam os burgueses, estes ao contrário, pareciam estar mais interessados em manter o velho regime do que em derrubá-lo (2009, p. 32).

Entende-se que com isso não se nega a ideia de revolução, pois essa é mesmo lenta e não necessariamente linear. A própria história das fases da Revolução Francesa atesta isso. Entretanto, discorda-se aqui da mencionada crítica de Furet ao caráter burguês da revolução. Afinal, muito embora o processo acabe sendo em favor das elites e as mudanças aparentes tenham acontecido no campo político, o grande e novo fator econômico que gerava o desfazimento das estruturas existentes era a burguesia (ou a “burguetização” das elites). Assim, se não existia uma luta clara entre burguesia e nobreza feudal, tampouco pode ser dito que aqueles desenvolvimentos históricos não tivessem fundamento na emergência burguesa.

Voltando às comparações, valendo-se da visão tradicional de que a burguesia derrubou a ordem antiga, deve ser ressaltado que não se operou no Brasil nem caso similar ao francês, através da chamada via clássica, nem caso similar ao da Alemanha, pela chamada via prussiana. Tomando o exemplo da Alemanha, a ela se atribui a dita “via prussiana” por, sob o comando da Prússia, um forte Estado monárquico ter empreendido uma revolução burguesa, sem, assim, serem feitos rompimentos com a ordem aristocrático-rural existente. Como será visto à frente, no Brasil, a burguesia não se impõe criando uma nova ordem, tampouco o Estado forçou o início da industrialização — Vargas não força a industrialização, até porque,

quando ele assume, os industriais já se constituíam como grupo de interesse dos mais relevantes.

O Brasil já estava envolvido nos quadros do capitalismo internacional, mesmo que na sua forma comercial, assim, ele não estava separado dos desenvolvimentos capitalistas, seja economicamente, seja ideologicamente. Contudo, ocupando seu lugar de acordo com o “sentido da colonização” de Carlo Prada Júnior, Fernando Novais, entre outros, o processo de aburguesamento nacional é bastante lento, ou melhor, não se cria uma sociedade burguesa. A sociedade brasileira, tanto pelo afluxo de ideias como principalmente pelas necessidades de um mercado interno que vai se formando, cria demanda para negócios de natureza industrial, forçando aos poucos a passagem da sociedade arcaica para uma sociedade mais moderna dentro dos moldes que lhe são permitidos na estrutura capitalista maior em que se insere como periferia.

Essa situação de um país periférico, no caso do Brasil, advindo de “pacto” colonial, deixa claro que a estrutura não carrega em si mobilidade para certos países; pelo contrário, ela constrange países como o Brasil a permanecerem na periferia desde a sua fase de colônia, mediante subordinação estrutural. Cria-se uma situação de dependência, nos moldes da Teoria da Dependência, que determinará os termos segundo os quais se operará a supramencionada modernização — conduzida por uma burguesia não-autônoma e despida de interesse nacional.

Mazzeo (1997), fazendo o exercício de traçar paralelos com Alemanha⁴⁶ e França e valendo-se dos conceitos de via prussiana e bonapartismo⁴⁷, compara esses dois com o Brasil e chega à

⁴⁶ Aqui é importante pontuar que, de fato, a Alemanha também era um país da dita periferia, mas em moldes muito diversos dos aqui trabalhados. Coloca-se isso aqui porque, de acordo com Wallerstein (2011) e a Teoria do Sistema-Mundo, a Alemanha sai de uma posição de periferia ou semi-periferia na economia-mundo graças à mobilidade existente no sistema. Por outro lado, enquanto a leitura de Wallerstein é importante no sentido de entender o Brasil como sendo parte da economia-mundo capitalista desde seu início, ela não trata com o devido cuidado a situação de um país periférico advindo de “pacto” colonial. Por tomarem forças sistêmicas como determinantes para a situação econômica de países subdesenvolvidos, a Teoria do Sistema-Mundo (ou da Economia-Mundo) de Wallerstein guarda grande proximidade com a Teoria da Dependência. Contudo, enquanto a Teoria do Sistema-Mundo trata do centro, da semi-periferia e da periferia e entende que há possibilidade de mobilidade dos países entre esses quadros (como no caso da Alemanha), podendo inclusive ser utilizada para momentos diversos da história, a Teoria da Dependência foca nos países periféricos, tendo como marco inicial a emergência dos Estados-nacionais, cujas condições de periféricos tendem a ser acentuadas dentro do capitalismo, levando a um imobilismo na condição (periférica) de dependência (como no caso do Brasil).

⁴⁷ “O Estado bonapartista mostra uma independência considerável de qualquer classe específica e da sociedade como um todo, mas não está suspenso no ar, e sua autonomia e neutralidade são, na verdade, mais aparentes que reais. Pretende ser um poder imparcial, encarnação da sociedade e representação simultânea ou sucessiva de várias ou de todas as classes [...], o bonapartismo surge e funciona a partir de uma determinada ordem social, que

conclusão de que, naqueles países, a conciliação bonapartista conduziu à consolidação de capitalismo nacional não subordinados, enquanto que aqui há a conciliação com as relações de produção arcaicas e com a Inglaterra, que substituiria extraoficialmente o lugar de metrópole⁴⁸. Razões pelas quais Mazzeo (1997) afirma ter tido lugar, aqui, um bonapartismo colonial ou a via prussiano-colonial (1995).

Assim, enquanto resta óbvio que no Brasil não se opera a via clássica de desenvolvimento do capitalismo, pois, por essa via, a burguesia se encarrega de romper com a elite existente e de criar uma nova ordem, é importante salientar que tampouco se desenrolou aqui a chamada via prussiana, de maneira que, quando Mazzeo (1995) afirma uma via prussiano-colonial no Brasil, deve ser observado que ele faz referência a uma via bastante diferente. De igual sorte, Chasin (1978) diz tratar-se de via colonial ou de um “‘caminho prussiano’ (com aspas)” (p. 629) que levaria a um capitalismo hipertardio⁴⁹ (já que para esse autor, o “capitalismo tardio” seria o dos alemães), que não rompe com a subordinação às economias centrais.

A via prussiana constitui-se na passagem do feudalismo para o capitalismo sem que a burguesia imprima mudanças políticas que levem a uma ruptura com a ordem tradicional, razão pela qual se incorreria em erro ao sugerir-se a aplicação dela ao Brasil, mesmo se levada em consideração a coincidência quanto às soluções elitistas, “pelo alto”, adotadas na Alemanha e no Brasil. Por outro lado, deve ser lembrado que, diversamente do que se passou na Alemanha, a formação do Estado Nacional no Brasil precede a sua revolução burguesa. Ademais, se há similaridade quanto às mudanças “pelo alto” que incorporam a burguesia, a natureza das burguesias guarda diferença fundamental. Na via prussiana, a burguesia é autônoma, já no caso da via colonial, tem-se

[...] uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independência neo-colonial ou de subordinação

— em última instância — não pretende modificar, mas estabilizar e consolidar. De fato, atua assim como essencialmente defensor das classes e frações hegemônicas e dominantes” (KAPLAN, 1974, p. 31-32).

⁴⁸ Nesse sentido, Manchester (1973) demonstra os privilégios dados aos ingleses que sustentam essa tese e, Abreu (2000), a preponderância dos capitais ingleses frente aos advindos de outros países até 1930.

⁴⁹ **Diferencia-se do “capitalismo tardio” de Mello (1991)**, pois para esse autor só existe capitalismo propriamente dito com a industrialização: “A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é impropriamente chamado de capitalismo industrial” (p. 97). Diferencia-se também da definição de capitalismo tardio ligada a Ernest Mandel (1982). Para esse autor, após a Segunda Guerra Mundial o capitalismo entra em uma nova fase (capitalismo tardio) que: “[...] constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista” (MANDEL, p. 5). Contudo, ambas as discussões suscitadas pelos autores fogem ao escopo desta dissertação.

estrutural ao imperialismo. Em outros termos, **as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas.** De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha à efetivação de um regime político democrático-liberal, por outro lado, a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela via colonial tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos polos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, **a burguesia prussiana é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo** (CHASIN, 1980, p. 128-129, grifo nosso).

Essa subordinação dita a peculiaridade da via colonial, da revolução burguesa brasileira, o que culminará na formação de uma burguesia industrial sem identidade nacional. Além disso, na história brasileira, a sucessão interna de eventos (ou seja, para além da constrição externa imposta pelo imperialismo) ocorreu no sentido da burguesia se ligar à classe que era dominante — por isso ela é dita pelo autor como antidemocrática ou que deixou de realizar suas tarefas políticas (isso dirá muito do seu caráter, como será visto ao final da seção). De maneira que, como propõe Borges (1999), quando se operava a necessidade de transformações políticas, “elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva” (p. 126). No dizer daquele autor, isso fez com que os homens se restringissem às suas vidas privadas.

É nesse mesmo sentido que Carvalho (2002; 2008) enxerga a vida comunitária do povo: ele, o povo, não era passivo, mas tinha uma autopercepção pouco elaborada de direitos e deveres e as oportunidades de manifestação proporcionadas pela institucionalidade existente os tornavam alheios ao poder público. Esse “público” era, na lógica do patrimonialismo no Brasil, extensão dos negócios privados das elites — afinal, diversamente da via clássica, a burguesia na via colonial não tem uma identificação com as classes desprivilegiadas que a levaria a encampar rompimento com o sistema vigente.

Assim, ao tempo em que ganhavam força processos claramente capitalistas no território nacional com a industrialização, que nasce na segunda metade do século XIX e ganha maior impulso por volta de 1930, aquela sociedade, seja nos derradeiros anos do Império, seja na República Velha, fazia permanecer a hegemonia das formas econômicas antigas, um tipo de estrutura tipicamente dependente e periférica — por isso, nas palavras de Chasin (1980), pela

via colonial não se executam as tarefas econômicas. Essa inexecução diz respeito a não realizar um capitalismo de caráter nacional, e não deve ser vista como se houvesse uma sociedade da industrialização à parte que devesse levar a modernidade para a sociedade das formas econômicas antigas.

Esse dualismo estrutural, aspecto ontológico das leituras cepalinas (CÊPEDA; PINTO, 2014), deve ser contestado de plano, ou seja, não se deve falar em uma trava para o desenvolvimento caracterizada pelo choque entre duas sociedades diferentes e independentes, uma urbana (nova) e uma rural (antiga), sendo a primeira pautada na dominação racional-legal e em uma economia industrializada (ou em industrialização), e a segunda, na dominação tradicional-patrimonial e em uma economia arcaica (de moldes coloniais) (KAPLAN, 1974).

Esse tipo de leitura acaba por recorrer ao etapismo clássico criticado acima, pois, de acordo com ela, as economias periféricas, a partir dos centros urbanos, poderiam galgar o desenvolvimento se repetidos os passos do processo de industrialização dos países centrais. A criação de centros urbanos faria saltar para um estágio intermediário rumo ao desenvolvimento. Todavia, como colocam Cardoso e Faletto (1981), existe um processo de determinações internas a partir da ordem de poder entre os grupos internos, bem como, no caso de um país como o Brasil, moldes de subordinação da burguesia industrial (o novo) ao sistema econômico internacional herdados da lógica colonial (agroexportadora) de relacionamento com o externo. Ou seja, a história nacional tem constrições da disputa (ou acomodação) política interna e externas. A burguesia industrial, por exemplo, surge dentro de um quadro nacional e dentro de um país com uma relação específica com o plano internacional. Assim:

[...] o problema básico a ser formulado não é somente o do caráter da estrutura social de uma dada sociedade, mas principalmente o processo de sua formação, como também a orientação e tipo de atuação das forças sociais que pressionam para mantê-la ou modifica-la, com todas as repercussões políticas e sociais que impliquem o equilíbrio dos grupos tanto no plano nacional como no plano externo (CARDOSO; FALETTO, 1981, p. 18).

Ademais, o mesmo critério que se aplica para os países periféricos (a dualidade estrutural) deixa de ser observado como também existente nos países centrais. Essa, por exemplo, era uma das incoerências do raciocínio de Schwartzman (1975) ao afirmar que São Paulo poderia dar a dinâmica da modernidade para o resto do país, mas que isso era impedido por imposição

do Brasil arcaico. Há incoerência, em especial quando da comparação com outros países, pois, não foi por falta de heterogeneidade que os países centrais gozaram de desenvolvimento histórico diferente. Como coloca Francisco de Oliveira: “esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos [...]” (2003, p. 32).

De maneira que analisar a unidade político-econômica nacional passa por entender que a leitura do “atrasado” e do “moderno” não pode importar em esquecimento das diversas maneiras segundo as quais grupos econômicos se formam internamente, interagem e buscam estabelecer-se como grupos de interesse relevantes junto ao Estado. No caso desse processo nos quadros do patrimonialismo brasileiro, o antigo e o novo não se contrapõem; assim, o novo, a revolução burguesa às avessas ou o processo de desenvolvimento capitalista dependente (ou pela via colonial) levaram a burguesia industrial a ocupar lugar privilegiado frente ao Estado, mas junto à antiga aristocracia rural. O “[...] processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2003, p. 32).

Segundo Sodré (1944), ao fim do século XIX, já se registra um paralelismo e uma compatibilidade entre o agrário e o industrial (fornecedor do primeiro). Assim, as revoluções nos países periféricos fazem parte do processo internacional, mas assumem processos específicos e diversos dos que se deram na formação das economias capitalistas centrais (SODRÉ, 1976a). Essa oposição demonstra que a compatibilização e a interpenetração, e não a subversão, são a marca da revolução burguesa nacional. A indústria não nasce derrubando uma ordem, mas a reboque e em paralelo do estamento senhorial, adaptando-se à ordem, à relação já existente com o Estado.

Está aí a expressão do patrimonialismo no Brasil: não através de um perene descolamento da classe política dos grupos de interesse durante Colônia e Império, conforme descrito por Faoro (2012) e Schwartzman (2007), mas da perdurável proximidade do Estado a um grupo de interesse em detrimento (da formação) de outros — o que se inicia com o estamento senhorial, que fecha para si a arena política, revelando a histórica assimetria de poder nas relações entre os atores da história do país. Como visto na seção sobre o Institucionalismo Histórico, essa grande desigualdade no acesso às instituições formais de poder contraditoriamente acaba por não dar espaço para lutas políticas abertas.

Isso se dá graças às dimensões em que os privilegiados exercem o poder: através do controle da agenda política, colocando em prática legislação em prol dos seus interesses e diminuindo o espaço para ações do Estado que possam revolver o *status quo*; e através da dimensão ideacional, segundo a qual promove-se a crença de que o que é politicamente desejável é justamente o que serve aos grupos de interesse mais próximos das instâncias de poder. Assim, as mudanças são feitas pelo alto; mas, quando mudanças nos governos dão a entender que o *status quo* poderá ser afetado, essas dimensões dão vazão a manifestações políticas. Como será visto nos governos estudados na próxima seção, ocorrem manifestações políticas, mas não luta política (entre classes), pois os interesses da elite privilegiada e não nacionalista têm consonância com as manifestações que acabam por ocorrer.

A ascensão da burguesia industrial propiciará que ela passe a ocupar esse papel de grupo de interesse mais próximo do Estado, operando nos quadros do patrimonialismo no Brasil sem nenhum tipo de vínculo com os interesses nacionais, e, assim, obtendo privilégios; ao tempo em que acusa o Estado de ser demasiadamente intervencionista quando a relação especial entre ela e o Estado se vê ameaçada, levando ao término dos governos através de rompimentos institucionais. Como visto com Cardoso (1964), o discurso dos industriais é liberal, mas, ao mesmo tempo de que a ação do Estado deve ser de proteção a eles. Como será visto no próximo tópico, os industriais passam nos primeiros trinta anos do século XX a ocupar esse espaço de relação especial com o Estado, um tipo de relação existente no país desde a hegemonia comercial e agrícola, como nos casos abaixo da revisão da Tarifa Alves Branco no século XIX e da Caixa de Conversão no início do século XX.

3.2.2 A ascensão da burguesia industrial como grupo de interesse

Nesta seção, pretende-se mostrar como o estamento senhorial se valia do patrimonialismo e como a ascensão econômica da burguesia industrial torna impossível que sua posição relativa não se altere no quadro patrimonial. A preponderância dos setores comercial e agricultor se dava por razões simples: o modelo agroexportador focado no açúcar (transitando para a hegemonia do café) e a importação vinculada à insuficiência da produção interna. Todavia, ainda no século XIX, a industrialização começa a se manifestar no país. Até o ano de 1844, a forte concorrência dos produtos ingleses, existente graças à orientação livre cambista que

perdurava desde a época colonial, impossibilitava a existência de qualquer fator favorável à industrialização.

Naquele ano, a conhecida “Tarifa Alves Branco” visava, nas palavras do Ministro Manuel Alves Branco quando da propositura à Assembleia Legislativa, “não só preencher o déficit do Estado, como também proteger os capitais nacionais já empregados dentro do país em alguma indústria fabril, e animar outros a procurarem igual destino” (LUZ, 1978, p. 24). Não por acaso, essa foi a época em que fez fortuna o “industrialista” Barão de Mauá (SODRÉ, 1976b). Porém, a tarifa aprovada na década de 1840 quando da expiração de tratados internacionais, já em 1857, devido à oposição externa⁵⁰ (SODRÉ, 1944) e agrícola (LUZ, 1978), se viu completamente revista, extinguindo-se tudo que era visto como privilégios às fábricas nacionais — de menor ou maior porte. Os ditos privilégios industriais eram vistos como colocados em detrimento dos interesses dos grandes agricultores.

O discurso do setor agroexportador era liberal, mas, para além da supramencionada extinção de privilégios à indústria, as revisões feitas acabaram por favorecer os importadores e os interesses agrícolas. Isso porque houve a diminuição de tarifas sobre gêneros alimentícios e instrumentos e utensílios utilizados nas lavouras — o primeiro item poderia ser defendido pela tese da diminuição do custo de vida, todavia, os preços se mantiveram constantes. Assim, a diminuição na taxa levava a uma menor arrecadação e a maiores lucros por parte dos importadores. Mas, ainda que enfrentando essas oposições, o apetite por insumos por parte da indústria era crescente e quadruplicaria nos quinze anos que sucederam a década de 1860 (início da primeira série histórica com esses dados).

Tabela 1 - Valor da importação de equipamento industrial (em libras esterlinas a preços de 1913)

Período	Valor da importação de equipamento industrial
1869	108.606
1870	165.617
1871	170.859
1872	214.718
1873	259.043
1874	217.079

⁵⁰ Luz (1978) ressalta que não existem documentos que atestem essa tese. Muito embora, existisse grande animosidade na Assembleia Legislativa contra a defesa pelo Executivo dos interesses dos ingleses. Tal animosidade pode ser tanto reveladora do espírito da época sobre a formação de uma identidade nacional, como também reveladora de um discurso da época que só existiria se houvesse alguma razão para tanto. Contudo, como resume Luz, não é documentado, é apenas possível.

Período	Valor da importação de equipamento industrial
1875	205.870
1876	186.442
1877	181.735
1878	222.585
1879	179.474
1880	263.003
1881	332.671
1882	365.535
1883	468.000
1884	451.342
1885	456.237
1886	493.609
1887	472.212
1888	652.601
1889	631.339
1890	819.011
1891	1.386.755
1892	931.913
1893	942.126
1894	929.548
1895	985.722
1896	872.442
1897	570.439
1898	500.939
1899	636.671
1900	535.963
1901	410.308
1902	509.999
1903	582.390
1904	738.712
1905	891.185
1906	1.136.843
1907	1.591.210
1908	1.457.111
1909	1.476.458
1910	1.733.234
1911	2.222.300
1912	2.693.600
1913	2.857.718
1914	1.157.885
1915	337.491
1916	375.121
1977	487.195
1918	424.971

Período	Valor da importação de equipamento industrial
1919	794.953
1920	1.271.030
1921	1.607.563
1922	1.453.184
1923	1.322.218
1924	1.939.346
1925	2.609.991
1926	2.167.597
1927	2.144.788
1928	2.281.960
1929	2.863.740
1930	1.605.285
1931	703.717
1932	777.451
1933	1.242.563
1934	1.543.216
1935	1.929.352
1936	1.925.418
1937	2.412.365
1938	2.836.861
1939	2.428.693

Fonte: IBGE, 1990

Esse apetite pode ser explicado pelo fato de que, por volta de 1850, o país contasse com cerca de cinquenta estabelecimentos industriais (notadamente, nos setores de tecelagem, alimentação e pequena metalurgia) (SODRÉ, 1944), número expressivo para uma economia agroexportadora. Por outro lado, os Estados Unidos já registravam “mais de mil estabelecimentos [...]”. A diversificação evolutiva, entre o nosso país e a nação da parte norte do continente já ficara estabelecida, em linhas que não cessariam de acentuar-se” (SODRÉ, 1944, p. 300).

Voltando aos latifundiários do açúcar, não se pode ter em mente que esses acontecimentos na seara política passassem ao largo dos seus olhos ou da sua participação. Como visto, havia um claro conflito de caráter dito liberal, mas que era em verdade a busca pelo estamento senhorial em manter os seus privilégios em lugar da concessão de privilégios pelo Estado às iniciativas industriais: menores taxas sobre importados que atendessem à agricultura e os viventes do país em geral e nenhum constrangimento no binômio importação-exportação que funcionava em seu favor, sob o temor de que alterações pudessem resultar em respostas de outros países à importação do açúcar nacional.

Assim, os poderosos latifundiários não se atinham apenas aos seus núcleos de poder locais. Pelo contrário. Eles tinham que participar e viver a vida urbana, frente à necessidade política de representação, de participação em toda sorte de reuniões de classe ou com entes políticos, e de participação nas eleições que se abrem, ficando então significativa parte dos grandes ruralistas obrigada a viver mais na cidade do que no campo. Nesse sentido, sobre o período em que antecede a virada para a República, Sodré (1944) coloca que, na visão daqueles que ele chama de “burguesia rural” tinha-se que:

O país lhe pertence, e a sua administração, o seu govêrno, faz-se dos agrupamentos urbanos para o interior, e não dêste para aquêles, embora a força emane da posse da terra e, cada vez mais, mormente depois da supressão do tráfico negreiro, da posse de escravos. Esta [burguesia rural] busca enobrecer as terras que possui, ligando-lhes os títulos que recebe, mas não existe, da fórmula aristocrática, outro sinal que não êste, é sómente emprestado (p. 289).

Observa-se assim que, excetuando-se a atividade cafeeira (o que é o mesmo que dizer “focando-se na atividade açucareira”), o setor tem perdas crescentes de importância, sua própria situação torna sua salvação ou a salvação da sua importância tarefa cada vez mais dificultosa (SODRÉ, 1944). O café (ao menos inicialmente) não compõe por si só ameaça ao sentido da colonização, ou seja, à estruturação da economia do país para o fornecimento de *commodities* aos mercados externos, mas, à proporção em que a lavoura cafeeira adentra por São Paulo, mudanças socioeconômicas efetivas começam a ocorrer (sem rupturas, mas gestando uma incômoda competição ao setor tradicional). Ali, nascem iniciativas de industrialização “filhas” do café, bem como da imigração (FERNANDES, 2005).

Nesse sentido, Mello (1991) vai esclarecer que é nos momentos de expansão da produção cafeeira que se efetivam os investimentos industriais, devido ao papel autônomo daquele setor para promover acréscimos à renda nacional. Segundo o autor, os encadeamentos são entre a economia internacional e a economia cafeeira e entre essa última e o capital industrial que se formava, os primeiros subordinando os últimos. Enquanto os cafeeiros dependiam da demanda internacional por café, no que tange a subordinação do capital industrial à economia do café, essa se manifestava pela criação de capacidade para importar equipamentos industriais e de mercado interno para os produtos industrializados. Nas palavras do autor:

A burguesia cafeeira não teria podido deixar de ser a matriz social da burguesia industrial, porque única classe dotada de capacidade de acumulação

suficiente para promover o surgimento da grande indústria. O capital industrial não nasceu num momento de crise do complexo exportador cafeeiro. Despontou, ao contrário, num instante de auge exportador, em que sua taxa de rentabilidade terá, certamente, alcançado níveis elevadíssimos. [...] Os lucros gerados entre 1889 e 1894 não encontravam plena aplicação na economia cafeeira [...] porque: 1) o ritmo de incorporação de terras está adstrito a determinadas exigências naturais; 2) a acumulação produtiva, uma vez plantado o café, é em grande medida “natural”; 3) as despesas com a remuneração da força de trabalho reduzem-se, entre o plantio e a primeira colheita; não o encontravam, do mesmo modo, nas casas importadoras, porque a capacidade para importar cresceu [...] menos que as margens de lucro, transformando a produção industrial interna na única aplicação rentável pra os lucros comerciais excedentes. **Em outras palavras: havia um “vazamento” de capital monetário do complexo exportador cafeeiro porque a acumulação financeira sobrepassava as possibilidades de acumulação produtiva** (MELLO, 1991, p. 143-144, grifo do autor).

Nesse quadro, vê-se o poder dos cafeicultores junto ao Estado central. Em 1906, acordava-se o Convênio de Taubaté. O acordo era uma resposta frente às perdas dos cafeicultores dada a crise de superprodução por eles enfrentada, e, muito embora tivesse como signatários três Estados — São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro —, estabelecia-se como uma política federal. Criava-se, a partir dele, mecanismo com a finalidade de estabilizar o câmbio e proteger a renda dos cafeicultores em moeda doméstica, a chamada Caixa de Conversão, que vigorou até 1913 (RIBEIRO, 2011; TOPLIK, 1979). Um dos motivos da superprodução foi a desvalorização cambial da década anterior. Por outro lado, os cafeicultores, tendo acordado que comprariam excedentes para manter o preço do café por meio de empréstimos externos, temiam provocar uma valorização do câmbio e com isso incorrer em perdas, razão pela qual insistiram pela Caixa de Conversão. Esse instrumento significaria abrir mão da política monetária, contudo, a situação externa acabou por favorecer o país naquele período. Como demonstração do poderio dos cafeicultores junto ao Governo Federal à época, vale ressaltar que:

A criação da Caixa de Conversão representava uma sobreposição entre as instâncias pública e privada. A demanda dos cafeicultores, expressa nos termos do Convênio, de se estabilizar a taxa de câmbio, deveria ser tratada como um assunto de interesse nacional, e, portanto, deveria ser uma questão da política econômica do Governo Federal, e não uma cláusula de um acordo entre alguns estados. Configura-se, dessa forma, a cristalização de um embate político no qual, de um lado há a oligarquia cafeeira paulista, em especial aquela vinculada ao grande capital cafeeiro, de outro a coletividade das outras forças políticas (outras oligarquias regionais, classes urbanas e o próprio governo federal) (RIBEIRO, 2011, p. 88, grifo nosso).

Exemplo disso é que, para Furtado (2007), uma política que subsidiasse uma diversificação da pauta de exportações aliviaria o impacto que se criava, mas dificilmente encontraria respaldo do Estado por não atender aos interesses ligados à exportação de café. Essa questão dos

interesses fica ainda mais clara pelo fato de que aquela política de socialização das perdas sobrecarregava sobremaneira todo o consumo de importação, mas atendia-se à demanda dos cafeicultores. Aliás, como ressalta Ianni (1965a), a utilização desse tipo de mecanismo para salvar os cafeicultores de crises de superprodução já era recorrente e constituía-se na “manifestação visível e extrema do tipo de economia que dominava a nação, mantendo-a presa e dependente no seio da economia internacional” (p. 16).

Para Ianni (1965a), o caráter patrimonialista dos cafeicultores criou uma rigidez na política nacional frente às novas forças políticas. Isso era visto de maneira bastante simples por ele: se as crises da cafeicultura não levavam a mudanças, seja no quadro político, seja no quadro econômico, mantinha-se a preponderância da cafeicultura. Contudo, o quadro da economia nacional criado em especial pela economia cafeeira mostrava-se cada vez mais insustentável, como retrata o levantamento que segue.

Tabela 2 - Economia agroexportadora, produção industrial e dívida externa nos anos de 1907 e 1919 (valores em mil contos de réis correntes)

	1907	1919
1. Exportação de produtos agrícolas (incl. café)	794,7	1665,1
2. Importação de produtos industrializados	590,1	1164,1
3. Valor da produção agrícola (incl. café)	1170,0	4614,4
4. Valor da produção industrial	731,6	2989,2
5. Dívida externa, saldo em circulação	1468,6	2559,1
6. Relação entre saldo em circulação da dívida externa e exportação de produtos agrícolas (5/1)	1,84	1,54
7. Relação entre saldo em circulação da dívida externa e importação de produtos industrializados (5/2)	2,5	2,2
8. Relação entre saldo em circulação da dívida externa e valor da produção agrícola (5/3)	1,3	0,6
9. Relação entre saldo em circulação da dívida externa e valor da produção industrial (5/4)	2,0	0,9

Fonte: Oliveira (1989, p. 32)

A tabela de Oliveira demonstra algumas questões importantes. O saldo em circulação da dívida externa era maior que o valor de qualquer das variáveis (1 a 5 na Tabela 4), o que só não se conservou para a produção agrícola e a importação de industrializados (variáveis 3 e 4), ou seja, “o saldo em circulação da dívida externa era já acumulação financeira [...] [poupança,] da própria economia agroexportadora [...]” (OLIVEIRA, 1989, p. 32) e, assim, era insustentável a forma de produção baseada em produção de valor que se autoconsumia no seu próprio financiamento, pois

[...] nos dois anos escolhidos, os novos empréstimos significaram, respectivamente, 11,3% e 2,0% do valor total das exportações de produtos agrícolas, e os pagamentos

significaram 14,2% e 11,1% do mesmo valor. Nos períodos 1890-1897, 1898-1910, 1911-1914, 1915-1926 e 1927-1930, os novos empréstimos contratados significaram, respectivamente, 58,4%, 61,2%, 150,1%, 38,4% e 207,2% do saldo da balança comercial; os pagamentos totais significaram em relação também aos saldos da balança comercial, 77,4%, 41,5%, 145,8%, 63,2% e 209,1%, nos períodos considerados, enquanto o total dos saldos da dívida externa em circulação significou 176,7%, 74,5%, 464,2%, 104,9% e 740,2%. Essas relações não podem deixar margem a dúvida quanto à inviabilidade da permanência de uma forma da produção de valor que se autoconsumia no seu próprio financiamento. [...] Pelo exame da gravitação do serviço da dívida externa em relação às despesas totais do governo federal: dividindo-se o período 1890-1929 em quinquênios, nota-se que a média aritmética dos gastos com a dívida externa em relação ao total de despesas do governo federal eleva-se sistematicamente de 10,2% em 1890-1894 para 20,3% em 1925-1929 (p. 32-33).

Além dessa insustentabilidade do modelo agroexportador e da clara dependência financeira que esse modelo criava, percebe-se (mesmo a preços correntes) crescimento impressionante da produção industrial⁵¹. Essa, contudo, como se vê nos dados da citação e nos da Tabela 4, sofreria restrições, como todas as outras atividades que não as envolvidas na agroexportação, pois o financiamento era tipicamente da atividade agroexportadora, o que fazia com que o seu efeito de esparramamento fosse diminuto. Ainda assim, é expressivo o crescimento da indústria, como pode ser visto nas Tabelas 3 e 4 (bem como na Tabela 1). o que se deveu, no período inicial do século XX, não mais tão somente a induções do setor exportador, mas também a estímulos próprios (bastante acelerados pela Primeira Guerra Mundial), ou seja, através da interdependência técnica que se criava e que gerava diversificação industrial, inclusive incentivada pelo Governo através de subsídios. Assim, produzia-se, por exemplo, sacos de algodão para ensacar produtos primários, garrafas de vidro para bebidas, latas para produtos industrializados, bem como insumos industriais mais simples (SUZIGAN, 2000).

Tabela 3 - Número de estabelecimentos industriais instalados no país

Período	Pessoal empregado na indústria
1907	3,258
1912	9.475
1920	13.336

Fonte: IBGE (2007)

Tabela 4 - Índices da produção industrial — 1914-1930 (1914 = 100)

Anos	Nominal	Ponderado
1914	100	100
1915	127	118
1916	164	140

⁵¹ Vale dizer que o câmbio dólar/mil-réis para os anos de 1907 e 1919 variou de 0,31 para 0,26, o que não inviabiliza essa comparação.

Nesse sentido, vale notar ainda que de 1905 a 1913, período em que vigorou a Caixa de Conversão, o mil-réis manteve-se bastante desvalorizado (girando o câmbio em volta de 0,32 — em comparação aos 0,15 de 1899 e os 0,21 de 1921), atendendo à demanda do grupo de interesse cafeicultor.

1917	253	197
1918	247	171
1919	312	209
1920	308	188
1921	315	188
1922	401	217
1923	616	303
1924	461	194
1925	452	178
1926	504	193
1927	581	217
1928	747	284
1929	702	269
1930	617	260

Fonte: Fausto (1997, p. 39)

Por mais que o aumento seja expressivo, sobretudo aqueles presentes na Tabela 2, eles não são suficientes para ditar uma hegemonia industrial em 1920, apesar de que, como afirma Suzigan (2000), naquela época, já se iniciam investimentos industriais relacionados ao crescimento da demanda interna, ou seja, não simplesmente complementares ou subsidiários da economia agroexportadora, mas isso só se torna mais efetivo com a virada para a década seguinte. Afinal, em 1920, mesmo com todo esse incremento industrial, 69,7% da população ativa devotava sua força de trabalho para as atividades agrícolas e extrativistas, sobrando apenas 16,5% para o setor terciário e 13,8% para as indústrias (FAUSTO, 1997). Não só parece pouco, mas é pouco; contudo, durante as décadas de 1920 e 1930, ela terá maior expansão.

Durante a década de 1930, a produção industrial dá um salto, como fica explícito na Tabela 5, com a produção do setor mais do que dobrando no período entre 1930 e 1939. A análise conjunta desses dados com os apresentados na Tabela 6 permite ainda perceber a participação que a indústria alcança no produto interno do país já no ano de 1939: 20,66% do valor adicionado. Assim, a força econômica do setor se estabelece já na década de 1930, num caminho sem volta que leva-o a ser o setor mais relevante da economia brasileira ainda antes da década de 1960 (Tabela 6).

Tabela 5 - Brasil — Índice do produto real, por setor de atividade (índices-base = 1949)

Anos	Agricultura	Indústria	Comércio	Transportes e Comunicações
1920	43,4	15,3	26,1	12,0
1921	45,4	14,9	26,6	12,2
1922	45,3	19,2	28,9	13,5
1923	46,1	21,5	32,1	15,9
1924	47,7	19,7	31,5	19,0

1925	46,2	20,1	31,6	23,3
1926	47,8	20,5	31,9	22,9
1927	51,9	22,6	34,6	25,7
1928	61,6	24,4	40,1	28,6
1929	61,6	24,3	39,5	29,9
1930	62,2	22,4	37,3	26,1
1931	58,5	22,6	36,1	25,2
1932	62,5	23,0	37,4	21,7
1933	68,1	26,2	43,1	25,2
1934	71,2	30,3	46,8	26,7
1935	68,5	34,3	48,2	30,9
1936	74,9	39,3	54,2	35,4
1937	74,8	42,6	56,7	35,9
1938	77,6	45,2	59,1	39,3
1939	75,1	50,7	61,1	42,3
1940	75,9	52,7	60,6	42,5
1941	82,4	57,2	65,6	43,4
1942	78,1	55,5	59,9	43,3
1943	82,6	59,1	66,7	48,2
1944	83,5	62,4	70,0	55,4
1945	82,7	66,4	71,2	60,8
1946	90,4	75,9	81,3	69,3
1947	90,3	79,4	86,5	79,1
1948	94,2	89,7	92,4	92,2
1949	100	100	100	100

Fonte: Zerkowski e Veloso (1982, p. 335)

Tabela 6 - Brasil — Estrutura do valor adicionado para cálculo da ponderação do índice do produto real (1939-1949-1959)

	1939	1949	1959
Agricultura	25,39	24,93	19,2
Indústria	20,66	26,01	32,64
Comércio	20,06	12,39	14,43
Transportes e comunicações	6,41	7,05	6,16
Total	72,52	70,38	72,43

Fonte: Zerkowski e Veloso (1982, p. 332)

Como restou claro, a indústria era cada vez mais relevante economicamente, mesmo ainda não podendo ser considerada grupo de interesse dominante politicamente quando chega-se à Revolução de 1930. Existia, contudo, espaço para ela na seara política, até porque havia uma

espécie de vazão de poder — o que pode ser visto pelo fato de que as exigências da cafeicultura não determinaram a Revolução de 1930, além do que, o patrimonialismo dava espaço para reformas parciais e a tomada do poder parecia mais um movimento de atônitos e indecisos, que, buscando apoio e atendendo a exigências, acabaram sendo bastante sensíveis à burguesia nascente (IANNI, 1965b).

Contudo, como observa Fausto (1997), a ideia de participação política não é a de propor programas de industrialização ou mudanças estruturais frente à estrutura dominada pelos cafeicultores (muito menos de encampar revoluções), mas organizar-se junto ao poder político. É dessa maneira que se observa que, quando das eleições presidenciais de 1930, ocorreram os seguintes pronunciamentos de industriais, que demonstram não só a organização da burguesia, como ela aprendendo o jogo do poder e seus primeiros passos para ingressar na lógica patrimonialista ao demonstrar-se como grupo de interesse bem definido:

Assim, no cumprimento de um dever cívico, cogitam (as indústrias paulistas) de formar, com elementos seus, um grande corpo eleitoral, cuja organização ficará a cargo do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, com a codjuvação dos outros centros que vão tomar parte neste movimento. [...] Esclarecer cabalmente aos industriais paulistas que não lhes eram filiados a sua interferência nos fatos que se prendiam à sucessão presidencial [...]. Para os industriais, a vitória da chapa nacional Júlio Prestes-Vital Soares representa a execução do programa financeiro do atual governo da República; [...] o amparo a tantos quantos, pelo seu trabalho, colaboram na grandeza do nosso país; a solução de importantíssimos problemas atinentes à vida industrial. [...] [As associações de classe] iriam proceder ao alistamento de todos os cidadãos que, trabalhando nas indústrias, tenham os requisitos exigidos por lei [...] As indústrias passarão a ser uma forte potência eleitoral [...] (FAUSTO, 1997, fl. 46).

Esses dois documentos de apoio à candidatura de Júlio Prestes tiveram como signatários o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, Centro das Indústrias de Papelão, Centro do Comércio e Indústria de Madeiras de São Paulo, Centro dos Industriais de Papel de São Paulo, União dos Fabricantes Nacionais de Papel, Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos e o Centro dos Industriais de Calçados de São Paulo (FAUSTO, 1997), do que se percebe a organização do extrato burguês-industrial no Estado de São Paulo. Quando, dois anos depois das eleições e do golpe de Vargas, tem lugar o levante dos paulistas contra o governo provisório varguista, a imersão na política é tamanha que essas associações tentarão fazer os paulistas triunfarem por intermédio de colaboração até mesmo financeira.

Frente a todas as restrições supramencionadas, o fortalecimento da burguesia industrial como grupo de interesse é consequência do seu crescimento na economia nacional. Essa expansão foi possibilitada pelos espaços dados pela própria divisão internacional do trabalho que outrora a constrangia. Isso porque variações de preço no mercado internacional tanto criavam espaços a serem substituídos pelas manufaturas nacionais diretamente, como as próprias variações de preço abriam cenários favoráveis para produtos brasileiros. O progresso técnico enfrentava sobretudo o óbice da restrição financeira explicitada por Oliveira (1989) através da carência de capitais pela hegemonia político-econômica cafeeira — o processo fica mesmo a cargo das sobras dos capitais da área agrícola⁵², é dessa via que se tem uma acumulação em fins do século XIX e uma industrialização no início do século XX (SODRÉ, 1976b, p. 171).

As mudanças impostas pelas regras do jogo das relações econômicas internacionais no período da Primeira Guerra e da Crise de 1929 criaram o espaço necessário para o advento de políticas em prol da indústria (e não fatores meramente políticos) (BOSCHI, 1979; FRITSCH, 1990). A própria defesa da exportação cafeeira acaba por levar também a uma expansão industrial, como ensina Furtado⁵³ (1950; 2007).

É nesse mesmo momento, diante de um quadro de reconfiguração política em que se abria espaço para esse crescente grupo de interesse, que a burguesia avança e que progride a Revolução Burguesa, lidando tanto com as restrições advindas do setor tradicional, como da divisão internacional do trabalho. Porém, esse extrato de classe nasce nessa lógica e adapta-se a ela, buscando inclusive com ela neutralizar o proletariado enquanto grupo de interesse. Portanto, uma Revolução Burguesa sem aliança entre burguesia e os estratos mais baixos da sociedade, ou seja, sem rupturas sociais, como é próprio da via colonial. Fixa-se, assim, na década de 1930, no patrimonialismo brasileiro, o lugar da indústria, “[...] uma classe que realiza a sua revolução deixando incompletas as suas tarefas específicas” (SODRÉ, 2010, p. 76).

52 A supramencionada interdependência técnica a que Suzigan (2000) se refere, ainda que importante, é obviamente, àquele tempo, nascente e menos relevante que a dependência técnica e de demanda para com o setor agrícola.

53 A tese furtadiana de maneira simplificada consiste na ideia de que a desvalorização da moeda associada à defesa do café, bem como o aumento do gasto público, contribuíram para uma rápida recuperação do crescimento do setor industrial na década de 1930.

Por fim, tomando a acepção de Florestan Fernandes (2005, p. 239): “Revolução burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada”. A via colonial permitiria atingir-se esse clímax? Florestan Fernandes (2005) explica que o ponto de chegada é aquele momento histórico considerado finalmente como irreversível, em que o poder burguês e sua dominação são vistos como consolidados, e em que a era senhorial ficou para trás. O Segundo Reinado e a República Velha gestaram esse processo. O primeiro período Vargas inicia-se já com uma sociedade de classes inaugurada, com a burguesia buscando fazer-se valer junto ao Estado enquanto um dos grupos de interesse dominante — e logrando êxito.

Similarmente a Florestan Fernandes (2005), Sodré (2010) estabelece que as revoluções burguesas acontecem quando certas relações passam a ser determinantes. Da leitura dos episódios na história brasileira até a passagem supramencionada da República Velha para a Era Vargas, percebe-se que, não obstante a importância de esquemas de acumulação primitiva, eles não seriam suficientes para expor um marco para a revolução burguesa brasileira. Para ele, ainda na segunda metade do século XX (quicá hoje), a acumulação primitiva ainda estava em curso, em especial, graças aos traços de exploração da economia tradicional mantidos no território nacional. Não se pode duvidar, contudo, que uma revolução burguesa coloca a burguesia em primeiro plano, e é isso que buscou-se evidenciar aqui no trajeto histórico mencionado, focando-se no extrato burguesia industrial. Assim, pode se estabelecer um marco de concretização ou de intensificação da revolução burguesa ao observar o caminho daquele extrato do segundo plano político até chegar à parte do processo em que faz parte do primeiro plano, como se pretende expor no próximo tópico.

Mesmo com o fluxo contínuo de renda para o exterior, criava-se acumulação, que se dava graças à manutenção de formas e remunerações do trabalho típicas da sociedade tradicional (SODRÉ, 2010; GORENDER, 1990). Todavia, segundo Sodré (2010), é com a Revolução de 1930 que as relações capitalistas vão se alastrar⁵⁴, pois com ela tem-se a derrocada da

⁵⁴ Fausto (1997) resume a Revolução de 1930 a uma crise oligárquica, opondo-se à linha adotada por Sodré (2010). Contudo, o que se observa aqui é a coincidência de movimentos, ou seja, junto com a crise oligárquica, mesmo que com a emergência com maior força da burocracia estatal, um reendereço cada vez mais intenso das atenções do Estado para os interesses da burguesia industrial. Por isso não se rejeita aqui a leitura de nenhum desses dois autores, muito embora elas sejam vistas como opostas pela literatura. Exemplo dessa leitura de

economia tradicional na política (mas que ainda era onde se acumulavam recursos formadores de capital) e surge a transição para a hegemonia burguesa. Persistindo as velhas transações políticas patrimoniais, a burguesia industrial transacionará com os grupos tradicionais (“a propriedade da terra permanece intacta”) e estrangeiros (“a resistência ao imperialismo continuou débil”). Adentrando nessas transações, o Estado patrimonial brasileiro lhe servirá para conter as pressões dos trabalhadores urbanos (que viriam a ser contidas através de um “paternalismo frouxo”).

Isso ajuda a explicar o caráter conservador (e autoritário) que Sodré (2010) atribui à burguesia industrial. Na Era Vargas, como será visto na próxima seção, a burguesia industrial se soma aos grupos de interesse privilegiados. Assim, junto à ascensão econômica da burguesia industrial e o crescimento das relações tipicamente capitalistas, tem-se a ascensão política daquele extrato de classe⁵⁵, materializando-se a revolução burguesa pela via colonial no Brasil. Em outras palavras:

A revolução burguesa sanciona, normalmente, o primado político da burguesia e, portanto, da classe que define a existência de capitalismo, quando dominante. Este primado pode suceder ao primado econômico; isto é, a burguesia, no Ocidente europeu, foi primeiro predominante na economia e só depois se tornou predominante na política. Esta mudança é que ficou conhecida como revolução burguesa. [...] Na verdade, **os casos de revolução burguesa que a história assinala caracterizam-se pela extrema variedade. Entre os casos alinhados na referida variedade estão aqueles em que a burguesia passa a classe dominante política tão logo se torna classe dominante econômica [como é o caso do Brasil]** (SODRÉ, 2010, p.43, grifo nosso).

3.2.3 Indústria e política após a Revolução de 1930: desenha-se o caráter da burguesia industrial brasileira

Como visto no tópico anterior, na década de 1930, a burguesia industrial brasileira passa a firmar-se como extrato de classe com representação política privilegiada; entretanto, essa leitura encontra consonância e divergência quando comparada com a literatura existente acerca do tema. Assim, uma depuração da literatura, para além de dar legitimidade ao que aqui afirma-se, demonstra o caráter da burguesia industrial brasileira, a saber: uma burguesia interna, ou melhor, sem interesse nacional — o que explicará a razão de ser da participação da

oposição é a feita por Pansardi (2009). Por outro lado, acompanhando a leitura adotada nesse trabalho da não-oposição, tem-se Boito Jr. (2009).

⁵⁵ Sodré (2010) vê aí o início de uma hegemonia política. De fato, houve uma dominação, mas seria um exagero afirmar uma hegemonia, como se verá no próximo tópico ao abordar os trabalhos de Gorender e de Motta.

mesma nos mandatos políticos descritos na próxima seção. O presente trabalho adota o marco da Revolução de 1930 para abordar o caráter da burguesia industrial brasileira, porém, como visto, a indústria demonstra alguma importância econômica já no período anterior a 1930, sendo óbvia, portanto, a crescente relevância enquanto grupo de interesse já durante a República Velha. Isso é bem tratado por Perissinotto (1994), que coloca a burguesia industrial como fração da classe dominante já àquele período. Assim pode ser resumida a tese de Perissinotto (1994) sobre esse tema:

[...] a indústria não se constitui numa mera alternativa de investimento aos lucros excedentes provenientes da economia agroexportadora. Ou por outra, [...] a indústria não foi um mero apêndice do setor cafeeiro. [...] A subordinação à dinâmica da economia agroexportadora não implicou a não existência da burguesia industrial, ou que, existindo, não se fizesse presente na cena política ou na luta ideológica. [...] **A burguesia industrial, do ponto de vista da estrutura social, embora numericamente restrita, representava um grupo econômico importante, em constante avanço, e, como tal, uma fração de classe capaz de expressar os seus interesses de forma autônoma, se não partidária pelo menos ideologicamente, tentando influir nas deliberações dos centros de decisão** (p. 127, grifo nosso).

Muito embora se perceba aí a “preparação do terreno” pela burguesia industrial, esta dissertação foca na literatura sobre o papel político assumido pela burguesia industrial brasileira após a Revolução de 1930. Essa escolha é feita justamente por se tratar do momento em que se dilui a hegemonia comercial-agroexportadora, podendo afirmar-se a indústria como integrante do bloco no poder⁵⁶ de uma economia não apenas (ou não predominantemente) agroexportadora — até pela pujança que, como visto no tópico anterior, a indústria passa a ter na cena nacional. É a conjuntura crítica que definirá a trajetória de agentes e da institucionalidade até a contemporaneidade.

Essa literatura sobre a reverberação política do caráter da burguesia industrial já foi esquadrihada nos trabalhos de Márcia Maria Boschi (2000), Barbosa (2003), Mancuso (2007) e Pansardi (2009)⁵⁷. As divisões feitas nesses trabalhos foram aqui reinterpretadas a partir da leitura dos autores a que eles se referem e de diálogo com mais alguns outros com o objetivo de demonstrar nesse tópico a relação patrimonialista estabelecida entre a burguesia industrial e o Estado no Brasil, chegando-se com isso no caráter da burguesia industrial

⁵⁶ “Bloco no poder” e “fração de classe” são expressões utilizadas por Perissinotto, Márcia Maria Boschi (2000) e Barbosa (2003) para, com base em Poulantzas (1975), defenderem tese similar à que aqui é defendida ao fim dessa seção.

⁵⁷ O trabalho árduo e difícil de tentar reunir a literatura relevante e pertinente à hipótese aqui defendida teve a cooperação desses trabalhos de grande valor, apesar de discordâncias, inclusões e reinterpretações. De todo modo, buscar todos os autores seria trabalho de difícil êxito dada a extensa e crescente literatura.

brasileira não nacionalista que determinará sua participação nas rupturas políticas descritas na próxima seção.

A partir dos esquadrinhamentos feitos por aqueles autores, interpretou-se aqui que a literatura mais relevante sobre a matéria se concentra, em um primeiro momento, na tese de Cardoso (1964; 1971; 1979) de que a burguesia industrial brasileira não tinha um comportamento de classe. Essa tese seria corroborada por Vianna (1987b) e, de certa forma, por Florestan Fernandes (2005) e Martins (1968), mas sofreria oposições em menor ou maior sentido. Por essa razão, se estabelece aqui um diálogo de outros autores com a obra de Cardoso.

Aqui constrói-se a interpretação de que a oposição em menor sentido à leitura de Cardoso é válida. Defende-se que a burguesia industrial brasileira tem o caráter descrito por ele e que, portanto, não se comporta mesmo como uma burguesia nacional — todavia, ainda assim, os industriais se comportam como classe. Essa é a tese defendida por alguns autores aqui evocados⁵⁸ para servirem de acréscimo à tese de Cardoso. Por fim, utiliza-se da diferenciação poulantziana entre burguesia nacional e burguesia interna para deixar claro que há, na burguesia industrial, comportamento de classe, porém não nacional, somando-se isso às contribuições de Cardoso e dos demais autores. Dessa maneira, define-se a inserção da burguesia industrial no quadro patrimonial e como o caráter da mesma, nesse quadro, fará com que ela tenha postura nociva para a democracia no país e para a trajetória de desenvolvimento, considerando-se a possibilidade de desenvolvimento da estrutura produtiva do Brasil sustentada em bases mais nacionalistas (o que se aborda na próxima seção).

3.2.3.1 Cardoso e leituras convergentes sobre a passividade da burguesia industrial: introduzindo o caráter desse extrato de classe

Cardoso (1971) expõe que a burguesia industrial, já na primeira década do século XX, buscava se organizar a partir de associações de classe que pressionassem pelo atendimento do Estado aos seus interesses. Contudo, com a Revolução de 1930, quando da necessária busca por novos apoios políticos e construção de uma base econômica industrial, ganha cena um Governo que atende à ideologia da necessidade de industrialização para o desenvolvimento,

⁵⁸ Focou-se aqui em Ianni (1965a, 1965b, 1996), Eli Diniz e Gorender — somando-se a eles as contribuições de Fonseca, Renato Boschi, Márcia Maria Boschi, Farias e Saes.

em contraposição à ideologia da “vocação agrícola”, mas que tem sua dinâmica determinada pelas antigas classes dominantes em um rearranjo que não inclui os industriais.

A esses era legado papel secundário no sistema de poder. Cardoso (1971) trata como sendo desprovida de sentido qualquer ideia que valorizasse papel de dominação por parte da burguesia industrial enquanto setor que atuasse de maneira uma nesse sentido. As associações de classe seriam assim meras ferramentas para a atividade de *lobby*, ou seja, adstritas a políticas específicas, não se constituindo em unidade política que importaria câmbios em políticas programáticas ou nas relações dentro da sociedade. A indústria persistiria sem poder político (papel secundário), tendo apenas um projeto econômico.

Enfatizando a análise social da camada empresarial brasileira, Cardoso (1964) faz a supramencionada distinção entre “capitães de indústria” (que gerem seus negócios de maneira pessoal, diretamente e sem fazer grandes investimentos, tendo um horizonte temporal curto no que diz respeito às políticas públicas) e “homens de empresa” (que gerem seus negócios com planejamentos racionais, impessoalidade e buscando lucros a médio e longo prazos) para atribuir como fundamento daquele papel secundário da indústria a mentalidade predominante na burguesia industrial do país. Segundo o autor, os “capitães de indústria” enxergam no Estado apenas ente para consecução de políticas setoriais específicas em seu favor e financiamentos de longo prazo, aceitando aquela função secundária para agir apenas de maneira oportunista. Já o “homem de empresa” seria imbuído de envolvimento na política estatal que diz respeito às grandes questões nacionais por entendê-las como importantes para a indústria. A incompatibilidade entre esses tipos de industriais e o predomínio do primeiro sobre o segundo seria um dos grandes problemas daquele extrato de classe que teriam impossibilitado que a indústria criasse um projeto de dominação política e estabelecesse papel hegemônico junto ao Estado e em detrimento dos setores agroexportador e comercial.

Ademais, a supramencionada mentalidade pesaria ainda sobre dois outros condicionantes imperativos acerca da inércia da burguesia industrial. Assim, quando se espera da burguesia industrial uma ideologia abastecida de interesse nacional, deve-se ter em mente que isso só poderia ocorrer se ela enxergasse os seus interesses como guardando coincidentes com os da nação; ela, como qualquer outro extrato de classe, age de acordo com seus interesses. Ora, como visto, a predominância dos “capitães de indústria” faz com que esses interesses tenham de ser atingidos em curto prazo. Surgiria aí um problema fundamental durante os anos 1930

em diante que levaria aos condicionantes mencionados. Ele se inicia com os impulsos de desenvolvimento advindos do Estado e dos capitais estrangeiros:

O setor privado da economia nacional ficou, dessa forma, obrigado a uma dura opção: apoiar os movimentos populares no sentido da estatização dos setores básicos da economia ou associar-se aos capitais estrangeiros para tentar o desenvolvimento nos moldes clássicos. A primeira alternativa implicava no risco da perda de controle da situação e implicava em que se aceitasse desde o início o caráter supletivo da iniciativa privada. A segunda alternativa permitiria que os valores básicos do “mundo ocidental cristão” se generalizassem, e com eles a penetração maciça dos monopólios internacionais. [...] Ora, o dilema é realmente este. Para que o desenvolvimento tenha curso regular e efetivo é preciso uma política de inversão e coordenação de esforços que supõe, de fato, a aceitação de critérios de essencialidade econômica que não coincidem com os de lucratividade alta e rápida (CARDOSO, 1964, p. 176).

Vê-se que não aparece como uma das alternativas a tentativa de se obter desenvolvimento autônomo, o que coaduna a tese anteriormente explicitada, e aqui esposada, que a revolução burguesa se dar pela via colonial. Ademais, observa-se que, como Cardoso (1964) coloca, dentre as duas alternativas, a burguesia industrial apoiou o que lhe cabia, de acordo com seus interesses de curto prazo: a busca do Estado pela atração de capitais estrangeiros, que não necessariamente têm interesses em desenvolver o país, e o não intervencionismo para que lhe sejam legados nichos de mercados, mesmo que isso seja contraditório, dada à sua falta de vontade ou de capacidade financeira para investir, por exemplo, em setores de base que serviriam aos seus próprios interesses objetivos (o que, por outro lado, atenderia à ideologia liberal do “mundo ocidental cristão”). Para completar o comportamento contraditório: “no momento em que se paralisam as inversões estrangeiras, a burguesia deixa de apoiar inversões estatais temendo reforçar ‘o povo’ e prega austeridade monetária” (CARDOSO, 1964, p. 177).

Esse “temor do povo”, assim como a mentalidade predominante, se expressa também no outro condicionante. A herança arcaica das instituições, por deixar de fora da arena política os grupos desprivilegiados (“povo”), faz com que em um momento as pressões populares cresçam, assustando os grupos privilegiados, e, noutro, haja acomodação dentro da estrutura patrimonial. Dessa maneira, “[...] nenhuma medida política ou de política econômica mais audaciosa pode ser tomada sem provocar a reação imobilista imediata [...]” (CARDOSO, 1964, p. 178). Assim, tem a burguesia industrial as opções de apoiar as representações das massas populares ou as forças conservadoras. De modo que escolhem as segundas, mesmo que sacrificando transformações mais rápidas no país que lhe atendem, pois, como Cardoso

(1964) coloca: “[...] a ideologia burguesa reflete sempre o temor do povo, transfigurado em ‘proletariado revolucionário’. Mesmo quando, objetivamente, não há uma situação revolucionária, a burguesia industrial teme a “revolução iminente” (p. 178) mesmo que para tanto tenha que rejeitar políticas favoráveis à industrialização; assim, “por temor da revolução abdicam a política de reformas deixando de lado os projetos de hegemonia política para apoiar a estratégia de reação dos grupos dominantes tradicionais” (p. 178).

Cardoso busca expressar aqui o temor existente com relação ao bonapartismo pela burguesia industrial brasileira. Conforme visto, o entendimento dela é de que é caro que o patrimonialismo no Brasil se arrefeça, pois soaria como uma possível perda de controle da relação que tem com o Estado na medida em que se dê vazão ao “povo”. Para o autor, essas escolhas autoritárias da burguesia impedem que ela exerça a hegemonia política que, tomando o outro caminho, lhe seria possível. De fato, a burguesia industrial não possui papel hegemônico. Todavia, a própria margem de participação política que Cardoso atribui a ela quando fala da ação da mesma revela que o papel dela tampouco pode ser lido como secundário. Cardoso (1964; 1979) faz o exercício de expor que a “burguesia nacional”, em seu dizer, ao não adotar para si interesse nacional, acaba por não ser hegemônica politicamente e que, na via inversa, por não colocar em prática um projeto de dominação política, não se entende dentro do seu papel histórico de burguesia nacional. Contudo, como o próprio autor propõe, a leitura por parte dos industriais deve ser tomada de acordo com o que é visto como sendo os interesses dos mesmos. De igual modo, deve ser tomado aquele extrato de classe. Entender que esses interesses passem pela união, mesmo que “principiológica”, com o “povo” é deslocar temporal e espacialmente a burguesia industrial brasileira do século XX para a realidade de onde se passou a revolução burguesa pela via clássica, esperando da burguesia industrial ruptura em associação com o “povo” contra a ordem tradicional (aqui comercial-agroexportadora).

A burguesia industrial brasileira não tem interesse nacional, como presente em Cardoso, mas seu papel histórico de burguesia industrial não deixou por isso de se completar. A verdade é que a burguesia industrial nacional, ao se despir do interesse nacional, não deixa de cumprir seu papel histórico, mas deixa de ser burguesia industrial nacional para ser burguesia industrial interna (acepção de Poulantzas que será melhor trabalhada ao fim dessa seção), passando a cumprir seu papel histórico de elite dentro do país, seguindo as opções

antinacionalistas, antipopulares e autoritárias que Cardoso afirmou, segundo as quais ela age sobre o Estado transacionando com os outros grupos de interesse privilegiados.

Outros autores assemelham-se a Cardoso em pontos de sua leitura. É o caso, na leitura de Vianna⁵⁹ (1987b), dos impeditivos à consolidação no país do capitalismo no estágio em que se encontravam Estados Unidos e países europeus — para o que esse autor utiliza a alcunha de supercapitalismo. Ao contrário de Cardoso (1964), ele não faz uma avaliação dos pontos negativos da influência do capitalismo internacional; pelo contrário, Vianna acha que seriam essenciais para a possibilidade de um efetivo desenvolvimento do supercapitalismo. Para além dessa razão, para ele o desenvolvimento do supercapitalismo encontra como impeditivos fatores de ordem geográfica e demográfica, mas também, como em Cardoso (1964), impeditivos advindos da mentalidade dos industriais brasileiros. Segundo Vianna (1987b), esses impeditivos teriam fundamento na natureza das sociedades empresariais.

Enquanto Cardoso (1964) reclama da falta de sociedades anônimas, que têm natureza essencialmente capitalista, ou seja, pautada pelo distanciamento da pessoalidade, valendo-se da racionalidade e da captação de recursos para vultosos investimentos, Vianna (1987b) afirma que as sociedades anônimas não são tão poucas, que o problema na verdade seria que até mesmo elas acabam por ser verdadeiramente “sociedades de famílias”. Assim, eram apenas intituladas como anônimas, ao que exemplifica com o grupo *Indústrias Reunidas Mattarazzo* — maior grupo industrial na década de 1930—, que tinha base familiar. Tomando o quadro geral da industrialização no país, o autor coloca que:

O predomínio das médias e pequenas empresas na nossa técnica industrial; as sociedades anônimas constituídas por um pequeno grupo de acionistas, jogando capitais pessoais e não bancários e em que, de regra, todos os acionistas são parentes ou amigos conhecidos; a preponderância numérica das sociedades de pessoas e das firmas individuais — tudo isto bem demonstra que estamos longe, mas muito longe mesmo, da estrutura técnica e das tendências psicológicas [...] próprias do grande capitalismo (VIANNA, 1987b, p. 50).

Daí que, para Vianna, a ação dos industriais brasileiros advém de uma mentalidade pré-capitalista, que, por assim ser, é desafeita à especulação (motor das subscrições que abasteceriam sociedades genuinamente anônimas), concentrada em atividades que não

⁵⁹ Importa dizer que a obra de Vianna aqui mencionada é anterior à principal obra do outro autor sobre esse tema (CARDOSO, 1964). Contudo, dada a relevância da obra de Cardoso, preferiu-se aqui traçar o raciocínio interpretativo em especial traçando-se comparações a partir dessa obra. Razão pela qual Cardoso precede Vianna nessa dissertação.

demandam grandes inversões e focada no imediatismo e no mero *status* social que a atividade legaria, fazendo com que haja predominância do pequeno capitalismo industrial. Vê-se claramente aí a mesma oposição da qual Cardoso (1964) se vale entre “capitães de indústria” e “homens de empresa” e o mesmo papel secundário no que diz respeito ao mundo político. Isso porque Vianna (1987b) vislumbra exceções, em que se veriam burguesias supercapitalistas. Essas se encontrariam no eixo sul-sudeste, sobretudo em São Paulo. Contudo, ele coloca que as mesmas nunca tiveram grande influência política e que o papel nas instâncias burocráticas que elas acabam por exercer é apenas o que lhes é dado pelo Estado após a Revolução de 1930. Elas não se mostram “[...] unidas e solidárias na sua consciência de grupo e na dominação do Estado” (VIANNA, 1987b, p. 197), não se constituindo em classe dominante oligárquica.

Essa leitura de que existiriam impossibilidades de estabelecer hegemonia política pela burguesia industrial e falta até mesmo de atuação enquanto classe, será contestada por parte da literatura, como se verá adiante, mas encontra outros partidários, como Florestan Fernandes (2005) e Martins (1968). Florestan Fernandes (2005), como visto, tem grande influência sobre essa dissertação através da sua concepção de composição entre o “velho” e o “novo” no país. Nesse ponto, semelhante ao visto aqui com Cardoso, ele traz que a Revolução Burguesa necessitava da ruptura, que não houve, com o “velho” para que se completasse o desenvolvimento a que Vianna (1987b) chama de supercapitalista.

Como Cardoso, Florestan Fernandes atribui à burguesia o papel de instrumento da modernidade que atuaria chamando para lutar pela ruptura a classe trabalhadora. Para eles, a burguesia atuar como tal satisfaria seus reais interesses de classe. Como dito antes, isso seria encaixar uma ideia de burguesia industrial de maneira a-histórica em um país de capitalismo hipertardio. De maneira que o desenvolvimento em curso da burguesia industrial ocorre sem que ela perca de vista o conflitivo relacionamento de classes. Ou seja, a mentalidade industrial não levaria a burguesia industrial a imprimir uma ruptura, e soma-se a isso a sua visão de classe tanto conservadora como incorporadora da realidade da sua existência como conflitiva com a classe trabalhadora. O extrato burguesia industrial brasileira não deixa de perseguir seus interesses de classe, ela só não é a burguesia industrial nacional que os autores esperavam. O próprio Fernandes anota que é buscando atender seus interesses que a burguesia industrial brasileira não age como essa dita “verdadeira” burguesia:

Ela não assume o papel de paladina da civilização [...]. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. (2005, p. 240-241)

A preocupação de Florestan Fernandes (2005), como a de Cardoso, é com o padrão de dependência e subdesenvolvimento que a via colonial opera. Dentro desse padrão, as estruturas coloniais legaram para a burguesia (inclusive a industrial que nasce) ligação com as burguesias das economias centrais, e a subjugação a ela das camadas populares internas faz com que o desenvolvimento do capitalismo no país seja caudatário dos processos externos e das relações com o centro da economia capitalista. Esse seria um impeditivo para que a burguesia industrial desenvolvesse processo autônomo e, junto com a ideia advinda da pesquisa de Cardoso (1964) de dispersão da burguesia industrial, levaria à crítica de autores como Sodré (autores ligados à orientação do Partido Comunista Brasileiro⁶⁰, segundo a qual a burguesia industrial poderia realizar seu papel histórico — aos quais retorna-se adiante).

Florestan Fernandes (2005, p. 254) observa que a ideia da burguesia nacional conduzir um processo de desenvolvimento autônomo e democratizante está ligada à via clássica, segundo a qual a burguesia se somaria ao “povo”. De fato, existiam pressões populares que a burguesia teria sentido ao tempo da Revolução de 1930. Essas pressões vinham do “povo”, que cobrava um novo pacto social, mesmo que nos limites da “revolução dentro da ordem” e da intervenção direta do Estado na economia — o que atemorizava a iniciativa privada sob a perspectiva de perder espaço com o Estado abandonando uma participação supletiva em prol de um papel mais protagonista. Ademais, existiam ainda pressões externas do capitalismo monopolista mundial que ameaçava a base material de poder de interesses econômicos internos. A resposta foi a aglutinação para uma contrarrevolução que defendesse a burguesia, ao que o autor chamou de autocracia burguesa. Por meio dela, a burguesia ganhava as seguintes posições através do Estado:

⁶⁰ Essa orientação, de acordo com Sodré (1963; 2010) focava na parcela da burguesia que seria vista como provida de interesse nacional, esse traduzido no anti-imperialismo e luta contra os latifúndios. Sodré era o maior representante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Outro grande expoente do instituto, Jaguaribe colocava que a partir da Revolução de 1930 abria-se a possibilidade de implantação de um nacional-capitalismo, projeto que seria dirigido por Vargas e que a burguesia nacional lideraria com o apoio do “povo” (JAGUARIBE, 1972). Essa orientação fora contestada especialmente pelo trabalho de Cardoso (1964) que demonstrou, como visto aqui, a inépcia da burguesia industrial brasileira para conduzir uma revolução nacional em conjunto com as camadas desprivilegiadas.

1º) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2º) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3º) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (FERNANDES, 2005, p. 255).

Desse modo, percebe-se em Florestan Fernandes que, com o crescimento das camadas populares, a dominação exercida pelas elites terá como maior inimigo os ventos de mudança que possam vir das camadas populares. À autocracia burguesa cabe deprimir e buscar anular o conflito e o confronto entre as classes sociais, cerceando transformações; não se tendo uma democracia burguesa clássica, mas uma tecnocracia em favor das elites, em lugar de uma representação democrática ou disfarçada como tal, correspondente ao quadro final do patrimonialismo no Brasil.

Diferentemente de Cardoso, no entanto, Florestan Fernandes (2005, p. 256) vê uma consolidação política de burguesias que inclui a burguesia industrial baseada no interesse comum às elites de manutenção da ordem vigente, revelando em alguns momentos históricos (como os que são trabalhados na próxima seção) o seu caráter autoritário, como coloca o autor: “[...] o golpe de Estado revelou-se uma técnica suficiente de transição política” (2005, p. 399). Isso é posto como autodefesa burguesa quando não se tem na agenda política a representação do seu consenso de classe, como se consenso nacional fosse. Leva a isso a ampliação da participação direta da burguesia na condução dos “negócios do Estado”. Tem-se, assim,

[...] um intervencionismo estatal *sui generis*. Controlado, em última instância, pela iniciativa privada, ele se abre, em um polo, na direção de um capitalismo dirigido pelo Estado, e, em outro, na direção de um Estado autoritário. Ambas as noções são ambíguas. Contudo, elas traduzem uma realidade concreta. O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses “gerais” ou “reais” da nação, decorrentes da intensificação da revolução nacional. Porém para satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental, e para dar viabilidade histórica ao desenvolvimentismo extremista, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia (FERNANDES, 2005, p. 402).

Tem-se, assim, que a autocracia burguesa para Florestan Fernandes é a demonstração de que a burguesia brasileira possui as características observadas com Cardoso: antinacionalista, antipopular e autoritária. Porém, para Florestan Fernandes, como visto, a burguesia industrial está incluída dentro dos grupos de interesse hegemônicos. Essa falta de atuação política é

apoiada ainda por Martins (1968). Para esse autor, muito embora possa se falar da burguesia industrial como grupo de interesse, é equivocada a tese de que por estabelecer-se como polo dinâmico da economia, a indústria passaria a ascender politicamente. Para Martins (1968), ela insere-se ainda na lógica de dependência que faz com que não possa conduzir o processo de industrialização no país do mesmo modo que a burguesia industrial dos países industriais fizeram. Ademais, ele considera que o papel político da burguesia industrial depende do que lhe legam o Estado e outros grupos da sociedade que seriam mais próximos do poder, não conseguindo organizar-se para fazer valer seus interesses nem mesmo quando políticas públicas atentassem contra eles.

Para Martins (1968), enquanto a burguesia industrial pode se valer de mecanismos compensatórios econômicos em governos populistas, quando esse modelo chega a algum tipo de esgotamento, ela demonstra não conseguir se valer como grupo hegemônico pela sua incapacidade de se organizar e de conceber um projeto nacional (como visto com Cardoso). A aliança vista por Florestan Fernandes (2005) que sustentaria a autocracia burguesa é vista por Martins (1968) meramente como uma aliança desejada, mas que escaparia à realidade.

3.2.3.2 As interpretações da burguesia industrial ativa: conclusões sobre o caráter desse extrato de classe integrante do bloco no poder

Na onda de leituras que discordam quanto à passividade política da burguesia industrial⁶¹, Ianni (1965a, p. 16) diz que, até a Revolução de 1930, o poder estava nas mãos do que ele chama de “burguesia agrário-comercial”, ou seja, os representantes do complexo agroexportador (latifundiários, importadores e exportadores). O poder detido por eles estava, como visto antes, no exercício de influência sobre o Estado, tanto internamente por eles, como externamente, pelos atores ligados ao comércio de manufaturas e do café. Ainda assim, a década de 1930 inicia-se com um Governo que tanto flerta com a classe operária, como atende às oposições nesse sentido. Por essa razão, Fonseca (2014, p. 49), apoiando-se em Ianni, diz que há, ali, um caráter claramente burguês, que teria vencido e apagado da memória histórica projetos vinculados à ascensão política do proletariado — portanto, observa-se que a

⁶¹ A partir desse ponto, tem-se autores que discordam da leitura de Cardoso de não participação política da burguesia industrial brasileira enquanto classe. As obras desses autores foram escritas a partir do final da década de 1970, com exceção de Octavio Ianni, que já na década de 1960 esposava essa leitura.

burguesia industrial não destrói o velho, mas já age no novo que se inaugura, de acordo com o conflito de classes clássico que lhe é inerente.

Segundo Ianni (1965b), “depois de 1930 [, a burguesia industrial brasileira] [...] ganhou paulatinamente ascendência sobre os governantes e fez-se ouvir nas decisões da política econômica” (p. 101). Segundo ele, a apologia da livre empresa e de combate à administração estatal é encampada pela parte menos poderosa dessa burguesia, sendo a parte dominante mais afeita à ação governamental, ao planejamento econômico e, por vezes, à mera divulgação de planos de empreendimentos estatais — a atividade governamental só não é vista como favorável quando invade área vista como reservada à iniciativa privada. O empresário espera benefícios de diversas ordens do Estado e, para tanto, vê necessidade de participar da formulação de diretrizes governamentais. Para Ianni (1996), a Revolução de 1930 foi a virada do Estado oligárquico para o Estado burguês que incorporava diversos setores, inclusive aquele que ele chama de nascente burguesia industrial, razão pela qual fica claro que o autor não afirma a hegemonia desse extrato de classe. Contudo, Ianni (1996, p. 78) atribui àquele período nacionalismo tanto por parte do Governo, como por parte dos empresários, que só seria encerrado pelos interesses externos, notadamente através do imperialismo estadunidense. Quanto ao nacionalismo dos industriais, o autor afirma que:

O nacionalismo econômico compreendia a ideia e a decisão de criar um capitalismo nacional. A emancipação econômica de que falavam governantes, empresários, técnicos, líderes políticos e militares não era outra coisa senão a manifestação da consciência de que era possível e necessário criar novas condições (políticas tanto quanto econômicas) para formar-se uma economia organizada nos moldes de um capitalismo de tipo nacional. Nesse sentido, para essas classes e grupos sociais, era possível conquistar nova posição para o Brasil, nas relações internacionais (IANNI, 1996, p. 80-81)

Márcia Maria Boschi (2000) (tecendo crítica a Cardoso) ajuda a explicitar o erro em que Ianni incorre: confundir prática com discurso. Ianni (1996, p. 77-78) vale-se de discurso de representante da indústria para afirmar o interesse do empresariado pelo desenvolvimento econômico do país. Todavia, como o próprio autor coloca, à época, era dada grande ênfase ao nacionalismo. Dito isso, resta bastante óbvio que mais do que em qualquer outro momento, a indústria, advogando por seus interesses, se manifestaria através de suas associações de classe com um tom nacionalista, o que não significaria ser sua real plataforma. De todo modo, convém colocar que, muito embora concorde-se com o papel político ativo que Ianni visualiza

na ação da burguesia industrial, discorda-se aqui do nacionalismo que o autor atribui ao extrato de classe pelas mesmas razões que Cardoso (1964).

Posteriormente a Ianni (1965a; 1965b), nos estudos que se iniciam no final da década de 1970, faz-se uma renovação das leituras sobre a participação política da indústria, entendendo-se como Ianni que a indústria tem um papel mais ativo do que Cardoso (1964) pregou. Nesse sentido, destacam-se duas linhas: a linha segundo a qual a burguesia industrial não é dominante, na qual se destacam Diniz (1978; 2010) e Renato Boschi (1979), e a que argumenta que a burguesia industrial é dominante, exemplificada por Gorender (1990), ou até mesmo ideologicamente hegemônica, a exemplo de Motta (1979).

Diniz (1978; 2010) e Renato Boschi (1979), mesmo após a bem-sucedida crítica de Cardoso (1964) a qualquer visão que dê tom nacionalista à burguesia industrial, observam que a atuação desse extrato de classe tampouco foi demasiadamente tímida. Pelo contrário: Diniz (1978), por exemplo, afirma que se criou, a partir de 1930, um pacto político entre burguesia industrial e burocracia estatal que foi dominante no país. Em artigo conjunto (DINIZ; BOSCHI, 2016), bem como em obras autônomas (DINIZ, 1978; BOSCHI, 1979), os autores partem da relação entre Estado e sociedade, criticando visões que os tomem em separado, partindo então para uma análise integrada, pois, como neste trabalho, o que deve ser observado é o relacional. Assim, Diniz (1978) critica a hipótese de que durante o processo de substituição de importações tinha-se um Estado forte controlado por um estamento político que fazia com que a burguesia industrial se ativesse a um papel caudatário, dependente e subordinado, cabendo as decisões sobre a expansão da indústria apenas àquele estamento. Segundo a autora:

Se a burguesia não deteve a hegemonia do processo de instauração de uma nova ordem [...], foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiria a consolidação e o amadurecimento do novo regime. Sua participação seria particularmente significativa no que diz respeito ao processo de definição de um projeto econômico voltado para a industrialização do país e de conscientização crescente do esgotamento do modelo primário-exportador [...]. Ao longo da década de 30, as sucessivas redefinições do pacto político em que se baseara a revolução, fizeram-se acompanhar de uma gradual depuração ideológica no sentido de uma identificação crescente com a instauração das bases do capitalismo industrial (DINIZ, 1978, p. 95).

O que pode ser complementado com Renato Boschi (1979), que afirma que, apesar da dependência do Estado por parte da burguesia industrial, não há precedência do Estado,

assim, estrutura-se uma relação patrimonialista que, nas palavras do autor: “[...] os empresários puderam estabelecer um estilo de interação entre os setores privado/público abrindo um espaço à participação direta em questões-chave relacionadas aos seus interesses enquanto classe” (BOSCHI, 1979, p. 54). Diniz (1978) pontua ainda a dificuldade em estabelecer uma ideologia plena e acabada, mas, ao incorrer na mesma leitura que Ianni sobre os discursos de representantes da burguesia industrial (supra), revela que a indústria conseguia associar o discurso em prol dos seus interesses ao discurso nacionalista. Não quer dizer que a indústria fosse nacionalista, mas na busca por defender seus interesses, o setor adotava o discurso nacionalista, como, por exemplo, ao defender a proteção aduaneira, relacionando-a à defesa industrial do país para que esse conseguisse uma nova posição na divisão internacional do trabalho, ou ao defender a exploração nacional (privada) de minas e mananciais, sendo contra a exploração por estrangeiros (como uma questão nacionalista pelos vieses da economia e da segurança nacional). O vínculo entre desenvolvimento industrial e nacionalismo estaria baseado em autores autoritários europeus que, à época, relacionavam a situação de dependência dos países ao atraso de sua produção industrial e à produção agrícola em detrimento da industrial — segundo esses autores, o caminho deveria ser conduzido pelo Estado (DINIZ, 1978).

Portanto, Diniz (1978) revela a burguesia industrial como um grupo de interesse privilegiado junto ao Estado e despreocupado com questões como o nacionalismo e o autoritarismo, disposto, porém, a utilizá-las para fortalecer sua posição. O nacionalismo é tratado como retórica, pois, por exemplo, o protecionismo acabava por dar espaço a monopólios internos, o que revelava a satisfação particularista de interesses. Além disso, esse tipo de discurso estaria limitado pelo risco de afastar capitais estrangeiros, aos quais não havia oposição do empresariado se os investimentos fossem destinados a áreas complementares que exigissem grandes inversões, como a infraestrutura — revelando não haver real oposição ao capital estrangeiro (DINIZ, 1978, p. 295; BOSCHI, 1979, p. 99). Nessa esteira, percebe-se que também o liberalismo seria mera retórica: a intervenção estatal seria bem-vinda, se em favor dos interesses industriais. Quanto ao autoritarismo, Diniz (1978, p. 107) exemplifica que, muito embora a burguesia industrial tenha sido contra o golpe dado por Vargas em 1930, ela não fará óbice ao golpe do Estado Novo em 1937, também realizado por Vargas. Teria ela, inclusive, desempenhado papel importante para que esse golpe se desencadeasse e o defendido em seguida. O que se assemelha sobremaneira ao que Cardoso (1964) anunciara: uma burguesia não-nacionalista (pois trata o nacionalismo como mera retórica) e autoritária.

Existe também semelhança com o trabalho de Cardoso na afirmação de Renato Boschi (1979) de que a hegemonia política somente seria possível para a burguesia industrial quando essa se desvinculasse de interesses particulares de curto-prazo para unir-se ao “povo”.

Cardoso (1964, p. 175) prescreve ainda que para a burguesia industrial brasileira ver seus interesses de classe se realizarem, ela precisaria transformá-los nas demandas de toda a sociedade. Ora, como se vê com Diniz (1978), desde a década de 1930, a burguesia industrial busca legitimar a defesa dos seus interesses como se eles fossem nacionais. Decerto que Cardoso advogava por uma perfeita identidade, não apenas algo retórico. Contudo, ele indica que esse seria o caminho para a dominação política por parte da burguesia industrial e percebe-se que é assim que esse grupo de interesse acaba por atuar — e enquanto classe.

Nesse sentido, vê-se que a trajetória aberta pelas associações industriais fez com que o Governo buscasse responder de maneira apropriada às mesmas: “[...] o governo brasileiro acreditava que a superação da crise e o futuro do País dependiam da sorte das exportações, da diversificação da economia e do fortalecimento do mercado interno. O Governo procurava sair da crise estimulando tanto a agricultura quanto a indústria” (CORSI, 1999, p. 41). Nesse sentido, observa-se que o Governo responde a demandas claras com políticas claras, como, por exemplo, quando da criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, demanda de diversas associações empresariais (DINIZ, 1978). Outro exemplo cristalino reside no Decreto Federal nº 19.739, de 7 de março de 1931. O texto do mesmo é bastante direto quanto à imposição de travas ao desenvolvimento da indústria nacional, como pode ser visto nos seguintes excertos do mesmo:

Considerando que uma das causas da atual crise da indústria nacional, especialmente da têxtil, é o excesso de produção; [...] Art. 2º É proibida, pelo prazo de três anos, a partir da data da publicação do presente decreto, a importação de maquinismos, aparelhos ou instrumentos fabrís, destinados a indústrias manufadoras já existentes no país, e cuja produção, a juízo do Governo, for considerada excessiva (BRASIL, 1931).

Essa iniciativa legislativa que pareceria uma arbitrariedade do Governo contra a indústria ou até mesmo a tentativa de controle das contas da nação em sacrifício da indústria, como ressaltam Suzigan (2000) e Fonseca (2003), foi concebida justamente a partir de demandas do empresariado, para o qual a superprodução era àquele tempo a real ameaça; o dispositivo seria

renovado e verificou-se, em verdade, melhora no desempenho da indústria nacional durante o período⁶².

Por outro lado, o autor faz bem em ressaltar o atendimento pelo Governo à pressão de Roberto Simonsen (presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e Euvaldo Lodi (presidente da Confederação Nacional da Indústria), talvez os maiores representantes do grupo de interesse da burguesia industrial à época, pela Reforma Tributária de 1934. Essa reforma teria evitado danos à indústria nacional (ABREU, 1990a), no que se percebe a importância das associações de empresários nos rumos da política do país. Assim, a intencionalidade do Governo para com políticas em defesa dos interesses da indústria passou, antes de tudo, pela própria enquanto grupo de interesse, por intermédio de suas associações representativas.

Vale menção ainda à política trabalhista de Vargas e o posicionamento da indústria frente a ela. Renato Boschi (1979) esquadrinha bem a questão. Como traz o autor, se valendo das suas conexões com o Estado, a ação da indústria foi reativa, com críticas às iniciativas, no período anterior a 1930. Após esse período, a postura adotada foi a de adiar ao máximo a implementação de políticas referentes a direitos dos trabalhadores. Sobre essa postura da indústria, Diniz (1978) acrescenta que: “as limitações de seu processo de maturação política não se manifestariam pelas demandas de amparo e proteção do governo, [...] mas pela resistência a medidas combinadas para evitar o custo social de vantagens desproporcionalmente distribuídas” (p. 242). Para Diniz (1978), reconhecer as demandas dos trabalhadores mostraria maturidade política e daria à indústria, já na década de 1930, salto para a hegemonia política, mas isso estaria fora do horizonte imediatista da classe, e essa se resumiu à postura de negociação, colocando-se em necessária oposição.

O que escapa ao entendimento de uma macro política industrial própria do Governo Vargas, pois “contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia a intervenção para o desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo” (BASTOS, 2009, p. 2-3). A industrialização que Vargas buscava imprimir se prestaria ao nacional-desenvolvimentismo, bem como outras políticas; todavia, essas outras políticas poderiam gerar impactos propícios à indústria, pró-indústria —

⁶² A importação para satisfazer essas necessidades contaria com a assinatura de tratado de comércio com os estadunidenses.

com a majoração do poder de compra dos trabalhadores, por exemplo. Nesse sentido, percebe-se que a indústria não compra a ideia do nacional desenvolvimentismo e se atem à lógica particularista de minimização de custos e entendimento de legitimidade pelo direito de propriedade para angariar os lucros extraordinários, o que pode demonstrar falta de maturidade política, mas não falta de comportamento de classe (mesmo que imediato).

Por fim, deve ser lembrado que o empresariado tinha um movimento de classe, mas com demonstrações, por parte dele, por vezes divergentes, o que não implicaria em fraqueza - pelo contrário: o poder da burguesia industrial reside em fazer-se, mesmo não sendo força inegavelmente hegemônica na política, grupo de pressão que determinaria políticas públicas em seu interesse. Todavia, a atuação da burguesia industrial acabou se revelando como predatória, por ser imediatista e focada tão somente em interesses que não transcendessem a defesa da sua classe (DINIZ, 1978). Assim, a burguesia industrial, por meio das associações representativas, tentava capturar o Estado, tendo maior ou menor grau de sucesso, mas numa lógica herdada do velho modelo de relação do estamento senhorial: o privado como se público fosse; interesse de extrato de classe como se interesse do Estado ou interesse nacional fosse. Essencialmente patrimonialista. Nas palavras de Florestan Fernandes:

A frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro. [...] É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. As próprias “associações classe”, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer a pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível (2005, p. 240).

Gorender (1990) apresenta a burguesia industrial como tendo atuação importante, assim como Renato Boschi e Diniz, e o caminho da dominação por parte daquele extrato de classe na sociedade a partir de luta para consolidar os seus interesses de classe. De acordo com Gorender (1990), Vargas assumirá ainda sob os auspícios da ordem tradicional, favorecendo os grupos tradicionais em detrimento dos industriais, mas a isso teria seguido a prevalência pela aproximação entre o regime e a burguesia industrial. Gorender nega que houve, em 1930,

uma revolução burguesa⁶³, de sorte que a razão para aquela aproximação estaria no salto que a indústria deu no quadro econômico, o que teria como consequência uma guinada política. Esse salto político seria aproveitado pela burguesia industrial, pois:

Refletindo a consciência mais avançada dos seus interesses de classe, a burguesia industrial formulou nos anos 30 um projeto abrangente e diversificado de suas reivindicações. Sua tônica continuou antiliberal, como sempre fora, mas deixou de se restringir à questão do protecionismo no comércio exterior. Os porta-vozes da burguesia industrial [...] timbram em estabelecer identificação entre industrialização e interesse nacional, repelem as acusações de artificialismo da indústria brasileira, enfatizam sua legitimidade e se batem por uma política explícita de intervenção do Estado em favor da iniciativa privada capitalista (GORENDER, 1990, p. 65-66).

Explica-se que essa busca por uma política intervencionista vem da capacidade que Gorender (1990) enxerga na burguesia para conceber que não seria possível extinguir a participação estatal na economia e que, além disso, ela contribuía para o próprio desenvolvimento da classe industrial. A atuação do Estado na economia (à qual alguns autores atribuem a alcunha de burguesia de Estado) teria identidade de objetivos com a burguesia industrial, não estando sobre essa. Motta (1979) vê a burguesia necessitando fazer alianças com outros setores da economia, o que, segundo o mesmo, não pode dar a ideia de que não tenha ela uma identidade própria. Essa identidade é explicitada por Gorender (1990), segundo o qual a burguesia industrial brasileira tenta se colocar como nacionalista (frente às críticas do artificialismo da indústria, que eram pautadas no fato de que parte dos insumos industriais eram importados, o que demonstraria que a indústria nacional não seria tão nacional assim), mas ela é, antes de tudo, conservadora, o que explica porque ela não vê razões para romper com a ordem existente, adaptando-se à mesma.

Para Gorender (1990), no início da década de 1960, a burguesia industrial assumiria a posição de classe dominante principal, colocando em uma posição secundária os latifundiários tradicionais. Para além disso, vê-se que, na leitura do autor e de Motta (1979), a burguesia industrial não seria desarticulada, tampouco incapaz politicamente. Segundo Motta (1979), mesmo a presença de industriais em outros setores da economia não tinha o condão de frear a construção da hegemonia política da burguesia industrial, que se iniciava com uma hegemonia ideológica já em curso, pois:

Quanto aos problemas da ideologia e da prática política é importante frisar que o fracionamento estrutural da burguesia dificulta a existência de uma ideologia coesa,

⁶³ Deixando clara sua oposição à tese de Sodré (2010).

mas [...] imaginar que uma classe ascendente não tenha um projeto hegemônico é ignorar a própria natureza da luta de classes. O projeto pode não ser claro e geralmente não o é, pode ser aleatório e geralmente o é, mas isto não implica a sua inexistência, a menos que o pensemos em termos de planejamento estratégico formal. [...] É tão ingênuo supor que a burguesia manifestaria qualquer intenção de comandar o resto da sociedade, como é ingênuo supor que ela não procura fazê-lo (MOTTA, 1979, p. 105-106).

Leopoldi (2000), Maria Márcia Boschi (2000) e Farias (2010) também se posicionam nesse sentido, mas entendem que já após 1930 existe um quadro em que a burguesia industrial implementa um projeto de impor posição dominante no seio da sociedade. Contudo, esse extrato de classe encontra limitações dentro do que ele é. Essa é a linha aqui defendida: que esse extrato da burguesia industrial exerce dominação, mas dentro da sua natureza, que não é de burguesia nacional, como Cardoso (1964) adverte. Cardoso, entretanto, não explicita que mesmo com isso o extrato de classe poderia agir como classe. Esse autor se prende à noção de burguesia nacional, ou seja, uma burguesia com interesse nacional que provocaria uma ruptura socioeconômica no país, levando a um novo modelo de desenvolvimento.

Existiu um novo modelo de desenvolvimento, mesmo que não rompendo com a lógica da dependência, instalado por meio do nacional-desenvolvimentismo, cuja lógica é pró-indústria. Concorde-se, ainda assim, quanto à inexistência de uma classe que possa se dizer burguesia nacional. Quanto a isso, uma qualificação é necessária, no que se recorre rapidamente a Poulantzas (1975).

Poulantzas (1975) faz uma diferenciação, colocando, ao lado da burguesia nacional, a possibilidade de se vislumbrar uma burguesia compradora⁶⁴ ou uma burguesia interna. Ele divide o que chama de bloco no poder de acordo com essa e outras diferenciações⁶⁵. O intuito é de estabelecer se, fazendo parte do bloco no poder, uma fração burguesa consegue se impor

⁶⁴ Manteve-se nesse tópico o termo “compradora”, por ser esse o utilizado pelo próprio Poulantzas. Todavia, reconhece-se aqui a crítica de Martuscelli (2010), que indica que o adjetivo “compradora” fazia mais sentido em um cenário do sistema capitalista da predominância de diretrizes macroeconômicas voltadas para o comércio de mercadorias; quando o mercado de capitais toma aquele lugar, em fins do século XX, parece mais indicado o adjetivo “associada”. Esse termo indica: “[...] de modo mais preciso, essa nova realidade de setores das burguesias de alguns países dependentes, tornados simples “correias de transmissão” dos investimentos externos diretos provindos das potências imperialistas” (p. 45).

⁶⁵ Poulantzas (1975) faz também diferenciações entre burguesias monopolista e não monopolista, ou entre burguesias industrial, comercial e financeira. É possível valer-se desses três grupos de diferenciação para investigar um contexto socioeconômico, porém, não se entra no mérito dessas duas diferenciações neste trabalho. Entende-se aqui que o fracionamento de acordo com monopolização ou de acordo com setores leva a leituras que divergem do objeto da pesquisa aqui empreendida; sendo sim importante elucidar, para entender o lugar ou comportamento da burguesia durante a seção seguinte, o caráter da burguesia industrial brasileira, no que a diferenciação entre burguesia interna e burguesia nacional traz importante contribuição, como visto adiante.

como dominadora alcançando mais privilégios que as outras frações frente ao Estado. O bloco no poder é composto pelo setor empresarial em geral, que faz valer-se frente ao Estado (neste trabalho, mediante a lógica de patrimonialismo). Dessa maneira, o que se tem é a burguesia como um todo, em uma realidade em que não se fala em aristocracia, ou seja, estão incorporados à burguesia todos os setores da economia. Restaria uma dúvida: e os setores calcados no modelo tradicional? Como visto, esse modelo tem grande relevância, mas, também como visto, ele não impossibilita o modelo moderno, somente o descaracteriza, ou melhor, dá a ele características próprias da sociedade brasileira. Assim, estabelece-se o patrimonialismo no Brasil: a relação entre burguesia e Estado a partir da apropriação do Estado herdada do Império e da República Velha.

Esse bloco no poder tem uma fração hegemônica ou momentos de crise hegemônica (em que não há fração que se destaca). A Revolução de 1930 é um momento de crise hegemônica, como aqui já fora visto, mas os anos posteriores migram da crise hegemônica para o estabelecimento pouco a pouco da hegemonia de um setor: a burguesia industrial. Flagrantemente, essa posição hegemônica da burguesia industrial brasileira não guarda identidade com a leitura de Cardoso (1964), segundo o qual a burguesia industrial somente seria hegemônica se agisse como burguesia nacional.

Aliás, a ideia de burguesia nacional que dá base para o trabalho de Cardoso (1964) não guarda diferenças fundamentais para com a de Poulantzas: “uma burguesia que é realmente independente do capital estrangeiro e que poderia tomar parte em uma luta anti-imperialista” (1976, p. 43, tradução nossa⁶⁶) é autônoma, baseando-se numa capacidade produtiva própria e democrática, sendo passível de alianças com o “povo” por meio de, por exemplo, políticas de distribuição de terra, habitação e emprego, que em geral aumentem o poder aquisitivo do “povo” (FARIAS, 2010; SAES, 2014). Dessa maneira, não se discorda da leitura de Cardoso (1964) quanto à inexistência no Brasil de uma burguesia industrial de caráter nacional, mas coloca-se que a burguesia industrial é dominante e se faz hegemônica como outro tipo de burguesia: a burguesia interna de Poulantzas (1976). Nesse sentido, debruçando-se sobre o país, Farias (2010) observa que:

⁶⁶ Texto original: “*a bourgeoisie that is really independent of foreign capital and which could take part in an anti-imperialist struggle for effective national independence*” (1976, p. 43, tradução nossa).

A burguesia industrial brasileira adotou uma postura de burguesia interna, e não de burguesia nacional. Os industriais, especialmente o núcleo paulista, não se envolviam numa luta anti-imperialista e não buscavam formar alianças com o “povo”, vendo-se menos motivados a atender as reivindicações das classes trabalhadoras. Outro elemento que atesta o caráter de burguesia interna à fração dos industriais é a diferença de seu projeto de industrialização com o sustentado pelos setores nacionalistas da burocracia do Estado (p. 157).

Ademais, a burguesia interna seria a figura intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora (ou associada) — burguesia cujos interesses estão completamente subordinados àqueles dos capitais estrangeiros, defendendo-os dentro de um dado país, sendo mera intermediária direta da implantação e reprodução deles (POULANTZAS, 1976). Assim, a burguesia interna é definida pela sua posição ambígua perante o capital estrangeiro, por vezes, opondo-se a ele, por vezes, apoiando-o. Segundo Saes (2014), a reverberação política que Poulantzas enxerga nesse fracionamento da burguesia tem fundamento estritamente econômico, pois diz respeito a como, no modo de produção capitalista, um extrato de classe posiciona-se diante do capitalista mundial. Nesse sentido, a burguesia interna é aquela que:

[ocupa] uma posição dependente dentro do sistema econômico capitalista internacional, subordinando-se ao capital estrangeiro, de uma ou outra forma. A primeira forma de subordinação se estabelece quando o capital nativo se encaminha para a prestação de serviços permanente ao capital estrangeiro no país. É o caso das empresas que fornecem insumos para as indústrias montadoras de origem estrangeira. A segunda forma de subordinação emerge quando o capital nativo se volta preferencialmente para a exploração do mercado externo, colocando em segundo plano o desenvolvimento do mercado interno. É o caso da burguesia industrial exportadora, por exemplo. Embora esse segmento possa ser de origem nacional, ele não possui [...] vocação nacional (SAES, 2014, p. 116).

Por essas razões, ela acaba por apresentar a supramencionada posição ambígua perante o capital estrangeiro: de um lado, nacionalista, defendendo políticas que garantam sua sobrevivência perante a possível presença do capital estrangeiro; de outro, não-nacionalista, pois, dependendo financeira e tecnologicamente do capital estrangeiro, atende a interesses estrangeiros e teme afastá-los. Por outro lado, internamente, mesmo que convivendo com uma burguesia compradora, a burguesia industrial interna possui fundamento econômico e base de acumulação próprios no país (POULANTZAS, 1976). Em verdade, esse é o seu papel dentro do sistema de dependência, o de extração de mais-valia na periferia. Por essa razão, ela não se coloca junto às classes trabalhadoras, seguindo aquilo que Diniz (1978) chamou de “maturação política” (supra). Ela segue a sua natureza de classe.

Nisso, volta-se a Cardoso (1964) para discordar quanto ao não posicionamento da burguesia industrial brasileira como classe. É inerente à mesma agir como classe. Ela poderia seguir caminho diverso, genuinamente nacionalista, como nos casos clássicos ou pender para, junto com o nacional-desenvolvimentismo, integrar movimento mais progressista dentro do país⁶⁷, mas não o faz porque se entende como classe oposta à classe trabalhadora. De maneira que age frente ao Estado como grupo de interesse que patrocina esse posicionamento antipopular nos quadros de uma relação de privilégios com o Estado (patrimonialismo no Brasil).

Quando o Estado coloca em questão essa relação, o aspecto antipopular da burguesia industrial vem à tona em conjunto com a característica autoritária. Razões pelas quais pode ser resumido o caráter da burguesia industrial brasileira gestado pela revolução burguesa às avessas: não-nacional (burguesia interna), conservador (herda e assume a relação patrimonial com o Estado), antipopular (atitude reativa perante as pressões populares frente ao Estado) e autoritário (vê os golpes de Estado como mera técnica de transição política). A estrutura do patrimonialismo no Brasil, que é anterior à ascensão da burguesia industrial, não se enfraquece com a crise oligárquica de 1930 e a subida de Vargas ao poder. Na medida em que o Estado se fortalece, o patrimonialismo no Brasil cresce, mas não no sentido de Faoro, que veria esse crescimento pela expansão da burocracia, mas no de que o Estado assume ações em favor do bloco no poder, principalmente em favor da burguesia industrial. E, a partir de uma ideologia nacionalista-industrializante, fica a serviço dela. Essa realidade poderá ser vista na análise de governos selecionados que será feita na próxima seção desta dissertação.

Antes disso, contudo, é importante consolidar que nesta extensa seção fez-se um longo passeio analisando a montagem do espaço em que atua a burguesia industrial e o caráter da mesma nessa atuação. Para tanto, fez-se duas digressões principais: sobre o patrimonialismo e sobre as características da burguesia industrial brasileira. Na primeira digressão, partiu-se da ideia de que o patrimonialismo é uma instituição (informal) por funcionar como uma regra que define a maneira como agentes se comportam. Explicitou-se também que o patrimonialismo é um tipo ideal trazido à literatura por Weber e utilizado (especialmente) ao longo do século XX para descrever o fenômeno político brasileiro. O que espera-se ter ficado claro é que da confusão feita pelos autores e da crítica de Jessé Souza a essa confusão, se pode depreender que a aplicação do tipo ideal é útil para observar a institucionalização de um lugar

⁶⁷ Como no exemplo extremo da Nicarágua, em que: “a Frente dos Empresários, que integrava a Frente Sandinista, participou, de armas na mão, na derrubada do regime de Somoza” (FARIAS, 2010, p. 24).

favorecido aos grupos de interesse das elites junto ao Estado brasileiro. Os aspectos trazidos da abordagem histórico-institucional são também úteis, especialmente quando se afere que o grupo de interesse em que aqui se foca exerce prerrogativas de poder que fecham a arena política para apropriar-se da *agenda setting* nos termos descritos na seção 2.

Esse grupo de interesse é a burguesia industrial — como visto na segunda digressão feita nesta seção. A burguesia industrial que nasce de maneira específica dada a revolução burguesa “às avessas” ou “pela via colonial” é vista por alguns autores como nunca alcançando a clareza de atuar politicamente como classe, muito embora ganhe inegável importância econômica. Contudo, existem também os autores (e a eles esta dissertação se filia) que tratam como indubitável a existência de ação política por parte da burguesia industrial. Essa ação política, como será exemplificado adiante baseia-se em características claras da burguesia industrial brasileira vistas nesta seção:

4 POLÍTICAS INDUSTRIAIS NO BRASIL E O PAPEL DA BURGUESIA BRASILEIRA: AÇÃO DO ESTADO E REAÇÃO BURGUESA EM GOVERNOS SELECIONADOS

The democracy fashioned by the bourgeoisie is not, as both Bernstein and Kautsky thought, an empty sack which one can undisturbedly fill with any kind of class content. Bourgeois democracy can serve only the bourgeoisie.

Leon Trotsky

Como antecipado na introdução, esta seção buscará jogar luz sobre três períodos presidenciais interrompidos que contribuem para a constatação da hipótese desta dissertação, qual seja: um dos principais limites para o desenvolvimento industrial do Brasil, através de implementação de políticas industriais mais de caráter nacional, é a própria burguesia industrial brasileira, a qual não tem compromisso com os interesses nacionais, como já discutido na terceira seção. Os governos selecionados são: o segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954); o Governo de João Goulart (1961-1964); e o ciclo dos governos do Partido dos Trabalhadores (2002-2016). Para tanto, vale-se aqui da análise dos períodos sob a batuta do patrimonialismo no Brasil. Essa instituição, como discutido anteriormente, tem o condão de ditar aos chefes do Executivo nacional maior cuidado para com um dos grupos de interesse que guarda maior proximidade ao centro de decisão: a burguesia industrial.

Subsiste, portanto, uma arena política, mas o acesso diferenciado ao Estado pelo bloco no poder, como parte da lógica do patrimonialismo brasileiro, dá aos governos pouca margem para mediação dos interesses econômicos. Afinal, isso só se mostra possível dentro de períodos de normalidade democrática, que é desfeita quando a agenda política é vista como contrária aos interesses dos extratos dominantes da burguesia.

Assim, isso será observado aqui a partir dos quatro aspectos de Skocpol explicitados no tópico 2.2.2, quais sejam: a identificação de uma ordem por trás e as transformações do Estado que ela permite; os efeitos da instituição patrimonialismo sobre identidades, metas e capacidades dos grupos sociais; a existência de encaixe entre objetivos dos grupos e suas capacidades de fazê-los serem alcançados; e a forma como políticas anteriores afetam os períodos estudados. A conclusão a que se pretende chegar é a de que tem-se a ativação de *self-reinforcing sequences* do processo de dependência da trajetória montado com a

Revolução Burguesa e de acordo com a burguesia industrial, que leva a rupturas na principal instituição formal do país (o Executivo Federal) para impor seus interesses individuais em detrimento dos interesses nacionais — traduzidas, nos casos trabalhados, nas interrupções dos mandatos de governos que tentaram implementar políticas que demandariam dos industriais caráter nacional.

O acesso diferenciado introduzido na seção 2 mostra-se real e conterà, em menor ou maior grau, a depender do período, conteúdo ideológico (portanto, político — a burguesia industrial é pragmática, porém, jamais, apolítica, seja nos seus anseios, seja nas suas ações, como se verá nas suas manifestações nos períodos trabalhados à frente), o que contradiz parcialmente colocação um tanto acertada de Cardoso à qual se recorre aqui novamente:

A única forma possível de ação política que se apresenta empiricamente aos industriais (dado que, no conjunto, pretendem ser apolíticos, norteando-se por valores das camadas médias, e, portanto, não podem aspirar a um domínio eficaz de classe) consiste na participação pessoal no jogo de compromissos que a política de tipo patrimonialista ainda dominante oferece aos que têm recursos para arcar com os ônus do clientelismo político. Esta participação é altamente compensadora para os industriais, pois quando têm acesso às Câmaras e aos Executivos podem tirar vantagens econômicas para seus grupos empresariais, mas não leva a qualquer redefinição do estilo político tradicional, nem mesmo no que diz respeito à possibilidade de serem tomadas medidas mínimas que, em tese, poderiam favorecer o conjunto da burguesia industrial, como, por exemplo, reformas fiscais ou administrativas. Em síntese, as condições sociais de formação da burguesia industrial exercem um “efeito de amortecimento” na concretização das possibilidades de consciência dos interesses de classe que a camada industrial virtualmente possui e dificultam o desenvolvimento de formas de comportamento social compatíveis com sua “situação de classe”. Dá-se, pois com a burguesia industrial, por motivos análogos, a réplica do que ocorre com o proletariado (1964, p. 165-166).

Cardoso captura muito bem um dos aspectos da Revolução Burguesa pela via colonial, como ocorrida no Brasil: a burguesia industrial se forma, ascende economicamente e politicamente, mas sem operar mudanças estruturais na sociedade de ruptura com o passado do país ligado à “vocalização agrícola” colonial. A partir da burguesia industrial se cria uma sociedade de classes, mas essa burguesia não faz oposição ao estamento senhorial (até por, em parte, advir do mesmo); pelo contrário, adere ao patrimonialismo existente. Ela adere a essa instituição brasileira. O leitor porventura contaminado pela tradição da via clássica (abordada no tópico 3.2.1) veria uma existência contraditória quando analisando a burguesia industrial pátria.

Contudo, deve-se perceber que o processo histórico lento de ascensão econômica da burguesia industrial pátria busca o mesmo que se operou nos países centrais, mas nos moldes de um país

periférico, onde o seu espaço é definido pela Divisão Internacional do Trabalho. Ademais, sua ação política encontra um quadro diferente. Surge espaço para que ela se acomode na relação patrimonial, sem necessariamente ter de voltar-se contra o setor agrário tradicional. “O nível de remuneração do capital permanece alto mesmo quando os industriais aceitam as práticas tradicionais e agem mais como grupos ligados às antigas classes dominantes do que como camada que aspira ao poder” (CARDOSO, 1964, p. 161). Assim, não se vê necessidade de ruptura, como Gorender (1990) ensina. Para a manutenção disso, tem-se não uma clássica burguesia nacional vinculada a interesses e objetivos de construir uma nação mais independente, mas uma mera burguesia interna com caráter conservador, autoritário e antipopular que sempre está disposta a qualquer coisa para não se afastar dos seus objetivos individuais.

Como visto, Cardoso (1964) insiste na heterogeneidade da burguesia industrial. Contudo, ficou demonstrado que junto com a heterogeneidade caminhava uma homogeneidade que permitia com que a burguesia industrial atuasse politicamente como classe desde a década de 1930. Assim, a burguesia industrial se mostra despida de interesse nacional e revestida de interesses setoriais de curto prazo pelo seu pragmatismo, o que criou tanto heterogeneidade quanto homogeneidade. Sua não oposição inicial a Vargas, no seu segundo mandato, e sua ruptura na sequência são exemplos disso, assim como no período recente com a destituição do Governo Dilma.

A burguesia industrial é identificada também de acordo com as frações propostas por Poulantzas. Nesse sentido, vale ingressar no resumo que Filgueiras (2017) faz sobre os padrões de desenvolvimento capitalista no Brasil: “o padrão primário-exportador (1850/1930), o padrão de substituição de importações (1930-1990) e o padrão liberal-periférico (1990-2017)” (p. 11). Remete-se a Filgueiras (2017) porque a partir dele é possível resumir a posição relativa da burguesia industrial para que se entenda como a sua participação se dá em maior ou menor grau nas próximas subseções. No padrão primário-exportador, como visto aqui, a hegemonia era do setor agroexportador, notadamente o cafeicultor com a derrocada do negócio do açúcar. No padrão de substituição de importações tem-se a hegemonia da indústria. Porém, nesse período, mais precisamente na década de 1950, ganha força a burguesia industrial associada frente à burguesia industrial interna, de modo que a relevância da primeira não pode ser negligenciada quando do Golpe Militar de 1964. Por fim, no padrão liberal-periférico, não se pode falar mais em hegemonia da burguesia industrial —

contudo, ainda integrante do bloco no poder, essa vai atrair políticas direcionadas a ela, bem como terá papel na crise política que interrompeu o mandato de Dilma Rousseff.

Por essas razões, as subseções dedicadas aos períodos sobre os governos mencionados seguirão a divisão entre as políticas que atenderiam aos interesses da burguesia industrial⁶⁸ (interna ou associada), independentemente da sua posição dentro do bloco no poder. Por outro lado, observa-se o patrimonialismo na sua pior expressão, na quebra da regularidade democrática, que, entre outras causas, teve a contribuição fundamental da burguesia industrial — por não se ver representada como julgaria adequado. Por essa mesma razão que foram escolhidos os governos supramencionados: todos detinham o temido (pela burguesia industrial) aspecto popular e todos tiveram uma interrupção trágica para a institucionalidade formal do país.

4.1 SEGUNDO GOVERNO GETÚLIO VARGAS

Recaem sobre o segundo Governo Vargas leituras divergentes quanto ao seu alinhamento político, no que diz respeito à sua diretriz econômica (sobretudo, no que diz respeito à burguesia industrial, obviamente). As leituras vão desde tratá-lo como um governo entreguista com relação aos interesses do imperialismo até o de considerá-lo anti-imperialista. Todavia, entende-se aqui que a legitimidade política junto à indústria, para o Governo Vargas, pode ser resumida nos termos de Ianni (1965b)⁶⁹: o governo servia a uma necessidade da burguesia industrial para confirmar a transição para uma economia capitalista.

A visão de Vargas enquanto servo do imperialismo, ou de capataz a serviço dele, era fortemente propugnada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Para esse partido, o Governo Vargas servia tanto ao imperialismo quanto à burguesia. Exemplos que fundamentariam essa tese eram as negociações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a busca por Vargas de capitais estrangeiros para indústria de ponta e o próprio comportamento de Vargas durante as campanhas eleitorais: “Ademais, no decorrer da campanha, [...] em suas linhas básicas, os

⁶⁸ A presente dissertação não busca fazer uma lista exaustiva de todas as políticas pró-indústria nos períodos selecionados. Buscou-se tratar políticas discutidas na literatura de maneira exemplificativa, sendo possível que algumas políticas possam ser consideradas relevantes e não constem no trabalho. O esforço da pesquisa concentrou-se em utilizar os exemplos para demonstrar uma relação em que a indústria ou gozava de preferência frente aos demais grupos de interesse ou entendia que deveria gozar de tal preferência.

⁶⁹ Boito Jr. (1982) entende que a interpretação de Ianni seja diversa a essa, alinhando esse autor à leitura do governo como sendo anti-imperialista.

discursos evidenciam seus compromissos com a burguesia industrial e, de forma menos evidente, com a burguesia agrária” (FONSECA, 2014, p. 346). A denúncia desse alinhamento do governo, por parte do PCB, era cotidiana e disseminada entre militantes (e simpatizantes) e o público em geral através de dois jornais: *Voz Operária* e *Tribuna Popular* — o que pode ser bem ilustrado pela Figura 1.

Figura 1 - Charges do *Voz Operária* de 1 de março de 1952 e do *Tribuna Popular* de 16 de janeiro de 1947 (da esquerda para a direita)



Fonte: Elaboração própria a partir de Tavares, 2016 e Gawryszewski, 2017⁷⁰

As charges humorísticas representam tanto a visão que a oposição à esquerda, representada pelo PCB, tentava passar de Vargas, como a leitura daqueles que viviam à época. A charge da direita é uma crítica ao primeiro governo varguista em que estão representados burgueses e patrões, ilustrados pelas cartolas⁷¹ que indicavam riqueza, como donos do partido de Vargas. A charge à esquerda, datada de 1952, ou seja, durante o mandato de Vargas, mostra um Presidente disposto a tudo para manter-se no poder, até mesmo voltando-se a recorrer ao fascismo, mas, antes de tudo, subserviente quando frente à burguesia industrial⁷².

⁷⁰ Os trabalhos desses dois autores fazem apanhados muito interessantes da maneira como o principal partido comunista do país tentava trabalhar o imaginário político das massas no período, demonstrando tanto sua postura no quadro político, como seu pragmatismo.

⁷¹ Uma série de charges fez parte da tentativa de enfraquecer a posição política de Vargas e seu discurso, fazendo essa oposição entre o que Vargas dizia para as massas (“ele disse”) e o que ele teria efetivamente feito (“ele fez”); essas charges foram publicadas pelo *Tribuna Popular* naquele ano, conforme reúne Gawryszewski (2017), que identifica os personagens no segundo quadrinho da charge: “Morvan Figueiredo, [...] responsável pelas intervenções nos sindicatos, diretor da FIESP, Alencastro Guimarães, ex-Ministro de Viação, e Mário de Andrade, candidato ao Senado pelo PTB, ‘testa de ferro da [multinacional] Light’ [...]”. (p. 209).

⁷² A charge, “[...] na última página de *Voz Operária*, de 1º de março de 1952[...], exhibe Getúlio em cima de uma jaula ao lado de dois burgueses, pronto para soltar a fera fascista, um gorila. Com a chave na mão, ele aparece pronto para utilizar o fascismo, essa forma regressiva de organização social, para dar um golpe. O animal estava controlado na jaula e é Getúlio que tem a “chave” para libertar essa fera e desencadear um novo golpe, um “terror fascista”, como coloca a reportagem. Entretanto, mesmo sendo o detentor da chave, Getúlio aparece

Figura 2 - Charge do Voz Operária de 4 de setembro de 1954



Fonte: Tavares, 2016, p. 97

Quando da morte de Vargas, vê-se pela Figura 2⁷³ que as charges publicadas (bem como a postura daquele partido) foram no sentido de tentar arregimentar as massas, valendo-se do evento morte, transformando em golpistas e inimigos do povo os ditos inimigos de Getúlio Vargas (burguesia e Estados Unidos); ou seja, o presidente falecido passava a ser colocado como do mesmo lado dos antiburgueses e anti-imperialistas (TAVARES, 2016; GAWRYSZEWSKI, 2017).

Essa postura bastante pragmática por parte do PCB deve também ser entendida dentro de uma autopercepção da fraqueza da argumentação por ele esposada quando das interpretações anteriores sobre os governos Vargas. Muito embora o Governo Vargas se sujeitasse à ordem

cercado de gordos burgueses, bem maiores do que ele, e aos quais parece subserviente, já que um lhe dá instruções, enquanto o outro repousa a mão em seu ombro, em sinal de controle e superioridade” (TAVARES, 2016, p. 86).

⁷³ Sobre a Figura 2: “O desenho publicado em Voz Operária, de 4 de setembro de 1954 (Figura 20), mostra uma multidão de brasileiros carregando faixas com os dizeres ‘lutemos contra o golpe’, ‘abaixo os entreguistas’ e ‘assassinos de Vargas’. Pelo desenho, os lemas aparecem como fruto dos desejos honestos do povo brasileiro, que, aqui, são somados às reivindicações do PCB. O suicídio de Vargas se transforma em assassinato, mas o partido rapidamente aponta o dedo aos assassinos, e tira o foco de sua campanha contra Vargas”. (TAVARES, 2016, p. 96).

dependentista, que era, em verdade, uma inevitável sujeição do político ao econômico dentro da lógica democrático-burguesa, ele enfrentava oposição tanto da burguesia comercial (que tanto no setor de importação, como no setor de exportação, era representada pela Federação das Associações Comerciais do Brasil, que fazia ferrenha campanha contra o Governo Vargas) como dos imperialistas a quem denuncia nas suas cartas-testamento quando da sua morte (BOITO JR., 1982, VARGAS, 1954), por conta da sua política nacional-desenvolvimentista, que buscava atuar atendendo à burguesia industrial, porém, ao mesmo tempo, tendo certo apelo popular.

Outrossim, Vargas levou à frente duas políticas sobre áreas de suma importância para os investidores estrangeiros: monopólio estatal sobre o petróleo e controle de remessas de lucros. Verdade seja dita: esse controle acabou servindo muito mais para efeitos de barganha política. Mas foi suficiente para gerar previsível e significativa reação negativa por parte dos Estados Unidos, sinal bastante claro de não se tratar o Governo Vargas de um governo subserviente aos ianques. Esses acontecimentos tiveram início através da publicação do Decreto nº 30.363, de 3 de janeiro de 1952 (BRASIL), por meio do qual ficavam proibidos reinvestimentos, não sendo possível, portanto, para efeito de remessas de lucro, a incorporação de lucros realizados no Brasil ao capital registrado como estrangeiro. Foi temporário porque, em pouco mais de um ano, a Lei do Mercado Livre foi instituída — Lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953 (BRASIL) —, criando o marco legal menos restritivo para remessa de lucros da América Latina (VIANNA, 1987a).

Em verdade, como visto, no que diz respeito à atuação internacional, Vargas estava preocupado com o exercício de barganha política, como havia feito durante seu primeiro mandato ao flertar com alemães e estadunidenses para angariar investimentos no país. Ao tempo que, na sua atuação interna, “é visível que a burguesia industrial não detinha o controle da política de Estado durante o Governo Vargas. Todo o problema reside aí: o governo Vargas não era o representante, em sentido estrito, da burguesia industrial nacional⁷⁴” (BOITO JR., 1982, p. 18). O que não quer dizer que aquele governo estivesse em oposição à burguesia industrial brasileira, mas apenas (o que é de extrema importância) que, ao fazer a mediação dos interesses econômicos, o Estado estica demais a linha que o liga à burguesia industrial, levando essa a entender-se como não representada, fator que será decisivo para que

⁷⁴ “Burguesia industrial nacional” no sentido de “burguesia industrial de nacionalidade brasileira”, e não no sentido de “burguesia industrial nacionalista”.

o mandato de Vargas chegue a termo poucas horas antes ou mesmo semanas antes do seu suicídio (SKIDMORE, 1982).

Segundo Bastos (2006), o que predominou durante o governo Vargas foi o princípio nacional-desenvolvimentista, com o objetivo muito claro de superar a condição de uma economia de base agrária e lograr a condição de uma economia de base industrial, superando todas as dificuldades de uma industrialização tardia, onde a intervenção do Estado seria essencial. Como afirma Bastos:

Na verdade, os conflitos induzidos pela intervenção desenvolvimentista do governo central não se limitariam à relação com empresas estrangeiras, ou com outros Estados nacionais que defendessem interesses de seus empresários. A implementação do ideário nacional-desenvolvimentista exigia o fortalecimento dos poderes decisórios e materiais do Estado nacional, para superar os obstáculos diversos de uma industrialização tardia, o que produzia choques com interesses locais. De fato, o governo Vargas procurou regular mercados (limitando a liberdade de proprietários), e concentrar recursos financeiros e decisórios anteriormente sujeitos a outras esferas de poder, seja o poder legislativo, seja unidades políticas sub-nacionais (estados e municípios). Assim, a intervenção econômica do governo Vargas era nacionalista também no sentido em que, para alcançar objetivos desenvolvimentistas, requeria e buscava concentrar recursos decisórios e financeiros no Estado nacional, contra resistências internas oriundas de grupos políticos e econômicos particulares prejudicados. E ao alegar enfrentar resistências que atrasavam o desenvolvimento nacional desejado, Vargas reforçava sua mística de presidente nacionalista, até à célebre carta-testamento (BASTOS, 2006, pg. 244)

4.1.1 Política pró-indústria

No que diz respeito à política industrial, o período do segundo mandato Vargas insere-se no quadro do modelo de substituição de importações. Todavia, o modelo apresentava dificuldades frente às necessidades de investimentos de capital (tecnologia e recursos financeiros), escassos internamente. Em razão desse gargalo, Vargas continua a envergar a bandeira do crédito industrial, bem como vai buscar, na supramencionada barganha política, investimentos de capital estrangeiros. É nesse período que são criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petrobrás⁷⁵, buscando garantir a oferta tanto de insumos básicos, quanto de crédito industrial, ademais;

Outras agências importantes surgiram no período com o objetivo de resolver os problemas da expansão industrial na área de incentivos ligados ao setor exportador,

⁷⁵ Muito embora a bandeira do crédito industrial animasse a indústria, essa manifesta-se com contrariedade frente à criação da Petrobrás, repetindo a ambiguidade do seu “liberalismo”: apegada à ajuda/proteção estatal e avessa à participação estatal.

por um lado, bem como da concentração industrial, por outro. Entre as primeiras, a mais importante é a CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) destinada a facilitar as importações de maquinaria exigidas por novos investimentos (BOSCHI, 1979, fl. 77)⁷⁶.

É importante mencionar também que a Petrobrás seria fundamental para estimular diversas cadeias produtivas, em particular a indústria de bens de capital. Esse mecanismo seria relevante no sentido de a Petrobrás estimular a demanda por bens de produção para intensificar a exploração de petróleo, estabelecendo políticas de compra da empresa em que o princípio de conteúdo nacional seria uma estratégia de fortalecer a cadeia produtiva nacional de todos os setores que estivessem relacionados. De acordo com Bastos (2006):

O projeto original da Petrobrás resguardava o monopólio das jazidas e concentrava o poder decisório na holding de controle estatal, mas abria a possibilidade de associações com a iniciativa privada estrangeira (através de subsidiárias locais) na pesquisa, lavra e produção de petróleo, sem afetar os interesses já consolidados na distribuição. Os representantes do truste internacional do petróleo reclamaram do projeto varguista argumentando que ele, na prática, significaria transferir capacitação tecnológica e fundos financeiros para empreendimentos controlados, de fato, por uma *holding* estatal. Mas o projeto original da Petrobrás pode ser encarado, precisamente, como um símbolo do projeto de desenvolvimento esboçado pelo segundo governo Vargas: recorrer a recursos externos sem comprometer o controle (ou perdendo o menor controle possível) sobre a destinação dos recursos, buscando orientá-la segundo finalidades internas de desenvolvimento (BASTOS, 2006, p. 256).

No caso do BNDE, a constituição dessa instituição seria fundamental para ampliar o sistema financeiro brasileiro, em particular no que diz respeito ao crédito de longo prazo, fundamental para investimentos industriais. Além do mais, o BNDE seria essencial também no sentido de promover a centralização financeira, pois com o BNDE, o governo tinha agora em mãos três bancos públicos para centralizar o capital e direcionar o crédito subsidiado para os setores considerados estratégicos pelo governo: Banco do Brasil para o crédito agrícola; a Caixa Econômica Federal para o crédito relacionado à construção civil; e o BNDE, com o crédito para infraestrutura e bens de produção.

A política de substituição de importações, o primeiro governo Vargas e as campanhas eleitorais feitas por ele colocaram-no em posição de necessariamente convergir suas políticas para com os interesses da burguesia industrial. Para além disso, no plano ideacional, o modelo

⁷⁶ O autor pontua ainda como políticas voltadas ao setor a criação do Banco do Nordeste e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, como uma busca por desconcentração industrial. Contudo, o primeiro acabou sendo voltado para o setor agrícola e emergencial, focado em empréstimos de curto prazo (TAVARES, 1990), e o segundo não levou a cabo qualquer iniciativa no setor da indústria no período Vargas, esse tipo de iniciativa só teria qualquer manifestação no ano de 1955 (D'ARAÚJO, 1992a).

populista de Vargas passava por um programa de industrialização do país. Associado ou autônomo, o processo de industrialização precisava tanto contar com o interesse da burguesia industrial em investir, como entender-se em resposta como base política para o Governo. Para tanto, Vargas externaria que a industrialização seria um dos pilares do seu Governo:

A redução do grau de dependência em que ainda se encontra o Brasil, em vários setores vitais da sua atividade econômica, além do baixo consumo de muitos bens cuja utilização continua inacessível ou mesmo desconhecida da maior parte da população nacional, estão a reclamar, por outro lado, a instituição e o cumprimento de uma sadia política de fomento da produção destinada a abastecer e ampliar o mercado interno. Para isso, a Nação terá de fazer um esforço decisivo e criar as indústrias de base que a estrutura econômica nacional comporte e para as quais a mobilização de recursos financeiros e humanos esteja ao seu alcance; terá de expandir a indústria manufatureira de bens de consumo produzidos no País [...] e iniciar a produção de outros que se tornam imprescindíveis à elevação do nível de vida da população; terá, ainda, que fortalecer e ampliar a produção de bens primários, uma vez que as trocas externas nacionais assentam quase totalmente no fornecimento de gêneros alimentícios e matérias primas aos países industrializados. — conquanto tal posição possa e deva ser paulatinamente modificada em proveito do trabalho nacional (VARGAS, 1951, p. 99).

Nesse sentido, Vargas fundamentava seu programa de industrialização em investimentos públicos e privados em infraestrutura e na indústria de base, em um sistema de financiamento apoiado na criação de um banco estatal central e de bancos regionais, e na articulação da economia nacional com o capitalismo internacional, com a política de remessa de lucros e de incentivos para entrada de capital externo nas áreas prioritárias de investimento (DRAIBE, 1985). Todavia, essas são medidas que, muito embora buscassem industrialização acelerada com a parceria e atendendo a burguesia industrial, não atendiam o horizonte curto da indústria nacional, que só se sentiria contemplada por políticas mais imediatamente voltadas para a mesma.

Skidmore (1982), Vianna (1987a) e D'Araújo (1992b) alertam para o caráter dúbio ou contraditório entre as propostas e as políticas de Vargas, que impediriam o entendimento de que buscava ele uma política industrializante de longo prazo. Para Skidmore (1982), Vargas perseguia objetivos políticos próprios e não um obstinado objetivo industrializante, enquanto Vianna (1987a) menciona como aquelas políticas, frente a questões de curto prazo, atentavam contra um ideal industrial. Entretanto, essas teses não desconstruem a ideia de que atender à burguesia industrial no curto prazo satisfaria aos interesses de Vargas (fossem eles interesses políticos de curto prazo, interesses de imortalizar-se na história do país ou interesses legitimamente nacionalistas).

As intervenções de Vargas na economia, mas especificamente em relação a política industrial, deixam nítido a posição nacional-desenvolvimentista de Vargas, principalmente quando se considera os conflitos entre os interesses externos e internos. De acordo com Bastos:

Assim, a prática da intervenção era nacionalista não em só em seus objetivos desenvolvimentistas, mas também no sentido em que resultaria em choques entre interesses definidos como nacionais pela política de Estado e os interesses constituídos de filiais estrangeiras, seja as que já operassem (concessionárias de energia, bancos e mineradoras, por exemplo), seja as que tivessem apenas concessões para operar, ainda não implementadas (como companhias de petróleo). Ao longo do tempo, outros conflitos ocorreriam com interesses particulares, estrangeiros e locais, que resistissem às políticas nacional-desenvolvimentistas. Como em um jogo dialético, estas contradições reforçavam a aura nacionalista de Vargas: contraposta a interesses particulares e egoístas, a ação estatal era legitimada precisamente por almejar o interesse público-nacional, identificado ao desenvolvimentismo e, a partir do final do Estado Novo, também crescentemente ao distributivíssimo trabalhista (BASTOS, 2006, p. 243)

Essas políticas pró-indústria estiveram em torno de alguns eixos. Um dos primeiros eixos trabalhados fora o da política tarifária. Não era novidade, à época, que a FIESP e a CNI clamavam por uma revisão que desse, para além da política cambial, uma gestão protecionista da indústria nacional. Assim, já em agosto de 1951 (Vargas tinha assumido em janeiro daquele ano), o Governo criou a Comissão Revisora da Tarifa (CRT), que visava “defender e estimular a produção industrial e agrícola, melhorar-lhe a qualidade e encorajar a transferência de fábricas estrangeiras para o Brasil” (VARGAS *apud* LEOPOLDI, 2000, p. 143).

Para além de demonstrar a força das demandas da indústria com a concepção da CRT, essa mostra também como a indústria tinha o condão de se inserir no Governo. Nesse sentido, deve ser ressaltada a notável participação das associações de classe da indústria nacional nos esforços da CRT: o documento inicial sobre o qual desenvolveram-se os trabalhos fora confeccionados pela CNI, as reuniões ocorreram em dependências da CNI e as tarifas relacionadas a produtos ligados à indústria tiveram a assistência de técnicos de indústrias e das associações de classe tanto na definição de nomenclaturas como na fixação de alíquotas (LEOPOLDI, 2000). Contudo, os trabalhos da CRT somente serão concluídos e enviados para o Congresso dois meses após a morte de Getúlio Vargas⁷⁷.

⁷⁷ E a reforma advinda dos trabalhos da CRT somente foi aprovada em 1957.

Quanto à política cambial, nos dois primeiros anos daquele Governo, ela foi mantida (fixa) sobrevalorizada e acompanhada de um regime de concessão de licenças para importação (VIANNA, 1987a). A sobrevalorização do cruzeiro era elemento de extrema importância para a indústria nacional — muito embora, ao passo em que junto com o regime de licenças facilitava-se a importação de insumos para a indústria, essas eram quase que 50% das importações brasileiras (LEOPOLDI, 2000). Entretanto, no ano de 1953, o Governo enfrenta uma crise cambial advinda especialmente do erro do Governo quanto ao relaxamento das licenças para importação. O relaxamento se deu em contexto de receios quanto à dimensão que a Guerra da Coreia poderia assumir, pelo temor de problemas de abastecimento de insumos (CANO, 2015; BRESSER-PEREIRA, 2016). A resposta do Governo veio em duas medidas:

A reforma de 2/1953 (Lei 1807 e Instrução 48 da Sumoc) consistiu em criar um mercado livre (taxa oficial mais sobretaxa), além do oficial. Neste, ficaram as importações essenciais e as exportações de café, cacau e algodão. No livre, os gastos financeiros (remessa de lucros — máximo de 10% —, de capital, de juros — máximo de 8% — e turismo) e pagamentos parciais de exportações que o governo queria estimular. Estas foram classificadas em três categorias, sendo permitida, no mercado livre, a venda de somente 15% do valor exportado, para a primeira, 30% para a segunda e 50% para a terceira. Contudo, o esquema foi insuficiente para debelar a crise, e em outubro foi substituído por um sistema de taxas múltiplas de câmbio (Lei 2145 e Instrução 70 da Sumoc), que vigorou até agosto de 1957. Foi reinstituído, junto ao Banco do Brasil, o monopólio de compra de divisas das exportações, que passaram a receber, além da taxa oficial, CR\$ 5/dólar as do café e CR\$ 10/dólar as demais. As remessas de lucros e de juros permaneceram no mercado oficial, mas com uma sobretaxa determinada pela Sumoc, assim como as importações mais essenciais (petróleo e derivados, papel de imprensa, trigo e bens de capital priorizados). As demais importações foram classificadas em cinco categorias, segundo sua essencialidade, com as respectivas divisas obtidas em leilões, os quais foram importantes geradores de receita fiscal extra para o governo (CANO, 2015).

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ⁷⁸) denunciava, naquele ano, a irrealidade da taxa de câmbio oficial comparando-a ao mercado negro. A resposta do Governo, com a Lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953, ia na direção dessa reclamação ao tentar estabelecer a combinação entre um regime de mercado livre e um mercado oficial; por outro lado, FIRJ e FIESP criticavam a relação de produtos trazida pela Instrução nº 48 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Mas talvez a crítica mais interessante seja a feita pelos cafeicultores (LEOPOLDI, 2000), que, como visto, ficaram de fora da desvalorização da moeda para exportações. Por se tratar tradicionalmente de um setor poderoso, percebe-se aí uma nova correlação de forças entre os grupos de interesse, ou seja, prestígio e força da

⁷⁸ Contemporaneamente conhecida como FIRJAN.

indústria junto ao Estado, em detrimento dos cafeicultores, mas não ao ponto de falar-se que esses últimos não continuassem no bloco no poder, como será visto com a edição da Instrução nº 70 da Sumoc.

Também como exposto, o sistema supramencionado foi rapidamente atualizado com a Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e a Instrução nº 70 da Sumoc, o sistema de taxas múltiplas de câmbio. A intermediação das divisas das exportações ficava necessariamente a cargo do Banco do Brasil e, pelo lado das importações, fora criado o sistema de leilões cambiais, através dos quais se adquiriam Promessas de Venda de Câmbio junto ao mesmo banco, de sorte que:

Para a realização dos leilões, as importações foram classificadas em cinco categorias de maior ou menor essencialidade. Isto terminava por ter efeito de proteção à indústria, na medida em que o surto de investimentos dos anos anteriores permitia esperar que a produção doméstica tornasse certas importações menos essenciais (VIANNA, 1987a, p. 104).

A edição dessa medida se inseria no quadro de resposta à crise cambial e de controle da inflação que disparava, mas também de tentativa de atualização legislativa, enquanto prosseguiam os trabalhos da CRT - ou ao menos essa foi a justificativa do Governo para a indústria. Isso porque agora o quadro se invertia: cafeicultores não tinham do que reclamar e industriais se desagradavam. Como explica Vianna (1987a), antes da edição da instrução, a inexistência de oferta de bens de consumo importados era a proteção industrial (que se dava através do controle administrativo de importações), além do que contava a indústria com a taxa de câmbio oficial (sobrevalorizada) para importar os insumos que lhe eram necessários.

4.1.2 Oposição da burguesia industrial

Segundo Leopoldi (2000), a indústria era crítica da normativa na medida em que nem a indústria era protegida, nem ela tinha servido no combate à inflação, mas o rompimento com o Governo se consolida quando o governo decide dar aumento de 100% no salário mínimo, medida prometida por João Goulart (antes de ser forçado a renunciar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) e cumprida por Vargas no 1º de maio de 1954 (SKIDMORE, 1982). A justificativa da indústria para ser crítica à medida populista/popular de Vargas era de que ela pioraria o quadro inflacionário. Vargas buscava recuperar o apoio da classe

trabalhadora, olvidando-se talvez que era mais fácil para a burguesia industrial abastecer a oposição e essa enfraquecer o Governo do que a classe trabalhadora dispersa o fortalecer.

Deixar de ter a burguesia industrial ao seu lado significava dizer que a burguesia do país rompia com Vargas. Isso porque a burguesia comercial, que rachou com a industrial pouco antes do mandato de Vargas (BOITO JR., 1982; LEOPOLDI, 2000), já fazia oposição ao Governo. Leopoldi (1994), no seu artigo “O difícil caminho do meio”, apresenta discordância da tese de que a burguesia industrial se descola de Vargas e começa a fazer oposição a ele em 1954. Seu argumento é o de que, após o aumento do salário mínimo, a FIESP (principal associação de classe da época) teria adotado um discurso dual: críticas ao aumento e à previdência social por um lado e, de outro, respeito por: “[...] avanços na implantação da indústria automobilística, de material elétrico, da química, e anuncia o encaminhamento do novo projeto de tarifa ao Congresso”. Entende-se aqui que a postura da autora não dá fundamento para existência de uma dualidade, até porque, em outra obra, Leopoldi (2000) afirma que a FIESP criticava políticas de controle de preços e de tributação, bem como acusava o Governo de acelerar o processo inflacionário com a Instrução nº 70, do aumento do salário mínimo e da política de previdência. Não há, assim, como afirmar que um discurso contrapõe o outro ao ponto de se vislumbrar uma dualidade.

A crise política que se instaura no ano da crise cambial é adotada pelas elites, às quais se soma a burguesia industrial em 1954. Tal instabilidade surge da onda de protestos em 1953 (sessenta anos antes das “Jornadas de Junho”), notadamente a “Greve dos 300 mil” que, na dita luta contra a carestia, misturavam às pautas da inflação e da deterioração dos salários, outras agendas do desenvolvimento econômico nacional, como abastecimento e reforma agrária (GARCIA, 2013). A greve teve como consequências a ampliação dentro da classe média de uma postura crítica a Vargas e mais combustível para o partido oposicionista. Nesse ínterim, na visão de Boito Jr. (1982), começa a se configurar o golpe de Estado, inclusive na pessoa do vice-presidente, Café Filho, que fez discurso em que se dissociava do Governo ao dizer-se pela “ordem” e “pela liberdade de iniciativa”. Mas o mais importante fora o local escolhido para tal discurso: a Federação das Associações Comerciais do Brasil. Oposicionista ao Governo (por representar a burguesia comercial), a instituição tratou de publicar em sua revista que:

[...] o vice deveria ocupar o lugar do presidente se se quisesse pôr fim à “demagogia”, isto é, ao populismo, e ao “dirigismo estatal sobre a livre empresa”, isto é, ao intervencionismo estatal de cunho industrialista. Fôra descoberto o candidato da burguesia compradora. Café Filho, como é fácil perceber na leitura de suas memórias, era verdadeiramente obcecado pelo desejo de se tornar presidente da República. Assim, apesar da sua mediocridade, ele pôde contar com as poderosas antenas do arrivismo para orientar-se em meio à crise. Soube aproveitar-se dela, dizendo as duas palavras certas, no momento correto e no lugar exato (BOITO JR., 1982, p. 75).

No campo ideacional, a burguesia industrial como um todo não fazia perenemente oposição ao intervencionismo estatal, não sendo, portanto, àquele tempo, o liberalismo, uma bandeira que lhe fosse tão cara — o assunto, entretanto, era objeto de contenda entre industrialistas, especialmente pela posição liberalista dos quadros da FIRJ (após a saída de Euvaldo Lodi, que era muito próximo ao Governo). Ademais, ainda nesse campo, era de praxe da oposição tentar associar o Governo ao comunismo desde que João Goulart foi nomeado como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Porém, no momento de crise, todas essas bandeiras ideológicas eram utilizadas contra o Governo Vargas.

A única medida efetiva de Vargas para contra-atacar no campo político-ideológico era justamente o aumento do salário mínimo. Vianna contrapõe-se à visão adotada por Boito Jr. (1982), considerando que a mesma não prescinde de uma radicalização nacionalista do Governo Vargas, que, de fato, não ocorreu. Essa crítica a Boito Jr. é exagerada, ou melhor, insuficiente para dissolver a ideia de que o golpe sobre Getúlio foi consequência das contradições inerentes à contraposição entre as burguesias comercial e industrial e entre a burguesia e a classe trabalhadora. Por outro lado, a crítica complementa a tese de Boito Jr. ao introduzir a figura de Vargas. A figura do Presidente incorpora à interpretação dos acontecimentos pela burguesia industrial alguém obstinado por manter-se no poder (como no Estado Novo, que durou quinze anos) e capaz de adotar, em uma canetada (LEOPOLDI, 2000⁷⁹), posicionamentos contrários a essa classe (e de cunho popular). Assim, transferem-se as questões para a pessoa de Vargas, questionando-se o “seu” regime e colocando a crise institucional nos ombros dele: “no final, não era mais a legitimidade do Governo que estava em questão, mas a figura de seu principal mandatário. É em Vargas que se concentram os esforços de revisão política, transformando-o em fonte de todas as desavenças” (D’ARAÚJO, 1992b, p. 190).

⁷⁹ A autora discorre sobre a preocupação da burguesia industrial com a postura intempestiva de Getúlio Vargas quando da adoção de medidas na política tarifária.

Em agosto de 1954, o estopim para a crise final é dado para os opositoristas: o atentado ao seu maior representante público, Carlos Lacerda, cujo mandante do crime era chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas. Por fim, pouco antes de sua morte, na madrugada de 23 para 24 de agosto, Vargas expede pedido de licenciamento do cargo, que seria visto como renúncia pelos militares arregimentados pelo golpismo (BANDEIRA, 2014; CALABRE, 2004; SKIDMORE, 1982). A crise política, no entanto, não está no atentado, ela apenas ganhava contornos policialesco-dramáticos que atraíam a população. **A crise naquele momento**

[...] está situada no âmbito das próprias elites, que disputam entre si uma parcela maior de poder, sem saber contudo legitimar os meios pelos quais esse poder possa ser alcançado democraticamente. E exatamente na medida em que não são capazes de gerar soluções que lhe sejam satisfatórias é que as elites irão questionar o sistema no qual se inserem (D'ARAÚJO, 1992b, p. 134, grifo nosso)

O que fica nítido é que a burguesia industrial interna, mesmo depois de ter sido beneficiada por todas as medidas de política industrial do Governo Vargas, agora, se manifesta insatisfeita e articula para dar fim ao Governo Vargas. Para isso, usa de vários argumentos, como corrupção e comunismo, entre outros, para buscar legitimação para a derrubada de Vargas e não respeitar as regras do jogo da democracia. No fundo, esse comportamento da burguesia interna representa sua aversão a um desenvolvimento mais de caráter nacional, onde fosse possível romper com a dependência externa e, simultaneamente, promover também a inserção de classes populares nos benefícios advindos da riqueza do país.

4.2 GOVERNO JOÃO GOULART

Se o golpe que levou Deodoro da Fonseca ao poder em 1889 surgiu de desavenças do momento ou se o golpe que levou Vargas ao poder em 1930 passou por uma reorganização das forças políticas e econômicas, os golpes de 1954 e 1964, em especial esse último, foram claramente classistas e antinacionais, tendo a relação entre burguesia industrial e Estado como um dos seus principais artífices ao estremecer-se a relação daquela com um ente desse: o Governo.

Contudo, antes de tecer comentários sobre o Golpe de 1964 propriamente, importa fazer uma breve introdução dos acontecimentos políticos mais significativos para o período. Faz-se mister lembrar que, por ser considerado o herdeiro de Vargas, o “pai dos pobres”, João Goulart é eleito como Vice-Presidente, e Jânio Quadros, candidato favorito das elites, é eleito

presidente⁸⁰. Jânio Quadros renuncia em 25 de agosto de 1961, mas João Goulart assume a presidência apenas em setembro de 1961.

O “apenas” da frase anterior é devido ao fato conhecido de que naquele interregno se buscava solucionar uma crise política para que não houvesse ruptura democrática, ao tempo em que Goulart, sobre quem pesava a infundada adjetivação de “comunista”, coincidia de estar voltando de visita feita à China socialista quando Vice-Presidente. A solução arranjada foi a conversão do presidencialismo em parlamentarismo, reduzindo-se os poderes que Goulart teria e impedido sua posse com autonomia de Presidente da República. O parlamentarismo, à época, na verdade, pode ser considerado como uma manobra institucional articulada entre as elites brasileiras para impedir que João Goulart tomasse posse, cujo principal motivo era o fato de Goulart ser vinculado a princípios nacionalistas, como era Vargas. Isso seria revertido com um plebiscito acerca do sistema a ser adotado em janeiro de 1963. No centro do debate do Governo Goulart estarão as Reformas de Base e o Plano Trienal proposto ainda no final de 1962. Vale menção ainda à legislação que o Governo consegue aprovar quanto à remessa de lucros, que seria descaracterizada poucos meses após o Golpe de 1964 (BRASIL, 1962; 1964).

4.2.1 Política pró-indústria

O Plano Trienal buscava alcançar primeiramente o objetivo de controlar e reduzir progressivamente a inflação que disparava (62% em 1962), sem comprometer o crescimento (que havia sido de 8,6% em 1961, caindo para 6,6% em 1962 e 0,6% em 1963), sendo bem recebido pela burguesia industrial (MACEDO, 1970; MORAES, 2010). A oposição à esquerda a Goulart taxava o plano de recessivo (ABREU, 1990b), e de fato ele o era ao dispor que se buscava a redução do gasto público e controle do crédito ao setor privado. Goulart tentava lidar de maneira conciliatória com as elites. A princípio, a FIESP, por exemplo, teve boa recepção ao plano, inclusive divulgando manifestação de apoio em Boletim Informativo:

O desejo manifesto de corrigir o crônico desequilíbrio orçamentário, fonte primeira do nosso processo inflacionário, significa, para os homens de empresa, a volta do tão desejado ambiente de tranquilidade para novas inversões e para o incremento da produção. [...] O Plano do Governo e a série de esclarecidas e oportunas manifestações emanadas do Senhor Ministro da Fazenda, dando aos nossos

⁸⁰ À época, era possível votar-se para o candidato a Presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra.

problemas econômicos uma solução adequada, merecem o aplauso da indústria nacional (FIESP *apud* MORAES, 2010, p. 82).

Todavia, como coloca Moraes (2010), aquela associação fazia essas ponderações ao tempo em que demonstrava falta de confiança no Governo, pois mesmo quando mostrava compromisso com o plano governamental e buscava que seus integrantes adotassem políticas que estivessem em consonância com o Plano Trienal, as palavras vinham com suspeitas sobre o Governo, informando esperar que este desse mostras de credibilidade. Não se pode fazer o exercício de discorrer sobre como a burguesia industrial teria reagido, caso o Governo fosse mais incisivo no cumprimento do Plano Trienal. Tem-se então que, à medida em que o Governo mostrava não seguir o plano, a Indústria posicionava-se em oposição, utilizando como justificativa o reajuste dos salários do funcionalismo acima do esperado e o aumento do salário mínimo para o ano de 1963⁸¹.

A burguesia industrial buscou, então, desde o início contrapor-se ao Governo Goulart por não ver no mesmo a representação dos seus interesses? Pelo contrário. Exemplo disso traz Abreu, observando que a formação bruta de capital fixo em porcentagem do PIB cresceu, no período, “de 13,1% em 1961 para 15,5% em 1962, e 17% em 1963” (ABREU, 1990b, p. 208), registrando-se queda apenas em 1964, para 15% (ABREU, 1990c, p. 403)⁸². Outro exemplo de que a indústria não se sentia naturalmente ameaçada pelo Governo pode ser observado na maneira como o setor lidou com a tramitação legislativa da proposta de nova regulação da remessa de lucros para o estrangeiro.

O Governo e as associações de classe industriais lutaram lado a lado, no Legislativo, para que a nova regulação sobre remessa de lucros viesse a ser aprovada (Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962). A partir de pesquisa sobre as comunicações das associações de classe, Loureiro (2016) conclui que a burguesia industrial brasileira, excluindo aqueles empresários do setor cujos negócios eram subsidiários de empresas estrangeiras ou que apresentassem alto grau de dependência de investidores estrangeiros, fizeram pressão junto aos legisladores, bem como o fez João Goulart. A razão para tanto estaria ou na criação de reserva de mercado para a burguesia interna, ou seja, uma política de cunho protecionista, ou no fato daquela lei cooperar com uma política mais profunda que buscasse dar continuidade às importações

⁸¹ Nesse ponto, Macedo (1970) ressalta que a questão salarial não estava incluída no Plano Trienal.

⁸² De acordo com Almeida (2010), o impacto da crise política que se instaura no Governo Vargas sobre o investimento privado nacional é negligenciável. Contudo, ele assume proporções maiores (mais negativas) nos investimentos da administração direta e indireta e nos investimentos estrangeiros.

necessárias ao programa de substituição de importações (dificuldade que se apresentava ao Governo), pois a nova lei propiciaria um certo alívio para a balança de pagamentos.

Quanto ao distanciamento entre burguesia industrial e Governo, deve ser observado que o exercício feito pelos historiadores econômicos por vezes deixa de lado aspectos dinâmicos da política. De nada valeria ao Governo ater-se fiel ao plano em sua inteireza se perdia suas bases de apoio. A única que poderia restar, nesse caso, se imaginaria que fosse a advinda do meio industrial, o que seria um exercício imaginativo bastante irrealista. Dessa maneira, não se reconhece que a adoção de medidas de curto-prazo, ou vistas como populistas, não eram sinais de desligamento de planos de longo prazo, mas sinais de busca de sustentação do Governo para dar continuidade às políticas trabalhistas, que sempre intentaram guardar sintonia com a indústria por acreditar-se no pacto indústria-governo-trabalhadores do nacional-desenvolvimentismo.

Concluir que o Governo abria mão do Plano Trienal é esquecer das dificuldades estruturais em que a economia do país estava imersa, que geravam impactos negativos severos para a governabilidade. Sem condições de governo, não haveria como dar sequência a um plano de médio prazo — não para um governo qualificado como de esquerda. Pois na medida em que ele se apegasse à ortodoxia em nome do programa de médio prazo, perderia sua única base de sustentação política, que não era a indústria — a única que poderia ver um apego à ortodoxia como positivo, muito embora, provavelmente seria crítica à recessão que seria favorecida.

Assim, não deve ser esquecido que o governo buscava mudanças estruturais, como dito, desde o início da fase parlamentarista, e que essas transformações eram entendidas pelo partido do governo como passando necessariamente pela indústria. Portanto, não faz sentido pressupor que o Governo tenha aberto mão da indústria. Pelo contrário, não podendo contar com os industriais, buscava-se apoio popular com execução de algumas reformas de base (sendo que a reforma agrária, por exemplo, estava presente desde a concepção do Plano Trienal, não sendo uma surpresa), a fim de renovar a legitimidade para esforços em prol das mudanças estruturais, para as quais a indústria seria chamada a reboque.

4.2.2 Oposição da burguesia industrial

Como expõe Bresser-Pereira (2016), o fantasma da Revolução Cubana se agigantava, criando não só uma radicalização nas esquerdas, como também pânico com relação a elas em parte da sociedade. João Goulart, frente à ideia de insucesso que se consolidava em torno do Plano Trienal, começa a recorrer para uma aposta maior na classe trabalhadora como base de sustentação para o seu governo. Essa aposta cria os fundamentos necessários para que a burguesia industrial, valendo-se da sua posição de poder, novamente se volte contra um governo trabalhista:

Feita nossa profissão de fé no regime em que vivemos, na democracia, na livre empresa, alertados os nossos homens responsáveis para o perigo da destruição dos pilares da nossa sociedade livre pelo estatismo, desejamos demonstrar como se está processando essa estatização, apoiada tanto pelos que se dizem apenas “nacionalistas”, sem se confessarem esquerdistas, como também pelos esquerdistas que se dizem nacionalistas (FIESP *apud* MORAES, 2010, p. 91).

A própria citação acima do posicionamento da FIESP deixa claro como a burguesia industrial brasileira tem aversão aos princípios nacionalistas de desenvolvimento, buscando se contrapor a políticas nesse sentido, usando os artifícios de associar as políticas nacionais aos “excessos” de intervenção do Estado na economia, assim como de relacionar essas políticas com o pensamento dos “esquerdistas”, setores esses que eram, geralmente, relacionados pela própria burguesia e as elites do país em geral aos temidos comunistas.

A FIRJ, desde o segundo Governo Vargas, como visto aqui, tinha uma posição mais sólida quanto à bandeira liberal, ou antiestatista. Já a FIESP parece flertar com ela nos momentos de ruptura com o Governo. É nesse sentido que deve ser visualizada a convergência da FIESP para um posicionamento antigovernista no cenário em que João Goulart decide apostar nas reformas de base. Percebe-se isso porque a FIESP (MORAES, 2010) já se manifestava contra as reformas de base como a reforma agrária, desde 1961 - mas, àquela época, elas pareciam muito distantes de se tornarem realidade, o que era bastante diferente no ano de 1964.

As reformas de base eram prometidas por João Goulart desde 1961 e abarcariam diversas áreas, da agrária à bancária, passando pela fiscal. A ideia era de reconstituir as bases da nação para intentar-se um novo padrão de desenvolvimento mais igualitário e sustentado em princípios nacionais. Nessa esteira, Goulart apresentou projeto de lei pela reforma agrária ao

Legislativo (que seria rejeitado). As Ligas Camponesas sacudiam aquele terreno intocado pela Revolução Burguesa ou pelas leis trabalhistas de Vargas: o campo. Por outro lado, mesmo tentar responder às demandas do campesinato com reforma agrária era abrir mão do grupo de interesse agrário, o que Vargas não fez e, por João Goulart tê-lo feito, tornou-se ainda mais imprescindível, para ele, o apoio das camadas urbanas. Desfazendo-se o apoio da burguesia industrial, seja por Goulart não seguir as políticas recessivas que havia proposto por opção, seja por impossibilidade por restrições estruturais, o Presidente teria que recorrer à massa de trabalhadores urbanos.

O aumento do salário mínimo ia nessa direção, o que já era bastante criticado pela FIESP (MORAES, 2010), pois, embasada na Instrução nº 225 da Sumoc, que restringia o crédito, ela via que a classe trabalhadora e o setor público deveriam também dar suas contribuições no sacrifício pelo combate à inflação. Todavia, como visto, Goulart concederia aumentos tanto para os trabalhadores em geral⁸³ como para os funcionários públicos (apesar da redução no gasto público, subsistia a questão da correção acima do esperado para o funcionalismo). O último reajuste foi em 1964, no contexto em que Goulart buscava forçar as reformas de base através de pressão pelos sindicatos dos trabalhadores. A insistência em apostar, como Vargas, nos setores populares garantiu o mesmo destino para o seu mandato:

Em 1954, [...] em 1964, invalidaram-se experiências e tendências políticas importantes. Sempre que o proletariado ampliava a sua participação no processo político ou na repartição da renda, pondo em risco as estruturas de dominação e apropriação, as facções mais radicais da classe dominante resolveram alterar e alteraram as regras do jogo; subverteram o andamento e as direções do diálogo entre as classes sociais. Nesses atos, as forças armadas ganharam primazia (IANNI, 1965a, p. 59, grifo nosso).

A obra de Dreifus (1987), maior referência sobre o período coloca que a realidade da oposição a João Goulart era diferente da enfrentada por Getúlio Vargas. Segundo o autor, a burguesia industrial nacional passa a tomar mais e mais contornos de burguesia associada, aumentando sua subordinação externa. A partir de estudo dos grupos bilionários instalados no país, Dreifuss (1987) estima que dos 221 grupos bilionários existentes, apenas 144 não teriam ligações bem definidas com interesses de multinacionais, sendo que essa superioridade numérica perdia peso, pois os grupos nacionais operavam dentro de mercados oligopolistas controlados pelas empresas multinacionais, dadas as desvantagens de ordem tecnológica que

⁸³ Goulart tentaria ainda passar Projeto de Lei do “Salário Móvel”, ou seja, que criaria reajustes periódicos e automáticos, o que não surpreendentemente levou a críticas a ele por parte da FIESP.

diminuíam o potencial competitivo das empresas nacionais. E essa participação estrangeira se dava sobretudo na indústria. Se cerca de 70% dos bilionários e multibilionários nacionais desenvolviam atividade no setor industrial, mais de 80% dos bilionários e multibilionários estrangeiros estavam na indústria. Ademais, tem-se nas empresas estrangeiras maior volume de capitais, além do que:

A forte integração tecnológica do capital também teve relevância para a posição de primazia transnacional ocupada no mercado pelas empresas multinacionais. A integração tecnológica favorecia a tendência de concentração em setores especializados de atividade, permitindo assim uma maior integração das companhias multinacionais, as quais tendiam a dominar o mercado em sua concorrência com grupos econômicos “nacionais”. Em contraposição, a falta de unidade de caráter tecnológico eram mais acentuadas nos grupos econômicos “nacionais” (DREIFUSS, 1987, p. 54).

Essa introdução do trabalho de Dreifuss é feita para apontar uma das suas conclusões: a de que companhias multinacionais e nacionais dominavam a economia, mas existindo uma predominância das multinacionais na imposição de interesses, ditando o ritmo e a orientação da economia brasileira. Assim, segundo o autor, o capital multinacional apoiava-se no poderio econômico que possuía, mas também: “[...] desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas no Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma *intelligentsia* política, militar, técnica e empresarial” (DREIFUSS, 1987, p. 66).

Segundo o autor é assim que, já durante a década de 1950, inicia-se um processo que ganha formas finais através dos “atores invisíveis” (descritos na seção 2): os atores invisíveis, não tendo liderança política efetiva, essa era detida pelos partidários de João Goulart, buscavam driblar os canais políticos normais da institucionalidade formal, tentando imprimir o esvaziamento das políticas nacionais-desenvolvimentistas e a ruptura com as mesmas. O objetivo seria de estabelecimento de uma arena política que retomasse a característica de *locus* servo do poder econômico — como posto ao final da discussão sobre patrimonialismo no Brasil, faz-se arguições a partir de *think tanks* e de associações de classe contrárias ao governo, a partir de ideias como a de corrupção do populismo e de comunismo para criar-se clima de crise política para a sociedade civil, objetivando o esvaziamento da arena política.

Obras identificadas como revisionistas de Dreifuss (1987) são bem resumidas por Melo (2013), que, acertadamente, afirma que as críticas àquela obra acabam focando em passar à sociedade

a preferência pelo caminho autoritário, como se a sociedade como um todo fizesse a opção por um caminho. De maneira mais específica, uma das teses criticadas por Melo é a de que direita e esquerda eram despreocupadas com a democracia e estavam desejosas por implantar um golpe. À crítica do autor, que coloca que isso é por nos ombros da sociedade um tipo de leitura que foi claramente direcionada, deve ser somado que, muito embora as esquerdas pudessem delirar sobre a possibilidade de um golpe em favor dos seus ideais (nos moldes russos, por exemplo), Goulart na Presidência era a opção viável e as ideias de abrir mão dele ou de fazer um golpe incluindo ele não teriam lastro militar que desse suporte, haja em vista que parte dos próprios militares se opuseram à posse de Goulart quando da saída de Jânio Quadros.

Um último ponto relevante pode ser trazido justamente através desse momento. Quando da saída de Jânio Quadros, Dreifuss (1964, p. 130) afirma que a tentativa de golpe sobre João Goulart (para que ele não assumisse a presidência) não teve a adesão de parte da burguesia industrial nacional e por isso não prosperou. Todavia, a medida em que o ano de 1964 aproximava-se, somavam-se à pressão feita pelo pujante capital monopolista transnacional, outros setores, dentre eles, a burguesia industrial nacional. Muito embora, o capital transnacional tivesse ganho notável força, a participação daquele extrato de classe era fundamental. E, muito embora, sejam lançadas arguições de que o trabalho de Dreifuss faz uma conexão espúria entre uma suposta conspiração empresário-militar e resultados que poderiam ou não advir dela, existem provas inequívocas da montagem do Golpe de 1964 com a participação de industriais como se vê abaixo.

Ao que importa dizer que mesmo que Goulart tenha buscado fazer valer um programa de governo com posicionamento pró-indústria, próprio do nacional-desenvolvimentismo do partido trabalhista (a que era filiado, como Vargas havia sido), existiu uma escancarada oposição industrial não disposta a comprar a conciliação que aquele programa requereria. É nesse sentido que conclui-se esse ponto com as manifestações abaixo de industriais na Escola Superior de Guerra sobre a participação deles naquele triste episódio da história “democrática” do país, desvelando o complexo militar-empresarial que levou o golpe a cabo e o comportamento da burguesia industrial de acordo com o seu caráter autoritário e antipopular.

No dia do trabalhador, um mês após o Golpe Militar, o Presidente da FIESP, Rafael Noschese, lançando oficialmente no interior da FIESP um órgão que prestaria intermediação dos interesses dos militares dentro da instituição (LEMOS 2016), esclarece o papel das Forças Armadas nos momentos aqui discutidos quando diz que: “A instalação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial, em tão boa hora criado, é a continuação de uma colaboração que se vem operando através dos anos entre as classes produtoras e as Forças Armadas, quer nos períodos de ação militar, quer na fase normal da vida do País” (IANNI, 1965a, p. 61). Tal comunicação indica que o golpe já vinha sendo forjado entre setores militares e a burguesia industrial. Nove anos após o Golpe de 1964, o industrial paulista Quirino Grassi, orgulhoso, proferia discurso na Escola Superior de Guerra nesse mesmo sentido⁸⁴:

Durante os anos de 1962, 1963, e 1964, os já conhecidos problemas que agitaram a Nação conscientizando dentre outros brasileiros, grande parte dos empresários, fez com que estes se agrupassem, inicialmente de forma esparsa e heterogênea num movimento de defesa grupal dos princípios democráticos tão caros ao nosso povo. Movimento este que tomou corpo e no começo de 1964, cristalizou-se num grupo de trabalho⁸⁵ que apoiou as atividades dos bravos oficiais que deflagraram o movimento de 31 de março (GRASSI, 1973, p. 9).

4.3 GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

No ano de 2002, após doze anos de políticas neoliberais, era eleito o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. Se parte dos que o elegeram esperava uma total ruptura com as políticas do seu predecessor (Fernando Henrique Cardoso, que governou entre 1995 e 2002), ao menos inicialmente eles ficariam decepcionados. A candidatura de Lula já avisava que, se eleito, aquela ruptura não ocorreria. Meses antes das eleições, na famosa Carta ao Povo Brasileiro, o candidato fez algumas importantes afirmações para acalmar o mercado financeiro, demonstrando ser a opção da continuidade, não da ruptura:

[...] [a necessidade de] respeito aos contratos e obrigações do País.
 [...] [a] preocupação do mercado financeiro [...], [com] temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa;
 uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo;
 [...] ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação (SILVA, 2002).

⁸⁴ Outras figuras da FIESP se manifestaram em sentido similar e podem ter os arquivos dos seus pronunciamentos acessados através do artigo de Mendonça (2014).

⁸⁵ Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; posteriormente seria sugerido que tal grupo instalado na FIESP fosse “copiado” por outros Estados (GRASSI, 1973).

Assim, muito embora o início do mandato do Presidente Lula tenha sido marcado pelo debate em que muitos apontavam para a possibilidade de uma ruptura com o *status quo*, em especial, o tripé macroeconômico — a saber, câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal —, uma vez que sua popularidade lhe legava maior autonomia para poder “renegociar” o pacto com o bloco no poder para termos menos de acordo com o patrimonialismo no Brasil e mais de acordo com uma reorientação de caráter mais popular. Contudo, o Presidente “não surpreendeu”. Atendendo à hegemonia bancário-financeira no bloco no poder construída nas décadas anteriores, e em acordo com a supramencionada carta, o Governo dará prosseguimento e até mesmo aprofundamento no primeiro mandato à política econômica do seu predecessor, em especial com o superávit primário e as altas taxas de juros para conter a inflação. O equilíbrio macroeconômico como condutor ao desenvolvimento é uma orientação que só será revista a partir de 2006, ano da reeleição de Lula (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Onde especificamente fica a indústria? Se para o “Cardoso autor” faltava unidade na ação política da indústria, o “Cardoso Presidente” viu o nascimento da Agenda Legislativa da Indústria no seio da CNI em 1996. Através do Seminário RedIndústria⁸⁶, todos os anos, as federações da indústria de todos os Estados definem conjuntamente as proposições legislativas mais importantes para o setor e qual será o posicionamento das instituições. Além disso, a CNI possui sistema que permite à associação de classe e ao industrial: “[...] acompanhar as proposições legislativas do interesse do setor industrial. [...] [Acompanhar] informações sobre a tramitação, sínteses executivas, íntegras dos textos e pareceres indicativos do posicionamento da Indústria” (CNI, 2017b). A indústria faz, assim, monitoramento extensivo e tem atuação tanto propositiva como de pressão sobre todas as matérias que julgue do seu interesse. Avaliando a utilização desses meios pela burguesia industrial para atacar o “Custo Brasil” (que, em verdade, abarca toda a pauta pragmática da indústria⁸⁷), Mancuso afirma que:

Em sentido contrário ao que afirmam os expoentes da tese da debilidade política da indústria, os resultados mostram um alto índice de sucesso político em todos os temas que compõem o custo Brasil. Os êxitos prevalecem sobre os fracassos tanto entre as decisões legislativas que mudam o *status quo* (quando normas jurídicas novas são aprovadas) quanto entre as decisões legislativas que mantêm o *status quo* (quando as propostas submetidas à deliberação são rejeitadas, retiradas pelo autor ou

⁸⁶ Seminário que reúne anualmente as federações estaduais da indústria do país (CNI, 2017a).

⁸⁷ “Em meados da década de 1990, a popularização do conceito do ‘Custo Brasil’ buscava traduzir as ineficiências e distorções que prejudicavam a competitividade dos produtos brasileiros em face da abertura da economia, da vigência de legislações inadequadas e de graves deficiências no provimento de bens públicos” (CNI, 2017c).

arquivadas ao final da legislatura). Esta situação extremamente favorável para o empresariado industrial se verifica, em grande medida, porque as duas tendências principais do processo legislativo brasileiro operam em favor do segmento: de um lado, a tendência favorável à aprovação de projetos do poder executivo geralmente beneficia a indústria, por causa do alto grau de afinidade do setor com as normas oriundas de proposições do governo federal; por outro lado, a tendência desfavorável à aprovação de projetos de parlamentares mais beneficia do que prejudica a indústria porque o setor considera a maior parte das propostas apresentadas por deputados e senadores como uma ameaça aos seus interesses (MANCUSO, 2007, p. 23-24).

A pesquisa de Mancuso sobre o período que vai de 1996 a 2003 toma apenas o primeiro ano do Governo Lula, mas essas suas conclusões sobre a postura ativa da burguesia industrial podem ser tomadas para os períodos subsequentes, inclusive o mais recente. De acordo com o levantamento de Santos (2011), a indústria não teve problemas de ação coletiva, tendo sucesso na sua atuação frente à Câmara dos Deputados entre 1996 e 2010. Já Machado (2016) vai afirmar que o segundo Governo Lula, que se encerra em 2010, batalhou para estreitar laços com a indústria, culminando em um bom relacionamento da base aliada nas duas Casas Legislativas com a indústria durante a Presidência de Rousseff — que fora eleita graças à popularidade do seu predecessor e que teve seu segundo mandato interrompido em 2016.

De todo modo, apesar da importância atribuída ao Legislativo pela Constituição de 1988 ser maior do que a atribuída a ele nos períodos das subseções 4.1 e 4.2⁸⁸, subsiste uma preponderância do Executivo. Analisando o processo legislativo sob a égide da atual Constituição, Figueiredo e Limongi (1995) concluem que:

Os efeitos deste ordenamento legal são visíveis na produção legal. A análise da participação relativa de cada um dos poderes na iniciativa de matérias aprovadas revela que a promulgação da nova Constituição não alterou significativamente o padrão da produção legal. **Manteve-se a forte preponderância do Executivo [...]. A capacidade de editar — e reeditar— medidas provisórias, o pedido de urgência e as vantagens estratégicas que dispõe na apreciação do orçamento e créditos suplementares garantem ao presidente a capacidade de ditar como, quando e o que entrará na agenda do poder Legislativo** (p. 34).

Em outro trabalho, Figueiredo e Limongi (2001) afirmam que os Constituintes fizeram o sistema dessa maneira para que crises como a que ocorreu com Goulart não voltassem a acontecer. Para esses autores, foi pensando na sua própria dificuldade em conduzir suas atividades que os legisladores-constituintes atribuíram maiores poderes ao Executivo. Assim,

⁸⁸ À exceção do período parlamentarista do Governo João Goulart.

desenhou-se o quadro institucional em que o Executivo detém uma prerrogativa de *agenda setting*.

Como visto na seção 2, essa prerrogativa promove o exercício de determinação do que é posto em discussão. Por essa razão, apesar daquele ostensivo acompanhamento do Legislativo pela indústria, foca-se aqui na posição do Executivo como representante do Estado — com a ressalva de que a atividade do Executivo vai muito a reboque da confrontação dentro dos grupos de interesse na arena política. E, como já visto, a forma da dominação exercida pelo bloco no poder, o patrimonialismo no Brasil, dita os privilégios atribuídos aos extratos de classe dominantes pelo Estado. Assim, conclui-se pela grande relevância do Executivo e dos extratos de classe dominantes, a exemplo da burguesia industrial.

Ainda que a burguesia industrial não exerça mais a hegemonia no bloco no poder, isso não quer dizer que ela tenha sido alijada do bloco no poder e de seus privilégios. A conexão patrimonial com o Estado permanece, razão pela qual a burguesia industrial se expressará em favor do Governo quando do apoio concedido pelo Estado. Pelo mesmo motivo, se voltará contra o Governo quando entender não advir dele as mesmas benesses. A exemplo disso, em 2009, sobre o merecimento a uma homenagem que Lula ainda viria a receber, o Presidente da FIESP diria: “[...] [Lula é] homem atuante e comprometido com os interesses do Brasil” (FIESP, 2009). No ano seguinte, Lula recebia homenagem dos próprios industriais (RECENA, 2010). Por outro lado, se há uma associação de classe que se manifestou claramente em apoio ao processo de deposição da Presidente Dilma Rousseff, essa associação foi a FIESP. Nos próximos tópicos serão abordadas as razões para o apoio da burguesia industrial ao Governo ter se transformado em mais uma defesa a uma forçada transição “pela ordem” na democracia do país.

4.3.1 Política pró-indústria

Como ensinam Teixeira e Pinto (2012), o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o Governo sob a égide da hegemonia da burguesia bancário-financeira. O presente trabalho, ao se situar no nível institucional, admite a influência das mudanças inerentes ao capitalismo periférico do país no bloco no poder, porém, foca no comportamento de agentes frente ao quadro institucional. Nesse sentido, mesmo observando-se como bem fundamentada a tese da preponderância em maior e menor grau do extrato bancário-financeiro no período dos

governos do PT e a influência que isso representa (TEIXEIRA; PINTO, 2012; FILGUEIRAS *et al.*, 2010; FILGUEIRAS, 2017), observa-se também uma política pró-indústria e exigências deste setor, foco do presente trabalho — sem deixar de se observar também a importância da indústria dentro do bloco no poder. Nessa esteira, discorre-se nesse tópico sobre exemplos de políticas industriais que explicitam o poder conjugado de *agenda setting* da indústria com o Executivo. No tópico seguinte, a insatisfação da indústria e a consequente interrupção do mandato de Rousseff deixam claro o poder do setor no quadro patrimonial.

Dada a preterição do extrato burguês-industrial pelos governos anteriores⁸⁹ com a abertura comercial e a desregulamentação financeira, além do esvaziamento de órgãos de coordenação de políticas industriais, as iniciativas do Governo Lula ligadas ao setor reinauguravam a política industrial no país (CANO; SILVA, 2010). O Governo Lula deu uma nova dinâmica para a relação do Estado com a burguesia justamente ao melhorar a posição da burguesia industrial no bloco no poder ainda no seu primeiro mandato. De acordo com Boito Jr. (2006), a burguesia financeiro-bancária não perde sua hegemonia, mas a indústria tem sua posição relativa melhorada no bloco no poder pelo Estado. O autor explica que o Governo Lula mantinha a política econômica de juros altos que atendia ao extrato burguês hegemônico, ao mesmo tempo que:

Iniciou a sua política agressiva de exportação centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica, e implementou as medidas cambiais, creditícias e outras necessárias para manter essa política. Tratou-se de uma vitória, porém parcial, da grande burguesia interna industrial e agrária. Essa fração burguesa permaneceu como força secundária no bloco no poder, uma vez que o Estado continuou priorizando os interesses do capital financeiro, mas o Governo Lula ofereceu a ela uma posição bem mais confortável na economia nacional. **O resultado disso pode ser visto no comportamento da FIESP. Essa entidade, que foi crítica dos aspectos mais financistas da política econômica e da abertura comercial dos anos 1990, é presidida hoje por um homem de confiança do Palácio do Planalto, que se elegeu para a FIESP com o apoio do governo federal** (BOITO JR., 2006, p. 250, grifo nosso)⁹⁰.

⁸⁹ Preterição registrada nos governos Collor e Cardoso (1990-2002) frente a qual não se viu manifestação organizada da indústria — até por conta do alinhamento ideológico entre os industriais e a política neoliberal (mesmo que não tenham aqueles governos conservado a ambiguidade que é marca da indústria — como visto nos tópicos 3.2.3.1 e 3.2.3.2 quando tratado sobre o posicionamento da indústria frente ao Estado protetor e frente ao capital estrangeiro). Sobre o período da Presidência de Cardoso: “O governo Fernando Henrique adotou a concepção de que uma política econômica com sólidos fundamentos macroeconômicos seria a melhor maneira para o Estado contribuir para o crescimento industrial” (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 117)

⁹⁰ Quem seria a burguesia industrial interna no Brasil do século XXI? Bugiati (2016, p. 161) assim a resume: “[...] esta fração reúne [...] empresas de extração mineral, alimentos, usinas, energia elétrica, comunicações, construção civil, transportes, comércio, serviços, indústrias de baixa e média densidade tecnológica, é composta predominantemente por empresas com participação majoritária de capital nacional e, de forma periférica e ocasional, algumas empresas internacionais com plantas no espaço nacional”.

Assim, ao fim de 2004, o Governo Lula instituiria a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, cuja finalidade é de “promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, [...] em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia” (BRASIL, 2004). Em seguida, viria a público a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que teve como objetivos o aumento da participação no mercado externo, a atração de investimento estrangeiro direto e a maior competitividade através da inovação tecnológica (CASTILHOS, 2005). O que se percebe é uma predileção da política industrial, àquele tempo, pelo grande capital burguês industrial com presença internacional.

Lima (2017) observa na PITCE os objetivos de promover o crescimento econômico e o avanço do parque industrial através de três eixos: linhas de ação horizontais por meio de inovação, inserção externa, exportações, modernização industrial e alterações no ambiente institucional; promoção de setores estratégicos, que seriam os de *software*, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos; e atividades portadoras de futuro, tais quais biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis. Em suma, uma série de políticas que sustentariam o desenvolvimento da indústria de bens de capital, beneficiando diversos setores industriais, mesmo que indiretamente, a exemplo da indústria automobilística (LIMA, 2017), que tem grande expressão na economia brasileira. Para Almeida (2013), a PITCE foi bem recebida, inclusive pelos especialistas da área; contudo, esse autor afirma que a falta de clareza e de objetivos relacionados aos setores industriais mais intensivos em mão de obra (a exemplo das indústrias calçadista, têxtil e de confecções), importantes empregadores na economia brasileira, levou a críticas àquela política.

Ademais, segundo Laplane e Sarti (2006), os resultados alcançados pela PITCE foram insuficientes se comparados com países concorrentes (China, Índia e Coreia do Sul). Para esses autores, apesar da PITCE reinaugurar as políticas industriais no país, a dificuldade de coordenar ações dos órgãos do Governo e a rigidez para liberação e utilização de recursos para implementar projetos de grande impacto criaram problemas para a sua execução. Para além disso, esses autores observam o gargalo que era criado pela política econômica. Esse ponto é bem resumido por Lima (2017):

[...] a dificuldade de implementação da PITCE residiu na rigidez do governo Lula representada pelos Ministérios da Fazenda (MF) e do Banco Central do Brasil (BCB) contrários a uma política industrial. Ambos os ministérios intensificaram a política macroeconômica restritiva, com o MF seguindo cegamente o ajuste fiscal para alcançar o superávit primário e o BCB elevando os juros de forma indiscriminada — não considerando as raízes da inflação na economia brasileira — para lograr a meta de inflação. Na verdade, em relação à política fiscal, a partir de 2003, com o governo Lula, é importante considerar que houve um maior aperto fiscal com a elevação do superávit primário de 3,75% para 4,25% (p. 487-488).

Quanto à busca pelo aumento da participação no mercado externo e a atração de investimento estrangeiro presentes na PITCE, Boito Jr. (2006) identifica que buscava-se solucionar com isso o desequilíbrio das contas externas, que geraria temores para o capital financeiro internacional. Esse autor explica que a abertura do sistema financeiro interno propiciada por Cardoso criou um quadro de quase-estrangulamento, que poderia levar a uma escassez de reservas e o conseqüente temor da inviabilidade de retirar capitais do país. A saída encontrada foi a busca pela inversão do padrão deficitário da conta corrente do país. Assim, aproveitando-se do Real depreciado por uma presidência “vermelha”, fomentava-se a exportação, que só seria possível pelo grande capital nacional que já possuía inserção internacional por poder competir fora do país.

Quanto aos aspectos de competitividade (através da propulsão da inovação), Castilhos (2005) tece crítica quanto às travas da produção interna à disseminação de ganhos de competitividade. De acordo com a autora, mesmo as tecnologias detidas pelas empresas brasileiras não tendem a ser difundidas por conta dos próprios mecanismos de competição e pelo fato das companhias nacionais exportadoras terem produção predominantemente de baixo valor agregado (não existindo um tecido industrial por trás delas a ser modificado). Para a autora, a política apenas atende à criação de superávit comercial, além de favorecer o grande capital industrial do país — deixando de lado a burguesia industrial de médio porte.

Nesse ínterim, Castilhos (2005), Cano e Silva (2010), acabam por tratar a PITCE de maneira semelhante. Isso porque, para esses autores, o maior mérito da PITCE resume-se em trazer de volta a política industrial para a agenda de políticas públicas. Se aproximam ainda ao tratarem a política como contraditória, posto que o crescimento da atividade industrial não seria favorecido com a continuidade das políticas macroeconômicas ortodoxas e a falta de fomento ao crescimento do mercado interno. Em verdade, o que se vê é, em prejuízo da sociedade, uma prática ligada ao supramencionado patrimonialismo. Afinal, pode ser concluído que: “[...] os instrumentos mobilizados não atuam no sentido de condicionar e adequar as

estratégias dessas empresas a um projeto nacional de desenvolvimento, mas, ao contrário, atuam no sentido de adequar ainda mais o País ao interesse dessas empresas” (CASTILHOS, 2005, p. 70).

Ao passo em que a supramencionada política favorecia a burguesia industrial, permanecia uma indisposição desta para com a alta taxa de juros (o câmbio se ajustava para o valor esperado pela indústria). É nesse sentido que, em entrevista concedida a periódico, o Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial faria as seguintes afirmações:

Nós, do Iedi, sempre dissemos que seria preciso colocar duas variáveis no lugar certo: o câmbio e os juros. Com o dólar perto de R\$ 3,10, o câmbio está indo na direção correta. Os juros, porém, continuam totalmente fora do lugar. E pararam de cair com a alegação de que os preços estão subindo. [...] Não é uma inflação de demanda, até porque o mercado interno está parado. Combater esse aumento ocasional de preços com juros altos não faz sentido algum. [...] O Henrique Meirelles já deixou claro que a política do Banco Central é mirar o centro da meta de inflação. Mas seria preciso tolerar uma taxa maior, que nem deveria ser chamada de inflação, porque eu não estou me referindo a um aumento continuado de preços. Falo de uma mudança de degrau na inflação, em razão do câmbio. Por que não aceitar uma taxa de 9%? O regime atual produz uma taxa de juros que inviabiliza o desenvolvimento (IEDI, 2004).

No segundo mandato dos governos do PT, será lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em substituição à PITCE. Essa é lançada em um quadro que novamente se desenhava desfavoravelmente para a indústria no que tange a política macroeconômica, isso porque o Real tinha voltado a estar sobrevalorizado e os juros permaneciam altos (CANO; SILVA, 2010). O plano tinha como metas elevar a taxa de investimento, ampliar exportações (inclusive de médias e pequenas empresas) e aumentar o investimento privado em inovação. Essa política é descrita pela literatura como mais abrangente (vinte e quatro setores industriais) e com mais incentivos (CANO; SILVA, 2010; CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014). Bugiato (2016) chama atenção de que a PDP foi desenhada para atender aos interesses da burguesia interna, isso porque, além de as metas serem a ela direcionadas, não existiam objetivos que tivessem os trabalhadores como destinatários.

Lima (2017) toma a PDP em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) situando-as como políticas anticíclicas inseridas em um mesmo contexto, o da crise econômica de 2008. Com o PAC, dá-se ao Estado importante papel na realização de investimentos em projetos específicos, tendo-se como norte que, através do gasto público, as

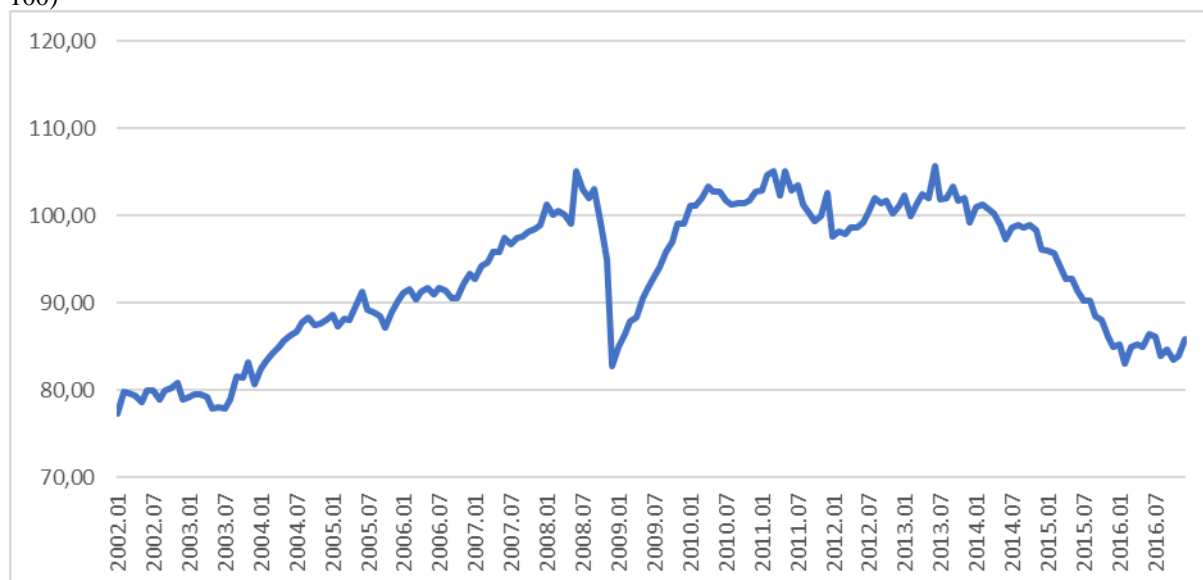
medidas implementadas servissem à expansão econômica até o fim do segundo mandato de Lula através do gasto público até o fim do segundo mandato de Lula. Já a PDP teria como principal objetivo: “[...] elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras, com ações diretas de investimentos público em inovação e subsídios horizontais à inovação privada (Lei nº 11.196/2005, Lei do Bem), com políticas de estímulos a setores específicos” (LIMA, 2017, p. 488).

Resende (2013) observa que a PDP falhou em um dos principais quesitos ligados à inovação, os *spillovers*. O autor argumenta que mesmo focada em setores intensivos em tecnologia, era de se esperar que houvessem estímulos para outros setores, sobre o que ele afirma que o Governo teria falhado em providenciar o devido direcionamento para tanto através da PDP. O autor faz crítica ainda quanto à falta de setorialização. Segundo ele, para que estímulos para promover uma cadeia de inovações surtam efeito, se deve ter em conta uma necessária diferenciação entre setores, dada a potencialidade diferenciada dos mesmos dentro daquela cadeia. A crítica de Resende (2013) é que não se fala em externalidades e que faltaria na concepção daquela política a seleção de setores que melhor poderiam contribuir para a estrutura de inovação como um todo.

Mesmo considerando as críticas apontadas por Resende, a PDP foi muito bem recebida pela indústria, ainda que com ressalvas (IEDI, 2008; CNI, 2009). A burguesia industrial se sentiu contemplada, em especial, pela renúncia fiscal e pelas linhas de financiamento através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com Cano e Silva (2010), as renúncias fiscais foram previstas em 21,4 bilhões de reais. Os desembolsos do BNDES tiveram grande crescimento na vigência da PDP, sendo a indústria, o setor mais beneficiado. Os desembolsos iriam de 25,7 bilhões de reais, em 2007, para 39 bilhões de reais em 2008, e 63,5 bilhões de reais em 2009. No âmbito das diversas áreas ligadas à indústria na PDP, foram feitos 90% do total de aportes do banco (BUGIATO, 2016). Para além disso, a referência para financiamentos concedidos pelo BNDES, a Taxa de Juros de Longo Prazo, vai girar em torno de 6,25%, menor valor da série histórica — somente no Governo Dilma assumiria valor menor (BNDES, 2017). Contudo, deve ser observado que os fundos utilizados pelo BNDES advêm de dívidas que o Estado contrai. Isso porque a maior parte dos aportes ao banco são feitos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é deficitário (ALMEIDA, 2009).

Assim, o Governo fez empréstimos ao BNDES para que ele emprestasse a taxas baixíssimas à indústria dentro de uma lógica desenvolvimentista. Ou seja, os interesses da burguesia industrial são tomados como se interesse nacional fossem - o que poderia ser verdade se a burguesia industrial não viesse a fazer oposição quando as benesses buscadas não fossem prestadas durante momento de contração econômica no Governo Dilma. A indústria respondeu bem ao Governo Lula, de maneira que, quando estoura a Crise de 2008 no país, o setor diminuiria sua produção, mas rapidamente voltaria a crescentes índices produtivos (Gráfico 1) — sendo que a taxa de investimento encerra os Governos Lula com um crescimento de quase 25% (Tabela 7). A partir da crise no país durante o Governo Dilma, a indústria não terá o mesmo comportamento — o que será visto no tópico seguinte.

Gráfico 1 - Brasil — Produção industrial (quantidade) - indústria geral - índice dessazonalizado (média 2012 = 100)



Fonte: Elaboração própria⁹¹.

⁹¹ Dados retirados do Ipeadata (2017).

Tabela 7 - Brasil — Taxa de investimento (2000-2015)

Ano	Taxa de investimento
2000	18,30
2001	18,42
2002	17,93
2003	16,60
2004	17,32
2005	17,06
2006	17,21
2007	18,00
2008	19,39
2009	19,10
2010	20,53
2011	20,61
2012	20,72
2013	20,91
2014	19,87
2015	17,84

Fonte: Ipeadata (2017).

Outro elemento contribuiu temporariamente para a indústria do país: o Real perdia valor, pois fugiam dólares do país com a supramencionada crise econômica. Por outro lado, na esteira da crise econômica, justamente a taxa de câmbio acabaria entrando para o centro do debate, pois o Real voltava se valorizar. Assim, ao fim do Governo Lula, entrava-se na chamada “Guerra Cambial”, buscando não deixar a moeda se valorizar, ao tempo em que se tentava diminuir a taxa de juros. Ambas as variáveis macroeconômicas eram proibitivas para a política industrial (COMIN, 2009; CANO; SILVA, 2010).

Segundo Lima (2017), considerando períodos de governos, o segundo mandato do governo Lula foi o único período em que a economia brasileira apresentou uma taxa média de crescimento maior do que a da economia mundial (crescimento de 4,5% e 3,1% do PIB, respectivamente). O que o autor afirma ser muito mais uma consequência da crise mundial, do que fruto da dinâmica de crescimento interno. Ainda assim, deve ser ressaltado o papel das políticas anticíclicas no período. Nesse sentido, esse autor afirma que além dos

supramencionados PAC e PDP, o Governo adotou outras medidas que contribuíram para o crescimento econômico, como:

[...] a redução da taxa básica de juros (Selic), que estimulou os investimentos privados e públicos; uma maior flexibilidade na condução da política fiscal, principalmente a partir da crise; a política de salário mínimo para recompor as perdas dos trabalhadores durante o período de alta da inflação, fortalecendo, assim, o poder de compra das famílias; a política de acúmulo de reservas internacionais, que corroborou para reduzir a vulnerabilidade externa da economia frente a choques externos; a continuidade do saldo da balança comercial, mesmo com a redução deste saldo em decorrência do processo de valorização cambial; e o aumento mais proporcional das importações do que o crescimento das exportações. [...] O fato é que a conjunção dos projetos executados pelo PAC e pela PDP, aliada às medidas anticíclicas durante a crise no mercado internacional, levou a economia brasileira a apresentar um crescimento econômico mais vigoroso durante o segundo mandato do governo Lula, crescimento este que teve o mercado interno e o aumento dos investimentos público e privado como principais variáveis de expansão. É relevante aqui atentar para o fato de que o crescimento da economia brasileira abaixo do crescimento da economia mundial coloca em evidência [...], a incapacidade da economia brasileira, com o domínio das políticas neoliberais, de aproveitar as oportunidades existentes no contexto mundial favorável para se implementar uma política que tenha como o objetivo a promoção da expansão da economia e o desenvolvimento industrial (LIMA, 2017, p. 489).

Assim, percebe-se claramente que o Governo adotou políticas para fazer frente à crise ao buscar diminuir o peso da mesma sobre o investimento e o consumo, mas faz-se a ressalva de que as políticas neoliberais encampadas desde os governos anteriores não dão margem para que políticas anticíclicas sejam mais do que respostas a crises. Nesse sentido, Lima (2017) observa que além das medidas supramencionadas, adotou-se medidas de redução do compulsório bancário, aumento da oferta de crédito pelos bancos públicos, redução de impostos como o IPI e redução da meta de superávit primário, todavia, apesar da melhora em indicadores, a economia brasileira continua apresentando dinâmica bastante abaixo do necessário para avançar na direção de uma estrutura econômica mais dinâmica e competitiva, características próprias de uma nação mais desenvolvida.

A “segunda fase” dos governos do PT tem à frente a Presidente Dilma Rousseff. No primeiro mandato desse Governo (entre 2010 e 2014), o Brasil apresentou taxa média de crescimento econômico de 2,1%, abaixo da média mundial (a taxa média de crescimento da economia mundial foi de 3,6%), mas que foi sem dúvida sustentado pela continuidade das políticas de estímulo ao consumo, de redução da taxa básica de juros, de maior flexibilidade na condução da política fiscal (principalmente em 2014) e com uma política de salário mínimo que buscava recompor as perdas dos trabalhadores durante os períodos de alta da inflação, fortalecendo-se o consumo por minorar os efeitos sobre o poder de compra das famílias (LIMA, 2017). Ao

tempo que, a taxa de desemprego mantinha-se baixíssima, chegando a 4,3% no final de 2013 e de 2014, dado que foi lido à época como situação de pleno emprego (LIMA, 2017; IPEADATA, 2017).

Quanto à política industrial em sentido estrito, já que, por exemplo, a manutenção da demanda aquecida não pode ser descartada como pró-indústria, o Governo Rousseff criou o Plano Brasil Maior (PBM), logo no seu primeiro ano, com o objetivo de reerguer a indústria nacional, sobretudo o setor automotivo, foco de várias medidas de estímulo à produção. Entre as principais medidas, o PBM tem três dimensões:

1) Primeira dimensão: estímulo ao investimento e à inovação: i) desonerações tributárias; ii) financiamento ao investimento e à inovação; e iii) marco legal da inovação. 2) Segunda dimensão: comércio exterior: i) desonerações das exportações; ii) defesa comercial; iii) financiamento e garantias para as exportações; e iv) promoção comercial. 3) Terceira dimensão: defesa da indústria e do mercado interno: i) desoneração da folha de pagamento; ii) regime especial automotivo; iii) compras governamentais; e iv) harmonização de políticas de financiamento (LIMA, 2017, p. 490-491).

O PBM repaginava a PDP ao incluir medidas de proteção comercial, de compras do setor público com margem de preferência para produtores domésticos e desoneração da contribuição previdenciária da folha de salários para quinze setores, parcialmente compensada por um imposto sobre faturamento (ALMEIDA, 2013). Por outro lado, o plano recebeu críticas por conta da ausência de estratégias mais amplas. Por um lado, o plano careceria de uma visão estratégica, pois as medidas em diversos níveis (câmbio, desonerações tributárias, compras governamentais e requisitos de conteúdo nacional) eram vistas como sem direcionamento; por outro lado, pecava quanto a estratégias para remoção de entraves estruturais, que, somados à carga tributária, à deterioração da infraestrutura de logística e ao custo da energia, passavam a representar os maiores entraves para a expansão industrial (GUARDADO; BOLLE, 2013).

Além do PBM, o Governo Dilma também adota o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores — INOVAR-AUTO, através da Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, com objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças no que tange empresas fabricantes lotadas no país (BRASIL, 2012a). O Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2012) resume que o objetivo principal do programa acaba por ser o de criar condições de competitividade e incentivar as empresas a fabricarem carros mais econômicos e mais seguros e investirem na cadeia de fornecedores, bem como em engenharia, tecnologia industrial básica, pesquisa e desenvolvimento e capacitação de fornecedores. É interessante notar que o decreto que regula o programa (BRASIL, 2012b), dentre as exigências feitas para que as indústrias participassem, coloca patamares mínimos de investimento em ciência e tecnologia no país, bem como favorece a nacionalização de etapas da produção.

Todavia, há de ser observado que, como afirma Lima (2017), o programa está mais associado a uma política de caráter emergencial de curto prazo, do que a uma política industrial setorial de longo prazo que pudesse proporcionar transformações estruturais. Em suma, o autor afirma que aquele programa não apresenta clareza com relação a estímulos a melhoramentos no desempenho das indústrias existentes, que possibilitariam conectar as empresas nacionais com a economia global — direcionando os investimentos para alterar positivamente a posição de agregação de valor do país em segmentos altamente móveis de cadeias globais de produção. Entretanto, o autor reconhece que, mesmo com todas as deficiências do programa, ele tem seu mérito por inserir-se nesse quadro de renovação no país da preocupação em se pensar políticas industriais.

4.3.2 Oposição da burguesia industrial

Bandeira cara para a indústria é adotada pelo Governo Rousseff: a redução da taxa de juros. No Governo Rousseff, se terá a iniciativa de diminuir a taxa de juros de maneira mais brusca. A taxa referencial de juros chegaria, no seu segundo ano de mandato, à casa dos 7%, mínima histórica no acompanhamento desde o Governo Cardoso (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017). Após o primeiro ano de Governo (2011), no qual o Governo adotou políticas restritivas nos campos fiscal e monetário frente à Crise do Euro, o Governo da Presidente Dilma Rousseff reduzirá a taxa de juros e irá adiante, forçando a redução dos juros cobrados pelos bancos comercialmente, usando a redução do *spread* bancário da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. A opção era por uma política anticíclica que sustentasse (o consumo interno e) o investimento por parte da burguesia industrial. Essa política iniciada em 2012 pode assim ser resumida: redução dos juros, seguidas desvalorizações do Real, expansão do crédito

através do BNDES, desonerações fiscais, concessões para investimentos em infraestrutura, reforma do setor elétrico e novo plano de industrialização.

A burguesia industrial receberia com bons olhos a reforma do setor elétrico que prometia até 32% de redução do custo da indústria com energia elétrica. Também receberia com bons olhos as desonerações fiscais, sobretudo as relacionadas a encargos trabalhistas. Pela ótica das exigências insatisfeitas do setor, via-se um tímido sucesso do Governo quanto à desvalorização do real e uma política de redução de juros que, em menos de dois anos, seria revertida de acordo com os interesses da burguesia financeiro-bancária. Como visto acima, o Governo Rousseff implementou ainda o Plano Brasil Maior de política industrial, que era falho, como os seus antecessores quanto à promoção da inovação, mas possuía metas mais específicas e aumentava a capacidade financiadora do BNDES.

Frente às diversas iniciativas dos Governos do PT após o esquecimento das políticas industriais nos governos anteriores, por que a burguesia industrial “teimaria” em se inserir na oposição ao Governo? Os governos do PT trabalhavam com uma miríade de políticas desenvolvimentistas, embora não tenham rompido com o tripé macroeconômico, dentro da qual tinha papel de destaque a política industrial (2011). Serão apresentadas aqui algumas respostas da literatura⁹².

André Singer (2012) usa do termo “lulismo” para atribuir à política dos governos do PT a mistura entre aspectos progressistas e conservadores. Isso estaria na continuidade da política macroeconômica de Cardoso em um primeiro momento, mas também nas seguintes rupturas com aumento do salário real e do consumo das classes trabalhadoras, o que manteria o emprego industrial. Teria-se uma política desenvolvimentista executada por um Estado de tipo bonapartista que pairava além dos conflitos, como árbitro, agradando ao novo proletariado e ao subproletariado que se formava, e à indústria, e não desagradando ao mercado financeiro. O último lideraria a coalizão rentista, enquanto os outros formariam a coalizão produtivista. Contudo, essa última seria rompida ainda em 2013, com a burguesia industrial aproximando-se da coalizão rentista, como capitalista que é, em prol da queda no valor do trabalho e da proteção aos trabalhadores (SINGER, 2015; 2016).

⁹² Não se pretende encerrar aqui toda a literatura sobre as razões da burguesia industrial para apoiar o *impeachment*, mas trabalhar exemplos suficientes para lançar luz sobre a postura da burguesia industrial enquanto postura recorrente. Utilizou-se em especial dos trabalhos de André Singer, Armando Boito Jr., Luiz Filgueiras, Eduardo Costa Pinto, Bresser-Pereira e Jessé Souza voltados para o *impeachment*.

Assim, como explica Ruy Braga (2016), que adota posição semelhante à de Singer, o impeachment se deu: “[...] não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista” (BRAGA, 2016, p. 52). Para esses autores, não se trata de ojeriza ao “povo”, mas entendimento de que, na escolha pelo “povo”, reformas tão impopulares não seriam possíveis. Aliás, ler esse cenário pela ótica da hegemonia às avessas de Oliveira (2010) cria uma situação interessante. Na hegemonia às avessas, o governante é representante dos dominados com o consentimento dos dominadores, tendo em vista que o *status quo* seria mantido. Na medida em que a Presidente perde popularidade, sendo sua base o “povo”, resta mais dificultoso para ela efetuar reformas impopulares, o que diminuiria as dúvidas da elite quanto a apoiar seu *impeachment*.

Para Armando Boito Jr. (2013), a tese levantada por Singer do bonapartismo do PT é extremamente questionável — sobretudo porque, no bonapartismo, o Estado paira alheio aos interesses de classes ou frações de classe, quando as classes têm acesso diferenciado ao Estado por meio de seus grupos de interesse que são privilegiados de acordo com o próprio conflito de classes. Para além disso, Boito Jr. trabalha com os fracionamentos de classe poulantzianos vistos no institucio 3.2.3.2. De acordo com esse fracionamento, o autor vai afirmar que não só o Estado, na gestão do PT, não é alheio, como ele claramente dá prioridade à grande burguesia interna (“construção naval, construção civil, indústria de transformação, mineração e outros”). Essa tese de Boito Jr. se justificaria pelas políticas supramencionadas, que formariam o “novo desenvolvimentismo⁹³”. E o impeachment?

Parece-nos possível sustentar a tese de que essa nova matriz representava não apenas uma radicalização da política neodesenvolvimentista, mas também uma alteração no interior dessa política. Era a tentativa de beneficiar o segmento produtivo da grande burguesia interna em detrimento dos interesses do seu segmento bancário. Ou seja, essa política aprofundou um conflito que sempre esteve presente na grande burguesia interna e, ao mesmo tempo, despertou a reação do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Foram essas forças que iniciaram uma ofensiva contra o Governo Dilma no início de 2013 (BOITO JR., 2016a, p. 158).

⁹³ Em verdade, o autor usa a expressão “neodesenvolvimentismo”.

Para Boito Jr. (2016a; 2016b), os Governos do PT sempre enfrentaram a oposição do segmento bancário, mas durante os mandatos aumentaria a oposição da alta classe média incomodada com os ganhos de direitos e de espaços (nas universidades públicas, por exemplo) que as políticas do PT angariavam à classe trabalhadora. Para além disso, a burguesia interna deserdava a coalizão “novo desenvolvimentista”. No ano de 2015, associações de classe mudariam do apoio ao PT para a oposição, a exemplo: “O caso mais importante e notório é o da FIESP, que, após apoiar os sucessivos governos do PT, tornou-se a vanguarda do golpe institucional no meio empresarial” (BOITO JR, 2016b, p. 27).

Para Filgueiras (2017), a partir das noções de modelo liberal-periférico e bloco no poder (FILGUEIRAS *et al.*, 2010), os governos do PT apenas mantiveram a política macroeconômica que atende o grande capital financeiro. Ao propor um “novo desenvolvimentismo”, o PT apenas repetia o “velho desenvolvimentismo”, reunindo capital internacional, capital nacional e Estado. Contudo, com uma limitação a mais: o “novo desenvolvimentismo” estaria adstrito àquilo que não perturbasse os privilégios da hegemonia da burguesia associada⁹⁴ (ligada ao capital financeiro). Como visto, justamente isso levava à contradição das políticas industriais, pois a política macroeconômica que atendia a hegemonia financeira dificultava os investimentos da indústria.

Para Filgueiras (2017), o “novo desenvolvimentismo” era a ilusão dada de uma aliança informal entre burguesia industrial interna e classe trabalhadora por meio de flexibilizações na política macroeconômica. Quando a crise econômica mundial se estica, o extrato hegemônico da burguesia exige rigidez quanto a essas políticas, a burguesia interna sai derrotada e o Estado se dobra à burguesia associada, que conduz o *impeachment*. Isso, todavia, não explicaria ainda o *impeachment*. Afinal, para o autor, há continuidade do padrão de desenvolvimento liberal-periférico⁹⁵ com Rouseff. De acordo com Filgueiras, esse padrão:

⁹⁴ O autor assim retrata a burguesia associada (a que ele chama de cosmopolita) no país atualmente: “A fração da burguesia cosmopolita tem presença e pode ser reconhecida no Brasil, principalmente, nos seguintes setores: atividades e mercados financeiros (bancos, fundos de investimento e de pensão, empresas de consultoria e assessoria financeira, seguradoras, corretoras, planos de saúde); empresas brasileiras fornecedoras e prestadoras de serviços, articuladas ou associadas às multinacionais em vários tipos de negócio; alta gerência das empresas multinacionais na indústria e no agronegócio; grandes grupos de *marketing* e comunicação; grandes escritórios de advocacia e auditoria; e, mais recentemente, grandes universidades privadas, muitas delas já de propriedade do capital estrangeiro”.

⁹⁵ Sobre esse padrão, Filgueiras e Gonçalves (2007) assim o resumem: “O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais na esfera comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado e da privatização de empresas estatais, que implica reconfigurar a intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do

[...] atualizou as características mais marcantes da formação econômico-social brasileira, quais sejam: a dependência externa tecnológica e financeira, com grande transferência de renda para fora do país; enorme concentração de renda e desigualdade social; rebaixamento permanente do estatuto do trabalhador; patrimonialismo nas relações entre o privado e o público e, como produto da incapacidade hegemônica da burguesia, centralização e deslocamento do poder político real para fora das instituições políticas formais — o que tem implicado em reiteradas crises político-institucionais (2017, p. 31).

Tal atualização tomou forma com a abertura comercial e financeira da década de 1990, a adaptação ao capitalismo financeiro, privatização, piora para o trabalhador nas relações formais de trabalho e redução das políticas sociais. Isso impossibilitaria qualquer projeto nacional de desenvolvimento. Entretanto, Filgueiras (2007) vai mais longe ao identificar um projeto nacional como um projeto anticapitalista. Assim, o Governo do PT, que ele trata como transformado em um partido da ordem, seria parceiro da burguesia interna e não seria identificado como oposto à burguesia associada — persistindo com isso a indagação sobre as razões para essa última fração da burguesia ter patrocinado o *impeachment*.

Conclui-se, da leitura do artigo de Filgueiras (2007), que para a burguesia associada a questão é ideacional. O Estado é visto como demasiadamente interventor, as políticas sociais são consideradas gastos irresponsáveis e a menor desigualdade social encarada como diminuição da possibilidade de superexploração do trabalho⁹⁶. É um problema de classes. Porém, esse é revestido de moralidade para que não seja aparente, introduzindo-se a questão da corrupção como se central fosse, apelando-se para uma legitimidade conservadora da qual só se pode tirar proveito em momentos de instabilidade como aquele enfrentado por Rousseff. Observam-se aí os quatro elementos trabalhados na seção 3 acerca da burguesia brasileira (extrato industrial incluso): não-nacional, conservadora, autoritária e antipopular.

Eduardo Costa Pinto⁹⁷ (*et al.*, 2017) também faz leitura de acordo com o modelo liberal-periférico, mas aprofundou-se na oposição entre capital e trabalho como uma das razões para o *impeachment* de Rousseff. Pinto (2015) identifica que o Governo Rousseff veio na esteira

mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina liberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional” (p. 22).

⁹⁶ Aqui Filgueiras aplica conceito de Ruy Mauro Marini segundo o qual numa economia periférica a extração de mais-valia do trabalho é intensificada pelo capitalista local que busca compensar as perdas que tem com os repasses para o grande capital internacional (MARINI, 1973).

⁹⁷ Observa-se a existência de alguns trabalhos em que Pinto figura como primeiro autor sobre os períodos Lula e Rousseff, bem como trabalho em que figura sozinho (PINTO, 2015). Por essa razão, foca-se nesse autor.

de um governo que tinha criado uma plataforma política no subproletariado com as políticas sociais, e estabelecido aliança no bloco no poder graças às rentabilidades excepcionais, especialmente para bancos e indústria. Dada a conjuntura econômica desfavorável em que assume, a aliança do bloco no poder não estava mais tão firme. Para além disso, Rousseff teria passado por cima de tal aliança, o que foi visto acima na maneira como ela lidou com os juros. Se com aquilo perdia o apoio dos bancos, o recuo quanto à redução dos juros fez com que ela perdesse a indústria.

Rousseff só conseguiria se reeleger através de discurso voltado para o “povo”, se opondo a políticas ortodoxas. Contraditoriamente, ela inicia o segundo mandato com esse tipo de política, o que abala a sua base. Por outro lado, o receio com relação a um processo de *impeachment* moroso, que complicasse o quadro econômico, fará com que FIRJAN e FIESP sejam contrários ao impedimento àquele momento (PINTO, 2015). O autor explica o que salvava o mandato de Rousseff:

Ainda acreditavam que o governo da presidenta Dilma realizaria as reformas de seus interesses. Naquele momento, o bloco no poder do capitalismo brasileiro — caracterizado historicamente pela escravidão, pelo caráter comercial e oligárquico, pelo pacto estrutural entre as oligarquias agrárias e a burguesia industrial na modernização brasileira e pelo enorme poder coercitivo diante dos subalternos — se unificava em torno do juízo de que a única alternativa para destravar a acumulação seriam as reformas neoliberais (trabalhista, previdenciária e dos gastos públicos) (PINTO, 2017, p. 18).

O que muda e leva ao impedimento da Presidente? Para Pinto (2017), é quando o Vice-Presidente passa a acenar com um plano alternativo à continuidade do mandato de Rousseff, que incluiria as reformas quistas pelo bloco no poder, que a classe dominante teria dado o aval para o *impeachment*. Essas reformas (trabalhista, previdenciária e dos gastos públicos) seriam estimadas tanto para incrementar a exploração de trabalhadores dos setores privado e público, como para uma esperada redução natural da taxa de juros com o desmonte dos gastos da máquina pública. Para Pinto (2015), era a ameaça de que deveria fazer as reformas ou seria impedida que manteria Rousseff “na linha”, razão pela qual titubeou-se quanto ao apoio ao *impeachment*. Vê-se, aí, mais uma vez, o caráter pragmático e autoritário da burguesia frente à democracia⁹⁸.

⁹⁸ Quanto a esse aspecto pragmático, vale nota ao trabalho de Gonçalves (2016) sobre os impactos positivos de um processo de *impeachment*. Nesse trabalho, o autor advoga pelo *impeachment*, pois segundo o mesmo traria reequilíbrio político e possibilidade de redefinição macroeconômica. Entende-se aqui que, tendo no horizonte as medidas pretendidas pelo bloco no poder e conhecimento de que elas encontravam guarida no Vice-Presidente, o

Pinto (2010) não descarta um projeto nacional que não seja anticapitalista. Outro que não desconsidera projeto dessa natureza é Bresser-Pereira (2013). Para esse autor, era essa possibilidade que poderia se abrir com iniciativas como a do Governo Lula, dado o cenário em que o liberal-dependentismo teria ficado para trás. Em crítica a Filgueiras e outros (e também àqueles autores que se posicionam à direita), Bresser-Pereira (2013) advogará pela busca por uma solução no horizonte tangível. Segundo ele, uma alternativa ao capitalismo não se apresentaria como tal no momento. Portanto, a coalizão que Lula e Dilma criavam seria a alternativa possível, estabelecendo-se o dito “novo desenvolvimentismo”.

Todavia, anos depois, Bresser-Pereira (2016) vai afirmar que o projeto de nova coalizão de classes do PT falhou já no final de 2012. Segundo o autor, a burguesia industrial rompe com a Presidente por conta da queda na taxa de lucro, repetindo o que já tinha feito na crise de 1960, juntando-se aos capitalistas rentistas e ao ideal liberal conservador. Rousseff, sendo vista como não cooptável e fiel aos compromissos com os trabalhadores, teve que lidar com a oposição daquelas elites. Segundo Bresser-Pereira (2016): “[...] as elites brasileiras estavam perdendo a serenidade e sendo tomadas pelo ódio — ódio ao PT, ódio a Lula e a Dilma —, uma paixão que eu nunca havia visto antes no Brasil, nem mesmo nas vésperas do golpe militar de 1964” (p. 376). Para o autor, a soma disso à crise de 2015 fez com que houvesse o “golpe de Estado parlamentar”.

Jessé Souza (2016) lê esse ódio por parte das elites de maneira diferente de Bresser-Pereira. Aquele autor refere-se às elites ou à burguesia como “elite do dinheiro”, mas essa não estava tomada de um ódio novo. Pelo contrário, ela exerceria o mesmo comportamento que lhe é inerente: tendo sua riqueza advinda dos trabalhadores, ela apenas busca não perder o controle desse mecanismo. Para Souza (2016), contra governos como o do PT, utiliza-se da ideia de corrupção a partir de um mito nacional de que ela seria um problema endêmico e, antes de tudo, brasileiro. A partir disso, a elite política seria um entrave para uma sociedade efetivamente republicana (como visto no item 3.1.2.1, essa é a crítica de Jessé Souza à ideia de patrimonialismo como trabalhada por diversos autores). A utilização da corrupção é feita,

impeachment funcionaria como cortar os freios do processo democrático frente às reformas. Isso porque se colocaria à frente da determinação da agenda (*agenda setting*), ou seja, na Presidência, alguém com proposta que em muito se distancia daquela que elegeu sua chapa. Ademais, esse raciocínio é justamente o raciocínio anti-democrático da burguesia industrial do país. Afinal, trata-se uma transição de legalidade extremamente duvidosa (YAROCHEWSKY, 2016) e dolorosa para a para a democracia como se fosse uma transição natural e dentro da institucionalidade formal.

assim, como discurso seletivo, em sua dureza e perseguição, contra representantes da esquerda. Essa narrativa tem pano de fundo liberal, buscando diminuir o Estado e, no caso em específico, para demover do poder político o inimigo de classe (representado por governantes do PT). Mas em que ponto entra, especificamente, a burguesia industrial?

Existe um vínculo de continuidade real e institucionalizado que faz com que qualquer tentativa — mesmo parcial e frágil, como as que ocorreram até agora — de romper nosso *apartheid* de classes desemboque em golpes de Estado e reação violenta das elites da rapina selvagem. É o mesmo desde Getúlio Vargas, que desabafava com sua filha sobre a dificuldade de convencer os empresários da necessidade de uma legislação que protegesse os trabalhadores para evitar revoluções mais radicais. ‘Eu quero salvá-los e esses burros não percebem’, disse ele, segundo seu melhor biógrafo. Desde então **qualquer governo ou partido reformador tenta, sem sucesso, construir alianças com uma parte da classe dos proprietários. A ‘esquerda’ brasileira sempre sonhou com a ‘boa burguesia e acordou com o pesadelo do Estado de exceção. A ‘boa burguesia’ foi sempre a burguesia industrial, ou seja, a fração das classes proprietárias que em tese teria muito a ganhar com um mercado interno forte e saudável. Afinal, com bons salários para os trabalhadores ela poderia vender muito em um mercado interno protegido para seus bens.** Em tese, seria possível uma aliança nacionalista para dinamizar o país e elevar o patamar de compra de todos, assim como a taxa de lucro dos empresários. **Nas três décadas que transcorreram entre Getúlio e o golpe de 1964, essa foi a ilusão maior da esquerda nacionalista brasileira. O golpe de 1964 veio dar um banho de realidade nessas expectativas** (SOUZA, 2016, p. 43).

A burguesia industrial brasileira tem objetivos de curto prazo que não se inserem na lógica de projetos nacionais. Assim, a busca de reestruturação social parecia ter sua adesão, mas, como coloca Jessé Souza (2017), esse apoio poderia significar que as taxas de lucro não crescessem ou existiria o receio de que diminuíssem pelo possível freio que as demandas dos trabalhadores poderiam representar. Assim, mesmo tendo um plano para seu desenvolvimento, incentivos bilionários do BNDES e sua fonte de ganho principal no mercado financeiro (SOUZA, 2017), a burguesia industrial contribuirá para o movimento pelo *impeachment*. Sua associação de classe mais expressiva, a FIESP, colocaria patos de borracha pelo país para manifestar-se contra o Governo (MONTELEONE, 2016). A mensagem seria de que eles “não pagariam o pato”, pois o Estado interventor e corrupto não os faria passar por um aumento de impostos para bancar a “sujeira” feita. Segundo Jessé Souza (2017, p. 164-165), os patos eram um protesto conta o possível retorno de cobrança de taxa por movimentação financeira (CPMF⁹⁹) por parte daqueles que sequer pagavam impostos¹⁰⁰.

⁹⁹ Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), que foi extinta em 2007 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007).

¹⁰⁰ De acordo com Amaral e outros (2009), em 2008, a indústria não só era o setor que mais sonegava impostos, como o montante atingido era bastante expressivo: 78 bilhões de reais. Já a Procuradoria-Geral da Fazenda

Para Souza (2016), o *script* do impedimento da Presidente Rousseff se iniciou já na sua batalha pela redução dos juros e do *spread* bancário. A Presidente enfrentava a fração financeiro-bancária. De acordo com o autor: “o projeto evocava claramente o sonho secular da esquerda brasileira da procura pela ‘boa burguesia’. Agora, como sempre, o alvo do amor não correspondido era a burguesia industrial” (SOUZA, 2016, p. 53). Em abril de 2013, Rousseff perdia a batalha e todas as frações de classe dominantes voltavam-se contra ela. A partir daí, bastaria ganhar o apoio das classes médias que, pelo seu conservadorismo, já tenderia à oposição ao PT pelo seu sentimento de ódio e desprezo pelas classes populares (SOUZA, 2016).

Valendo-se da grande mídia, a elite acharia como minar a legitimidade do Governo a partir das Jornadas de Junho daquele mesmo ano (setenta anos após as manifestações que iniciaram o movimento de derrubada de Vargas). A partir daquele momento, a retórica da corrupção iniciada no final do primeiro mandato de Lula passava a ter a adesão da classe média e de parte de setores populares. As Jornadas de Junho foram uma série de manifestações que tiveram como principal pauta a melhoria dos serviços públicos e que contou com milhões de pessoas nas ruas do país em cerca de cento e quarenta cidades brasileiras (BRAGA, 2013).

Souza (2016, p. 93) contraditoriamente nega, mas existia nos movimentos, desde o início, uma aversão a parte da classe política¹⁰¹. A questão incontestada que ele expõe é a da capitalização das manifestações como oposição à classe política em geral e ao Governo Dilma em específico. O PT começa a ser hostilizado. A FIESP, por sua vez, projeta na fachada do prédio a bandeira do país como parte das manifestações (SOUZA, 2016, p. 93). Posteriormente, a FIESP seria mais prática, financiando manifestações “[...] da mesma maneira que em 1964 a FIESP pagou para que os golpistas se organizassem e derrubassem o presidente eleito João Goulart” (MONTELEONE, 2016, p. 41). Ao fim de 2015, a associação de classe passa a apoiar formalmente a derrubada da Presidente (FIESP, 2015).

Conforme pode ser observado dessas leituras, existem pontos de aproximação e de distanciamento entre os autores supramencionados. Nem todos os autores fazem menção, por

Nacional (2016) apresenta os dados de que a indústria de transformação é o setor que mais deve (créditos com prazo de pagamento expirado) à União, devendo mais de 350 bilhões de reais à União.

¹⁰¹ O que é contraditório já que sua tese maior está na aversão provocada na população pela “tolice da inteligência brasileira” de interpretar a classe política como um dos maiores males do país.

exemplo, às Jornadas de Junho. Tampouco é unânime a relevância dada por Jessé Souza (2016; 2017) e Boito Jr. (2016a; 2016b) à adesão da alta classe média à oposição a Rousseff. Contudo, há consonância entre eles quanto à importância da oposição feita pela burguesia industrial brasileira pelo seu caráter de aversão ao que o PT significa. A exemplo disso, Bianchi (2004, p. 268) relata que, no ano de 1994, na FIESP, Lula proferiu discurso de acordo com pautas da burguesia industrial, mas tal mensagem acabou tendo consequências nulas para sua candidatura, pois, muito embora tivesse discursado com pautas que agradariam os ouvintes, o candidato provocava repulsa na plateia pela identificação do PT com movimentos sociais.

Nas leituras sob os modelos do “novo desenvolvimentismo” ou do liberalismo-periférico, persiste a relevância da identidade da burguesia industrial (seja interna, seja associada) com o movimento de *impeachment* de Rousseff. Nelas, fica patente o caráter da burguesia conforme visto na seção 3.2.3.2. Ao nortear-se pela afronta a direitos da classe trabalhadora, buscando a troca de governante para atender a esse objetivo, e desconsiderando a normalidade democrática, a burguesia industrial se revela autoritária, antipopular e desvinculada de qualquer interesse nacional. Autoritária por ser antidemocrática, antipopular por adotar esse comportamento antidemocrático na vigência de governo que tem maior identificação com as camadas mais desfavorecidas e antinacional porque sempre instrumentaliza o Estado para atender aos seus interesses e quando não acha mais conveniente e entende não serem contemplados seus anseios imediatistas, corrobora para a construção das bases para rompimentos institucionais.

Ao mesmo tempo, vislumbrando uma união de propósitos de classe, tal qual descreve Pinto (2017), a burguesia industrial une-se à burguesia como um todo no país. Possíveis diferenças de pauta entre os setores são deixadas de lado frente às causas comuns quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários e quanto aos gastos públicos. O bloco no poder se une para fazer valer a prerrogativa patrimonialista de exclusividade quanto aos privilégios advindos do Estado. A burguesia industrial, em específico, ao tempo em que atua como classe, também adota o comportamento ao qual Cardoso se referia:

Para afirmar-se como classe politicamente dominante e para expandir economicamente, a burguesia industrial é forçada a apoiar reformas e medidas que contrariam os grupos de dominação tradicional, mas, em seguida, neste mesmo movimento de modernização, vê-se embaraçada com os únicos aliados com que pode contar nas situações-limite: as forças urbanas e populares. Para assegurar a

expansão econômica e tentar o controle político do momento, arrisca-se a perder a hegemonia do futuro. Por isso, volta-se imediatamente depois de qualquer passo adiante contra seus próprios interesses, recuando um pouco no presente para não perder tudo no futuro (1964, p. 186).

A autonomia que o Estado possui é sempre sufocada por esses movimentos das classes, entretanto, o acesso a ele é diferenciado de acordo com a classe econômica e a institucionalidade política do país. Singer faz uma leitura pouco razoável ao afirmar o Estado como bonapartista, pois esse não paira sobre as classes. Sua autonomia é mínima, e, como se mostrou, menor ainda com um governo progressista. Sob esse tipo de governo planam os fantasmas de interrupções pretéritas de mandatos, o que demonstra que a institucionalidade do país se formou carregando em si o patrimonialismo (como descrito no tópico 3.1.2.2). Mesmo que esse governo busque fazer coalizões que garantam alguma autonomia progressista, o bloco no poder fará pressão ou o dispensará.

O objetivo das políticas executadas com relação à indústria no período dos governos do PT era o de fazer com que o investimento aumentasse e estimulasse o crescimento econômico. A experiência petista não atentava contra a ordem capitalista liberal-periférica, tratava-se de um projeto nacional de coalizão. O cálculo desse projeto, contudo, passava por dar tratamento de burguesia nacional à burguesia industrial. A burguesia industrial brasileira historicamente não se presta a esse papel de burguesia nacional. Quando Vargas gozou do apoio da burguesia industrial em 1937, esse apoio era eivado de desconfiança por parte daquele extrato de classe.

Assim, na impossibilidade do controle direto do Executivo, essa burguesia se valeu cada vez mais do ambiente midiático para exercer controle (SOUZA, 2017). As denúncias de corrupção e a maneira como essas são exploradas constituem ferramentas utilizadas por aquela elite na qual se insere a burguesia industrial. O real funcionamento entre burguesia e Estado não deixa de lado a dominância do bloco no poder sobre a política ou a dominação patrimonial no país. De sorte que, frente a Governos que inspiravam desconfiança quanto à manutenção das altas taxas de lucro (Vargas, Goulart e Rousseff), construiu-se a mesma retórica enviesada: a asséptica Economia seria afetada pelos desmandos da política doente. No resumo de Boito Jr.:

Desviam, contra toda lógica e evidências, toda a responsabilidade pelo esquema de corrupção para o Congresso Nacional e para o Partido dos Trabalhadores. Dizem que é preciso impedir que a crise política contamine a economia. O que é que estão

realmente dizendo? Que é preciso salvar a política econômica e o governo que garante essa política (2006, p. 261).

A falta de apoio político da burguesia industrial no Governo Dilma (bem como nos governos de Goulart e Vargas) deixou claro que existe uma opção política da burguesia industrial brasileira por não aderir a políticas nacionais de desenvolvimento. Muito embora perceba-se que a indústria é colocada no centro dessas políticas, objetivando-se modificar a inserção da própria indústria, buscando para ela protagonismo, não faltando exemplos de políticas pró-indústria que corroborem com isso, a adesão da mesma é fundamental. Contudo, o posicionamento político da mesma enquanto classe e em especial o seu caráter conservador, antipopular e autoritário, mostram sua opção histórica no Brasil por ser não nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A verdadeira corrupção é a do mercado.
Jessé Souza*

Assumiu-se com o presente trabalho o desafio de se fazer uma análise nos moldes do Institucionalismo Histórico, ou seja, destacando a dimensão histórico-institucional de um fenômeno efetivamente socioeconômico. Por outro lado, o caminho não poderia ser outro na transdisciplinaridade com que buscou-se tratar pela Economia Política eventos políticos. Além disso, a abordagem eleita facilita a pesquisa por trabalhar com conjunturas críticas, momentos que propiciariam novas trajetórias (em uma lógica de dependência da trajetória). Como visto, esse fator é de grande importância, dado que o presente trabalho estabelece a Revolução de 1930 como conjuntura crítica, girando na sua composição teórica em torno desse momento. Afinal, antes dele, firma-se o patrimonialismo no Brasil. Após aquele momento, a burguesia industrial brasileira passa a fazer parte do bloco de poder e inicia-se uma nova trajetória político-econômica no país em que a indústria passa a ser tema relevante, de sorte que os governos entendidos como progressistas buscaram estabelecer coalizões com a mesma para realizarem seus projetos nacionais.

Por outro lado, foi visto que essa burguesia industrial nasce de uma ordem tradicional agrária e não rompe com ela. De sorte que a mesma se constrói sem a capacidade de conceber um projeto nacional. O que se deu por tratar-se de uma burguesia industrial que não tem porque fazer rupturas, ao passo que, por ser bastante pragmática, dificilmente entraria em projetos nacionais, pois esses demandariam tempo, admitindo-se reveses e custos para alcançar uma situação diferente no médio prazo. Assim, a burguesia industrial brasileira é conservadora. Essa é uma das características que restaram claras com os autores da seção 3 e os momentos trabalhados na seção 4.

Antes disso, demonstrou-se que existe um debate vivo acerca da apropriação pelos autores clássicos do tipo ideal patrimonialismo. Jessé Souza argui que esse é um dos grandes problemas criados e mantidos pela intelectualidade brasileira, pois a partir da incorporação clássica feita no Brasil, cria-se um entendimento de ordem liberal de que todos os problemas adviriam da classe política e do Estado. Já as soluções viriam do mercado, que só teria esse

potencial limitado por conta da forte presença do ineficiente Estado e as aves de rapina (estamento político) que o habitam. Aqui faz-se o exercício inverso. Repaginando o trabalho do baiano Nestor Duarte sobre o privatismo no país, arguiu-se que a ordem privada segundo a qual o domínio pertencia ao senhor de terras vai ser expandida. Com isso, a coisa pública existe para ele, mas deve ser pilhada por ele. A partir desse entendimento, pode-se tomar, por exemplo, os atos de corrupção como tendo o envolvimento das elites econômicas ou trazer à tona a servidão do Estado às elites como problema mais ou tão grave quanto a corrupção.

Isso é particularmente importante a partir da década de 1930, com a ascensão política da burguesia industrial. Eminentemente urbana, ela vai começar a fazer uso do expediente da imprensa em prol do enfraquecimento, em especial, de governos progressistas nas grandes cidades. A burguesia industrial emerge e ocupa lugar no bloco no poder e, a partir disso, atentaria contra os governos eleitos de Vargas, Goulart e Rousseff. Esses atentados viriam da percepção de excessiva autonomia dos governos, o que poderia implicar na não satisfação dos privilégios do bloco no poder na lógica patrimonial histórica. Eles demonstrariam que a burguesia industrial teria uma aversão a governos vistos como populares, mesmo que eles flertassem com ela através de benesses buscando uma coalizão.

Ao longo do trabalho, analisam-se momentos de ruptura da burguesia industrial com o Governo Federal. Isso tem um quesito ideológico fundamental, pois, pela lógica de classe, a burguesia industrial só romperia por observar o Governo como um impedimento à “correção” de possíveis “freios” à acumulação de capital. Essa questão ideológica ganharia mais força em momentos de queda na acumulação. Dessa maneira, um viés sobre o qual esse trabalho poderia ter se estruturado seria o de observar justamente como o arrefecimento do processo de acumulação seria um determinante para rupturas. Todavia, tomar esse viés como norte seria insuficiente para fundamentar mudanças no Governo ou de regime (ou seja: mudanças que colocam em questão o sistema político formal). Isso porque conjugar momentos de arrefecimento da acumulação com momentos em que o caráter progressista dos governos é visto como “freio à acumulação” seria uma frente de pesquisa interessante, mas uma frente que teria inevitavelmente que caminhar no campo que fora proporcionado pela história da institucionalidade do país. É no quadro formatado nessa última que se encontra a operação que tem como insumo questões de ordem econômica e como produto questões de ordem política.

Trabalhos como o de Gasiorowski (1995) partem das crises econômicas para mudanças em regimes políticos, guardando proximidade com o viés supramencionado. Eles revelam o peso das crises econômicas e, portanto, da problemática da acumulação, para a institucionalidade formal em economias dependentes (em verdade, aquele autor usa a terminologia terceiro-mundista). Contudo, percebe-se que é o tipo de trabalho que se sustenta pelo caráter comparativo que possui. A leitura feita na concepção desse trabalho é a de que uma análise que não seja comparativa deve se debruçar numa causa fundamental sobre a qual a ruptura de um extrato de classe com um governo possa levar a consequências tão drásticas como a ruptura institucional. Neste trabalho, tomou-se um dos motores para tal ruptura, qual seja, o caráter do extrato de classe em questão. Outros motores, como a questão da acumulação, são, de fato, de grande importância: razão pela qual é uma possibilidade de pesquisa que poderia ser avançada em outro trabalho, o qual não poderá, por sua vez, deixar de lado a importância da história da institucionalidade do país em questão. No caso do Brasil, para além de condicionantes como a condição de dependente do país, tem-se que o patrimonialismo imperante criou um quadro em que o bloco no poder, que advém da esfera econômica, dita a estabilidade, não de um governo, mas institucional.

Quanto à questão da lógica patrimonial, deve ser feita uma qualificação que diz respeito a uma limitação do trabalho. O aspecto culturalista foi evitado ao máximo nesse trabalho. Razão pela qual, por exemplo, não se fez análise da obra de Sérgio Buarque de Holanda, a ponto de incluí-lo no bojo de autores do debate sobre patrimonialismo. O mesmo foi feito ao não buscar expandir a questão das racionalidades em Weber ou em Duarte. O objetivo foi mesmo de evitar esse aspecto. A tendência a se desembocar através desse tipo de análise em um análise racista ou europeu-etnocêntrica levou a esse cuidado. Muito embora admita-se que o aspecto cultural tenha relevância em análises econômicas, históricas e políticas, tomou-se esse cuidado. No futuro, esse aspecto pode vir a ser expandido em outras pesquisas; contudo, por ora, prefere-se adotar esse aspecto como uma fragilidade ou lacuna do trabalho, pelas razões acima explicitadas.

Outra limitação do trabalho foi analisar um horizonte tão largo, o que implicou em diminuição do grau de detalhe a que o trabalho poderia se prestar. Essa limitação é inerente tanto de um trabalho sobre um período longo, como a um que se presta a analisar aspectos específicos de dados momentos históricos dentro daquele período; isso porque sendo o período longo, desce-se menos a detalhes, e, estudando aspectos específicos, detalhes sobre outros aspectos ficam

de fora. Assim, as políticas industriais dos períodos não foram extenuadas, tampouco foram extenuados aspectos da macro-política do período. Isso se deve ao recorte do trabalho que atende ao objeto de verificar que existiram políticas industriais dentro de um quadro patrimonialista e de que os governos que colocaram elas em prática foram em maior ou menor grau combatidos por uma elite econômica (burguesia industrial) dentro daquele quadro patrimonialista. Dessa maneira, essa limitação atende ao propósito de trazer à tona a discussão sobre a disputa dos grupos de interesse pelo “fazer” política dentro do Estado. Existe um grupo de interesse (burguesia industrial) com maior acesso à formulação de políticas públicas e isso tem efeitos nefastos não só para a formulação das políticas, como para a constituição da arena política.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990a. p. 11-30.
- ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990b. p. 197-212.
- ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990c. p. 403.
- ABREU, Marcelo de Paiva. British business in Brazil: maturity and demise (1850-1950). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 383-413, dez. 2000.
- ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano M. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 37, p. 43-73, 2008.
- ALMEIDA, Mario Augusto Pinto Morato de. **A política econômica do Governo João Goulart: restrições estruturais e vetos políticos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ALMEIDA, Julio Gomes de. **Alcance e lacunas da nova política industrial**. Campinas: Unicamp, 2011. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 196.
- ALMEIDA, Mansueto. Padrões de política industrial: a velha, a nova e a brasileira. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica Baumgarten. (Orgs.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ALMOND, Gabriel Abraham. Introduction: a functional approach to comparative politics. In: ALMOND, Gabriel Abraham; COLEMAN, James Smoot (Ed.). **The politics of the developing areas**. Princeton: Princeton University Press, 1960. p. 3-64.
- AMARAL, Gilberto Luiz do *et al.* **Estudo sobre sonegação fiscal das empresas brasileiras**. 2009. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/49/EstudoVeQuedaNaSonegacaoFiscalDasEmpresasBrasileiras.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.
- AMSDEN. Alice. **Asia's Next Giant: South Korea and late industrialization**. New York: Oxford University Press, 1989.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 447-524.
- BACHE, Ian; BULMER, Simon; GUNAY, Defne. Europeanization: a critical realist perspective. In: EXADAKTYLOS, Theofanis; RADAELLI, Claudio M. **Research Design in European Studies**. Palgrave Macmillan UK, 2012. p. 64-84.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Washington: do suicídio de Vargas à queda de João Goulart (Prefácio). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 154, p. 146-150, 2014.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Interpretações sobre a burguesia industrial brasileira: um breve balanço. **Estudos de Sociologia**, v. 15, p. 31-44, 2003.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. **Revista Economia**, v. 7, n. 4, p. 239-275, 2006.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Qual era o projeto econômico varguista?** Campinas: Unicamp, 2009. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 181.

BÉLAND, Daniel. Ideas, interests and institutions: Historical Institutionalism revisited. In: LECOURS, André (Ed.). **New institutionalism: Theory and analysis**. Toronto: University of Toronto Press, 2005.

BELL, Stephen. Institutionalism: Old and new. In: SUMMERS, John (Ed.). **Government, politics, power and policy in Australia**. Sydney: Pearson Education Australia, 2002. p. 363-380.

BNDES. **Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP**. 2017. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-de-juros-de-longo-prazo-tjlp>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BOITO JR., Armando. **O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes – tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 237-263.

BOITO JR., Armando. A burguesia brasileira no governo Lula. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27, 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

BOITO JR., Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**, n. 48, p. 171-206, 2013.

BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, n. 42, p. 155-163. 2016a.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BORGES, Maria Angélica. As vias do desenvolvimento capitalista: clássica, prussiana e colonial. **História econômica & história de empresas**, v. 2, n. 1, p. 113-30, 1999.

BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BOSCHI, Márcia Maria. **Burguesia industrial no Governo Dutra**: 1946-1950. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 17-58.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatorio Social de América Latina**, v. 8, p. 51-61, 2013.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 19.739, de 7 de Março de 1931**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19739-7-marco-1931-514626-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 30.363, de 3 de Janeiro de 1952**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D30363.htm>. Acesso em: 29 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1807.htm>. Acesso em: 29 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4131.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4390.htm>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11080.htm>. Acesso em 19 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto estabelece as regras do Inovar-Auto, novo regime automotivo brasileiro**. 2012. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=11857>>. Acesso em 19 nov. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/mpv/563.htm>. Acesso em 19 nov. 2017.

BRATTON, Michael. Formal versus informal institutions in Africa. **Journal of Democracy**, v. 18, n. 3, p. 96-110, 2007.

BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicolas. Neopatrimonial regimes and political transitions in Africa. **World politics**, v. 46, n. 4, p. 453-489, 1994.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos avançados**, v. 23, n. 66, p. 7-23, 2009a.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 2, p. 163-190, 2009b.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 21, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.

BUENO, Newton Paulo. Um critério de demarcação para a abordagem da economia política. **Pesquisa & Debate**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 126-148, 1997.

BUGIATO, Caio Martins. **A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

CALABRE, Lia. Conspirações Sonoras: a Rádio Globo e a crise do governo Vargas (1953-1954). In: BAUM, Ana (Org.). **Vargas, agosto de 54**: a história contada pelas ondas do rádio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 41-43.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda Constitucional nº 50/2007**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=348999>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. **Política industrial do Governo Lula**. Campinas: Unicamp, 2010. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 181.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 444-460, 2015.

CAPOCCIA, Giovanni; KELEMEN, R. Daniel. The study of critical junctures: Theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism. **World politics**, v. 59, n. 3, p. 341-369, 2007.

CAPOCCIA, Giovanni. Critical Junctures. In: FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (Ed.). **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira. In: FURTADO, Celso (org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 77-109.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desafios da social-democracia na América Latina. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 28, p. 29-49, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. O Povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras?. **Revista Rio de Janeiro**, n. 8, p. 101-114, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CASTILHOS, Clarisse Chiappini. Contradições e limites da política industrial do Governo Lula. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 33, n. 1, p. 55-74, 2005.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, dez. 2014. Acesso em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482014000300373&lng=en&nrm=iso>. Disponível em: 04 jul. 2017.

CÊPEDA, Vera Alves; PINTO, Gustavo Louis Henrique. **Duas interpretações do planejamento, desenvolvimento e democracia no pensamento cepalino**: Celso Furtado e José Medina Echavarría. Santiago: CEPAL, 2014.

CÉSARIS, Luis Enrique Urtubey de. **Reconceitualizando o institucionalismo histórico**: path dependence, agência e mudança institucional. 2009. Tese (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHANG, Magda Holan Yu. A economia-mundo capitalista: conceitos e considerações histórico espaciais. **E-metropolis: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 44-53, 2013.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978. p. 603-652.

CHASIN, José. As máquinas param, germina a democracia! **Revista Escrita/Ensaio**, São Paulo, v. 4, n. 7, 1980. Disponível em: <<https://docgo.org/revista-ensaio-chasin-as-maquinas-param-1979>>. Acesso em: 08 set. 2017.

CLEMENT, Wallace. Canadian Political Econ'omy's legacy for Sociology. **The Canadian Journal of Sociology / Cahiers Canadiens de Sociologie**, v. 26, n. 3, p. 405-420, 2001.

CNI. **Política de Desenvolvimento Produtivo**: avaliação e perspectivas. Brasília: CNI, 2009.

CNI. **Regimento da Elaboração da Agenda Legislativa da Indústria 2017**. 2017a. Disponível em: <https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/42/50/42503795-5bb3-462d-aa8d-bdea9aee6ce1/regimento2017.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CNI. **Legisdata**. 2017b. Disponível em: <<http://www5.legisdata.cni.org.br/legisdata/view/inde x.faces>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CNI. **Conheça a história da Agenda Legislativa**. 2017c. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/agenda-legislativa-home/sobre-agenda-legislativa/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

COMIN, Alexandre. **Desafios da política industrial no Brasil do século XXI**: síntese de proposições. Brasília: IEL, 2009.

CORAZZA, Gentil. O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 26, n. Especial, p. 35-50, 1996.

CORONEL, Daniel Arruda; AZEVEDO, André Filipe Zago de; CAMPOS, Antônio Carvalho. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, 2014.

CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Osvaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. **História Econômica & História de Empresas**, v. 2, n. 1, p. 155-63, 1999.

COSTA, Jales Dantas da. O Brasil colonial nos quadros da economia-mundo europeia. In: COLÓQUIO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO, 2, 2008, Caruaru. **Anais...** Florianópolis: Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo, 2017. p. 1-21.

COTRIM, Ivan. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 19, 1992a.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. São Paulo: Ática, 1992b.

DINIZ, Eli. Empresário, **Estado e capitalismo no Brasil**: 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 101-139, 2010.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. In: SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D'AVILA FILHO, Paulo. **Estado e sociedade no Brasil**: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq / FAPERJ / INCT/PPED / Ideia D, 2016. p. 25-46.

DONATI, Pierpaolo. Manifesto for a critical realist relational sociology. **International Review of Sociology**, v. 25, n. 1, p. 86-109, 2015.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**: contribuição à sociologia política brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

EGGERTSSON, Thráinn. **Economic behavior and institutions**: Principles of Neoinstitutional Economics. Cambridge University Press, 1990. p. 3-10.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. **The American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Estado e classes dominantes no Brasil**: 1930-1964. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2013.

FIESP. **Brazil Institute homenageia Presidente Lula em Nova Iorque**. 2009. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/brazil-institute-homenageia-presidente-lula-em-nova-iorque/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

FIESP. **Fiesp e Ciesp definem apoio a processo de impeachment**. 2015. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 175-200, 1995.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz. Modelo Liberal-Periférico e bloco no poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: OS ANOS Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.

FILGUEIRAS, Luiz. Política, Economia e Corrupção: A Reconfiguração do Bloco no Poder no Brasil. **Observatório de Análise Política em Saúde**. Salvador, 2017. Disponível em: <<http://analisepoliticaemsaude.org/oaps/documentos/pensamentos/politica-economia-e-corrupcao-a-reconfiguracao-do-bloco-no-poder-no-brasil.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2017.

FIORITOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam. Historical Institutionalism in Political Science. In: FIORITOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (Ed.). **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de economia política**. São Paulo, v. 23, n. 1, jan./mar. 2003, p. 133-148, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo: Hucitec, 2014.

FRANÇA, Nilton Calzia. **Análise do trabalho escravo no Brasil a partir da Teoria do Sistema-Mundo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 31-72.

FURQUIM, L.; GALA, P. O Método Pragmático. In: NAKANO, Yoshiaki; REGO, José Márcio; FURQUIM, Lilian. **Em busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. **Revista brasileira de economia**, v. 4, n. 1, p. 7-38, 1950.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Tomás Coelho. A luta contra a “carestia da vida” dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 29, 2013. **Anais...** Santiago: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2013.

GASIOROWSKI, Mark J. Economic crisis and political regime change: an event history analysis. **The American Political Science Review**, v. 89, n. 4, p. 882-897, 1995.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Getúlio Vargas: um estudo comparativo entre a revista ilustrada “Careta” e a imprensa comunista (1945-1954). **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 186-229, 2017.

GONÇALVES, Reinaldo. **Interrupção de presidências, reequilíbrio e bônus macroeconômico: lições da América Latina para o impedimento de Dilma Rousseff**. 2016. Rio de Janeiro: Ufrj, 2016. Texto para discussão. IE/UFRJ, n. 003.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRAHAM, Richard. **Patronage and politics in nineteenth-century Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GRASSI, Quirino. **Grupo Permanente de Mobilização das Federações de Indústria**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1973.

HALL, Peter A. Policy paradigms, social learning, and the state: the case of economic policymaking in Britain. **Comparative politics**, v. 25, n. 3, p. 275-296, 1993.

HALL, Peter A. Aligning Ontology and Methodology in Comparative Research. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (Ed.). **Comparative historical analysis in the social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 373-404.

HALL, Peter A.; SOSKICE, David W. **Varieties of capitalism: The institutional foundations of comparative advantage**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 1-21.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. The potential of historical institutionalism: a response to Hay and Wincott. **Political Studies**, v. 46, n. 5, p. 958-962, 1998.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HAY, Colin; WINCOTT, Daniel. Structure, agency and historical institutionalism. **Political studies**, v. 46, n. 5, p. 951-957, 1998.

HÉDOIN, Cyril. **L'Institutionnalisme historique et la relation entre théorie et histoire en économie**. Paris: Classiques Garnier, 2013.

HIRSCH, Paul M.; LOUNSBURY, Michael. Ending the family quarrel: toward a reconciliation of "old" and "new" institutionalisms. **American behavioral scientist**, v. 40, n. 4, p. 406-418, 1997.

HODGSON, Geoffrey M. The approach of institutional economics. **Journal of economic literature**, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998.

HODGSON, Geoffrey M. What are institutions? **Journal of economic issues**, v. 40, n. 1, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. Processo político e desenvolvimento econômico. In: IANNI, Octávio *et al.* **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965^a. p. 13-62.

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965b.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. V. 3. Séries Estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=8&op=0&vcodigo=CIDG13&t=valor-importacao-brasileira-equipamento-industrial>>. Acesso em 20 ago 2017.

IBGE. Inquéritos Industriais, 1907,1912 e Censo 1920. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=8&op=0&vcodigo=IND03101&t=estabelecimentos-industriais-datas-inqueritos-industriais-censo>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

IEDI. **IEDI na Imprensa** - Ivoncy Ioschpe: "Lula Está na Gaiola dos Conservadores". Disponível em:

<http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2004/iedi_na_imprensa_ivoncy_iosc_hpe_lula_esta_na_gaiola_dos_conservadores.html>. Acesso: 19 out. 2017.

IEDI. **A política de desenvolvimento produtivo**. 2008. Disponível em: <www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080529_pdp.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ILYIN, Mikhail. Patrimonialism. What is behind the term: ideal type, category, concept or just a buzzword?. **Redescriptions: Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory**, v. 18, n. 1, 2015. p. 26-51.

IMMERGUT, Ellen M. The rules of the game: The logic of health policy-making in France, Switzerland, and Sweden. In: THELEN, Kathleen Ann; STEINMO, Sven; LONGSTRETH Frank (ed.). **Structuring politics: Historical institutionalism in comparative analysis**. Cambridge: 1992. p. 57-89.

IMMERGUT, Ellen. The theoretical core of the New Institutionalism. **Politics and society**, v. 26, n. 1 p. 5-34, 1998.

IMMERGUT, Ellen M. Historical-institutionalism in political science and the problem of change. In: WIMMER, Andreas; KÖSSLER, Reinhart (ed.). **Understanding Change: Models, Methodologies and Metaphors**. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 237-259.

IPEADATA. **Base de dados macroeconômicos**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Último acesso em: 20 nov. 2017.

ISHIYAMA, John T. **Comparative Politics: Principles of Democracy and Democratization**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2011. p. 1-25.

IVERSEN, Torben. Capitalism and democracy. In: WEINGAST, Barry R.; WITTMAN, Donald A. (ed.). **The Oxford handbook of Political Economy**. Oxford: 2006, p. 601-623.

JACKSON, Gregory; WITT, Michael A. Varieties of Capitalism and institutional comparative advantage: A test and reinterpretation. **Journal of International Business Studies**, v. 47, n. 7, p. 778-806, 2016.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

KAPLAN, Marcos T. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1974.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006a, v. 1. p. 219-223.

KINGDON, John. Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006b, v. 1. p. 225-245.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. **Política Econômica em Foco**, v. 7, 2006.

LAZAGNA, Angela. Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n. 20, p.182-185, 2005.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Companhia das Letras, 2012.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17, 2016, Nova Iguaçu. **Anais...** Nova Iguaçu: Associação Nacional de História Seção Rio de Janeiro, 2016.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 161-204.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira**: as associações industriais, política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA, Uallace Moreira. O Brasil e a cadeia automobilística: uma avaliação das políticas públicas para maior produtividade e integração internacional entre os anos 1990 e 2014. In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; SILVA FILHO, Edison Benedito da (Orgs.). **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2017. p. 451-544.

LOUREIRO, Felipe Pereira. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 71, p. 155-177, 2016.

LUKES, Steven. **Power**: a radical view. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1978.

MACEDO, Roberto B. M. Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965). In: LAFER, Betty Mindlin (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 51-68.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de (dis) embeddedness. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 90, p. 71-94, 2010.

MACHADO, Marcela. **O que o dinheiro compra?** A responsividade do congresso nacional frente ao financiamento de campanhas da indústria. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MACRIDIS, Roy C. Major characteristics of the traditional approach. In: SUSSER, Bernard. **Approaches to the study of politics**. New York: Macmillan, p. 16-26, 1992.

MAHONEY, James. Path dependence in historical sociology. **Theory and society**, Dordrecht, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.

MAHONEY, James. **The legacies of liberalism: Path dependence and political regimes in Central America.** JHU Press, 2001. p. 3-28.

MAINWARING, Scott. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil.** Stanford: Stanford University Press, 1999.

MANCHESTER, Alan Krebs. **Preeminência inglesa no Brasil.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1973.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Humanitas / Edusp, 2007.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em 20 nov. 2017.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira.** Rio de Janeiro: Saga, 1968

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTUSCELLI, Danilo. A burguesia mundial em questão. **Revista Crítica Marxista**, v. 30, p. 29-48, 2010.

MARX, Karl. **Capital: a critique of political economy.** Londres: Penguin Books, 1981, v. 3.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa.** São Paulo: Cortez, 1997.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

MELO, Demian. O golpe de 1964 como uma ação de classe: uma polêmica com certas tendências da historiografia brasileira. **Revista do ISER.** Jan. 2013.

MENDONÇA, Ricardo. **Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 64.** 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1463226-papeis-de-militares-expoem-atuacao-da-fiesp-no-golpe-de-64.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MONTELEONE, Joana. A FIESP e a revolução dos patos. MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2016.

MORAES, Rafael. **Os governos João Goulart e Castello Branco vistos pela FIESP: uma análise da relação entre Estado e o empresariado industrial**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MOSCO, Vincent. What is Political Economy? Definitions and characteristics. In: MOSCO, Vincent. **The Political Economy of communication**. Londres: Sage Publications, 2009. p. 21-36.

MOTTA, Fernando Prestes. **Empresários e hegemonia política**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

NEE, Victor. The new institutionalisms in economics and sociology. In: SWEDBERG, Richard; SMELSER, Neil (ed.). **The handbook of economic sociology**. Princeton: 2005. p. 49-74.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1888**. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliva (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-28.

PANSARDI, Marcos Vinícius. **Reinterpretando o Brasil: da Revolução Burguesa à Modernização Conservadora**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

PENNA, José Osvaldo de Meira. **O dinossauro: uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

PETERS, B. Guy. Political institutions, old and new. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (ed.). **A new handbook of political science**. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 205-220.

PETERS, B. Guy. **Institutional theory in political science: the new institutionalism**. New York: Continuum, 1999. p. 1-97.

PIERSON, Paul. Not just what, but when: Timing and sequence in political processes. **Studies in american political development**, v. 14, n. 1, p. 72-92, 2000.

PIERSON, Paul. **Politics in time: History, institutions, and social analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004. p. 17-53.

PIERSON, Paul. Power in Historical Institutionalism. In: FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (Ed.). **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINA, Rute. Jessé Souza: "A verdadeira corrupção é a do mercado". **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 ago. 2017. Entrevista. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/08/jesse-souza-a-esquerda-pensa-com-categorias-da-direita/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

PINTO, Eduardo Costa. **Bloco no poder e Governo Lula**: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano. 2010. Tese (Doutorado em economia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PINTO, Eduardo Costa. Dilma: de “coração valente” à “presidenta acuada”. In: PINTO, Eduardo Costa; FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Dilma, PT, esquerda e impeachment**: Três interpretações da conjuntura econômica e política. Rio de Janeiro: Ufrj, 2015. Texto para discussão. IE/UFRJ, n. 015.

PINTO, Eduardo Costa et al. **A guerra de todos contra todos**: a crise brasileira. Rio de Janeiro: Ufrj, 2017. Texto para discussão. IE/UFRJ, n. 006.

PITCHER, Anne; MORAN, Mary H.; JOHNSTON, Michael. Rethinking Patrimonialism and Neopatrimonialism in Africa. **African Studies Review**, v. 52, n. 1, p. 125-156, 2009.

POLANYI, Karl. **Livelihood of man**. New York: Academic Press, 1977. p. 6-34.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 62-88.

PONTUSSON, Jonas. From comparative public policy to political economy: Putting political institutions in their place and taking interests seriously. **Comparative Political Studies**, v. 28, n. 1, p. 117-147, 1995.

PORTES, Alejandro. **Economic sociology**: a systematic inquiry. Princeton: Princeton University Press, 2010, p. 1-9.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **The crisis of the dictatorships**: Portugal, Greece, Spain. Londres: NLB, 1976.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**: Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL. **Levantamento da PGFN revela o número de empresas por seção econômica que devem à União.** 2016. Disponível em: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/noticias_carrossel/levantamento-da-pgfn-revela-o-numero-de-empresas-por-secao-economica-que-devem-a-uniao-1/>. Último acesso em: 19 nov. 2017.

RECENA, Diego. **Lula recebe Abraço da Indústria.** 2010. Disponível em: <<https://www.sistemafibra.org.br/fibra/189-materias-principais/principal/371-lula-recebe-abraco-da-industria.html>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

RESENDE, L. Política industrial para inovação: uma análise das escolhas setoriais recentes. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica Baumgarten. (Orgs.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 355-372.

RIBEIRO, Fernando. A política econômica e o Convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906) **Pesquisa & Debate**, v. 22, n. 1, p. 75-93, 2011.

RUTHERFORD, Malcolm. Institutional economics: then and now. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 3, 2001, p. 173-194.

SAES, Décio. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição.** São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Manoel Leonardo Wanderley Duarte. **O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados.** 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado nacional.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SELL, Carlos Eduardo. As duas teorias do patrimonialismo em Max Weber: do modelo doméstico ao modelo institucional. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10, 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. p. 1-25.

SELZNICK, Philip. Institutionalism "old" and "new". **Administrative science quarterly**, v. 40, n. 2, p. 270-277, 1996.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro.** 2002. Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Carta-ao-povo-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos**, n. 102, p. 43, 2015.

SINGER, André. Por uma frente ampla, democrática e republicana. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State back in: strategies of analysis in current research. In: SKOCPOL, Theda et al. **Bringing the state back in.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985a.

SKOCPOL, Theda. **Estados e Revoluções Sociais:** uma análise comparada da França, Rússia e China. Lisboa: Editorial Presença. 1985b.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1976a.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976b.

SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e Revolução Burguesa do Brasil. In: SODRÉ, Olga. **Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional.** Itu: Ottoni Editora, 2010. p. 27-90.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva:** uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Jessé. Max Weber, patrimonialismo e singularidade cultural brasileira. In: COSTA, Silvio (org.) **Concepções e formação do Estado brasileiro.** São Paulo: Anita Garibaldi-Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004.

SOUZA, Jessé. O mito brasileiro e o encobrimento da desigualdade. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. p. 29-100.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe:** entenda como e porque você foi enganado. Rio de Janeiro, Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

STEINMO, Sven. What is Historical Institutionalism? In: DELLA PORTA, D.; KEATING, M. (ed.). **Approaches and methodologies in the social sciences: a pluralist perspective**. Cambridge: Cambridge University Press. 2008.

STREECK, Wolfgang. Taking capitalism seriously: towards an institutionalist approach to contemporary political economy. **Socio-Economic Review**, v. 9, n. 1, p. 137-167, 2010.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de Campinas, 2000.

TAVARES, Hennes Magalhães. A questão regional no segundo governo Vargas. **Revista de Administração Pública**, v. 25, n. 1, p. 4-24, 1990.

TAVARES, Rodrigo Rodriguez. O humor contra Vargas: desenhos comunistas do período da campanha eleitoral ao suicídio (1950-1954). **Tempo e Argumento**, v. 8, n. 18, p. 68-101, 2016.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, v. 21, n. 4, p. 909-941, 2012.

THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual review of political science**, v. 2, n. 1, p. 369-404, 1999.

THOMAS, Clive S. **Research guide to U.S and international interest groups**. Westport: Praeger, 2004.

TILLY, Charles. **Coerção Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TILLY, Charles. **Stories, identities and political change**. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2002. p. 69-76.

TILLY, Charles; GOODIN, Robert E. It depends. In: _____. **The Oxford handbook of contextual political analysis**, 2006. p. 1-34.

TOPIK, Steven. The Evolution of the Economic Role of the Brazilian State, 1889–1930. **Journal of Latin American Studies**, v. 11, n. 2, p. 325-342, 1979.

TROTSKY, Leon. Ninety years of the Communist Manifesto. **The New Internationalist**, v. 4, n. 2, p. 53-55, 1938.

TSAI, Kellee S. Adaptive informal institutions. In: FIORETOS, Orfeo; FALLETTI, Tullia G.; SHEINGATE, Adam (Ed.). **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1978.

VANDENBERGHE, Frédéric. O real é relacional?: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu. In: VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010. p. 43-84.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **Mensagem ao Congresso Nacional**. 1951. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/mensagens-ao-congresso/mensagem-apresentada-na-abertura-da-sessao-legislativa-1951/view>>. Acesso em 24 out. 2017.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **Cartas testamento**. 1954. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/copia-das-cartas-testamento-de-getulio-vargas-destaque-para-a-primeira-versao-manuscrita-e-a-original-datilografada-e-assinada-rio-de-janeiro>>. Acesso em 24 set. 2017.

VIANA, Nildo. Individualismo e holismo na metodologia das Ciências Sociais. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 6, p. 1259-1282, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. **Novos Estudos**, v. 53, p. 33-47, 1999.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

VIANNA, Sérgio Besserman. **A política econômica no segundo Governo Vargas: 1951-1954**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987a.

VIANNA, Oliveira. História social da economia capitalista no Brasil. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987b, v. 1 e 2.

VIEIRA, Pedro Antonio. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 499-527, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century**. Berkeley: University of California Press, 2011.

WATKINS, John W. N. Ideal types and historical explanation. **The British Journal for the Philosophy of Science**, v. 3, n. 9, p. 22-43, 1952.

WEBER, Max. **The methodology of the social sciences**. Glencoe: The Free Press of Glencoe, 1949.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, v. 2.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, v. 1.

WEIR, Margaret; ORLOFF, Ann Shola; SKOCPOL, Theda (Ed.). **The politics of social policy in the United States**. Princeton University Press, 1988. p. 3-35.

ZERKOWSKI, Ralph Miguel. Veloso, Maria Alice de Gusmão. Seis décadas de economia brasileira através do PIB. **Revista brasileira de economia**, v. 36, n. 3, p. 331-338, 1982.